ALFREDO EURICO RODRIGUES MATTA

Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim

De recolhido a assalariado

Salvador - Bahia
26 de maio de 1996

ALFREDO EURICO RODRIGUES MATTA

Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim

De recolhido a assalariado

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História

Orientadora: Profª. Drª Consuelo Novais Sampaio

Salvador - Bahia
26 de maio de 1996

MESTRADO EM HISTÓRIA
CH - UFBA
BIBLIOTECA
N.º do TOMBO

Agradecimentos

Devo muitos agradecimentos àqueles que colaboram na realização deste trabalho. Em primeiro lugar, a meus pais, João Eurico Matta e Maria Geisa Rodrigues Matta, pela base acadêmica e espiritual que me deram, sem a qual seria impossível fazer este ou qualquer outro trabalho. Especial agradecimento devo à Profª. Drª. Consuelo Novais Sampaio, orientadora desta dissertação. Com carinho e competência, soube guiar meus esforços e minimizar minha inexperiencia, para que chegasse ao trabalho que ora é apresentado. Agradecimentos devo também aos professores e colegas do Mestrado em História da UFBa, especialmente aos professores Ubiratã Castro de Araujo, Jorge Nóvoa e João Reis, pelo apoio e contribuições diversas dadas a este estudo. Assim como aos meus colegas de trabalho e alunos da UCSal, especialmente o Prof. Carlos A. L. Ferreira, pelo estímulo. À CAPES e ao Colégio Instituto Social da Bahia, pelo apoio material . Também devo agradecimentos, a Elicarlas Almeida do Rosário e Juliete Castalo Branco, alunos da UCSal, pela valiosa ajuda na coleta dos dados. Finalmente, o mais destacado agradecimento dirijo à Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, aos seus funcionários, aos seus alunos, à sua história. Destaco o Provedor Otávio Tourinho Dantas, pela ajuda certa em tudo que necessitei para a realização da pesquisa que resultou nesta dissertação de Mestrado.

SUMÁRIO

Introdução 6

Parte I. **A Instituição: Casa Pia de Órfãos de São Joaquim** 21

1 *Salvador, uma cidade comercial* 21

- Salvador: metrópole colonial e praça comercial 21

- Estrutura social da cidade 23

- Prosperidade econômica e oferta de empregos a população livre e escravos urbanos 23

- Vagabundos, mendigos e vadios 26

- Desocupados e etnias 27

- Negros entre os desocupados 28

2 *Construção do colégio de órfãos* 33

- O irmão Joaquim e seus interesses na Bahia 34

- Sucesso do Irmão Joaquim 34

- A primeira Casa de Órfãos 37

- Da Casa Pia de Órfãos de São José a Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim 42

3 *A administração da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim: Os Estatutos e a dinâmica de sua ação reguladora* 47

- Comentário geral sobre os Estatutos 47

- Processos administrativos e o envolvimento do governo 50

- A Mesa administrativa e o processo administrativo interno 56

- A junta administrativa e seu papel 66

- Funcionários e funções 67

4 *Quem desejava a Casa Pia: um perfil dos benfeitores* 74

-Estudo socioeconômico dos doadores e filantropos 76

Parte II.A população da Casa Pia: Origem e educação dos menores 84

1 *Os Menores ingressos na Casa Pia* 84

- Idades de ingresso 86

- Permanência na Instituição 88

- Média de idade de saída 91

- Relação entre os ingressos e seu passado social e familiar 93

- Relação entre os ingressos e sua etnia 103

- Perfil socioeconômico do ingresso 109

- Casos Exemplos de menores ingressos 112

2 *A formação e aspectos da vida dos órfãos no seminário* 118

- Os alunos segundo os estatutos(organização e posturas recomendadas) 118

- Saúde, segurança, visitas e disciplina no orfanato 120

- A educação dos órfãos 122

III. **Casa Pia de Órfãos de São Joaquim: Sua presença no mercado da cidade** 137

1 *O destinos dos alunos* 137

- Menores que conseguiam emprego ao sair do orfanato 142

- Falecimentos ou destinos desconhecidos 145

- Parentes ou pais adotivos 148

- Destino Nível secundário e religiosos 154

- Menores enviados ao governo 156

- Artes de ofício 158

- Destino de Ofícios nobres 175

- Menores destinados as fábricas 178

2 *Termos de saída dos órfãos, evoluindo com o trabalho assalariado* 184

- Evolução dos Termos de sáida 185

3 *Empregadores dos menores e a Bahia de sua época; breve estudo* 194

Conclusão 204

Anexos 209

Bibliografia e fontes 226

Resumo: Este é um estudo sobre a Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim e sua atuação como acolhedora de menores órfãos, formadora de mão-de-obra qualificada e fornecedora de trabalhadores entre 1799, ano da fundação do primeiro orfanato, até 1910, quando o papel dessa instituição é esvaziado. Além de descrever em linhas gerais a ação filantrópica, a organização e a história da instituição, este trabalho traça o perfil dos menores ingressos, sua idade, condição social e etnias, formação moral e educação que receberam no colégio, bem como o modo com foram inseridos na sociedade. Ao analisar o destino dos alunos, acompanha-se a participação da Casa Pia no mercado de trabalho da cidade. Os contratos de responsabilidade entre os empregadores de menores e o orfanato revelam informações sobre a organização do trabalho dos órfãos, num período de transição do Império para a República, ou seja, do trabalho escravo ao assalariado.

Introdução

O objetivo deste trabalho é levantar e analisar a história do Colégio Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, focalizando seu papel como instituição que acolhia menores órfãos. Ai eram educados, formandos como artesãos e trabalhadores urbanos e em seguida, encaminháva-os para ocupações em oficinas, casas comerciais ou fábricas.

O orfanato surgiu no final do século XVIII, graças ao esforço pessoal do irmão leigo, catarinense, Joaquim Francisco do Livramento, que obteve apoio da comunidade e autoridades de Salvador, principalmente de comerciantes, para inaugurar(1799), a primeira casa de órfãos da Bahia.

Desde o início, a Casa Pia, como será daqui por diante referida, atuou no recolhimento de menores pobres e órfãos de rua, dando-lhes educação básica, formação moral e profissão. Essa atuação cresceu quando o orfanato foi transferido para sua sede definitiva, o antigo Noviciato dos Jesuítas (1825), ampliando-se a capacidade de absorção de órfãos. A partir de então, a entidade formou centenas de menores que passaram a integrar o mercado de trabalho da cidade. Encaminhar essa mão-de-obra qualificada para oficios urbanos foi a característica predominante da instituição, durante todo o século XIX. Tal papel só começou a perder importância com o advento da República, em 1889. Daí em diante, o encaminhamento de menores para empregos foi-se reduzindo, até quase desaparecer em 1910, quando a administração da Casa aprovou novos estatutos que deram nova feição à entidade, agora mais voltada para a educação fundamental e formação dos órfãos oficinas, e menos preocupada com a colocação dos mesmos no mercado de trabalho.

Para melhor compreensão do rápido crescimento da Casa Pia, bem como a da alta importância que gozou, será necessário delinearmos em linhas gerais, as características da

economia de Salvador, naquela época. Aqui, lembramos apenas que, no final do século XVIII, Salvador era um populoso porto português do Atlântico Sul, um dos mais importantes empórios comerciais do seu tempo. Sua força mercantil se baseava na grande produção local de cana-de-açúcar e fumo, na importância da cidade como centro do tráfico de escravos e na existência de rotas comerciais regionais que partiam da cidade.

O vigor da economia local dependia do trabalho escravo. Homens e mulheres eram capturados na África e trazidos para o trabalho forçado nas fazendas, no porto e em serviços urbanos. Apesar de violento, o sistema funcionou sem muitas dificuldades nos dois primeiros séculos da colonização. Começou a mostrar sinais de desgaste a partir do final do século XVIII, principalmente nos centros urbanos, como Salvador.

Gradativamente, foi crescendo o número de pessoas livres, mas pobres. Não participavam diretamente do processo produtivo, impulsionado por cativos. Não sendo proprietários, deixavam de participar do processo da tomada de decisão. Grande parte desse contingente social era identificado como mendigos, vadios ou desocupados, acusados de tornarem as ruas tumultuadas e até perigosas, trabalhando de forma temporária ou como ambulantes.

Esse contingente de livres e desocupados era composto principalmente de ex-escravos, libertos por carta de alforria, descendentes de libertos, aventureiros mal sucedidos, marinheiros, desgarrados da família ou desprovidos de herança. Um grupo acompanhou o crescimento da cidade. Tornaram-se incômodos em fins do século XVIII. A sociedade foi pressionada a tomar providências capazes de dar ocupação a esses homens, a fim de limpar as ruas, gerar mão-de-obra e reduzir o perigo de revoltas e crimes na cidade.

A Casa Pia de Órfãos de São Joaquim surgiu em meio a esse ambiente. Foi criada para retirar menores das ruas e transformá-los em "braços úteis". Concentrou parte dos investimentos sociais da época e, por muito tempo, manteve esse objetivo inicial.

Tal quadro de referência histórica estimulou-nos a estudar a **atuação da Casa Pia como**

formadora e fornecedora de mão-de-obra artesanal e urbana, desde 1796, marco inicial dos esforços voltados para a criação do orfanato, **até 1910**, quando o perfil de atuação da Casa foi alterado. Nessa época, o Estado da Bahia, como o país, se reorganizava, iniciando sua experiência republicana.

É preciso ressaltar que o objeto deste estudo, bem como a problemática que o cerca, é bastante complexo e abrangente. Compreende-se assim que esta dissertação de Mestrado realize um estudo preliminar, examinando e organizando dados selecionados, e procedendo a uma análise exploratória, na perspectiva de aprofundamento do tema em pesquisa ulterior.

.Revisão bibliográfica

Para penetrarmos na realidade histórica da Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim e na sua relação com Salvador, utilizamos conceitos e idéias de vários autores. Para a análise das instituições de educação e recolhimento, especialmente de crianças, contamos com duas referências teóricas importantes válidas para o período estudado. O estudo de Jacques Revel, *Os usos da civilidade* e *História social da criança e da família* de Philippe Ariès[1]. Segundo Revel, os educadores europeus no século XVI, inspirados na leitura de *A civilidade pueril* de Erasmo de Roterdã, e com eles a opinião pública comum, começaram a acreditar que era possível reunir um certo número de conselhos e observações para serem seguidos em cada ocasião específica da vida social, o que resultaria num comportamento "civilizado". A grande novidade dessa escola de pensamento era que as normas de civilidade deveriam ser aplicadas principalmente às crianças. Ao ensinar-lhes posturas, gestos, atitudes pensava-se poder despertar a bondade natural que existia em cada uma delas. A *civilidade* pretendia transmitir um código válido para tudo, e denunciando gestos e atitudes proscritas, capazes de "arrancar a humanidade a si mesma e arrastá-la para a animalidade". Seu objetivo era disciplinar, através de uma pedagogia severa,

que poderia refrear os maus instintos da criança e prepará-la para o convivio social. A *civilidade* foi a base das pedagogias autoritárias que surgiram desde o século XVI. Permitia disciplinar "almas" por meio da coerção exercida sobre o corpo e a mente, impondo às crianças uma mesma norma de comportamento social. Uma vez assimilada, a própria criança passaria a exercer sobre si mesma um controle do seu tempo, de suas ocupações e atitudes.

Outra característica dessa obra pedagógica é que ela retirava das famílias a plenitude da responsabilidade na formação da criança e passava a considerar indispensável a disciplina socializada e coletiva, que só podia ser obtida na escola. Desenvolveram-se exercícios escolares destinados exclusivamente a propiciar instrução religiosa e cívica. Surgiram da *civilidade* as pedagogias que iam retirar, da comunidade e do convívio cotidiano entre adultos e jovens, a função de dar formação profissional e educação às novas gerações. Para a sociedade burguesa em ascensão, essas pedagogias foram valiosa ferramenta que possibilitaria controlar a formação dos trabalhadores, bem como a de seus valores sociais..

Para Philippe Ariès, as escolas e colégios só surgem como os conhecemos -divididos em classes com estudantes aproximadamente de mesma idade e conhecimento -quando a burguesia começou a fazer predominar a sua visão da sociedade e divisão do trabalho. A educação baseada no convívio entre mestres artesãos, membros da comunidade adulta e jovens aprendizes não permitia ao capitalismo emergente formar operários que detivessem apenas a parte desejável do conhecimento sobre a produção. Ela possibilitava também que os jovens se integrassem de tal forma à sua comunidade, que ficava difícil controlar aspectos de sua moral e vida cotidiana, bem como sua ação e organização política. O aprendizado estava fora de controle, quando este era necessário até mesmo para otimizar os serviços de que a burguesia necessitava. Os colégios surgem para organizar o ensino e institucionalizar a aula como espaço para a educação. Com seu crescimento, a educação passa a ser função de instituições especializadas, dedicadas a esse fim, preparadas cientificamente para isso. Sua credibilidade crescia sob o argumento do preparo de

seus professores e estudiosos. A educação doméstica e por convívio, predominante até então, passa a ser cada vez menos recomendada, o que acaba por excluir o papel da comunidade e seu cotidiano como espaço de formação dos jovens. Colégios e escolas são instituições próprias da sociedade burguesa, tendo surgido e crescido na medida da evolução dos mercados e das relações de trabalho capitalistas.

Ainda que esses estudos focalizem a educação e o ensino europeus, contribuem para a compreenção da sociedade brasileira e do objeto de nosso estudo, mormente se considerarmos a grande influência européia na educação e cultura acadêmica. No século XIX, a cidade do Salvador passava por um processo de reestruturação da organização do trabalho. O trabalho escravo, até então predominante, sofria uma gradativa redução de importância, ao tempo em que novas relações de trabalho, como contratos de locação de serviços ou o labor assalariado, iam aumentando de importância e ocupando os principais postos nos serviços urbanos, no comércio, nas manufaturas e até mesmo na indústria incipiente. Em outras palavras, na Salvador, do século XIX observa-se o processo de transição da sociedade colonial, dominada por grandes fazendeiros e relações de trabalho pré-capitalistas, para a urbana comercial, dominada por grandes comerciantes e pelas relações de trabalho criadas e mantidas pelo mercado.

A adequação da abordagem teórica de Revel e Ariès à sociedade baiana, foi-nos facilitada por estudos de pesquisadores brasileiros que analisaram a questão dos menor, sua educação e a sociedade do século XIX.

Os estudos de Katia Mattoso são fundamentais para a compreensão da Bahia e sua sociedade no século XIX. Em *Bahia século XIX, uma província no Império*,esta autora greco-baiana análisa a cidade do Salvador e sua característica de metrópole colonial. Em Salvador concentravam-se os investimentos e as atividades de apoio à produção da cana-de-açúcar e fumo, além das exportações de produtos tropicais e da importação e distribuição de mercadorias vindas da Europa. O crescimento da cidade fez aparecer, desde o século XVIII, camadas

intermediárias de população urbana, ligadas a atividades mercantis e aos serviços urbanos. Salvador evoluiu como praça comercial de multiplas funções que estimulava a formação do seu mercado interno, e do seu mercado de trabalho. A burguesia comercial passou a dominar a cidade e a comandar a atividade política. Desde o século XVIII essa política produziu decisões, posturas e instituições que levavam a cidade a fortalecer seu perfil burguês comercial[2].

A análise sobre o mercado de trabalho da cidade no século XIX, encontrada neste livro, foi muito importante para o estudo da Casa Pia, como formadora de mão-de-obra. A desintegração do trabalho escravo no Brasil, principalmente após 1850, com a perseguição ao tráfico, gerou grande carência de mão-de-obra[3]. Contando com grande oferta de braços cativos até então, a cidade foi obrigada a encontrar novas opções como fonte de mão-de-obra que, além de tudo, precisava ser melhor qualificada, pois o crescimento da cidade assim o exigia[4].

O trabalho de Mattoso também é fonte de importantes informações sobre a demografia e a estrutura familiar da cidade do Salvador, no século XIX. Ela nos informa que pais e mães solteiros com filhos se tornam cada vez mais comuns e que os casais legais eram minoria. Entre os filhos de casais legais um grande número estava sob a guarda apenas de suas mães viúvas [5]. Era grande o número de órfãos de pai na sociedade patriarcal da época.

Em *A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*, a autora apresenta a estrutura social de Salvador no século XIX. para esse estudo mendigos e vagabundos, homens livres que não conseguiam ocupação na estrutura social da época, estariam talvez abaixo dos escravos como categoria social. O crescimento da cidade foi acompanhado pelo crescimento das populações marginalizadas da sociedade escravocrata. Era dificil para homens livres e pobres conseguirem empregos na sociedade escravista, mesmo porque muitas ocupações eram rejeitadas pelos livres, por serem associadas à escravidão e à falta de cidadania dos cativos. Os trabalhadores livres preferiam viver dificuldades materiais, talvez maiores que as vividas pelos escravos, a serem confundidos com eles[6].

Os estudos de Johildo Athayde revelou-nos a proporção entre brancos, negros e mestiços entre as crianças expostas na Santa Casa. Havia um grande número de brancos, em proporção maior que a encontrada na população da cidade. Segundo o autor, as mulheres brancas estariam mais preocupadas com a limpeza da honra, o que levou muitas que "pecaram" a abandonar seus filhos[7].

O trabalho de Walter Fraga Filho,*Mendigos e vadios na Bahia do século XIX*, contribuiu muito para o estudo dos mendigos e vadios que povoavam a cidade. Seus estudos identificam que os mendigos e vadios tinham lugar importante na sociedade colonial. Atos de piedade e esmolas para com os necessitados eram oportunidades para obter a salvação dos pecados e aumentar o prestígio de quem doava. Durante o século XIX, porém a mendicância foi combatida não somente por ser considerada fonte de doenças e malefícios, como também pela necessidade de transformar esses desocupados em trabalhadores, principalmente após 1830, quando o escravismo começa a ser combatido, e a desagregação daquela forma de organização de trabalho, aos poucos, fica evidente. À medida que o escravismo se dissolvia os vadios passam a ser vistos como braços disponíveis, e a sociedade parte para criar condições de transformar aqueles desocupados em trabalhadores[8].

Walter Fraga Filho também nos informa sobre a grande quantidade de crianças e jovens existentes entre os vadios e mendigos. Tal existência preocupava os governantes, pela certeza de que o contingente de desocupados estava crescendo. Era necessário que essa mão-de-obra potencial, pudesse ser treinada para serviços necessários. Entre os menores desocupados, era grande o número de órfãos, constatação que muito contribuiu para este trabalho, permitindo-nos identificar entre os desocupados o principal contingente de futuros alunos da Casa Pia[9].

Russel-Wood em *Fidalgos e filantropos, a Santa Casa de Misericórdia da Bahia 1550 - 1755*, destaca que a caridade era virtude cultivada pelos senhores de terra e aristocracia rural

desde os principios da colonização. Era uma obrigação da classe e uma forma de projeção social. Para os aristocratas, não havia preocupação maior de reintegrar os desocupados ao sistema produtivo, mas sim a de dar alívia-lhe o sofrimento. Russel - Wood observa que, a partir do século XVIII, o perfil das doações e esmolas para os pobres se altera. Os comerciantes começaram a superar os senhores de terra como filantropos, em número e no valor da doações. Para eles a caridade tinha outro objetivo. Visava principalmente a possibilidade de reintegrar os vadios à sociedade, através da educação ou da prestação de serviços. A filantropia da burguesia comercial visava o reaproveitamento dos desocupados como mão-de-obra e ao alívio das tensões sociais urbanas[10].

Este trabalho de Russel-Wood confirma que desde o século XVIII, Salvador começa a ser dominada pela burguesia comercial e por sua política, à medida que a liderança da aristocracia diminuía.

Sobre a Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, as publicações são muito escassas. Henrique Fontes escreveu *O Irmão Joaquim, o Vicente de Paulo brasileiro.* Estuda a vida do irmão Joaquim, fundador e primeiro diretor do Orfanato da Bahia, origem da Casa Pia. Conta Fontes que Joaquim desde cedo dedicou sua vida à religião e à caridade. Passando pela Bahia em 1796, comoveu-se com a situação de mendigos e vadios da cidade, especialmente crianças, e passou a trabalhar e pedir contribuição para a construção de um seminário[1], que abrigaria órfãos. Sua proposta encontrou forte apoio da população de Salvador, especialmente dos comerciantes. Em pouco tempo, cerca de 4 anos, o orfanato estava criado, com sede própria e recebendo asilados. O Colégio de Órfãos recebeu apoio devido à sua proposta: transformar menores vadios e desordeiros em cidadãos e trabalhadores necessários úteis[11].

Informações complementares sobre a fundação do orfanato, o apoio recebido do governo

---

[1]Em documentos daquela época encontrados na Casa Pia, é comum a denominação de "seminário" significando orfanato ou asilo.

e Coroa e sobre a educação do seminário, foram também encontradas no livro de Osmar Pinheiro, *Meu colégio, Órfãos de São Joaquim, minha vida*[12]. O autor, um ex-aluno, relembra seu passado no colégio e oferece importantes informações sobre a instituição.

A principal fonte de informação sobre o orfanato e seu processo educacional obtivemos do livro de Celso Suckhow da Fonseca, *História do ensino industrial do Brasil*[13]. Como no Brasil não existia ensino regular profissionalizante, o autor afirma que a Casa Pia foi a primeira instituição do Brasil a ocupar-se da formação de artífices e trabalhadores, educando menores órfãos. A Casa Pia iniciou a formação de artífices, futuros trabalhadores assalariados urbanos, em uma época em que o trabalho escravo ainda predominava. Fonseca informa que a criação do Colégio Casa Pia dos Órfãos de São Joaquim foi um dos primeiros passos dados no Brasil para a formação de operários, artifices e trabalhadores urbanos necessários ao crescimento das cidades e da burguesia comercia.

. *Hipóteses e fontes*

Sabe-se que em Salvador surgiu, no século XIX, um mercado para trabalhadores livres e assalariados. As instituições típicas de uma sociedade burguesa mercantil foram amadurecidas, surgindo instituições que fortaleciam o mercado e as relações sociais a ele associadas. Uma dessas instituições foi a Casa Pia de Órfãos de São Joaquim.

A Casa Pia atuou principalmente como fornecedora de trabalhadores especializados para a cidade em expansão, e cujos serviços eram contratados de modo diferente daqueles comumente adotados para os escravos que, na época, ainda eram maioria. O orfanato teve atuação importante na fase de transição entre o trabalho escravo e o assalariado, que se seguiu.

Para orientar este estudo formulamos algumas hipóteses, que podem ser assim explicitadas:

1) A cidade do Salvador tinha um contingente cada vez maior de vadios e mendigos, massa de desocupados sujos e desordeiros, socialmente perigosos. **A proposta da Casa Pia foi rapidamente aceita e recebeu adesão de membros da classe dominante e da Coroa, por ser vista como facilitadora de possível solução para os crescentes problemas sociais, atuando também na formação do trabalho assalariado na Bahia**. Temiam-se os miseráveis, a caridade cristã era uma tradição, e um seminário para órfãos, disciplinador e defensor dos bons costumes, era desejável;

2)A ausência na Colônia, de uma instituição dedicada à formação profissional regular dos humildes leva-nos a conceber que **a Casa Pia foi a primeira instituição no Brasil a ter um projeto pedagógico e profissional voltado para os muitos que viviam a margem da sociedade. Esse projeto estava voltado para a formação de trabalhadores urbanos, ordeiros e treinados, para atender às necessidades da época. Como resultado, muitas categorias profissionais de Salvador, tais como caixeiros, marceneiros, tipógrafos e outros, tiveram suas imagens formadas sob a influência do ensino da Casa e dos conceitos por ela defendidas.** ;

3)**A Casa Pia é obra e projeto principalmente de comerciantes de Salvador;**

4)**A Casa Pia aceitava e auxiliava, preferencialmente, menores que não tinham pai vivo ou que desconheciam, órfãos de pai. Dava também preferência aos ingressos na Casa Pia eram principalmente brancos e filhos de uniões legais**;

5) **Os escravos, base do trabalho na Colônia e no Império, foram excluídos, ou pelo menos discriminados, no processo de formação das novas classes trabalhadoras e assalariadas da Bahia**;

Sobre as fontes, é preciso destacar que a documentação da Casa Pia é muito rica e rara, composta por séries contínuas de documentos, bem conservados, que tratam da vida do orfanato, mas também de diversos aspectos da história do século passado.

A maior parte das fontes primárias utilizadas para esta pesquisa está sob a guarda dos Arquivos da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim. No arquivo da provedoria do orfanato encontramos os dois estatutos, de 1828 e 1910, os livros de atas, os registros de correspondência, os termos de saída, os relatórios das Mesas, os registros de diplomas, as pastas de cadastro dos alunos da Casa e o livro de registro dos ingressos. No arquivo geral do orfanato, pesquisamos correspondências diversas, livros de balancetes, registros de funcionários, diplomas, plantas, pedidos de ingresso e outros.

Os estatutos foram o principal instrumento que dispusemos para penetrar na realidade normativa e organização do orfanato, principalmente no que se refere à educação ministrada pela Casa, já que outros documentos que poderiam revelar a atividade pedagógica, como diários de classe, não foram encontrados. A comparação dos estatutos foi também importante para percebermos as alterações sofridas pela Casa ao longo do século XIX.

Os livros de Atas e registros de correspondência nos revelaram aspectos do cotidiano e da vida no orfanato, os procedimentos e propostas da Mesa, e são ricos em dados que nos revelam as relações do orfanato com a cidade e sociedade da época.

Livros de registros de ingresso e termos de saída foram os documentos mais utilizados para percebermos o papel da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim como formadora e fornecedora de mão-de-obra. São documentos ricos em informação sobre o destino e profissão dos menores, bem como sobre seus empregadores. Além disso, a documentação está completa e bem organizada, sendo de fácil manuseio.

As pastas de cadastros e livro de registros de ingressos são documentos seriados que informam com riqueza sobre etnia, idade, estrututa familiar e passado econômico e social dos menores. Informam também sobre a forma como o menor se inscreveu e foi aceito na Casa.

Os documentos do arquivo geral, principalmente as correspondências, serviram para complementar as informações dos documentos da provedoria.

No Arquivo do Estado da Bahia, também encontramos muitos documentos. Os principais foram as Cartas Régias que nos ajudaram a compreender como foi criado o orfanato, e os relatórios aos Presidentes da Província, através das quais pudemos observar parte do procedimento pedagógico e rendimento dos órfãos.

. *Metodologia*

A partir das hipóteses levantadas, o estudo se desenvolveu mediante análises quantitativa e qualitativa das fontes primárias. Organizaram-se os dados, e definiram-se as variáveis, tornando possível as tabulações apresentadas no decorrer da leitura. Por sua vez, estas possibilitaram a maioria das análises realizadas e funcionaram como parâmetros para compararmos nossos dados com aqueles contidos em estudos anteriores.

Utilizamos recursos de computador na organização e no auxilio à análise dos dados. Todos os cálculos e estatísticas foram trabalhados com planilha de cálculo, ferramenta computacional usada para o processamento dos dados e organização das tabelas.

.*Organização deste trabalho*

Esta dissertação organiza-se em três partes. A primeira conta com quatro capítulos. Inicialmente examinamos o ambiente em que surgiu o orfanato, focalizando Salvador e seu mercado de trabalho, bem como a estrutura social da época e principais atividades econômicas. O segundo capítulo trata do processo de criação do orfanato, da chegada do Irmão Joaquim, dos pedidos à família real para que se pudesse angariar fundos para a construção da Casa Pia e do apoio da comunidade, dos comerciantes e da Coroa. No terceiro capítulo, examinamos os processos administrativos e a legislação da Casa Pia, as funções de seus empregados e a relação com o governo. Discutimos os objetivos do orfanato e as formas adotados para atingi-los. No último capítulo desta parte, levantamos o perfil dos filantropos e da ação caritativa que sustentava a Casa Pia, procurando identificar os setores da sociedade que se interessavam pelo orfanato.

Na segunda parte, dividida em três capítulos, nos dedicamos a estudar a relação dos órfãos com o seminário. No primeiro capítulo analisamos o perfil do menor ingresso na Casa Pia, a idade de ingresso, o tempo em que permaneceu na Casa e quando dela saiu. Observamos o passado familiar do menor, seu grupo étnico e a situação econômica de seus pais. No capítulo seguinte, examinamos a organização do currículo escolar e o processo de ensino na Casa Pia, traçando um esboço do modelo pedagógico do seminário. O terceiro capítulo está dedicado ao destino dos menores após o período de estudo na Casa. Identificamos várias vias de destinos para os órfãos: eram encaminhados para trabalhar com mestres de ofício ou negociantes sendo que, no decorrer do serviço, deveriam aprender a profissão. A presença e a importância dos alunos da Casa Pia, nas categorias profissionais para as quais eram destinados, são também analisadas nesse capítulo.

A terceira parte está estruturada em dois capítulos. O primeiro mostra que, através do estudo do destino dos órfãos e das obrigações de seus empregadores perante o orfanato, pode-se acompanhar a evolução da forma de trabalho em Salvador. O orfanato participou como formador

e fornecedor de mão-de-obra especializada no período de transição entre o trabalho escravo e o assalariado. Sua atuação influenciou a construção dos novos conceitos sobre trabalho e remuneração, que estavam sendo elaborados naquele período. O segundo capítulo estuda os empregadores dos menores. Observa-se que os órfãos eram direcionados, preferencialmente, para empresas comerciais ou oficinas de artesãos.

A atuação da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim contribuiu para a formação da nova classe trabalhadora assalariada, que substituiu gradativamente os escravos, a partir da segunda metade do século XIX.

1.**ARIÈS, Philippe**; História social da criança e da família; pp. 165 - 186; **REVEL, Jacques**; Os usos da Civilidade in História da vida privada, da Renacença ao século das luzes; pp. 168 - 210.

2.**MATTOSO, Katia M. de Queiroz**; Bahia século XIX, uma província no Império; pp. 69 - 81

3.**MATTOSO, Katia M. de Queiroz**; Ser escravo no Brasil; pp. 61 - 64

4.**MATTOSO, Katia M. de Queiroz**; Bahia ...; pp. 527 - 530.

5.**MATTOSO, Katia M. de Queiroz**; Bahia ...; pp. 142 - 169.

6.**MATTOSO, Katia M. de Queiroz**; Bahia ...; pp. 151 - 166.

7.**ATHAYDE, Johildo**; Filhos legítimos e crianças expostas(notas para um estudo da família baiana no século XIX) in Revista da Academia de letras nº 27, pp 9 - 25.

8.**FRAGA FILHO, Walter**; Mendigos e vadios na Bahia do século XIX; pp. 8 - 108.

9.**FRAGA FILHO, Walter**; Mendigos ...; pp. 70 - 132.

10.**RUSSEL - WOOD**, A. J. R.; Fidalgos e filantropos, a Santa Casa de Misericórdia da Bahia 1550 - 1755; pp 115 - 123.

11.**FONTES, Henrique;** O Irmão Joaquim, o Vicente de Paulo brasileiro; pp. 7 - 151.

12.**PINHEIRO, Osmar**; Meu colégio, Órfãos de São Joaquim, minha vida; pp 8 - 12.

13.**FONSECA, Celso Sukhow da**; História do ensino induatrial do Brasil; Vol 3, pp. 99 - 159

I
A Instituição: Casa Pia de Órfãos de São Joaquim

1. Salvador, uma cidade comercial.

Salvador: metrópole colonial e praça comercial

Sede do governo geral da colônia, Salvador era centro administrativo e burocrático do Império Português na América. Cidade portuária, cresceu também como centro de apoio financeiro e material às culturas de exportação do Brasil, tais como cana-de-açucar e fumo. No século XVIII já se havia tornado importante praça comercial. Desde 1723 tinha uma *Mesa do Bem Comum dos Homens de Negócios*, forum de debates e decisões de âmbito comercial. Então o comércio era mais intenso em Salvador do que em qualquer outra cidade do reino, inclusive Lisboa[1]. A cidade também desenvolvia atividades comerciais com o Recôncavo e o Sertão, estendendo suas trilhas comerciais a Minas e ao Piaui.

Salvador era um exemplo de metrópole colonial e comercial[2]. Sua principal atividade, era sem dúvida, a exportação de bens de consumo produzidos no Recôncavo para o exterior, sendo importante também como depósito de bens vindos de Lisboa para serem revendidos no Brasil.

Podia-se diferenciar duas categorias sociais bem distintas. Uma formada por senhores, produtores e grandes comerciantes, e outra por elementos servis e escravos. Contudo a circulação de bens e mercadorias para o abastecimento interno, provocou a diversificação de sua estrutura social, tornando-a complexa, devido ao surgimento de categorias intermédiárias, quase todas ligadas a atividades mercantis locais ou aos serviços urbanos[3].

O crescimento da população acelera-se a partir do século XVIII, e a cidade passa a desenvolver atividades comerciais mais intensas com regiões vizinhas. O comercio regional e

o mercado interno tornam-se cada vez mais importantes. O quadro abaixo revela o crescimento populacional da cidade, nos primeiros três séculos de sua história.

QUADRO 1 - *Crescimento da população de Salvador*

ANO	POPULAÇÃO	BRANCOS	NÃO BRANCOS
1587*	4.000	-	-
1681*	12.000	-	-
1724*	25.000	-	-
1759*	40.263	-	-
1775**	34.253	28%	72%
1808***	51.112	20,4%	79,6%

Fonte:*SCHWARTZ, Stuart, B.; Segredos internos e escravos na sociedade colonial pp. 79 - 80; **REIS, João José; A morte é uma festa, p. 34; ***MATTOSO, Katia M. de Queirós.; Família e sociedade na Bahia do século XIX, pp. 22 - 24.

A cidade mostrava-se dividida em duas partes, com funções distintas. A *Cidade Alta*, situada no alto de uma elevação média de 90 metros, era mais arejada e preferida para as residências. Ai também estava instalada a sede da administração da Colônia. A *Cidade Baixa*, ao nível do mar o centro do comércio de exportações e de atividades comerciais regionais. O movimento portuário era intenso. Vendia-se e comprava-se, perfumes, chapéus, tecidos, porcelana, ouro, prata, instrumentos musicais e muitos outros produtos destinados, principalmente as elites. As quitandas ou feiras livres eram centros de abastecimento principalmente pera as camadas intermediárias e mais pobres da população. Pessoas vendiam nas quitandas tudo que traziam: peixe, carne assada, toucinho, carne e óleo de baleia, hortaliças, e outros. Além disso ambulantes vendiam toda a sorte de mercadorias pelas ruas. Também na *Cidade Baixa* estavam as sedes dos primeiros bancos, presentes na paisagem desde a 1ª metade do século XIX[4].

Estrutura Social da cidade

Para fins de análise, podemos reduzir a complexa estrutura social de Salvador quatro categorias fundamentais. No topo da estrutura social estavam as classes dirigentes, compostas basicamente por altos funcionários do governo, dentre os quais se destacavam magistrados, administradores, eclesiásticos e oficiais militares. Nessa camada estavam ainda grandes comerciantes e proprietários de terra. A seguir, havia uma camada intermediária, formada por funcionários públicos menos importantes, alguns profissionais liberais, comerciantes, taverneiros e mestres de ofícios nobres. A terceira camada estava formada por funcionários subalternos, oficiais mecânicos, pequenos comerciantes, vendeiros, ambulantes e pescadores. A quarta camada era composta basicamente pelos escravos, a força do trabalho da época, mas também por mendigos e vagabundos. Colocamos mendigos e vagabundos abaixo dos escravos dentro da quarta categoria. Nesse estudo também chamaremos os mendigos de vadios, vagabundos ou desocupados, como eram referidos na época . Constituiam uma população marginal e turbulenta, que vivia às custas da caridade, pois não conseguiam integrar-se ao mercado de trabalho[5].

Prosperidade econômica e oferta de empregos à população livre e escravos urbanos

Até a segunda década do século XIX, a Bahia viveu um período de prosperidade econômica. Especialmente os grandes comerciantes e proprietários, ligados à exportação lucraram muito nesse período. Por outro lado, entre 1751 e 1830 os salários diminuiram continuamente, e o desemprego cresceu sem parar. Era difícil para o trabalhador livre arrumar

emprego em uma sociedade escravista. Esse fato conduziu à existência de uma camada de homens livres e pobres, que não recebiam benefício da prosperidade da lavoura ou do grande comércio. Não somente os homens livres, também os escravos urbanos viviam essa mesma dificuldade. Aliás, na prática, escravos urbanos e os homens livres se confundiam. Em primeiro lugar porque muitos homens livres também sofriam as coerções e punições destinadas aos escravos. Além disso, os escravos de ganho podiam acumular dinheiro e competir pelo mesmo espaço e trabalho que os homens livres. Como consequência quando havia necessidade de trabalho braçal, a classe dirigente não diferenciava muito entre trabalhadores livres pobres e escravos[6].

Naturalmente, o crescimento da cidade aumentou a demanda de trabalhos mais refinados que não poderiam ser realizados por escravos. Precisavam de mãos-de-obra para atender aos novos ofícios mecânicos ligados ao avanço tecnológico, serviços comerciais e de escritório que exigiam mais preparo[7].

Essas novas ocupações cresceram em importância na mente dos trabalhadores livres. Pareciam-lhes atividades mais dignas, tendendo a valorizar aqueles que as exerciam. Ao contrário, os ofícios mecânicos mais tradicionais ou as ocupações que exigiam maior esforço físico, provocava-lhes certa repulsa, posto que, tradicionalmente, tais ocupações estavam destinadas aos cativos. A recusa dos homens livres em assumirem certas atividades acabou por contribuir para que o escravo de aluguel, se tornasse cada vez mais comum no decorrer do século XIX. Os escravos de aluguel eram trabalhadores cativos que vendiam sua força de trabalho, mediante a obrigação de repassar uma parte dos seus ganhos ao senhor. Manifestava-se a contradição do sistema. Ainda escravo para o proprietário, o trabalhador alugava seus serviços e recebia pelo seu trabalho com o locador[8].

Durante todo o período colonial o trabalho escravo sempre sustentou as atividades da colônia. Durante o século XIX os escravos começaram a escassear, até desaparecerem.

Em 1823 existiam na Bahia 237.428 escravos; em 1872 eram 167.824, 30% menos, apesar de a população total ter saltado de 434.464 para 1.211.792, ou seja três vezes maior[9]. Esse dado retrata como o número de escravos da cidade decresceu nesse tempo. Temos também conhecimento do percentual da população escrava na Bahia nos anos de 1808 e 1872. Em 1808 os escravos eram 35,3%, enquanto, em 1872, eram apenas 12,2%[10]. Não há dúvida de que a mão-de-obra escrava, antes abundante, e principal fonte de trabalho durante o período colonial, teve sua oferta abruptamente reduzida. Tal redução era previsível desde que consideradas as diversas medidas tomadas contra o tráfico e escravidão durante o século XIX. Em 1810 a Inglaterra impunha a Portugal a primeira lei contra o tráfico, como parte do tratado de apoio contra a França de Napoleão. Desde então, outras leis e tratados procuraram restringir cada vez mais o trafico. Até a década de 30 o mercado de escravos da Bahia parece ter se mantido inalterado, apesar dessas medidas. Em 23 de novembro de 1826 o Brasil assina com a Inglaterra um tratado que tornaria o tráfico ilegal no prazo de três anos. A assinatura desse tratado fazia parte das exigências inglesas para o reconhecimento da independência brasileira. A Inglaterra passa desde então a perseguir o tráfico(1830). Apesar da ação inglesa, as autoridades brasileiras e a comunidade acobertavam o tráfico, o que ainda o tornava possível. Apenas a partir de 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, o governo brasileiro passa também a proibir o tráfico[11]. De 1830 a 1851 chegaram escravos à Bahia, cada vez em menor número, vindos da África no período conhecido como de ilegalidade. A consequência dessa política de perseguição ao tráfico foi a redução da importação de negros. As médias anuais de chegada de escravos na Bahia permaneceram estáveis e em torno de 7000 por ano até 1830. Com a ilegalidade o número de escravos ingressos anualmente caiu muito, embora recomeçasse a crescer a partir de 1833, tanto que, de 1844 até 1850, a média de ingressos volta aos 7000 e até supera os 10000 em 1847. A lei Eusébio de Queiroz iria, finalmente, alcançou sucesso na proibição do tráfico atlântico: se em 1850 foram 9102 os escravos ingressos na Bahia, em 1851 foram apenas 785. Desde então, não

soude-se de nenhum navio negreiro que tivesse trazido novas cargas para a Bahia[12]. Com o final do tráfico o número de trabalhadores cativos sofre uma grande redução e a Bahia passa a conviver com uma constante carência de mão-de-obra.

Vagabundos, mendigos e vadios:

A recusa de homens livres em realizar trabalhos braçais, contribuiu para engrossar as fileiras de desocupados. Essa categoria era constituida por todo tipo de fugitivo, vadio e excluído do escravismo. Viviam da caridade da população e cada vez mais passavam a ser vistos como perigosos[13].

Nessa sociedade essencialmente católica, a existência dos mendigos permitia que as camadas mais altas dessem demonstração prática de piedade, principalmente por ocasião das festas. Piedade pelos pobres era manifestação de amor a Deus. Portanto a imagem do pedinte estava impregnada de simbolos sagrados. Sua existência possibilitava a salvação de muitos outros. Durante o século XIX, contudo, a laicização e higienismo foram transformando o significado da mendicância, que passou a ser considerada atividade suja e perigosa. Homens e mulheres maltrapilhos, com feridas expostas, vistas como focos de miasmas e epidemias, usando palavreado vulgar nas vias públicas , passaram a não ser mais admitidos[14].

A partir de 1830, medidas foram tomadas para beneficiar a mão-de-obra livre em detrimento da escrava ou dos libertos. Contudo, a mão-de-obra escrava permaneceu importante durante quase todo o século XIX, e a escassez de empregos continuou a empurrar a maioria dos homens livres para ocupações passageiras e para a mendicância. A vadiagem começou então a ser perseguida. Patrulhas iam em busca de vadios itinerantes, e mesmo daqueles com pouso fixo. Além da repressão, o governo pensava em outras formas de controle e tutela. Ao longo do período colonial e imperial, o governo sempre procurou ter os pobres, cadastrados e sob controle

das autoridades, já que diferente dos escravos os vadios não estavam sob vigilância direta de proprietários. As autoridades procuravam por em ordem populações fora do controle senhorial. O insucesso das tentativas de tutela foi causado principalmente pelo acelerado crescimento dessas populações, especialmente negros e mestiços, impossibilitando o governo de ter o controle desejado.

À medida que o escravismo se dissolvia, os vadios passaram a ser vistos como braços disponíveis, que deveriam ser empregados no trabalho. Não mais eram vistos com indiferença, ou como repositórios da caridade cristã. Havia uma necessidade de incorporar mendigos, pobres e vadios ao processo produtivo. Já no final do século XVIII, Vilhena alertava para a necessidade de transformar a população vadia em braços úteis. Para as classes dirigentes os vadios eram considerados perigosos, posto que o desemprego e a miséria muitas vezes levavam a revoltas, ao crime e a problemas sociais mais sérios .

Desocupados e etnias:

A cor de sua pele influía no tratamento diferenciado que se dava aos vadios. Desde o início do período colonial, a sociedade baiana havia conseguido recriar a aristocracia e a plebe, com base na raça e na aculturação. Quanto mais o indivíduo estivesse próximo ds padrões europeus, aceitando sua religião e valores culturais, e mas também quanto mais clara fosse sua pele, mais preparado estaria para receber proteção e favores da sociedade. Na base dessa sociedade estava o escravo, negro e africano. A escravidão despojava o indivíduo de qualquer sentimento de auto-estima ou honra[15]. Como consequencia dos valores sociais vigentes, os brancos, ainda que de pobreza absoluta, podiam contar com uma melhor acolhida por parte das instituições de caridade. Os mestiços tinham menos vantagens, mas os negros alforriados tinham grande dificuldade, e representavam 1/3 dos indigentes e mendigos[16].

Os dados do QUADRO 1, mostram que a população branca diminuiu, e crescia a de mulatos e negros livres, sujeitos às dificuldades do mercado de trabalho da época. Vemos também que a população da cidade evoluia para uma situação onde os negros e mestiços livres eram maioria cada vez mais expressiva.

Negros entre os desocupados

É importante saber se a proporção de negros e brancos na população total de Salvador, era a mesma de negros e brancos entre os e vadios da cidade. Desta forma poderemos verificar se a cor da pele contribuia para que o indivíduo vivesse como desocupado. Através da pesquisa de Walter Fraga filho, Sabe-se que entre os mendigos e indigentes que deram entrada no hospital da Misericórdia entre 1847 e 1855, 14,8% eram brancos, 37,8% pretos, 21,3% crioulos, 20,2% pardos, 4,8% cabras, 0,1% caboclos e 1% de etnia ignorada. Embora esse período já esteja um pouco adiantado em relação ao apresentado na última tabela, tais dados servem como indicativo de como o crescimento da populção livre não branca influenciava no crescimento da população não-branca de mendigos. Existiam proporcionalmente menos brancos somente entre os vadios do que se considerarmos toda a população da cidade.

Além de desejarmos saber a proporção de negros entre os vadios, seria útil sabermos quantos mendigos eram menores, assim estaríamos percebendo a importância do contingente de crianças no total dos desocupados.

Entre os vadios e mendigos, que deram entrada na Misericórdia entre 1847 - 1856, os menores eram 2,5%. Se para os adultos livres a dificuldade de encontrar ocupação na sociedade escravista era grande, podemos imaginar que para as novas gerações as alternativas eram ainda menores. Nas tendas dos mestres de ofício eram submetidos a rigorosa disciplina, castigos e tarefas estafantes. As peraltices e vadiagem nas ruas poderiam ser sinal de desdém, indiferença,

protesto e resistência ao mundo adulto. Aos 7 anos aproximadamente, começavam o aprendizado de um ofício junto a um mestre. A opção pelas ruas poderia ser desencadeada exatamente por atritos durante a aprendizagem.

A situação se complicava ainda mais para as autoridades quando os vadios eram menores, pois menores livres se misturavam a escravos, sem distinção. Os meninos de rua pareciam subverter a hierarquia social do mundo adulto.

Durante o século XIX as autoridades tomaram medidas para disciplinar a presença de menores nas ruas da cidade. Procuravam dispersar ajuntamentos noturnos, acabar com a participação em jogos, festas, extinguir divertimentos de rua e brincadeiras. Participando do contingente de vadios, e misturados na cidade, os menores também acabavam por se envolver em crimes e atividades perigosas.

Entre os menores vadios, a cor da pele tinha peso específico. Entre 1840 e 1870, 95% dos menores mencionados nos relatórios da polícia eram não brancos, 60% eram crioulos, pouquíssimos brancos(5%), indicando que os menores brancos vadios eram poucos ou menos sujeitos a prisão[17].

Para este estudo é importante destacar que 57% dos menores vadios eram órfãos. Esta constatação estabelece uma ligação entre a pobreza, vadiagem e o menor órfão ou abandonado. Desde a fundação de Salvador, os expostos, como eram chamados os abandonados, estavam sob os cuidados do Senado da Câmara. Em 1726 começou a funcionar na Santa Casa a "roda" dos expostos[18]. Desde então os abandonados passaram a ficar sob a responsabilidade da Misericórdia, que recebia ajuda financeira para esse fim. É importante constatar que grande número dos expostos eram brancos. Entre 1830 - 1859, dos 1802 expostos recolhidos pela Santa Casa, 805, (44,7%) eram brancos. Esses dados contrariam aqueles dos relatórios de polícia acima referidos, que apontam apenas 5% de menores brancos. A explicação pode estar exatamente na maior chance que tinham os brancos de serem protegidos pela sociedade, sendo preferidos pelos asilos.

O sucesso da Santa Casa era relativo. Em primeiro lugar, porque, na maioria dos casos, os menores recolhidos acabavam perecendo; os que cresciam eram mandados para casa de particulares que recebiam ajuda da institutição para cria-los. Contudo muitos desses particulares não tinham, em relação ao menor, o comportamento que a Santa Casa esperava. Utilizavam-se dos recursos e do trabalho do menor em benefício próprio. Apesar da Santa Casa, o número de menores nas ruas continuava crescente e perigoso[19].

Adultos ou menores, o fato é que a maioria dos excluidos, eram componentes da população livre e pobre. Se o individuo fosse não branco tinha menos chance de ser socorrido pelas instituições de assistencia. Os escravos acabavam sendo mais protegidos pois faziam parte do patrimônio do senhor, enquanto o livre ou liberto não. Além disso, tradicionalmente, os serviços de urbanização eram confiados ao cativo, o que retirava da população livre algumas oportunidades de trabalho[20]. A ociosidade da população livre era reconhecida, e considerada incômoda.

Quando alguem enriquecia logo se livrava do trabalho pesado, que era considerado coisa da escravaria; os livres pobres não queriam ser identificados como escravos e entregavam-se à vadiagem[21]. Vilhena chegou a sugerir, como forma de controle, que a polícia fosse capaz de cadastrar nas cidades os preguiçosos e vadios: uma vez cadastrados em listas detalhadas, estes seriam encaminhados, classificados pelo sexo, e posição social, e então poderiam ser encaminhados para diversos serviços, para depois prestarem contas a algum responsável[22].

Foi nesta cidade do Salvador, cheia de contradições, próspera, mas em constante crise social e de abastecimento, formada de ruas barulhentas, cheias de comerciantes e ambulantes, de escravos trabalhando, e também de mendigos, menores abandonados e desordeiros de toda sorte, que um irmão leigo, Joaquim Francisco do Livramento, aportou no ano de 1796.

1.**VIANNA FILHO**, Luis; O negro na Bahia, p. 45.

2.Segundo definição de Pierre George, metrópoles coloniais são "cidades fundadas com objetivos comerciais por populações emigradas durante o período colonial, tendo somente dois setores de atividades: o setor primário regional e o terceario", **apud** Katia Mattoso, Bahia século XIX, uma província no Império, pp. 75 - 78.

3.**MATTOSO**, Katia M. de Queiros; Bahia, século XIX, uma província no império, pp. 69 - 81.

4.**MATTOSO**, Katia M. de Queiros; Bania ..., pp. 487 - 508.

5.**MATTOSO**, Katia M. de Queiros; A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX, pp. 151 - 166.

6.**REIS**, João José; Rebelião escrava no Brasil, pp. 13- 36.

7.**SCHWARTZ**, Stuart, B..; Segredos ..., pp. 214 - 216.

8.**OLIVEIRA**, Maria Inês Cortês de; O liberto: o seu mundo e os outros(Salvador 1790 - 1890) , pp: 40 - 41.

9.**MATTOSO, Katia M. de Queiroz**; Ser Escravo no Brasil; p. 64.

10.**MATTOSO, Katia M. de Queiroz**; Bahia ... ; pp. 64.

11.**VIANA FILHO, Luis**; O negro na Bahia; pp. 127 - 132.

12.**MATTOSO, Katia M. de Queiroz**; Ser Escravo ... ; pp. 61.

13.**MATTOSO**, Katia M. de Queirós.; A cidade ..., pp. 151 - 166.

14.**FRAGA FILHO,** Walter; Mendigos e vadios na Bahia do século XIX, pg: 8 - 108.

15.**SCHWARTZ**, Stuart B.; Segredos ..., pp. 214 - 216.

16.**FRAGA FILHO,** Walter; Mendigos ..., pp. 15 - 19.

17.Ibid., pp. 70 - 132.

18. Roda de madeira que possibilitava uma pessoa a abandonar uma criança sem que pudesse ser vista. A criança era colocada pelo lado de fora, e posteriormente alguem a puxaria, através de mecanismos, para dentro do asilo. Outros dados deste trabalho serão usados logo a seguir. **ATHAYDE**, Johildo Lopes de; "Filhos ilegítimoss e crianças expostas, notas para um estudo da família baiana no século XIX", Revista da Academia de Letras da Bahia, 27, pp. 9 - 25.

19.**FRAGA FILHO**, Walter; Mendigos ... , pp. 116 - 132.

20.**SOUZA**, Paulo Cesar; A Sabinada, a revolução separatista da Bahia, pg: 131 - 153.

21.**AZEVEDO**, Thales de; Povoamento da cidade do Salvador, pg: 169 - 174.

22.**VILHENA**, Luis dos Santos; A Bahia no século XVIII, Vol 3, pg: 925 - 926.

O Irmão Joaquim e seus interesses na Bahia

O catarinense Joaquim Francisco do Livramento tornou-se muito conhecido na Bahia, pelo vulto de sua obra. Muito cedo havia entrado para a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito(1782). Em seguida, requereu admissão na Ordem 3ª de São Francisco e alcançou do provincial a faculdade de andar de hábito descoberto, isto é sem capuz. Passou a ser conhecido então como Irmão Joaquim. Estudioso, desde muito jovem, da doutrina cristã e franciscana, dedicou toda a sua vida a andar pelo Brasil, exercitando a caridade para com os necessitados, comportamento muito valorizado em sua época[1].

Segundo Henrique Fontes, seu biografo, o Irmão estava de passagem por Salvador, com destino a Portugal, comoveu-se com o estado de abandono em que viviam pobres e meninos de rua. Obteve um atestado assinado pelo Juiz-de-fora, por vereadores e pelo procurador do Senado da Câmara, datado em 16 de março de 1796, informando que "o número de miseráveis e infelizes que perambulavam pelas ruas da cidade era superior ao dos que, por caridade, poderiam ser recolhidos no hospital da Santa Casa". O mesmo documento afirmava que "era grande a quantidade de meninos órfãos e desvalidos que vagavam pelas ruas a mendigar, sem nenhuma educação, sendo todos dignos da consideração da Rainha". Terminava falando da necessidade de estabelecer-se "um hospital público e um seminário para os inocentes" em Salvador. Com esse atestado em mãos, o Irmão Joaquim requereu à Rainha D. Maria I autorização para construir o hospital e o seminário de órfãos[2].

Não obteve de imediato a autorização desejada. Nem encontrou qualquer notícia referente ao pedido, quando voltou à Bahia em 1798. Porém, no dia 10 de maio desse ano, recebeu um apoio concreto: o casal Teodoro Gonçalves da Silva e Ana de Souza Queirós e Silva fez a primeira doação, visando a recuperar o antigo noviciato dos Jesuítas para a construção de um

seminário destinado a crianças e órfãs. Ainda em maio, o Cônego Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque e mais quarenta e seis pessoas assinaram uma petição dirigida à Rainha solicitando-lhe que atendesse ao pedido do Irmão Joaquim[3]. No início do ano seguinte, a Rainha concedeu ao Irmão Joaquim licença para que reunisse doações, com o objetivo de criar um hospital público e pediu ao governador que "nomeasse um depositário dos recursos e que verificasse sobre sua correta aplicação" [4].

O sucesso do Irmão Joaquim

Em apenas três anos, o Irmão Joaquim conseguiu ajuda de particulares, adesão de cidadãos influentes, autorização da Rainha e apoio do poder público, , além da intenção de destinar-se o Noviciato dos Jesuítas, um prédio abandonado, mas suntuoso, para o hospital que desejava construir. A rapidez com que seu ideal foi concretizado merece um exame mais cuidadoso.

Como já foi referido, o número de desocupados, e de crianças, pela cidade era grande e preocupante. As autoridades consideravam que os aglomerados de miseráveis maltrapilhos eram fontes contínuas de doenças e pragas que vez por outra, assolavam a cidade; eram vistos como focos de insalubridade que serviam de veículo para a transmissão de muitas doenças que atingiam todas as classes. Além do mais, desempregados ou vivendo de ocupações temporárias, à margem do processo produtivo, esses vadios eram tidos como perigosos provocadores de turbulencias sociais.

Conforme visto no capítulo anterior, a comunidade percebia os miseráveis como excluídos e tinha conhecimento e temor da forma como aquela malta de necessitados pudesse reagir a pressões e privações maiores, inclusive pondo em risco a estabilidade da organização vigente. Misturadas nas ruas com esses grupos, as crianças eram objeto de temor ainda maior, pois representavam a possibilidade deo futuras desordens.

Desde o século XVII, a *Civilidade Pueril*, obra pedagógica de Erasmo De Roterdã, já havia sido aceita como modelo das escolas, tanto católicas, como protestantes. Era aceito, por escolas femininas, masculinas e mesmo por universidades. Finalmente, no último terço do século, as escolas de caridade adotaram o modelo erasmiano, voltado para as crianças pobres das cidades. Nesse caso, reforçava-se a atuação sistêmica e autoritária do modelo pedagógico original. O adestramento dos corpos e a vigilância sobre o tempo e espaço das crianças eram muito importantes. Exercícios escolares, exercícios físicos, adestramento profissional e social, boas maneiras e máximas morais eram recomendados. No século XVIII e primeira metade do XIX, a *Civilidade* conheceu maior popularidade, orientando a educação de burgueses, proletários e menores carentes. O modelo oferecia uma fórmula confiavel para transformar a infância perigosa, educada nas ruas e convivendo com tradições populares, em braços úteis necessários para as novas indústrias e técnicas de produção que surgiam[5]. Seria importante acrescentar que, em 1762, *O Emílio* de Rousseau passou a ser valiosa contribuição à pedagogia da época ao destacar a execução de trabalhos manuais e sua relação com o desenvolvimento da compreenção[6]. Estes desenvolviam a verdadeira natureza e habilidades das crianças que, ao executá-los, se distanciavam das más influências dos habitos da sociedade. O trabalho manual passou a ser visto como saudável meio, para desenvolver as potencialidades naturais das crianças.

O ducumento lavrado em 1796 pelos vereadores e autoridades de Salvador já fazia referência aos "meninos que vagavam sem educação alguma". O referido abaixo-assinado feito pelo Cônego Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque e mais quarenta e seis pessoas(1798), fala claramente das "quase inevitáveis desordens" que haviam na cidade, devido à falta de um seminário para a educação dos órfãos. Ao fazer a primeira doação ao Irmão Joaquim, o casal Silva se refere à necessidade de um seminário que execute "uma perfeita educação" em beneficio dos menores, "como prelúdio mais certo e evidente dos bons ou maus costumes que no decurso

dos anos adquirem". A carta de doação destaca que tal seminário significaria um bem público para a cidade.

Esses documentos expressam piedade, a tristeza em ver-se morrer menores nas portas das igrejas. Para superar esses sentimentos, o argumento mais forte é sempre o da educação e o do bem que o seminário faria à cidade. Por outro lado, fica clara a crença no seminário como ferramenta eficiente para remediar a situação de abandono dos menores e das desordens por eles provocadas. Há certa identidade entre o discurso dos documentos e o da *Civilidade* de Erasmo, já divulgado na época, e aplicado largamente, inclusive em escolas para menores carentes, na Europa. Compreende-se, assim, a rápida adesão de membros da alta classe, e da Rainha, à idéia do Irmão Joaquim. O temor existia, a caridade cristã era tradição, e um seminário para órfãos, disciplinador, defensor dos bons costumes, e inibidor dos maus era desejável.

Anos mais tarde, ainda encontramos a influência do pensamento erasmiano na Bahia, o que mostra a força de sua penetração . Em 1832, manifestantes federalistas preocupavam-se com mendigos, e especialmente com jovens que andavam vagabundando, sem educação e "civilidade". Usavam a palavra título da obra de Erasmo. Propunham os federalistas que os jovens fossem vigiados[7].

A caridade era uma virtude tradicionalmente cultivada pela aristocracia. Consideravam-na importante obrigação de classe que possibilitava projeção social e remissão dos pecados[8]. Mas o Seminário do Irmão Joaquim, embora sempre associado à caridade, tinha como principal argumento filantrópico o investimento na sociedade, dar disciplina e bons costumes aos jovens para livrar a cidade de perigosas desordens. Sua criação fazia parte de uma tendência, que acabaria por prevalecer no decorrer do século XIX, e que pregava uma postura mais disciplinadora para com a caridade. O homem livre e pobre deveria ser removido de uma situação que a elite definia como indolente, para tornar-se mão-de-obra. Especial combate seria dado à mendicância infantil, para evitar a proliferação de adultos vadios, no futuro[9].

A primeira casa de órfãos

O Noviciato dos Jesuítas estava abandonado desde 1760. Os Jesuítas haviam sido expulsos do Brasil em 1º de setembro de 1759, mas ficaram presos no noviciato até o ano seguinte, quando foram levados para a Europa[10]. Desocupado, o prédio foi lembrado pelo casal Silva para ser sede do seminário do Irmão Joaquim. Contudo não foi logo destinado ao asilo. Através de Ordem Régia de 2 de março de 1803 o Principe Regente D. João deu autorização para que o antigo Noviciato fosse usado como armazem para receber escravos vindos da costa da África[11].

Entretanto a autorização da Rainha para que o Irmão Joaquim colhesse donativos, provocou a multiplicação de doações[12]. Em 16 de agosto de 1799, comprou o Irmão Joaquim, com o dinheiro das primeiras doações, uma casa próxima à capela de São José do Ribamar, freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. É nesta data e local que o Irmão Joaquim instalou a Casa de Órfãos da Bahia, que passou a abrigar alguns meninos. Desde o início, a preocupação com as crianças não era somente dar-lhes abrigo e alimento, mas também formação religiosa, alfabetizá-los e ensino de uma arte de ofício [13].

O orfanato prosperou e, quatro anos mais tarde(16 de julho de 1803), recebeu um atestado do Cabido da Catedral Metropolitana que confirmava o zelo com que o Irmão Joaquim recebia as esmolas e administrava o orfanato, "onde recolhia menores desamparados e, com a ajuda de um sacerdote, os instruia na doutrina cristã, fazendo-os aprender as primeiras letras com um professor pago". Terminada a aprendizagem fundamental, eram encaminhados para mestres de ofício como aprendizes. Muitos deles mostravam talento nos ofícios o que, segundo o atestado, comprovava a utilidade pública do orfanato[14].

Na verdade ao preparar meninos para o trabalho em oficinas, alfabetizados, o Irmão Joaquim preparava mão-de-obra com boa qualificação, para a época.

Na Europa, desde a Idade Média, os jovens entre 7 a 9 anos, eram enviados para a casa de

terceiros, onde serviam e conviviam com seu instrutor, aprendendo, através da convivência com os mais experientes, sua futura profissão. Era um processo espontâneo, natural, não contendo nenhum elemento sistemático ou programa específico. O único controle era exercido pelas corporações de ofícios, que mantinham algumas regras para o aprendiz e seu mestre, mas sem projeto pedagógico algum[15].

Desde o final da Idade Média esse sistema de camaradagem passou a sofrer cada vez mais a oposição das classes dominantes, por possibilitar que a comunidade fugisse da disciplina necessária ao sucesso do processo produtivo urbano e industrial, que cresciam com o capitalismo. Surge então a escola, o colégio, e a disciplina da sala de aula; separação de alunos por idade, pedagogia específica para cada grupo ou categoria social, preparo e formação mais adequada e coletiva de mão-de-obra voltada para o atendimento das novas necessidades da sociedade[16].

Os Jesuítas haviam iniciado o funcionamento de escolas e colégios no Brasil. Quando de sua expulsão, havia em Salvador 7 classes: primeiras letras, rudimentos de lingua latina, sintaxe e sílaba, retórica, matemática, filosofia, teologia e moral. No final do século XVIII, existiam 4 classes de lingua latina, 1 de geometria, 1 de grego, 1 de retórica, 1 de filosofia e 6 de primeiras letras[17].

Esse ensino era bastante teórico, voltado para aspectos religiosos e distante da realidade material da população. Não havia formação profissional. Além disso, estudar era privilégio da aristocracia e de camadas urbanas menos necessitadas, que no século XIX passaram a considerar a formação escolar elemento importante de distinção e ascensão social[18]. A aprendizagem popular, assim como a europeia que a originou, era direta, pelo convívio, imitação e observação. O aprendiz era colocado sob a guarda de um mestre, em sua casa. O mestre ensinava-lhe o ofício na medida do convívio, educava-o de um modo geral, e também, como parte da educação servia-se dele, principalmente em serviços domésticos. O aprendiz não recebia pagamento, mas unicamente alimentação e vestuário. Poderia ser castigado, até fisicamente. Não havia

sistematização na transmissão do conhecimento, nem programa a seguir[19].

O atestado conferido ao Irmão Joaquim sugere que o seu seminário iniciou um processo de educação sistemático, pedagogicamente organizado, para a formação dos menores. Órfãos das camadas mais baixas da população, que provavelmente não teriam acesso a escola alguma, entravam para o seminário e lá participavam de um processo pedagógico, composto de estudo de primeiras letras, formação moral e religiosa. Após esse preparo, era enviado a mestres, para formação profissional, conforme já referimos.

Provavelmente a forma como os mestres ensinavam e tratavam os alunos enviados pelo seminário, não era diferente da que aplicavam a aprendizes provenientes dos acertos por convívio com vizinhos, amigos ou conhecidos. Certamente continuavam mesclando momentos de ensino profissional com outros para exercício de serviços domésticos. A diferença é que quando o seminário enviava seus alunos para as oficinas, estes já teriam passado pela formação básica e estariam cumprindo uma segunda etapa de estudos. Do ponto de vista do seminário, era um procedimento previsto e projetado. Um programa de formação, em outras palavras uma sistematização na transmissão de conhecimento. Não temos notícia de outra instituição ou organização que tenha tido tal projeto, atuação pedagógica e profissionalizante, em período anterior. No estado atual da pesquisa podemos afirmar que a Casa de Órfãos da Bahia, do Irmão Joaquim, foi a primeira instituição no Brasil a ter um projeto pedagógico e profissional, voltado para, marginais e membros das classes trabalhadoras. A primeira instituição onde o triangulo escola-profissão-trabalho foi considerado em seu conjunto.

É importante destacar que a ligação entre formação profissional, escola e trabalho, nasceu na Bahia, e no Brasil, para atender aos órfãos, "aos deserdados da sorte", em uma época onde predominava a organização escravista do trabalho[20].

Ao alfabetizar e dar formação profissional nas artes de ofício, o Irmão Joaquim estava também contribuindo para aumentar a oferta de mão-de-obra na cidade. Mão-de-obra

especializada e "civilizada", com formação moral e religiosa, e ordeira como se desejava.

Ainda que o mercado de trabalho da cidade não diferenciasse muito entre livres pobres e escravos, existiam, alguns oficios que eram mais comuns aos brancos. Eram oficios considerados nobres, como joalheria ou ourivesaria; oficios mecânicos em geral, como serralheiria ou alfaiataria. Pardos livres exerciam empregos mais humildes, embora muitos deles, os mais instruídos, fossem também artesãos. Havia inclusive escravos artesãos, embora em menor número[21]. O que interessa aqui destacar é que, independentemente do fato de os oficios mecânicos serem exercidos por brancos, pardos, negros livres ou escravos, tais ocupações exigiam preparo, e eram reconhecidas pela sociedade como especialidades.

Já dissemos que havia carência de mão-de-obra qualificada. Entre os escravos apenas cerca de 20%, no período de 1811 e 1860, dedicavam-se aos oficios especializados. Destes, 6,3% eram pedreiros, serviço mais pesado e menos valorizado. Se tomarmos as listas eleitorais como referencial constataremos que 37% da população livre era constituida de artesãos. Esta é uma estimativa global, que não considera quantos exerciam oficios especializados, e quantos estavam voltados para outros oficios[22].

A falta de braços era motivo de queixa constante registrada em Vilhena, que, como já vimos, sugeria o aproveitamento de mendigos e vadios[23]. Essas observações permite-nos concluir que os jovens a serem preparados pelo Irmão Joaquim contribuiriam para aumentar a oferta de mão-de-obra especializada. Não se admira, portanto, que a sua iniciativa recebesse apoio crescente de diversos setores da sociedade.

Provavelmente o atestado conferido ao Irmão Joaquim pelo Cabido da Catedral contribuiu para que o Príncipe Regente D. João reconhecesse oficialmente, aprovasse e autorizasse o funcionamento da Casa de Órfãos da Bahia, e, mais ainda pedisse ao governador que dispensasse cuidados ao orfanato(17 de outubro de 1803)[24]. Em decorrência o governador, D. Fernando José de Portugal, nomeou no ano seguinte, o Irmão Joaquim administrador da Capela de São José

do Ribamar e das seis casa do seu patrimônio, vizinha à sede até então utilizada pelos órfãos. Quando o Irmão se transferiu para a Capela, levou consigo 40 meninos do orfanato[25].

Quatro anos depois (14 de janeiro de 1807), através de Carta Régea, D. João promoveu o Irmão Joaquim para o cargo de Diretor da Casa de Órfão. Para tanto, anulou a nomeação do governador e, no mesmo ato, autorizou o funcionamento do orfanato, doando a mesma Capela de São José. O documento declara que caso a finalidade da instituição fosse extinta, a Capela voltaria para a administração real. Refere-se ainda à existência de 40 menores recolhidos[26]. Assim o orfanato adquiria existência legal e o reconhecimento da Coroa.

Não são conhecidos os motivos que levaram o Irmão Joaquim a requerer que a direção do orfanato passasse para o Arcebispado, mas sabe-se que em dezembro de 1808, uma carta régia transferiu a administração do orfanato para a Igreja. O Irmão teria viajado para Portugal, e de lá regressou, juntamente com a família real, fugindo de Napoleão. Teria se mudado para o Rio de Janeiro, para ficar próximo à família real, a fim de continuar suas obras de caridade[27]. O asilo passou a se chamar Casa Pia de Órfãos de São José e a ter sua administração confiada à Ordem Religiosa do Arcebispado da Bahia[28].

A iniciativa do Irmão Joaquim havia conquistado grande interesse, não só a comunidade, mas a Coroa, o Governo Geral e o Arcebispado, envolveram-se no projeto. A presença física do Irmão nãs era mais necessária para a continuidade e funcionamento da instituição. Concebida por particulares, criada e administrada pelo Irmão Joaquim, que não era funcionário público, o orfanato recebeu proteção e doações do governo. Passa a fazer parte da política de D. João e do Governo da Capitania. A conjunção do apoio privado e da assistência governamental transformou uma tímida iniciativa individual em importante instituição de utilidade pública.

Desde o século XVIII o governo de Portugal passou a manifestar maior interesse na formação de artífices. D Maria I criou, nos arsenais da marinha, o primeiro corpo de mestres de ofício destinados ao ensino das artes. Com a transmigração da família real para o Brasil esse

interesse aumentou. D. João organizou. no Rio de janeiro,(1809) o Colégio das Fábricas, destinado ao treinamento de artífices e aprendizes vindos de Portugal e uma companhia de artífices para o exército, com organização militar, mestres artífices eram sargentos, contra-mestres, cabos. O Príncipe tinha clara a necessidade de escolas que facilitassem o aprendizado dos ofícios e o surgimento de fábricas. Para tanto, mandou buscar profissionais em Portugal e na França. A Casa de Órfãos da Bahia, agora Casa Pia de Órfãos de São José, com seus objetivos pedagógicos e profissionalizantes, cabia perfeitamente nos planos da Coroa.

Da Casa Pia de Órfãos de São José a Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim

A Casa Pia de Órfãos de São José seguiu administrada pela diocese. Em 1811 encontramos referencias a ela no periódico *Idade D'Ouro*, que fala sobre os 24 órfãos nela asilados e 5 porcionistas(alunos residentes com os pais. fora do colégio), aceitos no asilo como internos sob pagamento mensal. O jornal comenta sobre o ensino de primeiras letras, gramática latina e música ministrados no orfanato[29].

Após dez anos de administração diocesana(1818), o Conde de Palma, governador geral da Bahia, resolveu, de acordo com comerciantes da cidade, que parte da comemoração da coroação de D. João fosse feita com doações ao asilo e ampliação de suas instalações e atuação[30]. Em 31 de julho D. João revogou a mencionada Carta Régia de 1808, transferindo da diocese a administração da Casa Pia para o governo da Província. O mesmo diploma louva a iniciativa dos comerciantes da cidade, de regenerar e dar estatutos à casa de órfãos[31]. Por outro lado, o Conde de Palma tomau providências, para que o orfanato ganhasse nova sede. O Principe Regente doou o antigo prédio do noviciato dos Jesuítas, lembrado quando da primeira doação particular, para o orfanato[32].

O apoio dado pelo comerciantes de Salvador, torna claro que eles tinham grande interesse

na existência e atuação do orfanato. Esse fato aviva a curiosidade para o estudo mais detalhado do funcionamento da instituição e dos seus estatutos, elaborados por iniciativa do governador e dos comerciantes. A primeira Mesa administrativa da Casa foi eleita em 12 de abril de 1819[33]. Em 12 de junho do mesmo ano, o Conde de Palma enviou para Antônio Vaz de Carvalho, mesário eleito com a primeira mesa, e administrador da Casa Pia, uma lista de subscrição de doações diversas que serviriam de subsidio para o orfanato, enquanto os rendimentos doados pela Coroa não começassem a chegar[34]. Pouco depois, o Rei D. João VI doava à Casa 40:000$000(quarenta contos de reis) que seriam depositados no Banco do Brasil, e concedia-lhe 6 anos de loteria no valor de 4:000$000(quatro contos) cada ano[35]. No mesmo documento, passava o diploma de doação do prédio do noviciato dos Jesuítas para o orfanato, mas com o mesmo cuidado com que doou a Capela de São José: caso a instituição deixasse de existir, o prédio voltaria as mãos do governo. No documento, estão revelados todo o apoio, a iniciativa e o desejo de que os recursos fossem aplicados para a restauração do antigo prédio[36].

Na restauração foram gastos 80:000$000(oitenta contos de reis), além de material ofertado por negociantes e pessoas abastadas. Os estatutos foram aprovados provisoriamente em 17 de fevereiro de 1821[37]. Nos anos de restauração e elaboração dos estatutos, a Casa Pia esteve sob a administração da primeira Mesa eleita. Dessa mesa fazia parte o próprio governador da Bahia, Conde de Palma[38]. Quando da eleição da 2ª mesa, 3 anos depois, o orfanato contava com 33 menores. A redução do número de asilados provavelmente se deve ao esforço para concentrar recursos na restauração do novo prédio, o que desviava capital necessário para manter mais órfãos na Casa[39].

As guerras de independência interromperam a atuação normal da 2ª mesa, pois muitos dos seus membros, portugueses, fugiram da cidade. Esse fato obrigou o governo a nomear uma Mesa provisória(21 de maio de 1824), sendo a definitiva eleita em 12 de dezembro do mesmo ano[40]. Quando do aniversário de D. João VI, em 12 de outubro de 1825, inaugurou-sea nova sede do

orfanato, no antigo prédio do noviciato dos Jesuítas. As novas instalações, vizinhas ao trem militar, antigo nome dado as oficinas do exército, facilitavam o aprendizado das artes. Desde então o orfanato passou a ser conhecido como Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, em homenagem ao seu fundador. Nesse dia 28 menores foram transferidos , que estavam na Capela de São José, para as novas instalações[41].

No importante trabalho sobre a evolução do treinamento profissional no Brasil de Celso Sukhow da Fonseca, encontramos que a Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, iniciou no Brasil, a tradição de direcionar as populações de menores órfãos ou carentes, para dar-lhes instrução profissional e torná-los úteis à sociedade[42].

O conhecimento apresentado sobre o surgimento e propostas da Casa Pia até aqui, só ficará completo ao estudarmos o modelo criado e suas modificações, durante o tempo em que atuou o primeiro estatuto. Esse estudo dará uma visão mais rica e precisa do que desejavam os criadores da instituição, bem como das ferramentas que possuiam para realizar seu projeto.

1.**FONTES**, Henrique; O Irmão Joaquim, o Vicente de Paulo Brasileiro, pp. 7 - 28 e pp. 147 -151

2.Além de prover o tratamento de doenças os hospitais na época eram também asilos para a pobreza e os necessitados.**RUSSEL - WOOD**, A. J. R.:Fidalgos e filantropos, A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550 - 1755, pp. 63 - 88.

3.Ibid, pp. 67 - 69.

4.Ordem Regea de 04 de janeiro de 1799, **Arquivo Público do Estado da Bahia**(daqui em diante APEB), em Ordens regeas 1798 - 1799, maço 89, Seção colonial e provincial.

5.**REVEL**, Jacques; "Os usos da civilidade", História da vida privada vol. 3, pp. 169 - 209

6.**FONSECA**. Celso Sukhow da; "A evolução da filosofia do ensino industrial", História do ensino industrial no Brasil, vol. 3, pp. 99 - 159.

7.**REIS**, João José Reis; Rebelião... , pp. 58 - 60.

8.**RUSSEL - WOOD**, A. J. R.:Fidalgos e filantropos, ..., pp. 115 - 123.

9.**FRAGA FILHO**, Walter; Mendigos..., pp. 161 - 163.

10.**ACCIOLI**, I. & **AMARAL**, B.; Memórias históricas e políticas da Bahia, pp. 203 - 206.

11. Ordem Regea de 2 de março de 1803, **APEB**, em Ordens Regeas 1803, maço 98, Seção colonial e provincial.

12., Livro de verbas testamentárias e legados, pp. 1 - 3, **Arquivo da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim**(daqui em diante ACPOSJ).

13.**PINHEIRO**, Osmar; Meu colégio, Órfãos de São Joaquim, Minha Vida, p. 8

14.**FONTES**, Henrique; O Irmão... , p. 70.

15.**ARIÉS**, Philippe; História social da criança e da família, pp. 223 - 230.

16.Ibid, pp. 183 - 194.

17.**VILHENA**, Luis dos Santos; A Bahia..., pp. 273 - 286.

18.**BERGER**, Manfredo; Educação e dependência, pp. 221 - 232.

19.**FLEXOR**, Maria Helena Ochi; "Os oficiais mecânicos em duas regiões brasileiras: Salvador e São Paulo", Universitas, cultura, pp. 33 - 55.

20.**BERGER**, Manfredo; Educação... , pp. 235 - 240.

21.**MATTOSO**. Katia M. de Queiroz; A cidade..., pp. 239 - 253.

22.**MATTOSO**. Katia M. de Queiroz; Bahia..., pp. 527 - 543, **ANDRADE**, Maria José de Souza Andrade; A mão-de-obra escrava em Salvador(1811 - 1860), pp. 136 - 171, **OLIVEIRA**, Maria

Inês Côrtes de; O liberto, o seu mundo e os outros(Salvador 1790 - 1890), pp. 45 - 54.

23.**VILHENA**, Luis dos Santos; A Bahia..., Vol 3, pp: 915.

24.**FONTES**, Henrique; O Irmão ..., p. 71.

25. cópia de Carta Régia de 14 de janeiro de 1807 em mapoteca, diversos documentos, **ACPOSJ**.

26.Livro de registros e diplomas e portarias do governo, pp: 2v - 4f, **ACPOSJ**.

27.**FONTES**, Henrique; O Irmão ..., pp. 72 - 73.

28.**PINHEIRO**, Osmar; Meu colégio..., p. 10.

29.**SILVA**, Maria Beatriz Nizza da; A primeira gazeta da Bahia, Idade D'Ouro do Brasil, p 131 - 141.

30.**FONTES**, Henrique; O Irmão... , p. 73.

31. Livro de registros e diplomas e portarias do governo, pp: 8f - 9v, **ACPOSJ**.

32.**PINHEIRO**, Osmar; Meu colégio... , p. 11.

33.Correspondências da Casa Pia, p. 1, **ACPOSJ**.

34.Carta de 12 de junho de 1819 em Cartas do governo a várias autoridades 1819 - 1820, **APEB**, maço 172, Seção colonial e provincial.

35.Verificamos nas Atas do orfanato, que as loterias eram concedidas pela Coroa e mais tarde, pela Assembleia Provincial, para que instituições de caridade conseguissem recurso para suas atuações. Após a conceção, a instituição beneficiada procedia à venda de bilhetes e, depois, realizava um sorteio público para averiguar os vencedores. Para a Casa Pia os sorteios eram realizados no auditório da Santa Casa de Misericórdia. Livros de Atas e Livros de registro de diplomas e portarias, **ACPOSJ**.

36.Livro de registros e diplomas e portarias do governo, p. 5v,**ACPOSJ**.

37.**FONTES**, Henrique; O Irmão..., p. 74

38.Correspondências da Casa Pia, pp: 18 - 20, **ACPOSJ**.

39.Correspondências da Casa Pia, pp: 25 - 32, **ACPOSJ**.

40.Livro de registro de diplomas e portarias do governo, p: 7v. e Correspondências da Casa Pia, p: 39, **ACPOSJ**

41.**PINHEIRO**, Osmar; Meu colégio..., pp: 12.

42.**FONSECA**. Celso Sukhow da; "A evolução ...vol 3, pp. 99 - 159.

3. A Administração da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim: Os Estatutos e a dinâmica de sua ação reguladora

Neste capítulo, levantaremos informações sobre os procedimentos, características e rotinas administrativas do Colégio de Órfãos de São Joaquim. Examinaremos, também, a sua estrutura legal, a fim de melhor compreendermos a sua atuação junto à sociedade.

Comentário geral sobre os Estatutos

Os estatutos originais da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim foram aprovados em 30 de outubro de 1828. Tendo nascido sob a proteção da família real, era natural que a instituição recebesse toda a atenção e cuidados do governo de D. Pedro I. Só 35 anos mais tarde(18 de março de 1863) esses Estatutos foram alterados. Durante todo o período estudado, sofreu uma única alteração[1].Sendo que após 82 anos em vigor foram substituidos por novas normas(18 de agosto de 1910), mais ajustadas à realidade republicana . Este é o documento vigente em nossos dias[2].

Idealizado pelo Conde de Palma, já estava pronto em 1821, mas só obteve aprovação definitiva 7 anos mais tarde[3]. Foi resultado dos primeiros debates e esforços para a criação do orfanato. Nele são encontradas as normas e conceitos que foram contribuiçâo do governador, outras dos comerciantes, e principalmente concepções pedagógicas que, tudo indica, seriam obra do próprio Irmão Joaquim.

A existência de menores órfãos asilados antes de 1821 e o atestado do Cabido Metropolitano indicam que o orfanato já funcionava antes da vigência de seus estatutos. Estes, por sua vez, confirmam que ele funcionava com o mesmo programa e processo pedagógico, posteriormente definidos. Em outras palavras, o documento orientador refletia realidade experimentada pela instituição e demandada pela sociedade

De fato o Estatuto organizou e institucionalizou a experiência original, alterando pouca coisa no que se refere aos objetivos e processo de formação dos menores. A sua grande contribuição foi de caráter administrativo, e na definição do papel do governo da Província em relação ao Colégio.

A partir de 1825, quando da mudança dos 28 menores de São José para São Joaquim, os dados relativos às crianças, seu ingresso, sua formação e destino, são detalhados e continuos. Pode-se então examinar o papel da Casa Pia como formadora e fornecedora de mão-de-obra especializada. A partir desse estudo, podemos inferir como teria sido a fase anterior .

No início, a Casa Pia não tinha oficinas de artesanato próprias. Só em 1871, já sob a regência doe texto reformado(1863), foram estabelecidas as primeiras oficinas próprias da Casa Pia[4]. Seria a primeira instituição educacional na Bahia a ter ensino profissional em oficinas próprias[5].

O Estatuto atual, aprovado em 1910, não revela muito interesse pelas questões pedagógicas, e organiza a Casa para uma nova situação, que procuraremos descrever na exposição seguinte.

Desde o final do século XIX houve uma expansão dos serviços urbanos e das pequenas manufaturas na cidade. Membros das camadas pobres da cidade puderam ocupar empregos oriundos de pequenos capitais. e muitos tornaram-se pequenos proprietários. Sob esse ponto de vista foi benéfica a decadência dos engenhos. O relativo isolamento comercial das cidades brasileiras até pelo menos o primeiro terço do século XX, e a crise da economia exportadora, acabaram por aumentar o espaço para o desenvolvimento urbano. Até mesmo o porto de Salvador teve um grande crescimento, apesar da crise do Recôncavo[6]. Por outro lado a cidade começava a responder às novas necessidades de consumo e padrão de vida que surgiram com o novo século e com o lento mas contínuo surgimento das relações capitalistas de produção na cidade[7].

As reformas urbanas e modernizações já estavam em andamento desde o final do Império[8].

Prosseguiram durante a República e no primeiro governo de J. J. Seabra tiveram grande dimensão com a abertura de novas avenidas, grandes obras e reformulação da estrutura do Estado[9]. A Bahia passava por grandes transformações. No início do século XX o número de manufaturas, oficinas de artesãos e comércio já tem uma dimensão muito maior do que aquela que demandava por formados pela Casa Pia no princípio do século XIX[10].

Desde os anos 70 do século XIX, essa nova realidade socio-econômica refletia-se na educação e formação profissional da cidade, possibilitando o surgimento de outras instituições formadoras de mão-de-obra. O Liceu de Artes e Ofícios estava em funcionamento desde 1873, deixando a Casa Pia de ser a única formadora de oficiais mecânicos. Ao terminar o Império o Liceu tinha mais oficinas e alunos que o Orfanato; o crescimento manufatureiro e urbano necessitava de mais oficiais e dos primeiros operários, com formação adequada. Coincide a aprovação do novo estatuto da Casa Pia com o da criação, na Bahia, de uma escola profissional federal(Escola de Aprendizes Artífices, futura Escola Técnica Federal da Bahia) cujo funcionamento teve início com cinco oficinas. A importancia do orfanato como formador de mão-de-obra começou a decrescer até desaparecer anos mais tarde[11].

Após a proclamação da República o governo federal tomou a frente na formação de mão-de-obra para a indústria. Foram criados programas de cursos, em carater nacional, e a habilitação passou a ser de carater genérico, e não em um determinado ofício mecânico, como no Império. Além disso, o ensino profissional teria cada vez mais um aspecto técnico, e seria caracterizado, pouco a pouco, como de 2º grau e não mais básico, o que finalmente ocorreu durante a década do 40[12].

O segundo Estatuto da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim(1910) foi a norma básica da instituição no período de sua descaracterização como formadora de mão-de-obra. Representa o limite desta pesquisa.

Sendo assim, o estudo dos Estatutos deve ser feito de maneira a comparar quais as

mudanças existentes do primeiro para o segundo, passando pela alteração de 1863, na intenção de melhor perceber o propósito dos criadores da Casa, o método que deveria ser utilizado pela instituição, e as modificações que marcariam as alterações dos propósitos pedagógicos e profissionalizantes da instituição, no início do século XX.

Processos Administrativos e envolvimento do Governo

A presença do Império e da Província são marcantes no Estatuto de 1828. Logo no início deste documento encontramos uma sentença que aclama o Imperador D. Pedro I como protetor da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim. O Presidente da Província e seus sucessores, na qualidade de delegados do Imperador, deveriam zelar pelo cumprimento dos Estatutos, e providenciar tudo que a Mesa Administrativa do Colégio necessitasse. A Mesa deveria receber aprovação do governo para poder exercer suas atividades. Além disso o Presidente da Província era o único que poderia aceitar demissões de mesários ou demiti-los. A visita do Presidente à instituição era recomendada, e a Mesa podia requerer a sua presença se assim parecesse necessário. Contudo, não tenhamos notícia que tal tenha ocorrido alguma vez[13].

Nos primeiros anos de funciomento do orfanato no antigo Noviciato, a quantidade e importância das correspondências, entre o governo da Província e as Mesas da Casa Pia, eram tão grandes, que poder-se-ia confundir a Casa com um órgão da administração governamental. Grande parte dessa correspondência era composta de pedidos da Mesa dirigidos ao governo, para que este aceitasse menores prontos no Trem Militar, regimento de artesãos do exército, ou, depois de 1835, no Arsenal da Marinha. O governo, por sua vez, respondia, comunicando a existência ou não de vagas. O encaminhamento de menores para o Trem ou para o Arsenal, era uma punição aplicada aqueles de mau comportamento ou insucesso de rendimento, segundo os critérios da Casa[14].

Outros documentos comumente enviados do governo para a Casa Pia, tratavam da passagem para a instituição da administração de diversos bens imóveis, inclusive confiscados de outras instituições. Foi assim que o orfanato passou a administrar os bens das religiosas de Santa Tereza (06 out.1837) e os do Hospicio de Jerusalem (10 set. 1831) [15]. Ainda que alguns anos mais tarde esses direitos de administração tenham sido perdidos, ficava clara o intenção do governo em beneficiar a Casa com mais rendas [16].

A mesma intenção podemos verificar quando da concessão de loterias por anos seguidos. A primeira foi concedida pelo próprio D. João VI, e fez parte da doação inicial para a reconstrução do Noviciato como já reportamos. Em 1829, D. Pedro I, pouco depois de aprovar os Estatutos, concedeu mais 6 anos de loterias para a Casa [17]. Em 1844, a Assembleia Provincial concedeu, de uma só vez, 12 anos de loterias[18], duas por ano, e em 1858 a mesma Assembleia concedeu mais 20 anos[19]. Frutos do apoio governamental, as loterias foram importante fonte de renda para o orfanato.

A interferência do governo nos negócios internos do orfanato e a participação da Casa Pia em assuntos do governo eram significativas. Em 1840, por exemplo, o Presidente da Província negou a posse de um mesário eleito, usando direito conferido pelos Estatutos. Dois anos depois, a Assembleia pediu à Mesa que analisasse um projeto para a criação de um curso de mecânica no Colégio. O projeto não foi aceito pelo orfanato[20].

Outra solicitação foi feita 3 anos mais tarde. Desta vez a Mesa da Casa Pia pedia à Assembleia que permitisse aos órfãos prontos no Colégio, trabalhar nas oficinas públicas. Talvez como consequência deste pedido, o governo tenha mandado instalar uma aula de mecânica no Arsenal de Guerra, vizinho do colégio(1846). Este deveria servir aos órfãos da Casa Pia, entre outros possíveis alunos[21].

Curiosa intervenção do governo nos assuntos da Casa ocorreu em 1827, quando o Irmão Joaquim escreveu para o D. Pedro I, apresentando-se como administrador da Capela de São José

e pedindo que fossem aceitos meninos índios no Colégio, desde que atendessem às condições dos estatutos. O Irmão pedia também reintegração na administração da Casa dos Órfãos de São José e de suas rendas[22]. A Capela de São José havia passado para propriedade da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim desde 1819 por ordem da Coroa. Em 1826, o Governo da Província fez diligências junto a Mesa sobre o papel que o Irmão Joaquim Francisco do Livramento teria no Colégio. Esta informou sobre toda a situação do orfanato, relatou a história de sua fundação e da mudança de nome em homenagem ao Irmão.

Ao receber o questionamento de D. Pedro I sobre a solicitação do irmão Joaquim, a Mesa transmitiu outra opinião. Respondeu ao governo que a capela estava melhor administrada da forma atual e que o Irmão Joaquim não tinha nenhum cargo ou responsabilidade no Colégio. Por fim a entrada dos menores índios foi vetada[23]. Parece que àquela altura o Irmão Joaquim teria perdido o prestígio e seu papel na instituição. É importante notar que o governo da província aceitou a resposta da Mesa e gerenciou todo o diálogo.

Talvez a maior contribuição, da Casa Pia ao governo, tenha sido o projeto de criação de um orfanato para meninas. Foi enviado pela Mesa da Casa à Assembleia Provincial em 1843, e deveria funcionar no Convento de Santa Tereza, que já havia sido administrado pelo Colégio. Anos mais tarde, a Casa de Órfãs do Coração de Jesus apareceria entre as instituições que mantinham correspondência com a Mesa de São Joaquim, tentando dividir o espaço do Orfanato para beneficiar as órfãs[24].

É importante observar que quando da entrada em vigor dos Estatutos a Bahia e o Brasil passavam por um profundo momento de crise econômica. Além da grande seca que atingiu o Sertão no final dos anos 20, houve uma fuga de comerciantes portugueses e de seus capitais, provocada pela independêcia e pelos movimentos anti-lusitanos que vieram depois. Uma forte crise financeira atingiu o mercado de Salvador, pricipalmente a lavoura, pela ausência dos que tradicionalmente a financiavam. A crise comercial agravou ainda mais a situação da lavoura de

exportação, que sofria com os baixos preços internacionais. Finalmente, a grande quantidade de moeda falsa no mercado e a escassez de espaço agrícola dedicado à produção de alimentos completavam o quadro crítico, que tinha como efeitos, entre outros, o endividamento de toda a sociedade, além de refletir na queda dos salários e no aumento do desemprego[25]. O seminário de órfãos não era exceção, e também atravessava dificuldades.

Segundo os Estatutos de 1828, era obrigação da Mesa do orfanato, ao final do seu mandato, enviar ao governo provincial, como representante do Imperador, um relatório sobre o estado e a prosperidade da Casa.

Um deles(1832) relatá-nos a profunda crise financeira que sofreu o orfanato, no período regencial, reflexo da crise que atingia a Província e País de modo geral. Segundo esse documento, somente a ajuda do governo poderia salvar a Casa da ruína. Vários funcionários foram demitidos nesse período e a Casa funcionou com poucos deles. O governo provavelmente contribuiu para aliviar da dificil situação a Casa Pia, pois em 23 de dezembro do mesmo ano uma correspondência seria expedida pelo Colégio agradecendo o auxilio prestado pelo Conselho Geral da Província[26].

Os relatórios eram detalhados e forneciam o número de menores existentes na Casa, número de menores empregados com mestres, número e descrição de escravos e funcionários. O de 1841 destaca a crise encontrada pela Mesa quando da sua intalação(1831), e como os mesários do período(esta Mesa teve 3 mandatos) conseguiram organizar a instituição. São descritas e discutidas também as disciplinas existentes, os métodos, os objetivos e problemas da Casa. O governo exigia a prestação de contas da Casa, queria ter conhecimento do seu andamento, e dos projetos. Em 20 de outubro de 1859 a Casa Pia recebeu a visita de D. Pedro II, Imperador e,ra considerado pai dos órfãos pelos Estatutos, o que demonstra como p orfanato era uma instituição prestigiada[27].

A alteração dos estatutos feita em 1863 em nada modificou a relação do orfanato com a

província. Órfãos incorrigíveis continuavam sendo enviados pela Casa Pia para o Presidente da Província, que os remetia ao Arsenal da Marinha. As contas e relatórios da Casa também continuaram sendo enviados periódicamente ao governo da Província, que, por sua vez, acrescentava essas informações aos seus relatórios, que eram apreciados pela Assembléia Provincial[28].

Quando da proclamação da República, aconteceram os primeiros desacertos entre o orfanato e governo. Sabemos que na Bahia as elites resistiram a mudança de regime político. Houve inclusive a tentativa de organizar-se uma resistência. A elite conservadora baiana, contrária às ideologias igualitárias da república, estava as voltas com uma dívida externa sem precedentes e uma economia estagnante. Para a Bahia, o novo regime significava o agravamento do marasmo econômico e a perda de prestígio político. Essa realidade explica a resistência baiana ao novo regime[29].

A Casa Pia era uma instituição nascida no Império e com ele identificada. Era natural que a República lhe trouxesse dificuldades. Em 3 de dezembro de 1889, a Mesa administrativa reunida, não sabia como proceder. Estatutariamente, a instituição era protegida pelo Império e pelo Presidente da Província, que deveria fiscalizar a Casa. A Mesa não sabia sequer o que fazer com a coroa esculpida na frente do prédio. A Mesa acabou por concluir que a proteção passaria ao governador do novo Estado da Bahia. Algum tempo mais tarde(14 de abril de 1890) o Provedor da Casa Pia foi recebido em audiência no palácio do governo. O então governador, Manoel Vitorino Pereira, tranquilizou-o informando que "tudo continuaria como antes", e que o Estado tomaria como seus, os compromissos da antiga Província. Apesar da manifestação favorável do novo governo, em 1891(8 de setembro) a Mesa não deixou de mandar os pesames à Princesa Izabel pela morte de D. Pedro II, seu protetor nato, além de realizar uma missa em homenagem ao ex-imperador[30], sinal de que o Colégio continuava ligado ao Império e a família real. Em anexo(ANEXO 1) transcrevemos a ata de pesar pela morte de D. Pedro II.

Logo começaram a mudar as atitudes do governo para com a Casa e a recíproca foi verdadeira. No ano seguinte, o Estado liberou recurso para auxiliar a Casa Piacomo fazia anualmente: no entanto, a liberação estava condicionada ao conhecimento prévio da vida e nomes dos menores aceitos no Colégio por parte da Assembléia. A Mesa reconhecia que a iniciativa do projeto tinha por objetivo ajudar a Casa, mas, pela primeira vez em toda sua história, alegaria diante do governo que a instituição era de "iniciativa particular e que não caberia que assuntos da administração interna do orfanato tivessem controle do Estado". Não poderia haver o risco de intromissão do Estado[31].

Somente cinco anos após a proclamação(07 de janeirode 1894) a Casa Pia enviou seu primeiro relatório ao governo republicano [32]. Na Ata que preparava esse relatório, a Mesa esclarecia ser ele importante devido à ajuda anual que o governo aprovou dois anos antes. Neste mesmo ano o Governador Rodrigues Lima aprovou os eleitos para a nova mesa. Toda a mesa, porém, pediu exoneração para acompanhar o pedido do Provedor, José Augusto de Figueiredo, que há 23 anos servia nesse cargo. Rodrigues Lima não aceitou a exoneração coletiva, por achar que seria prejudicial ao orfanato. Tentou fazer a mesa mudar de posição, mas não conseguiu[33]. A influência do Estado em relação a Casa Pia estava diminuindo. O Estado continuou a aprovar os eleitos para a Mesa da Casa, mas os relatórios ao governo não aparecem mais registrados nas atas. Eram agora documentos internos e existiam apenas para apresentação diante da própria Mesa e da Junta. Aa ajuda anual do Estado foi definitivamente cortada em 1906[34]. Os vínculos se reduziam e a ligação com o governo prescrita nos estatutos de 1828, deixava de ter sentido.

Em 20 de março de 1910 a Casa Pia enviou o último relatório à Câmara dos Deputados. Em 29 de agosto desse mesmo ano, os novos estatutos foram aprovados. As prerrogativas dadas ao governo nos Estatutos originais, não constavam no novo regimento. O Estado apenas seria informado sobre os componentes da nova Mesa eleita, e não teria mais o poder de aprovar ou

demitir os eleitos. Apenas em caso de extrema acefalia do governo da Casa, o chefe do poder executivo do Estado poderia intervir na instituição, únicamente para nomear e empossar a nova Mesa e retirar-se em seguida. Por outro lado, não estaria mais o orfanato obrigado a remeter nenhum relatório ou submeter prestação de contas de suas atividades, à apreciação do Governo [35].

A Mesa Administrativa e o processo administrativo interno

A Casa Pia foi uma instituição defendida e valorizada pelo Império e pela Província da Bahia. Seria natural então que seu projeto de formação de jovens, assim como seus procedimentos administrativos, estivessem integrados a ideologia do regime monarquico brasileiro.

A Mesa da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim era o órgão que deveria administrar os bens e o governo da instituição. O mandato era trienal, e a Mesa composta por treze membros: um Provedor, presidente da Mesa, um Escrivão, um Tesoureiro, um Procurador e nove Consultores, eleitos pela Junta. Havia a exigência de que todos fossem pessoas de "reconhecida caridade e correção dos costumes". Tomavam posse no último domingo de agosto, depois das festividades de São Joaquim, padroeiro do Colégio. A cerimônia era iniciada com uma missa na capela do orfanato, celebrada pelo padre Reitor, responsável pela administração imediata do seminário de órfãos ou, na falta deste, pelo vice-Reitor, que deveria invocar o auxilio divino, para que a Mesa pudesse bem desempenhar a obra pia de sua responsabilidade.

A cada mês um dos mesários deveria ocupar o cargo de Mordomo, para poder correr o Colégio todos os dias com o padre Reitor, e auxiliá-lo no provimento da Casa. No que se refere à administração interna, a Mesa deveria decidir sobre arrecadação e rendas, aprovar contas do Tesoureiro e Mordomo, nomear empregados do Colégio, ordenar pagamentos de folhas, promover eleição da futura Mesa, deliberar sobre admissão ou saída de órfãos e decidir sobre

objetivos e prosperidade da Casa. Deveria se reunir pelo menos uma vez por mês, mas, se necessário, poderia reunir-se em qualquer tempo. Sete membros reunidos seriam suficientes para decisões de menor importância, contudo nas de maior responsabilidade; (futuras eleições, entrada ou saída de órfãos) a Mesa deveria estar plenamente reunida. Quando os negócios envolvessem a própria segurança do orfanato , a Mesa deveria chamar a Junta, órgão que examinaremos adiante.

Era atribuição da Mesa selecionar os órfãos que deveriam ser acolhidos pela Casa. Deveriam ter entre 7 e 9 anos, conforme regra adotada pela Santa Casa. Menores porcionistas(alunos externos) eram aceitos e entravam com idade que variava entre 7 e 12 anos. Nenhum dos acolhidos poderia ficar no orfanato depois que completasse 18 anos, nem mesmo os porcionistas.

A Mesa deveria decidir também sobre o destino dos menores. Se iriam para o Arsenal ou para o Trem imperial, ou se seriam empregados por algum mestre particular, por tempo determinado. De qualquer sorte, deveriam ser preparados nas artes mecânicas. Exercia influência para empregar os menores no ofício que mostrassem inclinação. A indicação do destino era o último ato da Mesa em benefício do asilado, pois uma vez fora do Colégio, os menores não teriam mais nenhum benefício na Casa.

Outra função da Mesa era ordenar uma missa de agradecimento, em homenagem ao fundador do colégio, no dia de São Joaquim, terceiro domingo de agosto, e duas oferecidas a Deus nos dias 3 de maio e 12 de outubro, respectivamente, quando se comemorava o descobrimento do Brasil e o aniversário do orfanato[36].

A Mesa reunia os homens responsáveis pela administração da caridade, da formação e da economia da Casa. Os Estatutos estabeleciam que além das funções administrativas do patrimônio e instalações da instituição, também cabia à Mesa a definição dos asilados, sua formação, e a escolha de seu futuro, bem como o cuidado com a religiosidade da Casa.

O controle de aluguéis, receitas e despesas das propriedades, a administração da dispensa(mantimentos), dos testamentos, legados e doações e outras referentes ao tesouro da Casa, era uma das principais atribuições da Mesa. Apresentamos abaixo um QUADRO com alguns dados retirados dos relatórios dos presidentes da Província. Nele constam dados de três exercícios, que consideramos importantes para que possamos perceber como atuava a Mesa. Esses exercícios foram escolhidos por serem aqueles referentes aos anos de crise e sua superação pelo orfanato. Não é nosso objetivo estudar minuciosamente as finanças do seminário, por isso apresentamos apenas o número de exercícios suficientes para compreendermos a ação gerenciadora da Mesa. Nos arquivos da Casa existem dados de todos os exercícios do período.

QUADRO 2
Orçamentos de 1830, 1832 e 1841

Lançamentos	Orçamento 1830	Orçamento 1832	Orçamento 1841
Alugueis de propriedades	860$000	3:250$000	10:000$000
Rendimentos das ações do governo	2:400$000	2:000$000	-
Ações de bancos	30$000	600$000	1:470$000
Pagamento de porcionistas	4:160$000	-	-
Doação do governo	400$000	-	2:400$000
legados e doações	200$000	72$000	720$000
Loterias	4:000$000	2:200$000	1:000$000
RECEITA TOTAL	**12:350$000**	**8:122$000**	**16:370$000**
Alimentação("comedorias")	10:800$000	3:600$000	8:400$000
Ordenados	2:292$000	1:780$000	1:950$000
Calçados e vestuários e outras com órfãos	1:200$000	560$000	2:270$000
Jornadas de escravos e serventes	250$000	-	-
Despesasjurídicas e municipais	-	-	958$000
Festejos	140$000	-	150$000
DESPESA TOTAL	**15:379$000**	**5:840:000**	**14:773$000**
Despesas com obras	3:000$000	-	1:000$000
Dívidas	16:000$000	-	-

Fonte: Arquivo da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, Correspondências da Casa Pia 1819-1843, pp 117 - 119.

Os dados acima mostram alguns detalhes sobre os rendimentos e despesas da Casa, e podem nos ajudar a compreender como a Mesa gerenciava. Além disso escolhemos exercícios importantes por descreverem uma crise financeira no seminário, possibilitando que observemos o processo administrativo dos mesários.

O relatório trienal enviado ao governo em 19 de maio de 1830, o primeiro após a aprovação dos Estatutos, é esclarecedor quanto a dívidas da Casa. Podemos ter uma idéia clara dos problemas administrativos tratados pela Mesa e das possiveis soluções encaminhadas.

O documento revela uma situação de crise no orfanato. Era dificil, com dívidas acumuladas maiores que o total dos seus rendimentos trienais, isso fora a situação deficitária do balanço entre receita e despesa.

Apesar da crise evidente foi somente no triênio seguinte, em 1832, que a Mesa pediu socorro ao governo. Os dados mostram que, quando do pedido de ajuda, o pior da crise já havia passado, pois a relação entre despesa e receita em 1832 já era favorável a Casa. Segundo os exercício contábil de 1832, a situação já era estável. O relatório de 1832 não apresenta as dívidas acumuladas como o de 1830. Menciona as dividas existentes, mas não esclarece sobre o montante. Pede auxílio do governo para enfrentá-las. As dívidas deveriam ser maiores que 2 anos antes, motivando o pedido de socorro. Tudo indica que a Mesa procedeu de forma a racionalizar suas contas e alterar a relação entre despesa e receita desde 1830, após equilibrar a economia interna, pediu ajuda ao governo para pagar as dívidas acumuladas desde a época da restauração do prédio do Noviciato.

Esses exercícios mostram a importância que tinham as loterias como fonte de renda da Casa, mas observamos também que a administração dos bens e legados, a receita com alugueis, era a principal fonte de recursos do seminário, o que era compreencíveis visto que as principais

formas de caridade que encontramos nos registros do seminário são, em primeiro lugar, doações em dinheiro, e em seguida, doações na forma de imóveis e propriedades. A receita com a administração de imóveis se torna maior com o tempo: em 1841 representa mais que 60% das rendas, e esse participação nas receitas é sempre crescente em todo período estudado. Esse seria o motivo da Mesa dedicar tanto esforço e tempo de suas reuniões trabalhando na administração de suas propriedades e bens[37].

A maior despesa era com alimentação que consumia mais de 50% de todos os gastos da Casa. Outra conclusão que podemos tirar do QUADRO 2, é que a crise financeira fez com que o volume de receitas e despesas do Colégio diminuisse, a despesa com pessoal também. De fato parece evidente que a instituição "encolheu". Reforça essa idéia o fato de sabermos que o número de asilados diminuiu muito; vários foram encaminhados com pressa para empregadores ou para o governo por mau comportamento, e pouquíssimos novos alunos foram aceitos entre 1830 e 1837, como mostraremos com detalhe nos capítulos destinados à análise dos alunos. Com menos alunos, as despesas caíram e a Casa obteve sua primeira vitória em direção a sanear suas contas.

A Mesa achou que em época de crise deveria manter apenas o Reitor, o Vice-Reitor e o professor de primeiras letras e francês. Demitindo o alfaiate da Casa, o professor de Desenho, o professor de Música e perguntando ao médico se ele aceitaria trabalhar por apenas 100$000 anuais(não encontramos registro sobre o o salário anterior) . Ordenou ao Reitor que vendesse os livros da biblioteca, atrasou pagamentos e acelerou a saída de órfãos prontos ou de má conduta. Menor despesa com salários e alguma receita com a venda de bens do seminário foram também recursos da Mesa para enfrentar a crise[38].

Porém a saída definitiva da crise foi definida apenas pelo governo que deliberou pela ajuda ao orfanato. Em dezembro de 1832 a Mesa encaminha correspondência para a Assembleia Provincial, agradecendo pela ajuda recebida "que representou a favor de salvar a Casa Pia da falência". O mesmo documento elogia a ação dos parlamentares afirmando que sua atitude

deveria ser copiada pelas Assembleias de todo o país. Não encontramos documentos ou registro sobre qual teria sido a ajuda dispensada pelos deputados, mas seguindo nosso raciocínio, imaginamos que as dívidas teriam sido perdoadas ou pagas pelo governo.

A Mesa gerenciava os gastos e ganhos da Casa com o objetivo de manter um bom número de menores. Cortava gastos, administrava salários, investia nas propriedades, cobrava dívidas, um grande exercício contábil.

A despesa anual média do seminário com um órfão era de 150$000 reis(1835)[39]. Além disso, cada órfão recebia 2 calças, 2 coletes, 2 jaquetas, 2 camisas, 2 pares de meia, 2 lençois, 1 chapeco e 1 par de sapatos(1834)[40]. Em 1841 a Casa abrigava 98 menores[41]. Observando o QUADRO 2 e as contas de 1841 concluimos que; o custo de 150$000 por órfão está aproximadamente correto, Pois a despesa anual do seminário era de quase 15:000$000. Sabemos que a desvalorização da moeda foi elevada entre 1835 e 1841. Observamos que a receita e despesas anuais de 1841 são maiores que as trianuais de 1830, consequência da alta inflação no período. Porém, se dividirmos a despesa total pelo total de órfãos em 1841 e assim encontrarmos o custo anual de cada órfão, veremos que ainda eram de aproximadamente 150$000 por ano, o que está de acordo com o que a Casa Pia declarava 6 anos antes. A Mesa deve ter conseguido diminuir as despesas do orfanato, pois apesar da inflação o custo de cada órfão permaneceu estavel 6 anos depois.

Parece clara, pela prestesa dos cálculos, e detalhes sobre a contabilidade e administração da Casa e dos órfãos a dedicação com que a Mesa se aplicava a seus deveres para com a instituição. De 1840 até a proclamação da República, a Casa manteve anualmente, sempre, cerca de uma centena de órfãos. Eram 84, em 1854; 112, em 1862; exatamente 100, em 1877, 1881, e 1887[42].

Pode-se concluir que as Mesas conseguiram manter o equilibrio financeiro durante quase todo o período, permitindo-lhe estabilizar o número de menores acolhidos. Também observamos

que pelo menos na crise analisada, o Governo Provincial agiu em seu socorro da Casa, mantendo a Mesa em posição prestigiosa. De 1825 a 1889, não pudemos encontrar, nos documentos consultados, nenhuma indicação de ausência de quorum e consequente anulação de reuniões da Mesa, e nenhum indício de desatenção ou negligência para com o seu papel de administradora da Casa ou dos nela acolhidos.

Com relação aos menores e suas vidas no seminário, a Mesa também dedicava bastante tempo e trabalho. Em quase todas as atas de suas reuniões, ou em suas correspondências, encontramos considerações e decisões sobre a saída, acompanhamento e acolhimento dos meninos. Além dessa vigilância contínua, a Mesa elaborava, as normas e conceitos que regiam sua relação com os órfãos.

As discussões às vezes eram sobre a etnia dos menores. Em 1825, necessitando completar o total de 50 menores, a Mesa havia escolhido "3 ou 4 meninos pardos". O Presidente da Província, a quem caberia a aprovação final da escolha, proibiu a entrada dos meninos, por não serem brancos. A Mesa cumpriu a ordem do governo explicando as razões porque haviam aceito os pardos anteriormente, mas concordando que deveriam ser brancos os ingressos[43]. A Casa não permitia a entrada de negros entre os asilados ou teria sido levada a isso pelo governo.

Em outra ata de 1841, encontramos exemplos de como a Mesa se relacionava com os parentes dos menores asilados. Segundo a ata, os menores saiam com os parentes e voltavam desmoralizados. Os Mesarios pensavam que quando os alunos saiam com parentes, ficavam expostos aos maus hábitos e à vida sem regras de muitas famílias. Parecia-lhes que o esforço para dar educação e bom comportamento aos órfãos era ameaçado pelas saídas dos asilados. A Mesa tomou a decisão de só permitir a saída dos órfãos com parentes, sob exame particular, caso a caso, da própria Mesa. Como consequência acabou proibindo que quaisquer parentes, mães, tias e outros, visitassem a Casa sem autorização. Quando consentisse, a visita deveria ser acompanhada pelo Reitor[44]. Essas afirmações confirmam o propósito da Casa de retirar das "más

influências", dos meios populares e desordeiros, aqueles menores que deveriam se tornar úteis a nação.

Os objetivos da Casa e destino dos órfãos também eram pontos de discussão. Um exemplo aconteceu em 1842 quando a Assembleia Provincial propôs criar um curso público de artes mecânicas dentro do seminário. A Mesa foi convidada a dar um parecer, elogiou a idéia, e foi a favor da criação do curso, mas fora do Colégio. Argumentou que um curso público no seminário misturaria órfãos e outros meninos. Essa mistura poderia ferir o regulamento da instituição, que tinha por meta dar educação moral e teórica aos alunos, que viviam reclusos na Casa até serem encaminhados a mestres e pessoas responsáveis. Com essas pessoas recebiam formação profissional, sendo ainda acompanhados em seu desenvolvimento pela Mesa[45].

Esse fato é importante pois demonstra o interesse crescente da sociedade na formação de artesãos, consequência da urbanização de Salvador; além disso, informa sobre o acompanhamento dos menores entregues a particulares, e nos leva a concluir que o processo de formação de artesãos pela Casa Pia continuava sendo fruto de um programa regular e criterioso, resultado de um projeto pedagógico. Um ano antes(1841) os mesários haviam manifestado a mesma posição quanto à entrega de menores a particulares e seu processo de acompanhamento pela Casa, mas acrescentaram uma preocupação, que interpretamos como o primeiro sinal de que o processo de entrega dos meninos a particulares apresentava problemas. Os mesários declaravam que existiam fugas de muitos jovens alunos, que acabavam por transformar-se em vadios nas ruas, o que rompia os objetivos de formação da intituição[46].

Em 1861 a Mesa afirmava que essa forma de educar, confiando a formação profissional a mestres e particulares, era a melhor e a mais barata, e aumentava a capacidade da casa de atender desamparados. Diziam que com oficinas internas, o custo seria maior; o tempo dos meninos na Casa, também, o que diminuiria o número de asilados. Nesse mesmo relatório, porém, a Mesa afirmava que poderiam ter oficinas internas no futuro e também expressava a

intenção de revisar os estatutos para retirar o carater unicamente claustral da Casa, embora mantendo a necessária educação religiosa[47].

Na década de sessenta começam a aparecer novas diretrizes para a Casa e o início de uma nova política, com tendência a treinar os alunos em oficinas próprias.

Essas discussões acabaram por levar a uma revisão estatutária que visou principalmente a redução do carater claustral do orfanato, a criação de oficinas próprias e a ampliação da formação profissional no orfanato.

Em 1863, quando os Estatutos originais foram alterados, contava o Colégio com 89 órfãos internos e 120 aprendendo diversos ofícios com particulares[48].

O maior argumento da Mesa para alterar os Estatutos foi o de que os menores tinham vida monástica, o que afetava sua formação, que muitas vezes atrapalhava a preparação para o trabalho duro a que seriam destinados. A Mesa desejava destacar o objetivo de preparar os órfãos para servir à pátria, e reduzir a importância da formação religiosa e afirmava que esses eram os objetivos dos fundadores. Trataram de alterar principalmente os Estatutos no que se refere ao Reitor do seminário. Desejavam poder indicar para o cargo de Reitor qualquer cidadão hábil e não somente membros eclesiásticos. Alterando o perfil do principal responsável pela administração do cotidiano do colégio, a Mesa estaria alterando o princípio moral da formação dos menores.

A reforma de 1863 ampliava o carater de formação de mão-de-obra da Casa Pia, reduzindo seu papel de formação religiosa. Talvez por esse motivo retirasse da Casa os menores porcionistas, menores que viviam com a família fora do colégio, nem sempre necessitados, para apenas estudar na Casa[49]. É provável que esses meninos estivessem sendo encaminhados para escolas de formação geral e que, à medida que Casa Pia se concentrava mais ainda na formação de mão-de-obra, não fossem mais desejados no seminário. Em meados do século XIX, Salvador já contava com algumas escolas públicas e particulares, capazes de satisfazer melhor as

necessidades de educação não-profissonalizante desejada pelas camadas urbanas da época[50].

Até então, sem declarar problemas, a Mesa mandava os menores trabalhar em oficinas aos 13 anos, mantendo o pátrio poder e o acompanhamento até os 18. Em 1871, aparece a primeira manifestação da Mesa contra os Mestres de Oficio, ou empregadores dos menores. Segundo os mesários, este apenas exploravam os menores, sem dar-lhes verdadeira formação e perícia. Afirmavam que dessa forma o Colégio se tranformava "em ponte entre a infância e a desgraça". Seguindo essa discussão a Mesa acaba por defender a criação de oficina na Casa, o que acontecerá na década de 70[51].

Durante todo o período Imperial os princípios estabelecidos foram cumpridos com rigor, principalmente no que se refere á organização e administração do seminário.

No entanto, menores foragidos da seca do sertão foram admitidos em 1861, extraordinariamente, sem que as normas dos estatutos fossem cumpridas. Nesses casos a situação dos menores era tão grave que a Mesa decidiu aceitar o jovens, desejando cumprir "deveres humanitários", conforme declarava[52].

A fidelidade às normas estabelecidadas pelo regimento, e a responsabilidade dos membros da Mesa parece haver mudado com a República. Em 1893 o Provedor decrara que estava dificil conseguir reunir a Mesa. A partir de 1895 há falta de quorum para algumas reuniões. Em 1904/1905 a situação piora e a falta das reuniões se torna comum. Em 1909/1910 as ausências continuam. Ao que parece a diminuição do prestigio da Casa Pia, com a instalação do regime republicano, afetou a regularidade das reuniões da Mesa e, consequentemente, o empenho e interesse de seus membros. Além da ausência de mesários a República trouxe como consequência a redução do número de asilados que, em 1895, chegaram a ser 68, bem menos que a média, ou o mínimo, em anos anteriores[53].

Os estatutos de 1910 mantiveram a Mesa da Casa Pia como orgão administrativo. Seus membros seriam: o Provedor, o Escrivão, o Tesoureiro, o Procurador, o Síndico e oito Mesários

e seriam eleitos pela Junta, acrescentando o novo cargo de síndico que não existia na norma anterior. Foram mantidos o mandato trienal e a data de posse. As competências administrativas e as responsabilidades quanto ao ingresso e saída de órfãos permaneceram quase inalteradas. O quorum da Mesa para decisões foi reduzido. Parece que a mudança mais significativa foi o desligamento estatutário entre a Mesa e o Estado, como observamos anteriormente[54].

A Junta administrativa e seu papel

A Junta, presidida pelo Provedor, era um colegiado composto por 20 antigos mesários, ou, em sua falta, de benfeitores do Colégio. Era o orgão responsável por cobrar da Mesa, anualmente, as contas da Casa e o relatório do adiantamento dos menores e estado geral do Colégio. Cabia-lhe rever os Estatutos, submetendo os artigos revistos a apreciação do Imperador. Como vimos, essa atribuição foi realizada apenas duas vezes, no longo período que vai de 1828 até os dias atuais. Também se reunia quando a Mesa desejasse deliberar sobre questões que afetassem o patrimônio ou funcionamento do Colégio, ou em caso de convocação especial da Mesa, quando esta julgasse necessário [55].

A partir de 1828, a junta se reuniu a cada 3 anos para eleger a nova Mesa diretora. Apenas três vezes se reuniu para resolver assuntos outros que não a eleição de uma nova Mesa: para elaborar o projeto de um orfanato de meninas a ser enviado à Assembléia Provincial(1842), para aprovar a alteração dos Estatutos(1863) e para aprovar a venda de um importante prédio da Casa Pia, próximo à praça do comércio(1895). A reforma de 1910 conferiu mais poder a Junta passando a ser o órgão fiscalizador do seminário, pois até este ano o seminário era obrigado a prestar contas ao governo do Estado[56].

Funcionários e funções

Os funcionários da Casa eram os responsáveis pela administração do cotidiano e vida dos órfãos. O estudo de suas funções pode ajudar a interpretar os objetivos e funcionamento do seminário.

O Reitor era o mais graduado assalariado do Colégio: deveria ser um presbítero prudente, inteligente e virtuoso. Era o chefe imediato dos demais empregados e moradores da casa. Por isso todos lhe deviam obediencia. Caso algum obstinado descontente, não acolhesse sua decisão, poderiam recorrer a Mesa, o que parece não encontramos registro de ter acontecido. A primeira responsabilidade do Reitor era a de vigiar a paz, o sossego, o asseio, a boa ordem e o abastecimento da Casa: deveria fazer com que as regras do Colégio fossem cumpridas. Além disso, era responsável por cuidar das oficinas e do que lhes fosse necessário, do edificio e das reformas ou consertos apropriados, receitas dos doentes. A educação moral e religiosa dos órfãos era seu trabalho diário, devendo presidir os atos religiosos, ensinando doutrina cristã pelo menos aos domingos e dias santos.

Deveria ter por eles "o carinho e a ternura dos pais e a gravidade capaz de conciliar o respeito". O Reitor era responsável por fazer ler e decorar o catecismo, o Manual de Religião Cristã e a Legislação Nacional, ministrando aulas sobre esses conteúdos. Seu comportamrnto deveria ser um "exemplo de lições de piedade, justiça e benevolência".

Poderia visitar as aulas a qualquer momento. Presidia a reunião mensal que havia entre os professores, tratando dos assuntos referentes à educação dos colegiais, para, posteriormente, informar a Mesa. Também era seu dever nomear dentre os colegiais aqueles que assumiriam cargos diretivos e responsabilidades na Casa.

Jamais deveria se ausentar da Casa, exceto em "urgentíssimo caso", quando seria substituido pelo Vice-Reitor. De qualquer forma, essa ausência não poderia exceder 8 dias.

Deveria assistir às refeições dos menores e os acompanharia quando estes saíssem para eventos na cidade.

O cuidado com o perfil do Reitor, o detalhamento de suas funções como doutrinador e exemplo, são marcantes nos Estatutos. A higiene era destacada como característica essencial para o Reitor, os aspectos disciplinador, moralista e doutrinador, recebem recomendação expressa. O Reitor deveria ser um exemplo do comportamento social.

Ao Vice-Reitor eram atribuidas as mesmas funções, com os mesmos cuidados que ao Reitor. A administração da biblioteca, era de sua total responsabilidade.

Esses cuidados morais e de postura também eram recomendados aos outros funcionários da Casa: o ecônomo, o enfermeiro e o porteiro.

Ao primeiro, como o nome sugere, cabia a manutenção das oficinas, despensa, cozinha, rouparia e refeitório. Deveria dar exemplo de comportamento aos seus subalternos. O enfermeiro era responsável pelos menores enfermos, deveria possuir a virtude da caridade, o que destaca a relação entre tratamento médico e caridade existente na Casa. O porteiro era encarregado de examinar as autorizações dos menores quando estivessem de saída da Casa. Deveria ser dotado de urbanidade, para tratar com os visitantes.

Professores, médico, boticário e escriturário constituia uma categoria mais alta de funcionários que residiam fora do Colégio.

Exigia-se dos *Professores* "virtude moral", por estarem em contato direto com os colegiais. O plano de instrução deveria ser rigorosamente cumprido, e os docentes deveriam participar de uma reunião mensal destinada a avaliar a educação e aproveitamento dos meninos. O *escriturário* deveria comparecer a todas as reuniões da Junta e da Mesa, organizar e zelar pelos livros, ser habil contabilista, para auxiliar o escrivão. O médico visitaria o colégio sempre que fosse requisitado. Em livro próprio, deveria registrar os nomes dos doentes, seu estado de saúde remédios e dietas prescritos. Quando solicitado a comparecer a reunião da Mesa, deveria relatar

sobre a situação de higiene do Colégio e dos exercícios físicos. O boticário deveria trabalhar em sintonia com o médico e o reitor, obedecer e completar as informações no livro de registro de doentes. Deveria também cuidar para que os remédios estivessem sempre bem acondicionados e lacrados[57].

Nas alterações de 1863, as atribuições dos empregados externos e internos foram muito afetadas. Nos Estatutos originais, a recomendação para que o Reitor fosse padre e a importância da educação religiosa destacava-se. Para os revisores de 1863, o excesso de educação religiosa prejudicava a formação dos alunos. Argumentavam que poderia ser apropriado para a época em que foi criado, mas sobre novas circunstâncias, não tinha mais razão de ser.

Decidiu-se que reunidas as características necessárias, descritas nos Estatutos originais, o Reitor poderia ser qualquer cidadão, padre ou não. Foi criado o cargo de Capelão que deveria exercer todas as tarefas de educação religiosa e de culto, antes sob a responsabilidade do Reitor. Caso o Reitor fosse o mesmo Capelão reuniria as funções dos dois cargos. O Capelão deveria se afastar de quaisquer atividades administrativas. A Mesa, desta forma, separava a religião da atividade central do Colégio, mantendo a formação religiosa sob responsabilidade específica de um religioso, em momentos próprios, diferente de antes quando a todo momento, em qualquer parte da formação dos menores, a religião estaria presente, como já foi visto. Devemos lembrar que com a aproximação do fim do Império as discussões sobre separação do estado e da igreja estavam cada vez mais fortes.

A reforma criou o cargo de censor, que deveria inspecionar e dirigir as atividades e conduta dos órfãos. Os observaria nas horas de estudo fora das aulas,no recreio,no banho, no refeitório, assistiria suas saídas para as oficinas, ou durante os passeios. Seria o responsável direto pela disciplina no seminário. A criação desse cargo marca uma maior vigilância sobre os menores. Surgiu também em 1863 o cargo de roupeiro. Era responsável pelo registro e guarda de todas as rouvas, sapatos, toalhas, etc da Casa, era também a pessoa que organizava as trocas de roupa de

cama, banho e mesa, observando os cuidados próprios com a enfermaria e observações médicas. A criação deste cargo aumenta ainda mais os cuidados da Casa com higiene.

Entre os empregados externos criou-se mais uma categoria: o caixeiro ou cobrador, subordinado ao tesoureiro, que o empregaria para a compra e condução de mantimentos da Casa, de materiais diversos, cobrança de aluguéis e serviços externos[58].

Os Estatutos de 1910 não tocam no assunto dos empregados, nem internos nem externos. O silêncio dos novos Estatutos sobre essa questão, faz supor que os empregados deixavam de ter controle e função estatutária. Podendo a Mesa optar pelos cargos e quantidades necessárias, como melhor lhes parecesse. Essa solução parece ser mais adequada para o período republicano, quando o mercado de trabalho da cidade já esta mais amadurecido, o que possibilita melhores ofertas de mão-de-obra e maiores facilidades de negociação com os empregados.

Foram apresentadas as principais funções e procedimentos administrativos da Casa Pia no que diz respeito a sua relação com o governo, ao papel da Mesa, da Junta administrativa e empregados. A administração da Mesa estava também muito ocupada com a educação e a organização do contidiano dos órfãos. Deixaremos, no entanto, análise dessas questões para momento apropriado,o no capítulo dedicado ao estudo dos menores.

O estudo do funcionamento da Casa e de suas normas, sugere ser importante pesquisar aqueles que elaboraram e mantiveram o modelo de orfanato, para descobrirmos quem estava interessado na existência do seminário. Portanto, seguiremos analisando as fontes de doações e filantropia para o orfanato.

1.Atas da sessão da Mesa e Junta da Casa Pia dos Órfãos de São Joaquim de 18 de março de 1863 em Livro de Atas 1853 - 1887, pp. 63f - 64v, **ACPOSJ**.

2.**Estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim, fundada no ano de 1799 pelo Irmão Joaquim Francisco do Livramento**; p. 6.

3.A redação final coube ao Juiz de Órfãos Francisco Carneiro de Campos. **Primitivos estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim da Cidade da Bahia**, pp. 1 - 6.

4.Atas da sessão da Mesa da Casa Pia dos Órfãos de São Joaquim de 29 de outubro de 1871 em Livro de Atas 1853 - 1887, pp: 134v - 135f, **ACPOSJ**.

5.**FONSECA**. Celso Sukhow da, História do ensino industrial no Brasil, vol.4, pp. 163 - 185.

6.**SODRÉ**, Muniz; O terreiro e a cidade, pp. 71- 73 e **ROSADO,** Rita de Cassia Santana de Carvalho, O porto de Salvador 1854 - 1891.

7.____; A inserção da Bahia na evolução Nacional, 2ª etapa 1890 - 1930, pp. 52 - 67.

8.**WILDEBERGER**, Arnold; Os presidentes da Província da Bahia, 1824 - 1889, pp.566 - 685.

9.**Cartilha Histórica da Bahia**; Editora Cívica, pp. 1 - 24..

10.**TAVARES**, Luis Henrique; O problema da involução industrial da Bahia, pp. 3 - 21

11.**FONSECA**. Celso Sukhow da; História... vol.4, pp. 163 - 185.

12.**FONSECA**. Celso Sukhow da; História ...vol.1, pp. 167 - 211.

13.**Primitivos estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim da Cidade da Bahia**; pp. 7 - 8.

14. Livro de Registro e Diplomas e Portarias do Governo, pp: 13f - 73f, **ACPOSJ**.

15.Livro de Registro de Diplomas e Portarias do Governo, p: 27v e Correspondências da Casa Pia 1819 - 1843, p: 122, **ACPOSJ**.

16. Santa Tereza em 1838 e Hospício de Jerusalem em 1847,Atas da mesa administrativa 1826 - 1855, pp: 121f - 122f e Livro de Registro de Diplomas e Portarias do Governo, p: 30v, **ACPOSJ**.

17.Livro de Registro de Diplomas e Portarias do Governo, pp: 13f - 13v, **ACPOSJ**.

18.,Atas da mesa administrativa. 1826 - 1855, pp: 93f - 94f, **ACPOSJ**.

19.Registro de Correspondências da Mesa da Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, pp: 78v - 80v, **ACPOSJ**.

20.Atas da mesa administrativa. 1826 - 1855, pp: 41v, **ACPOSJ**.

21.Atas da mesa administrativa. 1826 - 1855, pp: 75v - 76f e Atas da mesa administrativa. 1826 - 1855, pp: 115f - 155v , **ACPOSJ**.

22.Livro de Registro de Diplomas e Portarias do Governo, pp: 1f - 2v, **ACPOSJ**.

23.Correspondências da Casa Pia 1819 - 1843, pp: 89 - 97, **ACPOSJ**.

24.Registro de Correspondências da Mesa da Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, p. 10f e Registro de Correspondências da Mesa da Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, pp: 40v - 41f, **ACPOSJ**.

25.**REIS**, João José, Rebelião escrava no Brasil, pp. 26 - 34.

26.Correspondências da Casa Pia 1819 - 1843, p: 138, Correspondências da Casa Pia 1819 - 1843, pp: 139 - 147 e Correspondências da Casa Pia 1819 - 1843, pp: 147 - 149, **ACPOSJ**.

27. Correspondências da Casa Pia 1819 - 1843, pp: 198 - 200 e Atas da mesa administrativa. 1853 - 1887, pp: 32v - 35v, **ACPOSJ**.

28.Atas da mesa administrativa. 1853 - 1887, pp: 96v - 147f, **ACPOSJ**.

29.**SAMPAIO**, Consuelo Novais; O poder legislativo da Bahia: primeira república(1889-1930), pp. 31 - 52.

30.Atas da mesa administrativa. 1885 - 1909, pp: 43 - 46, Atas da mesa administrativa. 1885 - 1909, pp: 47 - 49 e Atas da mesa administrativa. 1885 - 1909, pp: 74 - 75, **ACPOSJ**

31. Atas da mesa administrativa. 1885 - 1909, pp. 89 - 92, **ACPOSJ**

32.Atas da mesa administrativa. 1885 - 1909, pp: 143 - 147, **ACPOSJ**.

33. Atas da mesa administrativa. 1885 - 1909, pp: 147 - 150, **ACPOSJ**.

34.**Relatório , triênio de 1909 a 1912**, p. 6, **ACPOSJ**

35.**Estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim, fundada no ano de 1799 pelo Irmão Joaquim Francisco do Livramento**, pp. 7 - 11.

36.**Primitivos estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim da Cidade da Bahia**; pp. 8 - 23.

37.Atas da mesa administrativa. 1826 - 1855, pp: 11f - 14v, **ACPOSJ**.

38. Correspondências da Casa Pia 1819 - 1843, pp: 138 - 147, **ACPOSJ**.

39. Essa informação foi enviada para a Sociedade de Beneficência que tinha o propósito de custear alguns menores no seminário, e perguntava sobre qual deveria ser a sua contribuição Correspondências da Casa Pia 1819 - 1843, pp: 170, **ACPOSJ**.

40.Atas da mesa administrativa. 1826 - 1855, p: 22v, **ACPOSJ**.

41.Correspondências da Casa Pia 1819 - 1843, pp: 198 - 200, **ACPOSJ**.

42.Registro de Correspondências da Mesa da Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, pp: 47f - 173v, **ACPOSJ**.

43. Correspondências da Casa Pia 1819 - 1843, pp: 52 - 53, **ACPOSJ**.

44. Atas da Mesa administrativa 1826 - 1855, pp: 53v - 55f, **ACPOSJ**.

45.Parecer sobre a lei Nº 1 de 1842 em Pereceres diversos, pp: 52 - 53, **ACPOSJ**.

46.Correspondências da Casa Pia 1819 - 1843, pp: 198 - 201, **ACPOSJ**.

47.Registro de correspondência da Casa Pia , pp: 73f - 80v, **ACPOSJ**.

48.A informação consta do próprio texto da alteração e é importante por mostrar a proporção existente entre órfãos internos e aprendizes sob acompanhamento da Mesa.

49.Atas da sessão da Mesa e Junta da Casa Pia dos Órfãos de São Joaquim de 18 de março de 1863 em Livro de Atas 1853 - 1887, pp: 63f - 64v, **ACPOSJ**.

50.**TEIXEIRA,** Cid; Bahia em tempo de Provincia, pp. 63 -69

51.Registro de Correspondências da Mesa da Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, pp: 85- 106, **ACPOSJ**

52.Atas da mesa administrativa. 1853 - 1887, pp: 43v - 44f, **ACPOSJ**

53. Atas da mesa administrativa - 1885 - 1909, pp: 110 - 114, Atas da mesa administrativa. 1885 - 1909, pp: 211 - 599, Atas da mesa administrativa. 1909 - 1926, pp: 9 - 31 e Atas da mesa administrativa - 1885 - 1909, pp: 225 - 230.

54.**Estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim, fundada no ano de 1799 pelo Irmão Joaquim Francisco do Livramento**, pp. 8 - 16.

55.**Primitivos estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim da Cidade da Bahia**, pp. 8 - 23.

56.Correspondências da Casa Pia 1819 - 1843, pp: 225 - 226, Atas da sessão da Mesa e Junta da Casa Pia dos Órfãos de São Joaquim de 18 de março de 1863 em Livro de Atas 1853 - 1887, pp: 63f - 64v, Livro de Atas 1885 - 1909 , pp: 218f - 235v, **ACPOSJ** e **Estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim, fundada no ano de 1799 pelo Irmão Joaquim Francisco do Livramento**, pp. 16 - 17.

57.**Estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim, fundada no ano de 1799 pelo Irmão Joaquim Francisco do Livramento**, pp. 24 - 29

58.Atas da sessão da Mesa e Junta da Casa Pia dos Órfãos de São Joaquim de 18 de março de 1863 em Livro de Atas 1853 - 1887, pp: 63f - 64v, **ACPOSJ**

4. Quem desejava a casa Pia: Um perfil dos benfeitores

Para um melhor entendimento do orfanato e seu funcionamento devemos considerar aqueles que criaram a Casa e conceberam o seu modelo educacional. Consideramos filantropo aqueles benfeitores do orfanato, que contribuiram com trabalho,bens ou capital para a construção ou manutenção da Casa. Interessa-nos saber a que categorias sociais, a que interesses, a proposta desenvolvida na Casa Pia vinculava-se.

Os estatutos e atas sugerem que o menor era treinado para ofícios especializados, principalmente para os ofícios mecânicos e trabalhos de escrituração. Era também preparado para ser obediente aos superiores e amante do trabalho honesto. Assim estaria bem integrado ao tipo de trabalho que à comunidade de Salvador nacessitava, embora pudesse também ser empregado no campo ou em cidades menores, onde os ofícios fossem necessários.

A seguir transcrevemos três trechos dos estatutos que fazem clara referência ao ensino das artes e ao trabalho braçal destinado para os menores.

Para a Casa Pia " ... devem os colegiais ser dirigidos de modo que adquiram o maior grau de força e robustez, de que suas constituições forem capazes, e se tornem próprios para servirà sociedade com os seus braços, e cometer os trabalhos mais árduos da vida, para os quais os órfãos parecem já ser destinados pelas circunstâncias de sua pobreza e desamparo ... "[1].

Em outro trecho encontramos que "... Devendo os órfãos destinar-se principalmente para os empregos e ocupações da vida comum, segundo o que fica dito no plano geral da educação, ... limitado unicamente ao ensino das doutrinas, e conhecimentos necessários às sobreditas ocupações, e principal destino dos órfãos; mas porque além de ser conveniente, se não proponham a seguir as práticas rotineiras das profissões e artes ... [2]"

Em outro "... a prática das suas respectivas :profissões , frequentando, nas manhãs, ou tardes, que ficarem livres das ditas lições, já as oficinas do Trem Imperial, já os escritórios dos negociantes, Deve haver as necessárias informações dos professores da cidade sobre o procedimento e progresso dos colegiais que frequentarem as suas aulas, assim como dos chefes de escritórios e oficinas ... [3]"

Os filantropos da Casa Pia tinham posições sociais diferentes, alguns tinham suas vidas integradas ao meio urbano; comerciantes, proprietários de casas, outros eram fazendeiros e integrantes do meio rural, provavelmente participariam da filantropia a partir de diferentes princípios, e com diferentes intenções.

Russel-Wood, examinando a Santa Casa de Misericórdia, distingue dois tipos de caridade. A aristocracia rural tinha na caridade uma obrigação. Através desta demonstrava seu prestígio e o da sua família. Aumentava seu poder e melhorava sua posição social, mostrava a força do patriarca e ajudava a manter sua imagem senhorial e liderança. A burguesia urbana tinha a intenção de aliviar a pobreza e melhorar as condições de vida da cidade. Sua caridade era mais um investimento social e visava um alívio da pobreza e miséria, com as quais o filantropo convivia diariamente na cidade.

O período de surgimento da Casa Pia coincide com aquele da gestação e criação da Associação Comercial da Bahia, que se constituiria em grupo de pressão importante capaz de influenciar os rumos da cidade. Já que há a coincidência de períodos, podemos supor que o sucesso da Casa se tenha dado exatamente por esta harmonizar-se com a realidade local, integrada aos desejos da burguesia comercial, e, ainda que os grupos de filantropos que financiaram a Casa seriam principalmente compostos por comerciantes, profissionais liberais e demais categorias da população urbana.

Estudo socioeconômico dos primeiros filantropos e doadores.

Nos arquivos da Casa Pia constam não sô os valores doados para a criação do orfanato e para a formação de seu patrimônio, como também muitos dos nomes dos próprios filantropos. Há registros dos nomes que subscreveram a petição encabeçada pelo Cônego Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque em 1798, dos que fizeram doações em 1819, quando da reconstrução do Noviciato e, ainda, de outros doadores identificados através da consulta à correspondências e demonstrativos de contas dos primeiros tempos do orfanato. Foram levantados 134 nomes no período 1796 até 1825, ou seja, desde as primeiras doações ao Irmão Joaquim até a inauguração do orfanato no antigo Noviciado dos Jesuítas.

Esses doadores foram os responsáveis pela construção do orfanato e pela sustentação da idéia de sua utilidade e importância. Estudá-los será como averiguar que interesses produziram o seminário de órfãos. Apesar das doações da Coroa e da ajuda do governo da província, as contribuições de particulares foram expressivas e predominantes como fontes de recursos. Em 1821, por exemplo, 66 particulares doaram 14:255$700(mais de 14 contos). A contribuição se torna mais expressiva se considerarmos que, desse total, 31 doaram 13:653$700. A doação da Coroa era de 4:000$000 por ano, quase 4 vezes menor que a dos particulares.

Um outro dado importante pôde ser constatado com a análise do local de residência dos doadores. Devemos considerar que uma parte destes filantropos, originários do Recôncavo, senhores de engenho ou proprietários rurais, tinha segunda residência e sede de negócios em Salvador, porquanto além de senhores de terra e produtores de açúcar, eram donos de armazéns e casas comerciais de porte, casas de representação, exportação e importação. Outros faziam carreira política exercendo-a principalmente na Capital. Entre os doadores de 1819 , 17 residiam em Salvador, 41 de Santo Amaro e São Francisco, 5 de Cachoeira e 9 de Sergipe [4]. A princípio observamos que, em quantidade, apesar de representativo, o grupo de doadores oriundos de

Salvador estava longe de constituir-se no mais expressivo. Pensamos que os filantropos residentes no Recôncavo, poderiam estar integrados aos interesses da vida urbana, devido ao que colocamos anteriormente. Principalmente àqueles mais importantes[5].

Levantamos no Arquivo do Estado da Bahia, na Seção Judiciária, inventários e testamentos dos doadores para conhecermos melhor suas características.

Dos 134 primeiros doadores, encontramos 27 representados por testamentos ou inventários alguns detalhados e outros com menos dados, e pudemos contabilizar o que se mostra na tabela abaixo:

QUADRO 3
ORIGEM/PRINCIPAL OCUPAÇÃO DOS FILANTROPOS DA CASA PIA

Ocupação principal	Nº de Indivíduos	Propritários de Imóveis
Senhor de Engenho ou Propritário Rural	16	4
Negociante	8	
Cônego	2	
Vive de Rendas	1	

Fonte:Arquivo Público do Estado da Bahia, Sessão Judiciária, testamentos e Inventários, Inv../test. 1808 a 1885

Nesse grupo encontramos 16 indivíduos(senhores de engenho e proprietários rurais) com residência no campo. Porém, destes, quatro tinham propriedades em Salvador. Quando destacamos esses quatro, estamos considerando o fato de que possuiam imóveis de valor: sobrados residenciais, lojas, armazéns ou depósidos, as vezes, mais de uma casa, as vezes ocupadas por inquilinos. Tratava-se portanto, de pessoas que tinham interesses na cidade. Se somarmos estes quatro aos outros 11 residentes na cidade(negociantes, cônego e o que vivia de rendas), teremos 15 filantropos integrados à vida urbana, entre os 27 encontrados, o que indica uma predominância de habitantes com interesses urbanos entre os mesmos.

Podemos destacar alguns desses doadores, não só para conhecermos alguns importantes filantropos, mas também para ilustrarmos com exemplos o tipo de pessoa interessada na Casa

Pia.

Manoel Marques Cardoso era negociante na Praça de Salvador. Casado, com filhos, tinha 14 casas de aluguel, escravos, quitandas, loja de tecidos e caixeiros, quando faleceu. Não temos a data de seu falecimento mas o inventário é de 1823[6].

Outro comerciante que contribuiu nos primeiros tempos foi José dos Santos Correa, residente na Vitória, casado, com oito filhos, proprietário de escravos de ganho, vários terrenos e 32 casas de aluguel, acionista das companhias de seguro Bom Conselho e Interesse Público. Faleceu em 1869[7].

Entre os senhores de terra destacamos, por exemplo, Manoel José de Araujo Borges. Era senhor do engenho em Cruz das Almas, com gado, escravos e fábricas em São Francisco do Conde. Era também proprietário do engenho São Miguel na freguesia de Santa Anna de Catu[8].

Outro senhor era Gaspar de Araujo Azevedo Gomes de Sá. Falecido em 1831, era proprietário das fazendas Penha e Misericórdis, do Engenho São Braz, pastos, cercas, arame, carros, senzala, tudo nas proximidades de Santo Amaro[9].

Parece que nossos dados estão de acordo com as observações de Russel-Wood. Observando a tabela, podemos concluir que havia uma ligeira predominância de doações provenientes dos meios urbanos, ou seja do tipo investimento social, que desejava dar alívio imediato à pobreza e reduzir as tensões da vida urbana. No início do XIX, período que estamos analisando, a tendência de predominância da caridade dos comerciantes e camadas urbanas deveria estar ainda mais forte que no século XVIII, período estudado do pesquisador citado, devido ao crescimento da cidade.

Para confirmarmos esta tendência, ou seja, o maior volume da caridade dos comerciantes sobre a dos proprietários rurais, vamos avaliar outro grupo de inventários, desta vez analisando todo o século XIX e parte do XX até 1910: os dos Mesários da Casa Pia.

Em primeiro lugar, trata-se do grupo que administrava a caridade da Casa. Constituindo-se no grupo que gerenciava o projeto aceito pelos financiadores, representavam bem as categorias sociais que se interessavam pelo projeto do orfanato.

Por outro lado, como as Mesas acompanharam o desenvolvimento da Casa, podemos ver como variou o perfil da administração ao longo do tempo, e verificar a natureza e evolução da filantropia que conduziu o seminário.

De 1819 até 1910, foram 34 mesas. Muitas vezes os mesários repetiam seu mandatos, ou voltavam a assumir na Mesa atribuições diferentes. Mas como o que desejamos analisar é a composição da Mesa, não faz diferença se o mesário está repetindo seu mandato. Distribuimos os dados por década para podermos analisar possíveis variações da composição com o tempo:

Abaixo, mostramos tabelas com os dados retirados de testamentos e inventários dos mesários da Casa Pia. Nessas tabelas, cada década está representada por um número. Isso facilitará a apresentação a seguir.

QUADRO 4
MESÁRIOS: TIPOS DE PROPRIEDADES

Ocupações e riquezas	**1819-29**	**1830-39**	**1840-49**	**1850-59**	**1860-69**	**1870-79**	**1880-89**	**1890-99**	**1900-10**
Nº de inventários encontrados	21	11	31	15	14	17	6	13	18
Comerciante/proprietário urbano	13	5	11	9	9	11	5	11	14
Senhor de engenho, lavrador/proprietário rural	3	0	4	1	0	0	0	0	0
Predominantemente urbana	5	1	4	2	2	1	0	1	2
Predominantimente rurais	0	2	2	1	2	0	1	1	0
Bacharel/proprietário urbano	0	1	6	1	1	2	0	0	0
Médicos/proprietário urbano	0	0	1	1	0	3	0	0	0
Outros/proprietário urbano[10]	0	2	0	0	0	0	0	0	0

QUADRO 5
MESÁRIOS PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS

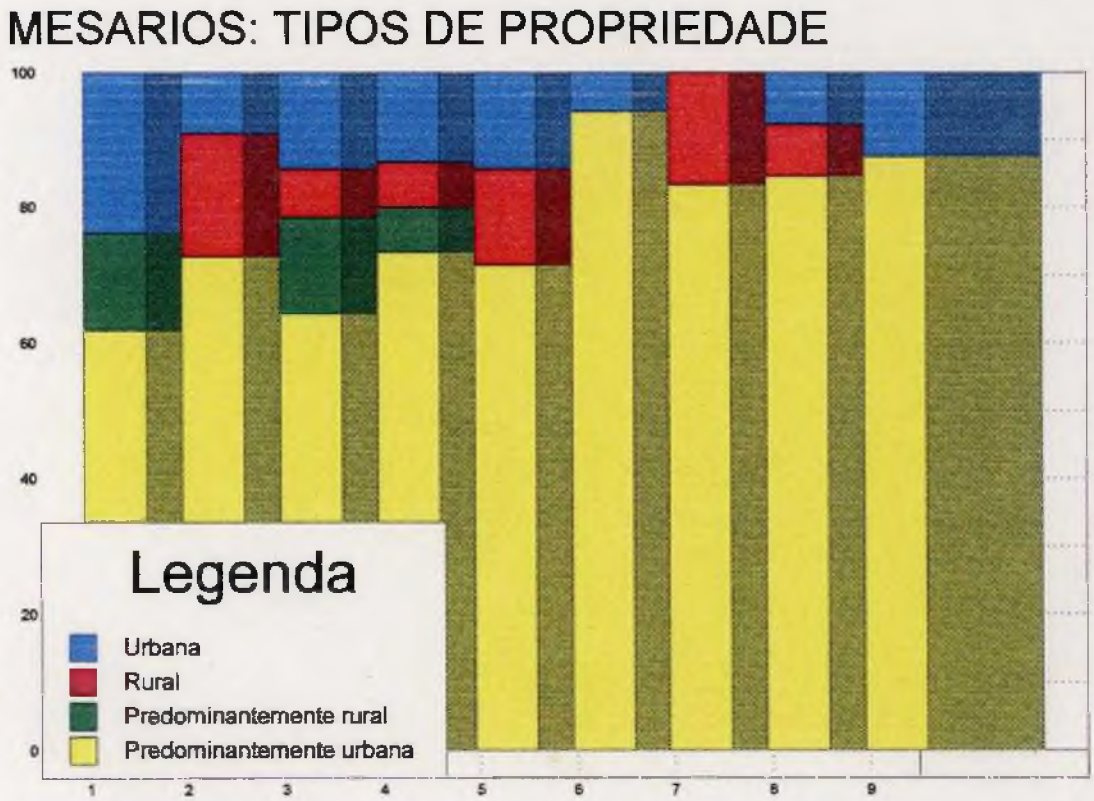
	1819-29	1830-39	1840-49	1850-59	1860-69	1870-79	1880-89	1890-99	1900-10
Proprietário de escravos	13	6	15	12	6	5	1	-	-

QUADRO 6
TÍTULOS, HONRARIAS E ASSOCIAÇÕES DOS MESÁRIOS

Títulos	1819-29	1830-39	1840-49	1850-59	1860-69	1870-79	1880-89	1890-99	1900-10
Oficial da Guarda Nacional	2	1	0	0	1	1	1	1	1
Membro de Irmandade	1	0	1	1	1	1	0	0	0
Comendador/Desembargador	1	1	4	1	1	2	0	0	0

Fonte:Arquivo Público do Estado da Bahia, Sessão Judiciária, testamentos e Inventários, 1828 à 1926

Para tornar mais claros os dados colocados na primeira tabela, mostraremos um gráfico percentual baseado na mesma, que nos mostrará a participação relativa de proprietários urbanos ou rurais entre os mesários da Casa Pia, em cada década.



De 1821 a 1879, encontramos senhores de engenho e lavradores entre os mesários da Casa Pia. Cada vez menos a medida que o período avança. Nas primeiras mesas, desde 1819 até os anos 40, a presença de mesários cuja principal atividade econômica estava no campo era maior. Depois nota-se que sua presença relativa vai caindo até desaparecer totalmente(1879). Devemos destacar, porém, que em nenhum momento a maioria de proprietários urbanos, principalmente comerciantes, pode ser posta em dúvida. A análise dos dados sobre os mesários concorda com a análise feita anteriormente sobre os primeiros filantropos e com as observações de Russel-Wood sobre a predominância da caridade de comerciantes e camadas urbanas desde o século XVIII. Isso leva à conclusão, segura, de que a Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, seu modelo pedagógico e de formação de mão-de-obra eram consequências do crescimento urbano e das necessidades dos comerciantes e da população urbana.

Mesmo entre os mesários com vida econômica voltada para o campo destacamos que a maioria tinha propriedades urbanas, casas, casas de aluguel, sociedades com comerciantes, ações de banco e outras companhias. Ou seja, eram pessoas ligadas ao ambiente e aos problemas da cidade. Em poucas Mesas pudemos constatar a presença de mesários senhores de engenho ou lavradores, que não tinham nenhuma propriedade urbana declarada em seus inventários e testamentos.

Vamos exemplificar com alguns mesários mais representativos do perfil geral, conforme as informações dos inventários e testamentos[11].

Wenceslau Miguel de Almeida foi um dos mesários da 10ª Mesa, casado residente na freguesia de São Pedro,. Era proprietário de escravos de ganho(a maior parte pedreiros), de uma fábrica de sabão na freguesia do Pilare tinha ações da Cia de Navegação Baiana e de outras companhias. Era um empreendedor, com ações de empresas importantes na época.

Muitos mesários tinham esse tipo de investimentos e vida financeira.

Leonardo Henrique de Azevedo era dono de uma tipografia e de uma drogaria. Casas, bens em Portugal, ações da Sociedade de Beneficência Portuguesa, automóvel, 32 ações da companhia Progresso Industrial e mil da Empório Industrial.

Outro exemplo interessante é o de Manoel Carneiro da Costa, lavrador. Este tinha escravos e roçados, criava cavalos e burros. E seria um caso de mesário com menor envolvimento com os problemas urbanos.

Poderiamos repetir aqui muitos casos de mesários e filantropos, a maioria deles acionistas, comerciantes, industriais, profissionais liberais ou médicos. A Casa Pia e seu projeto seriam, portanto, do interesse de indivíduos pertencentes ao empresariado nascente da Salvador do século XIX. Eram investidores, negociantes e empreendedores que compunham as mesas da Casa Pia, e se eles já predominavam nas primeiras, foram tornando-se cada vez mais numerosos nas mesas posteriores, até que se tornaram os únicos presentes a partir da década de 80. A Casa Pia foi um testemunho do crescimento dos comerciantes como grupo de pressão[12].

Segundo Russel-Wood a caridade dos negociantes já predominava sobre a dos senhores de terra, no que diz respeito a Santa Casa, desde o século XVIII. Do que foi revelado pelos dados da Casa Pia concluimos que o tipo de caridade dos negociantes foi o responsável, quase absoluto, pela Casa Pia e seu projeto.

1.**Primitivos estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim da Cidade da Bahia**; pp. 36 - 37.

2.**Primitivos estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim da Cidade da Bahia**; p. 42.

3.**Primitivos estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim da Cidade da Bahia**; pp. 46 - 47.

4.**Arquivo da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim**, Correspondências da Casa Pia 1820 - 1825, pp 1 - 32

5.**MATTOSO**, Katia M. de Queiroz; Bahia ...; pp 616 - 642

6. Sessão Judiciária, testamentos e Inventários, Inventários 1823/ Salvador, **APEB**.

7.Sessão Judiciária, testamentos e Inventários, Inventário 1869/70- 07/3038/01 Salvador, **APEB**.

8.Sessão Judiciária, testamentos e Inventários, Inventário 8/3441/0/3 São Francisco do Conde, **APEB**.

9. Judiciária, testamentos e Inventários, Inventários 1832/1845 // 8/3493/0/28 Santo Amaro, **APEB**.

10.Outros encontrados foram: 1 Arcebispo e 1 Sargento-mor

11. Sessão Judiciária, testamentos e Inventários, **APEB**.

12.**SANTOS**, Mário Augusto da Silva; Associação comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão, pp. 166 - 204

II
Origem, educação e destino dos menores

1.Os menores ingressos na Casa Pia.

Nesta parte do trabalho analisaremos a presença dos menores na Casa Pia, seu ingresso, suas origens sociais, relações familiares, duração da permanência no Colégio, grupo etnico e algumas características de seu cotidiano.

Para o desenvolvimento de nossas discussões é importante conhecer certos aspectos sobre a educação brasileira.

A educação no Brasil sempre foi pobre em escolas e programas de ensino planejado. As poucas aulas e escolas existentes eram destinadas aos filhos dos senhores de terra ou do alta burocracia, embora também fossem aceitos artesãos e índios, principalmente nas classes destinadas ao ensino elementar de leitura e escrita. Na maioria das aulas misturavam-se adultos e crianças sem distinção, não havia a preocupação de separar as idades[1]. Além disso saber ler e escrever eram habilidades raras. Ainda em 1870, quando o número de escolas já era maior e a educação mais importante socialmente, o contingente de população alfabetizada de Salvador era de, aproximadamente, apenas 30%[2].

A grande maioria dos jovens, não recebia educação escolar, mesmo porque o ensino profissionalizante havia sido excluido do plano de educação desde o início da colonização. O treinamento profissional se dava através do convívio com os mais velhos e por meio da imitação destes. Além disso, os jovens terminavam seu treinamento muito cedo e logo já estavam disputando a sobrevivência e o trabalho com os adultos[3].

Esse tipo de aprendizagem feita através do convívio não distingue as idades. A sociedade não se importa muito se o aprendiz inicia seu treinamento aos 7 ou aos 15 anos. O mundo adulto

acolherá o aprendiz da mesma forma e este aprenderá sua profissão a partir de suas experiências com os já profissionais. Segundo Philippe Ariès, é a necessidade de controlar os corpos e a atividade dos trabalhadores que faz surgir a escola e a sala de aula como conhecemos. À medida que a burguesia implanta sua ordem social, surge a necessidade de disciplinar o treinamento e aprendizagem dos jovens para que sirvam à ordem produtiva e para que produzam, com o mínimo de questionamento sobre seu papel na sociedade, aceitando suas funções. Uma das consequências deste pensamento foi a divisão das classes e salas de aula por idade. Essa divisão partia do princípio de que em cada idade desenvolviam-se habilidades específicas, e que seria mais produtivo para o ensino e saudável para a moral não misturar alunos com idades e amadurecimentos diferentes[4].

Para facititar as análises dividimos os dados que dispomos em períodos de 5 anos, que vão desde 1825 a 1910. Nesse período a Bahia viveu vários momentos econômicos. Até os anos 20 do século passado a Bahia viveu um crescimento econômico. As décadas de 20 e 30 foram de crise, mas logo sucedeu um novo crescimento desde 1840 ao início dos anos 60. Houve então um novo período de crescimento, para novamente ter início uma fase de crise, desde os anos 60 até o início da década de 80. No início dos anos 80, novamente, a economia entra numa fase de crescimento que vai até o começo do período republicano, quando novamente a crise econômica atingiu o estado. Essa periodização da economia regional é importante para estudarmos as variações dos dados da Casa Pia.

Temos a seguir o QUADRO 7, que mostra dados sobre o ingresso de menores. Organizamos dados sobre as variações das médias de idade de ingresso, do tempo de permanência no orfanato e da idade que os alunos saiam[5]:

QUADRO 7

Média de idade no ingresso, tempo de permanência e idade de saída dos órfãos

Período	Nº de alunos	Idade no Ingresso (em anos)	Permanência no Colégio(em anos)	Idade na saída (em anos)
1825-29	54	8,14	6,87	15,01
1830-34	7	6,13	6	11,82
1835-39	106	7,89	5,26	13,15
1840-44	112	8,06	5,64	13,7
1845-49	37	8,14	5,31	13,45
1850-54	112	7,97	5,04	13,01
1855-59	121	7,84	3,44	11,84
1860-64	126	7,69	4,71	12,4
1865-69	59	7,95	5,76	13,71
1870-74	103	8,07	6,02	14,10
1875-79	75	7,88	7,23	15,11
1880-84	86	8,22	5,84	14,06
1885-89	72	8,28	5,6	13,88
1890-94	80	8,21	5,06	13,27
1895-99	31	8,12	8,16	16,28
1900-04	61	8,50	5,46	13,96
1905-09	81	8,74	6,23	14,97
1825-1909 Média dos período	1323	8,06	5,54	13,61

Fonte: Arquivo da Provedoria da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, Cadastro de menores matriculados, maços 0001 à 1346

Idades de Ingresso

De acordo com os Estatutos, as crianças deveriam ter entre 7 e 9 anos de idade para serem admitidas na Casa. Aparentemente, observando dados da tabela, as idades médias de ingresso dos menores na Casa Pia, sempre obedeciam ao regulamento. Apenas no quinquênio 1830/34, foram recebidos menores com idade média abaixo de sete anos. Nesse período de crise, a Casa

Pia só matriculou sete novos alunos, muito jovens, talvez por considerar que seriam casos mais graves de abandono e dificuldades para os pequenos.

Quando examinamos caso a caso os cadastros dos alunos da Casa, percebemos que as excessões foram muitas. Para todo o período estudado, foi até muito comum a admissão de meninos menores de sete anos e, embora em menor número, maiores de nove também.

Em alguns períodos o número de maticulados fora da idade regular era expressivo. Entre 1835 e 1844, por exemplo, dos 216 novos matriculados, 22 alunos, mais de 10%, tinham menos de 6 e 7 mais de 9 anos.

Além da comprovação de que o cumprimento dos Estatutos, no que concerne às idades de ingresso, foi muitas vezes desrespeitado, analisando essas idades, observamos como era heterogênea a composição das turmas de alunos da Casa.

Os órfãos entravam na Casa para estudar, o asilo era consequência e serviço menos importante. Como a maioria deles ingressava no orfanato analfabetos eram agrupados na mesma classe de aula. Nos casos extremos, encontramos um menor ingresso na Casa Pia com 2 anos e 10 meses em 1825 e, outro, com 15 anos e 6 meses, em 1892[6].

Encontramos, em alguns dos relatórios da Casa aos presidentes da Província, alguns exemplos da presença dos menores nas salas de aula. Em 1848 no Mapa da classe de primeiras letras(a dos principiantes) enviado ao Governo, a Mesa nomeia varios alunos da turma, cujas idades variavam entre 8 e 12 anos[7]. No outro caso, em 1865, as idades na turma dos principiantes variavam de 6 a 10 anos[8]. Tudo indica que as classes eram divididas por habilidade dos alunos, cursavam primeiras letras, por exemplo, aqueles que estavam alfabetizando-se. A maioria dos alunos de primeiras letras estava na mesma faixa de idade(6 e 8 anos). Mas existiam as exceções meninos de 12 e até mais velhos entre os pequenos. Se podemos constatar uma tendência da Casa Pia em homogeinizar as idades dos alunos de uma classe, podemos observar que as exceções não eram incomuns.

Parece que a Casa Pia estava vivendo um conflito. Havia a necessidade de aumentar a disciplina da aprendizagem, aprimorando o aluno que se formava para um certo tipo de trabalho especializado. Esse perfil, de trabalhador especializado, era o profissional adequado à sociedade urbana de Salvador do século passado, para o qual a Casa Pia respondia intencionalmente. Para esse fim a Casa Pia procurou dividir seus alunos em classes por idade e por habilidade.

Porém, provavelmente a prática comum de misturar alunos aprendizes com idades diferentes nas oficinas dos mestres, e o ingresso de alunos mais velhos, influenciou a Casa no sentido de permitir que alunos com idades diferentes pudessem estar na mesma classe.

Como instituição de ensino, o Colégio estava disciplinando seus alunos, e dividindo-os em classes por habilidade, como era raro até sua época. Quase sempre homogeinizava as idades dos alunos em cada classe. Porém, necessidade de adequação a realidade social provocou um grande número alunos bem mais velhos misturados aos menores.

Isso pode significar que o Colégio havia se constituído em agente de uma transformação. Havia iniciado a divisão dos alunos por classe, e tendia a homogêneizar as idades dos alunos em cada uma, mas recebia influências do aprendizado doméstico e por convívio predominante até então, o que se refletia nas muitas exceções de adolescentes misturados com crianças na mesma sala de aula.

Permanência na Instituição

Ao analisarmos os dados sobre o tempo de permanência dos alunos no orfanato, constatamos que houve fases em que esse tempo foi mais, outras vezes menos extenso. Se compararmos a variação do tempo de permanência dos meninos na Casa, com a periodização da economia baiana apresentada anteriormente, observaremos que há quase que uma identidade entre as fases.

Nos dez primeiros anos de existência da Casa, o tempo de permanência foi maior, cerca de seis anos ou um pouco mais. Esse período, logo após a independência, é de crise econômica e financeira, provocada, entre outras coisas, pela saída dos comerciantes portugueses. É natural que o período dos menores na Casa se estendesse nessa fase, pois a dificuldade para empregar os meninos deve ter sido maior, parecendo ser essa a principal causa do maior tempo. Além disso, a Casa, no início, tentou implementar seu projeto pedagógico completo, chamado "Plano de estudos" (ANEXO 2), que incluia estudo de nível secundário, de escrituração, comércio, línguas estrangeiras, filosofia, etc. Assim sendo, é compreensível que os alunos passasem mais tempo na Casa, para que pudessem ampliar seus estudos de acordo com o plano que se tentava implantar. Posteriormente, a Mesa desistiria do plano mais amplo, estabelecendo um curso padrão de apenas quatro anos de ensinamento elementar. Desde a segunda metade da década de 30 houve uma regularidade na média de tempo que os menores passavam na Casa, cerca de cinco, a cinco anos e meio. Essa média se mantém desde 1835 até meados dos anos sessenta. A menor média do tempo de permanência na Casa coincide com uma fase de prosperidade da economia baiana. Provavelmente estaria mais fácil conseguir ocupação para os menores. A queda maior registrada entre 1855 - 59 se deve ao maior número de falecidos no período(foram 5), devido a doenças e pragas que atingiram a cidade. Ao computar na tabela o falecimento dos menores doentes, computamos também seu período reduzido na Casa, já que para nosso cálculo a morte do menor, antes de completar seus estudos, representava a data de saída. Fora os falecidos, a média de tempo de permanência dos menores na Casa, nesse anos, permanece em torno dos cinco anos. Esse era o período médio em que o menor ficava na Casa e se empenhava no aprendizado das primeiras letras e álgebra elementar, antes de passar para a responsabilidade de artífices para aprenderem uma arte.

No final da década de 60 cresce o tempo de permanência no Colégio, e, novamente, notamos a coincidência com o início de uma nova fase de depressão da economia baiana. Para

quase todos os quinquênios estudados o tempo médio de permanência sobe para seis anos ou mais, só voltando a diminuir noa anos 80, para elevar-se novamente no início do período republicano.

A essa altura podemos observar que: toda a variação do tempo de permanência dos menores na Casa, acompanha sempre a situação de crise ou prosperidade da economia baiana. Quando a economia estava em crise o tempo dos menores no orfanato aumentava, quando houve prosperidade reduzia-se. Parece claro que o principal motivador do maior ou menor tempo de permanência dos menores no seminário, foi a situação econômica baiana.

É claro que algumas situações específicas também influenciávam. Por exemplo, em 1872 forma implantadas as oficinas do Colégio. A partir de então, o menor passaria na Casa não somente o tempo necessário para formar-se em algebra elementar, leitura e escrita, mas também o período em que se dedicava ao aprendizado dos ofícios nas oficinas próprias do orfanato. Isso contribuiu para aumentar ainda mais o período de permanência no orfanato.

Para o período posterior, de 1870 a 1909, além das explicações já colocadas, outra para a maior extensão dos prazos de permanência no Colégio está no fato de que a Casa já não era tão eficiente no encaminhamento dos menores, e muitas vezes estes saiam da Casa na idade limite de 18 anos, acompanhados por parentes, sem emprego ou aprendizado em oficina garantido, embora saíssem com maior conhecimento profissional, graças as oficinas próprias do orfanato, então bastante ativas[9]. Analisamos que isso já poderia ser um indício de que a Casa estava perdendo sua importância como fornecedora de mão-de-obra, ou já não se interessava tanto em encaminhar os menores que deveriam conquistar seus empregos por conta própria, uma mudança no caráter da Casa, cujo processo culminaria com a edição dos novos Estatutos em 1910. Por outro lado, se saim com parentes e sem enprego, é sinal de que a crise econômica estava obrigando os menores a procurarem suas futuras ocupações sem a ajuda do orfanato.

Com relação ao período entre 1840 - 69, a análise do tempo de permanência pode nos dar

uma idéia sobre a repetência dos alunos. Já que o curso completo do Colégio acabou sendo estipulado em quatro anos, médias de permanência de cinco para seis anos podem indicar que poucos menores terminavam sua formação no período mínimo e que o índice de repetência era elevado. Podemos concluir que os menores atrasavam de um a dois anos o tempo gasto em sua formação e que seu aproveitamento nos estudos não era muito bom. Essa informação é segura, já que sabemos que assim que a Mesa tinha notícia de que haviam menores "prontos" ela os encaminhava para as oficinas e empregos ou para o arsenal da marinha e, muito raramente, não tinha sucesso, a curto prazo nesses encaminhamentos. Principalmente nesses anos que foram de proseridade, e portanto de maior facilidade para empregar os alunos[10].

Média da idade de saída

A média das idades de saída dos menores sempre foi estavel. Em todo o período estudado a média das idades de saída do orfanato sempre esteve entre os 11 e 14 anos, poucas vezes excedendo os 15 anos. Isso significa que, em geral, os alunos da Casa Pia estavam desde jovens no mercado de trabalho ou, pelo menos, junto aos mestres de ofícios como aprendizes. Seria uma característica da época e do tipo de treinamento oferecido pelo Colégio, o ingresso na vida profissional muito cedo.

Estar no mercado de trabalho muito cedo significava competir por trabalho e sobrevivência com outros trabalhadores, artífices e escravos. É importante estabelecer um perfil das categorias sociais dos menores ingressos e de suas famílias, para termos uma idéia da relação dos menores com a sociedade da época, e assim poder analisá-los no contexto da cidade e seus problemas.

Para iniciarmos esta análise, apresentamos a tabela abaixo procura estabelecer a relação entre a situação conjugal dos pais dos menores no período estudado:

QUADRO 8

Situação conjugal dos pais antes do ingresso

Situação conjugal dos pais	1825-1829	1830-1834	1835-1839	1840-1844	1845-1849	1850-1854	1855-1859	1860-1864	1865-1869
Mãe solteira	13		38	55	17	57	59	77	34
Pai solteiro							1		2
Mãe Viúva	22	1	36	30	12	46	48	36	16
Pai Viúvo	1			3	1	2			
Órfão de pai & mãe	15		12	6		3	8	8	4
Pais Casados			3	3		1			
Pai/Mãe de criação				2		1			
Pais casados separados				1			1		
Desconhecida	3	12	17	12	7	2	4	5	3
Total de Menores Matriculados no quinquênio	54	7	106	112	37	112	121	126	59

Situação conjugal dos pais	1870-1874	1875-1879	1880-1884	1885-1889	1890-1894	1895-1899	1900-1904	1905-1910	Total
Mãe solteira	58	25	27	30	42	13	29	15	589
Pai solteiro	1				1				4
Mãe Viúva	32	47	56	40	29	12	30	53	546
Pai Viúvo	2	1		1	2		1	1	15
Órfão de pai & mãe	8		3	1	3	4	1	6	82
Pais casados, vivos e pobres									7
Pai/Mãe de criação									3
Pais casados separados									2
Desconhecida	2	2	0	0	3	2	0	6	80
Total de Menores Matriculados no quinquênio	103	75	86	72	80	31	61	81	1328

Fonte: Arquivo da Provedoria da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, Cadastro de menores matriculados, maços 0001 à 1346

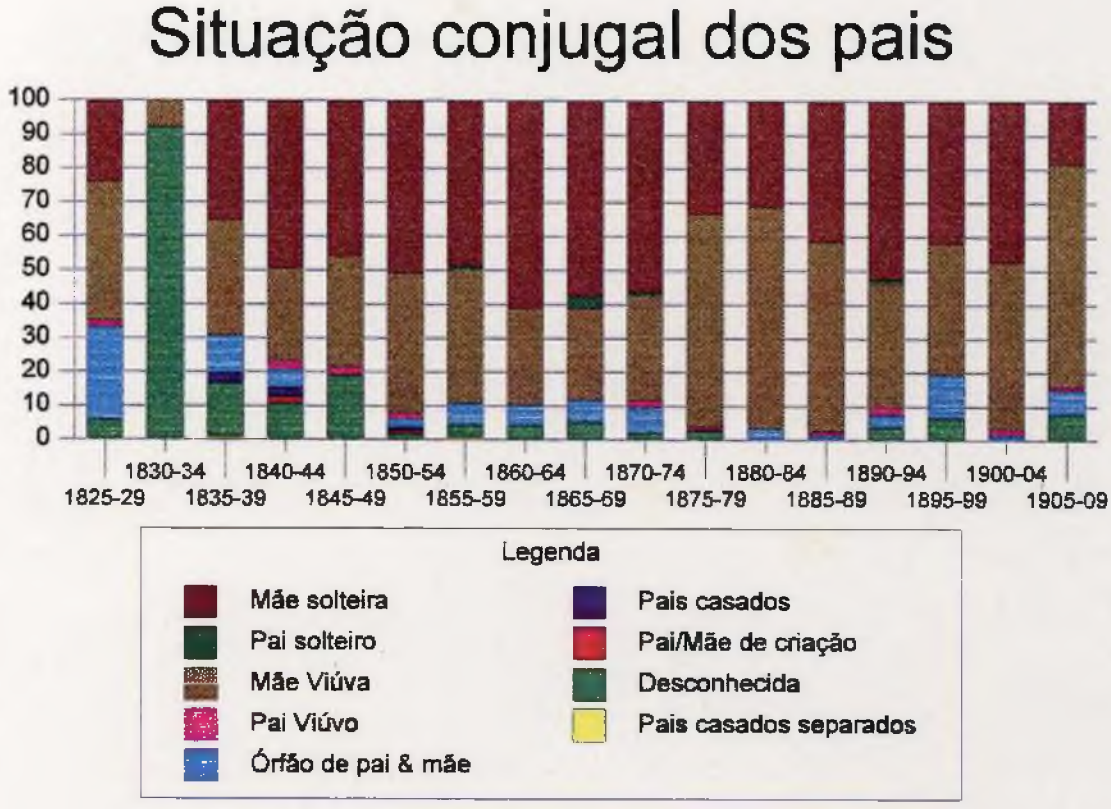
Relação entre os ingressos e seu passado social e familiar

Pouquissimos menores ingressos na Casa Pia não têm registrados, com algum detalhe, dados sobre seu passado recente, principalmente da situação de sua família ou dos grupos sociais a que pertencia. Isso porque, esse era um dos principais argumentos que justificava a autorização de ingresso do menor na Casa, dada pela Mesa Administrativa. Quanto mais sem arrimo, mais abandonado, mais deserdado estivesse o menor, maior chance tinha de entrar para a Casa. Por isso, entre os 1202 menores ingressos no Colégio no período pesquisado, apenas 22 não apresentaram dados cadastrados referentes a suas famílias. Essa grande quantidade de documentos nos permite extrair conclusões seguras sobre os meninos.

Para fazer uma análise mais precisa dos dados encontrados, resolvemos apresentá-los na forma gráfica da página seguinte.

Esse gráfico apresenta o peso relativo da cada categoria de antecedentes familiares dos menores, com relação ao total deles. Trata-se portanto de um gráfico percentual.

Observando a tabela e o gráfico percentual podemos notar que a grande maioria dos menores ingressos na Casa Pia tinham como antecedente registrado o fato de serem filhos de viúvas ou de mães solteiras.



Arquivo da Provedoria da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, Cadastro de menores matriculados, maços 0001 à 1346

Tratando-se de um orfanato compreende-se que os meninos ingressos na Casa Pia seriam originários de grupos familiares cujo pai ou mãe, ou ambos, havia falecido ou fossem ausentes. As exceções foram poucas. Na tabela pode-se constatar que apenas sete menores que ingressaram na Casa durante todo o período, eram filhos de pais casados e vivos. Através dos livros de atas, verificamos que nesse período, uma sociedade de beneficência havia sido criada e envolvia, dentre outras pessoas, mesários e membros da junta do orfanato. O objetivo da sociedade era a caridade a menores pobres, mesmo os que não fossem órfãos. Ela foi responsável pelas exceções e pela indicação dos sete menores e justificava o ingresso destes com a consideração da extrema pobreza de seus pais[11]. Essa exceção foi pequena , visto que os órfãos foram grande maioria(99,4% dos alunos).

Na documentação da Casa Pia a distinção é clara. Os documentos só se referem a viúvos, viúvas ou órfãos de pai e mãe, se o menor é filho de um casamento legal, portanto filho legítimo. Para o orfanato todo filho de uniões livres é descrito como filho de mãe solteira. Mesmo se o pai é conhecido e falecido, a Casa Pia não registra o menor como filho de viúva, e sim de mãe solteira.

A maior parte dos órfãos tem como situação dos pais, ou serem filhos de viúvas(de casais legais com marido falecido) ou de mães solteiras(famílias naturais). Desejamos examinar as razões desse fato e, se a proporção entre mãe solteira e viúvas mães dos ingressos na Casa, é próxima daquela encontrada para Salvador como todo.

Para essa análise assumiremos as definições de filhos legítimos e ilegítimos, família natural e legal, de Katia Mattoso, no livro *Família e Sociedade na Bahia do Século XIX*[12]. O casal legal é aquele unido pela igreja por casamento. São filhos legítimos aqueles nescidos destes casamentos ou até dez meses depois da dissolução da união. A lei reconhecia também como legítimo o filho de pais falecidos que tivessem vivido publicamente como casados. Os filhos naturais eram aqueles nascidos de uniões livres. Casais que viviam juntos sem a legitimação do ritual sagrado do casamento. Essas definições estão de acordo com o que encontramos na Casa Pia.

Segundo Katia Mattoso, os pais e mães solteiros com filhos se tornam cada vez mais comuns na cidade do Salvador no decorrer do século XIX. Utilizando como fonte a série de inventários do Arquivo de Estado da Bahia, a pesquisadora elaborou uma tabela onde consta a existência de 142 grupos domésticos e suas composições. A tabela a seguir mostra a composição dos grupos:

QUADRO 9

Grupamentos domésticos e número de filhos

Grupos domésticos	Número	%
Casais legais com filhos	22	33,3
Casais em concubinato	9	13,7
Irmãos solteiros com filhos	1	1,5
Mães solteiras com filhos	21	31,8
Viúvos com filhos	4	6,1
Viúvas com filhas	9	13,6
Total	66	-

Fonte:MATTOSO, Katia M. de Queiroz: Família e sociedade na Bahia do século XIX; pp. 117 - 126

Esses dados mostram que aproximadamente 32% dos grupamentos domésticos com filhos da cidade no século XIX eram de mães solteiras, e 14% de casais em concubinato; apenas 14% de viúvas com filhos e 6% de viúvos com filhos[13]. Por esses dados concluimos que o número de mães solteiras e casais em combinato em Salvador era mais que o dobro do de viúvas.

Os números baseados nos inventários apresentam uma maior quantidade relativa de dados para os grupamentos chefiados por mães solteiras.

Acreditamos que os dados do recenseamento sejam mais representativos da população em geral, visto que, preferencialmente, aqueles que tinham mais posses eram os que tinham inventários, enquanto que o censo engloba dados de todas as classes sociais, especialmente se levarmos em conta que os menores da Casa Pia provinham exatamente das classes mais baixas, portanto mais afastadas dos dados dos inventários.

No livro *Bahia século XIX, uma província no Império,* Katia Mattoso utiliza os dados do censo de 1855 e os apresenta de forma conveniente para o nosso estudo, já que analisa viuvas e viúvos com ou sem filhos separadamente. De uma amostra com 136 grupamentos ela conclui que 14,4% eram grupamentos chefiados por viúvas com filhos, 3,7% por viúvos com filhos, 23,5% eram chefiados por mães solteiras e 2,2% por pais solteiros[14].

Os dois estudos parecem chegar a conclusão de que as mães solteiras eram bem mais numerosas que as viúvas. Pelo menos duas vezes mais.

É importante destacar que dos 1202 matriculados em 85 anos apenas oito ingressaram por força da influência e indicação de pessoas importantes. É o que podemos concluir ao examinar os arquivos dos alunos, vez que somente nesses oito casos, encontramos cartas de recomendação e referência ao protetor na descrição dos processos de ingresso.

A grande maioria dos menores chegava à Casa e requeria ingresso à Mesa por força apenas da necessidade, sem proteção ou padrinho ou outra influência que pudesse dar ao grupo alguma tendência estatística diferente daquela apresentada pela população pobres da cidade. Ou seja, o grupo de famílias requerentes que temos é representativo das classes mais pobres e ao tipificarmos a família requerente, muito provavelmente estaremos encontrando a proporção em que existia cada grupamento familiar, onde o casal era ausente, nessas classes.

A depender da Mesa, algumas categorias foram privilegiadas para o ingresso. Nos livros de registro de entrada de menores encontrados na Casa, é marcante o destaque dado ao fato de o menor ser filho legítimo ou natural. As informações cadastrais são sempre muito mais detalhadas no caso de filhos legítimos. Há dados sobre os pais, forma como faleceram, nacionalidade, nome e sobrenome completo, principalmente em se tratando de menor branco. Para os ingressos ilegítimos as informações quase sempre são menos detalhadas.

Em alguns períodos, esse maior cuidado com os filhos legítimos, refletiu de forma a privilegiar seu ingresso na Casa. Esse raciocínio é reforçado pelo fato de ser mais aceito moralmente na época privilegiar os legítimos. E como a Casa tinha um grande cuidado com os aspectos morais, parece razoavel supor que os filhos legítimos tivessem algum tipo de vantagem ao requererem ingresso no Colégio. Um indicativo do privilégio acima referido está na constatação de que, normalmente, 50% dos ingressos na Casa era de ilegítimos. Mas no início dos mandatos das novas Mesas administrativas, quando normalmente houve um maior rigor no

cumprimento dos estatutos e nos cuidados com a moral, o ingresso de filhos ilegítimos sempre caia muito abaixo dos 50%.

Em 1825, quando a Casa estava cercada de todo rigor moral possível, e sob a força da vigência de seu recente Estatuto, o número de ingressos filhos ilegítimos foi muito reduzido. Dez anos após permanecia baixo, e valendo destacar que, nesse período, o Provedor era o Arcebispo D. Romualdo Antônio de Seixas. De 1840 a 1875 a percentagem de ingressos ilegítimos foi alta, mas em 1875, quando da posse do Comendador José Augusto de Figueiredo como provedor da 22ª Mesa, o ingresso de filhos ilegítimos parece ter voltado a ser reprimido. É somente em abril de 1900 que uma decisão da Mesa em reunião define que os filhos de mães solteiras não poderiam ser impedidos de entrar[15]. Isso quer dizer que, até essa data, privilegiou-se os filhos de pais casados. Paradoxalmente é no quinquênio de 1905-09 que encontramos o menor peso relativo para ingressos ilegítimos. Uma explicação pode estar na separação estabelecida pela república entre Estado e Igreja, possibilitando o casamento civil independentemente do religioso, e a legitimação mais fácil dos filhos.

Temos abaixo a proporção entre filhos legítimos e naturais entre os ingressos na Casa Pia por quinquênio.

QUADRO 10
Filhos legítimos e ilegítimos entre os ingressos na Casa

Período	**1825**	**1830**	**1835**	**1840**	**1845**	**1850**	**1855**	**1860**	**1865**
Legítimo(%)	75,3	Sem	64,2	50,9	54,1	49,1	50,5	38,4	39,0
Ilegítimo(%)	24,7	Dados	35,8	49,1	45,9	50,9	49,5	61,1	61,0

Período	**1870**	**1875**	**1880**	**1885**	**1890**	**1895**	**1900**	**1905**
Legítimo(%)	42,8	67,7	68,6	58,3	46,3	58,1	52,5	81,5
Ilegítimo(%)	57,2	33,3	31,4	41,7	53,7	41,9	47,5	18,5

Fonte:Arquivo da Provedoria da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, Cadastro de menores matriculados, maços 0001 à 1346

Anteriormente já colocamos que o número de grupamentos domésticos chefiados por mães solteiras na cidade era maior que o chefiado por viúvas. Mostramos que o censo de 1855 indicava que os grupamentos chefiados por mães solteiras eram duas vezes mais comuns. No entanto, os dados levantados na Casa Pia indicam que entre 1855 e 1859 entraram no Colégio 59 filhos de mães solteiras e 48 filhos de viúvas de um total de 121 ingressos. Se acrescentarmos um filho de pai solteiro(ilegítimo), os oito órfãos de pai e mãe, e um filho de pai separado(9 legítimos), teremos 57 filhos de casamentos legais contra 60 filhos de uniões livres. Essa proporção indica apenas uma ligeira predominância dos filhos de uniões livres, tão pequena que não parece significativa.

Esse resultado mostra que a Casa Pia privilegiava de fato os filhos legítimos, pois a proporção destes entre os ingressos era maior que a existente na cidade.

Sendo os dados do censo de 1855, mais completos pois se tratava de toda a cidade, começamos a nossa análise por seu período. Mas através de um outro estudo do professor Johildo Athayde podemos estender a estudo a outros períodos. Observe a tabela na página a seguir:

QUADRO 11

Legitimidade e Ilegitimidade, População livre - Paróquia da Sé (1830 - 1874)[16]

Períodos	Totais de batismos	Legítimos	%	Ilegítimos	%
1830-1834	966	359	37.2	607	62.8
1835-1839	932	341	36.6	591	63.4
1840-1844	892	348	39.0	544	61.0
1845-1849	830	258	31.1	572	68.9
1850-1854	1156	366	31.7	790	68.3
1855-1859	1110	438	39.5	672	60.5
1860-1864	1172	483	41.2	689	58.8
1865-1869	1089	477	43.8	612	56.2
1870-1874	1212	460	38.0	752	62.0
Totais	9359	3530	37.7	5829	62.3

Fonte:ATHAYDE, Johildo; "Filhos legítimos e crianças expostas(notas para um estudo da família baiana no século XIX)" in Revista da Academia de Letras da Bahia, nº 27; Salvador, Academia de letras da Bahia, pp 14 - 15.

Ao compararmos os dados encontrados relativos a freguesia da Sé, primeiramente gostaríamos de observar que não vemos maiores problemas em considerar as médias da freguesia como aproximadamente a mesma da cidade toda. Tratava-se de uma freguesia populosa e central e, provavelmente, representativa da cidade de Salvador.

Por outro lado, ao compararmos esses dados com os encontrados para a Casa Pia, veremos que o número de filhos ilegítimos é sempre bem superior ao dos legítimos, ao contrário do que encontramos para o colégio. Isso reforça a idéia de que, principalmente nos períodos em que o número de ingressos filhos legítimos superava o de ilegítimos, estivesse em vigor algum critério que privilegiasse ao filhos de casais legais. Outra explicação pode também estar no fato de que, como veremos adiante, a maior parte dos ingressos eram brancos e, segundo o mesmo Professor Joildo Athayde, entre os brancos a legitimidade atingia 66,5% dos nascidos entre 1830 e 1874. Aceitando esta última hipótese podemos afirmar que a grande discriminação da Casa Pia não teria incidido na legitimidade ou não. Mas sim entre brancos e não brancos. De qualquer forma constatamos que a Casa recebia um número de alunos filhos legítimos em proporção maior do que existia na cidade.

Outra observação importante podemos fazer sobre os filhos de pais solteiros e viúvos. Notemos que a presença de ingressos vindos de grupamentos domésticos que tinham à frente viúvos ou pais solteiros é bem menor do que o número destes grupamentos o que observamos tanto nos documentos sobre o recenseamento de 1855, quanto no levantamento de inventários *post-mortem*[17]. Essa observação nos leva a concluir que os pais recorriam menos ao recolhimento de seus filhos do que as mães. Tal fato poderia ser atribuido como reflexo do orgulho paterno que levava os homens a criarem eles mesmos os seus filhos, ou uma possivel fragilidade das mulheres sem companheiro, tornando-lhe mais difícil conseguir sustento e recurso material na sociedade do século passado, na qual havia mais oportunidades de trabalho para os homens[18].

O contingente de órfãos de pai e mãe, ou seja, de verdadeiros órfãos, também foi

importante do início até o final do período estudado. No início em maior quantidade e, na medida que o período estudado avançava, a quantidade foi cada vez em menor. O número dos verdadeiros órfãos ingressos foi bem menor que aquele dos filhos de viúvas ou mães solteiras.

Essa análise confirma que os verdadeiros beneficiários da Casa Pia foram os filhos de viúva e os de mãe solteira, ou seja, os chamados órfãos de pai: em outras palavras, os benefícios do acolhimento, estudo, treinamento profissional, estavam sendo dispensados principalmente aos filhos que não tinham apoio paterno. Em uma sociedade machista como a daquela época, a ausência do pai parecia ser realmente uma dificuldade para a criação e educação das crianças. Para confirmar isso gostaríamos de destacar o fato de que o número de filhos de viúvos e pais solteiros, ou seja, os órfãos de mãe, era muito menor do que o número esperado, tendo por base os censos e inventários a que já nos referimos .

Ainda sobre os antecedentes familiares dos ingressos, acreditamos ser importante analisar o contingente de expostos(menores abandonados, sem antecedente familiar registrado) que conseguia matrícula na Casa, e que no QUADRO 7 apacere como *situação familiar desconhecida*, e que trataremos de detalhar no quadro abaixo:

QUADRO 12

Situação familiar desconhecida

Situação familiar desconhecida	1825-1829	1830-1834	1835-1839	1840-1844	1845-1849	1850-1854	1855-1859	1860-1864	1865-1869
Expostos da Misericórdia	1	1	10	9	4	2	4		1
Expostos em residências	1	1	1	3	1				2
Flagelados da seca								5	
Sem nenhum registro	1	4	6		2				

SC79

Situação familiar desconhecida	1870-1874	1875-1879	1880-1884	1885-1889	1890-1894	1895-1899	1900-1904	1905-1910	Total
Expostos da Misericórdia									32
Expostos em residências	2	2							13
Flagelados da seca									5
Sem nenhum registro						3	2		18

Fonte: Arquivo da Provedoria da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, Cadastro de menores matriculados, maços 0001 à 1346

Os que vinham da Santa Casa de Misericórdia ingressaram na Casa Pia desde o início de seu funcionamento, porém, a partir de 1869, não se verifica mais o ingresso de menores originários daquela instituição. Existiam também aqueles que eram provenientes de casas particulares. Muitos menores eram assim abandonados, certamente na esperança de que as famílias que os encontrassem, também os acolhessem. Entretanto, muitas das famílias acabavam por levar estes expostos à Casa Pia para possível acolhimento.

De 1835 e 1844 o número de expostos entre os matriculados no colégio ultrapassou os 10%. Nesse período a Misericórdia chegou a ter um acerto com a Casa para que os expostos que estivessem em idade regulamentar pudessem entrar no colégio. Esse foi o período em que a caridade assistencial da Misericórdia esteve mais proxima da caridade educativa de São Joaquim. Após esse período, o número de expostos da Santa Casa entre os alunos foi declinando até desaparecer em 1870.

Apenas para completar a análise sobre a origem familiar dos ingressos, chamaremos atenção para o fato de que, além dos matriculados provenientes dos tipos majoritários comuns acima, existiram exceções; entre 1860 e 1864 ingressaram na Casa cinco menores sem documentação e sem a exigência das investigações feitas habitualmente: eram flagelados da seca. Nesse caso, oestado dos meninos, decorrente do problema de seca que castigava o sertão, parece ter sido determinante para o ingresso destes, abrindo-se mão dos procedimentos usuais.

Ralações entre os ingressos e sua etnia

Desde os primeiros tempos da colonização, desenvolveu-se na Bahia a idéia de que a estratificação social fundava-se exclusivamente na cor da pele e no estatuto legal dos membros da sociedade. Segundo esta visão existiam dois segmentos: um branco dos senhores e um negro, o da massa escrava. A maioria dos brancos estavam situados nas classes mais altas, mulatos, brancos e uns poucos crioulos(pretos nascidos na terra) dividiam os segmentos intermediários. A maioria dos mulatos e pardos, alguns poucos brancos estavam nas camadas baixas. Africanos e negros crioulos ocupavam a base da sociedade e eram a principal força do trabalho. É obvio que a sociedade era dividida e funcionava segundo uma forte discriminação racial[19].

Achamos também importante investigar os menores do Colégio de acordo com o grupo étnico de origem. Abaixo temos uma tabela e um gráfico, também quinquenais, mostrando a variação dos menores ingressos na Casa Pia, segundo seu grupo étnico[20].

QUADRO 13

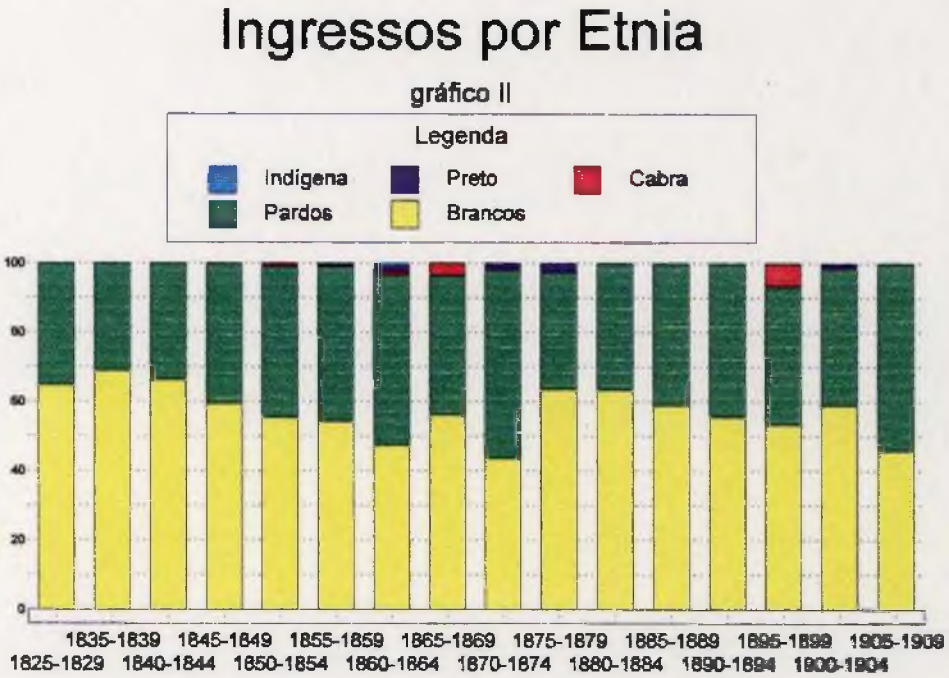
Etnias entre os ingressos da Casa(1825/1864)

Período /Sit. Familiar	1825-1829	%	1830-1834	%	1835-1839	%	1840-1844	%	1845-1849	%	1850-1854	%	1855-1859	%	1860-1864	%
Brancos	22	40,7	1	14,3	71	67	73	65,2	22	59,4	62	55,3	56	46,3	56	44,4
Pardos	12	22,2			32	30,2	37	33	15	40,5	49	43,8	46	38	58	46
Cabra											1	0,9			1	0,8
Preto													1	0,8	2	1,6
Indígena															1	0,8
Não declarados	20	37,4	6	85,7	3	2,8	2	1,8					18	14,9	8	6,3
Total de Matriculados	54		7		106		112		37		112		121		126	

Etnias entre os ingressos da Casa(1865/1909)

Período /Sit. Familiar	1865-1869	%	1870-1874	%	1875-1879	%	1880-1884	%	1885-1889	%	1890-1894	%	1895-1899	%	1900-1904	%	1905-1909	%
Brancos	32	54,2	44	42,7	47	62,7	45	52,3	33	45,8	30	37,5	8	25,8	36	59	34	42
Pardos	23	39	55	53,4	25	33,3	26	30,2	23	31,9	24	30	6	19,4	24	39	40	49,4
Cabra	2	3,4											1	3,2				
Preto			2	3,4	2	2,7									1	1,7		
Indígena																		
Não declarados	2	3,4	2	3,4	1	1,3	15	17,4	16	22,2	26	32,5	16	51,6			7	8,6
Total de Matriculados	59		103		75		86		72		80		31		61		81	

Fonte:Arquivo da Provedoria da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, Cadastro de menores matriculados, maços 0001 à 1346



Excetuando o período de 1830 a 1834, quando a crise financeira levou a Casa Pia a admitir apenas um número mínimo de novos alunos, para todos os outros períodos dispõe-se de dados para analisar como se comportava a Mesa Administrativa com relação a cor da pele e ao grupo

étnico a que pertenciam seus alunos.

Iniciaremos a comparando os dados do censo de 1855, com aqueles referentes aos ingressos na Casa Pia no mesmo período.

Segundo dados do censo de 1855, 32,4% da população era composta de brancos; 24,5 de pardos; 13,9% de crioulos(Negros nascidos no Brasil); 4,5% de cabras(caboclos) e 24,7% de pretos[21].

Se compararmos estes resultados ao percentual de cada grupo étnico encontrado na Casa Pia, vamos verificar que as duas distribuições não se acordam. De 1855 a 1859, 54,4% dos ingressos eram brancos e 44,6% pardos. Não houve ingresso de índios ou negros e apenas 1%(um ingresso) era de cabras. O número de brancos e pardos ingressos na Casa Pia é proporcionalmente bem maior que o existente na população da cidade, enquanto os negros parecem ser quase excluídos de possibilidade de ingresso no Colégio.

Temos também os dados do censo de 1872. Segundo este, 35,2% da população livre era de homens brancos; 44,4% pardos; 18,2% de negros e 2,2% cabolclos[22]. Os números também neste caso, são bastante diferentes daqueles encontrados na distribuição por etnia dos ingressos no orfanato. Entre 1870 e 1874 entraram na Casa 43,5% de brancos, 54,5% de pardos e 2% de negros. Embora a proporção entre brancos e pardos pareça mais realista, a proporção de negros ingressos continua insignificante em relação à população de negros existentes na cidade.

Duas outras informações sobre a população do século XIX podem ser esclarecedoras.

A primeira delas foi levantada pelo Professor Johildo Athayde e nos traz a proporção de crianças brancas, mestiças e negras entre os expostos na Santa Casa, no período de 1830 a 1859. Segundo o levantamento, 44,7% das crianças expostas eram brancas; 50,4%, pardas e 4,9, negro. Com esses números podemos perceber que a proporção de brancos entre os expostos era bastante alta em comparação com a dos brancos existentes da cidade. A explicação para isso está não somente na pobreza e necessidade material das mães, mas também no desejo de "limpar a honra"

e fugir da desaprovação social, que as mães solteiras brancas provavelmente sofriam naquela época[23].

No mesmo periodo, dos 546 menores ingressos na Casa Pia, 8 % não tiveram suas etnias declaradas; 56% dos ingressos eram brancos; 34 ,8% eram pardos; 0,2% de indígenas; 0,4% de cabras e 0,6 % de negros. A proporção de brancos ingressos na Casa Pia é ainda maior do que aquela encontrada para os expostos da Santa Casa. A população de negros entre os ingressos é praticamente inexistente. Além da pobreza não podemos explicar o grande número de brancos na Casa Pia com o argumento da "defesa da honra" ou receio da reprovação social, visto que, na maioria das vezes, a origem familiar dos menores era conhecida e mesmo as mães solteiras tinham seu nome e endereço registrados. Apesar de haver alguns expostos entre os alunos da Casa Pia, sabemos, como mais tarde analisaremos, que os ingressos vinham majoritariamente da camada de miseráveis e mendigos da cidade. Por essa razão, achamos que a distribuição das etnias entre mendigos que ingressaram na Santa Casa entre 1847 e 1856, apresentada por Walter Fraga Filho, é importante para entendermos a ação do orfanato com relação às etnias dos menores. Entre os mendigos que deram entrada na Santa Casa, os brancos eram 14,8%; os pardos 20,2%; os cabras 4,8%; 0,1% cablocos; 21,3% eram crioulos e 37,8% eram negros[24]. No mesmo período, entre os 270 ingresos na Casa Pia encontramos 51,9% de brancos; 40,7% de pardos; 0,35% de negros; 0,35% de cabras e 6,7% sem declaração de etnia.

O que podemos concluir de todos esses dados é que, como já foi aventado anteriormente, a Casa Pia tinha a política de permitir, preferencialmente, o ingresso de menores brancos em detrimento de pardos e outras etnias. Negros e crioulos eram quase totalmente excluídos. Da inauguração do orfanato, em 1825, numa cidade onde 59,1% dos mendigos e vadios eram crioulos ou negros, nenhum ingresso na instituição era negro até 1858 . O primeiro negro a ingressar na Casa(1858) foi apoiado por um abaixo assinado de toda a Mesa ao Presidente da Província, justificndo o pedido por meio de referências ao merecimento e a história de vida de

sua mãe[25]. Em 1873, a Mesa destaca haver deixado entrar um menino de pele mais escura, alegando que como este já estava no Colégio não poderia mais ser retirado[26]. Um caso realmente especial. Desse modo pode-se dizer que a discriminação racial vigorava na Casa Pia.

Esse comportamento discriminatório é compreensível para a época , tendo em vista que naquele período aos negros era negada a possibilidade de qualquer educação escolar, inclusive quanto ao aprendizado de primeiras letras[27]. A Casa Pia preparava artesãos e operários com especialização, que seriam, como veremos adiante, trabalhadores assalariados, que aos pouco iam subtituindo a mão-de-obra escrava. Como a seleção do orfanato discriminava os negros: podemos afirmar que, pelo menos no que se refere à Casa Pia, a formação dos novos operários urbanos assalariádos de Salvador foi vetada à antiga classe trabalhadora da cidade, os escravos.

Acreditamos ser importante estabelecer os momentos em que não pode ser evitado o ingresso de menores ligados à escravidão, pois isso pode ser sinal da desagregação do escravismo. Apresentamos a seguir, alguns dados sobre os ingressos na Casa que tinham maior relação e ligação com a comunidade escrava da cidade.

QUADRO 14

Relação entre os ingressos da Casa Pia e o regime da escravidão

Condição da mãe /Ligação com a escravidão	1845-1849	1850-1854	1855-1859	1860-1864	1865-1869	1870-1874	1875-1879	1880-1884	1895-1899
Crioula	2	2	2	5	2	3	1	1	
Liberta		2	3	1	3	6	1	1	
Escrava			1	1	1				1

Fonte:Arquivo da Provedoria da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, Cadastro de menores matriculados, maços 0001 à 1346

Esses dados mostram mais claramente, como a administração da Casa Pia era seletiva, afastando da instituição aqueles menores que tivessem ligação com a escravidão. De 1825 a 1845 não encontramos qualquer alusão a menores ingressos que pudessem ser ligados à escravidão. A partir de 1845 começamos a encontrar referências a mães crioulas, libertas e escravas. Essas

referências vão crescendo, com o tempo, até se tornarem mais comuns entre 1855 e 1874. Muitas vezes a referência a esses menores está acompanhada de justificativas que tornam claro o estado de sofrimento do menor e de sua mãe. Deve-se ressaltar o destaque que os Mesários davam a esses casos.

Analisando a variação do número de brancos e pardos no período pesquisado, vemos que podemos dividir o gráfico em duas fases. As duas começam com uma maioria de ingressos brancos e vão, gradativamente, a cada quinquênio, permitindo maior proporção de entrada de menores pardos, que eram maioria na sociedade e entre os mendigos e vadios. O primeiro período começa em 1825 e vai até 1874. O outro começa em 1875 e vai até 1909. Assim como em 1875 o número de menores ingressos filhos legítimos aumenta, aumentam os brancos. Amesma explicação dada para o caso dos filhos legítimoa pode ser levantada aqui. Parece que quando uma nova Mesa tomava posse da administração, talvez na tentativa de corrigir os "erros" da anterior, iniciava sua atuação com maior rigor nos cuidados com o orfanato. O mandato do Comendador José Augusto de Figueiredo, iniciado em 1875, veio fortalecer a discriminação racial e o moralismo da Casa Pia.

Apresentaremos agora com maior detalhe, dados sobre menores ingressos, cujo passado familiar estava ligado de alguma forma a escravidão.

Em 13 de julho de 1846 aparece o primeiro menor cujo registro faz alusão às suas ligações com a escravidão. Chamava-se Manoel da Cruz, tinha nove anos e era filho da crioula Ana, sem sobrenome. Vivia na casa de um homem que o criava e não tinha mais recursos para continuar sua educação. O cadastro do orfanato se refere ao menor como "*mulatinho*"[28]. Já havia recebido 324 menores a Casa. Somente no dia 10 de outubro de 1858, quando já haviam ingressado mais 203 menores sem laço com a escravidão, ê que entraria Manoel Vitorino dos Santos, filho legítimo de um casal de negros crioulos, tinha oito anos. Além da pobreza absoluta argumentada por sua mãe, obteve uma carta assinada por todos os mesários, e encabeçada pelo Provedor,

certificando quanto a honestidade e merecimento da mãe e pedia ao governo o ingresso do menor negro[29]. Outro caso a destacar é o de Francisco Carlos d'Azevedo, oito anos, pardo. Era escravo de Manoel Carlos d'Azevedo, português, que regressou para Portugal. O portugues declarou ter grande estima ao menor, deu-lhe a alforria e requereu seu ingresso na Casa. Temia que o menino ficasse totalmente só. A cor parda e o sobrenome talvez indiquem que o português havia emprestado ao menino seu sobrenome. ou talvez tivesse uma ligação maior que a de simples senhor/escravo, escondendo um parentesco.

Perfil socioeconômico dos ingressos

Pretendemos agora traçar o perfil socioeconómico da família do ingresso. Já afirmamos anteriormente que os órfãos eram principalmente originários das camadas de vadios e mendigos. Esperamos poder demonstrar, com os dados expostos nas tabelas abaixo, essa afirmação:

Na tabela a seguir utilizamos três categorias de menores ingressos na Casa. Nos requerimentos de ingresso, os menores e suas famílias sempre são descritos ou como abandonados, pobres ou indigentes.

Os menores abandonados eram aqueles que chegavam na Casa sem nenhuma referência de seu passado familiar, as vezes eles próprios requeriam o asilo. Eram menores de ruas que viviam de caridade e portanto faziam parte da massa de mendigos e vadios da cidade. Como indigentes eram classificados os menores cujas famílias viviam de esmolas, portanto também parte dos mendigos e vadios da cidade. Até 1835, como pobres eram classificados os menores cujas famílias tinham uma condição de vida muito difícil, mas não viviam de esmolas. Após 1835 os que tinham famílias que viviam de esmolas passaram também a ser registrados como pobres, as vezes como "minimamente pobres".

QUADRO 15

Origem socioeconomica dos ingressos na Casa Pia

Quinquênio /origem socio-econômica	1825-1829	1835-1839	1840-1844	1845-1849	1850-1854	1855-1859	1860-1864	1865-1869
Indigente	22	8	9	4	11	8	8	10
Pobre	9	57	89	27	100	106	108	43
Menor abandonado	2	5	1		1		1	
Quinquêcnio /origem socio-econômica	**1870-1874**	**1875-1879**	**1880-1884**	**1885-1889**	**1890-1894**	**1895-1899**	**1900-1904**	**1905-1909**
Indigente	4		2		2	2		8
Pobre	96	73	84	72	74	27	59	108
Menor abandonado						1		1

Fonte:Arquivo da Provedoria da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, Cadastro de menores matriculados, maços 0001 à 1346

No período imediatamente posterior à inauguração da Casa, a maior parte dos ingressos era registrado como filhos de indigentes. Os indigentes eram, exatamente, pessoas que podemos enquadrar como mendigos e vadios. Pessoas sem teto, sem nenhuma forma de sustento a não ser as esmolas. Acontece que, após 1835, o número de menores cujos pais eram classificados como indigentes passa a ser muito reduzido, e aumenta bastante o número daqueles cujos pais são classificados como pobres.

Aparentemente, a partir de 1835 o termo pobre passou também a designar os indigentes, de forma a não se distinguir, com o termo, aqueles de pequenas posses dos que viviam de esmolas. Os muito pobres passaram a ser apontados nos requerimentos como "*minimamente pobres*" e passaram a ser acompanhados por atestados de pobreza expedidos pelos vigários da paróquia de origem. Além disso, os menores cujos pais eram classificados como indigentes continuaram presentes, embora em menor número. De qualquer forma os ingressos tinham sua origem social nas categorias mais pobres da cidade, inclusive na de mendigos. É desses mendigos

que se originam grande parte dos menores abandonados e meninos de rua, e que serão apresentados na Casa, muitas vezes sem referência dos pais, ou informações sobre seu passado.

Uma importante constatação, como foi visto, é a de que os menores raramente tinham vínculo com escravos ou com a escravidão. O número de alunos ligados ao trabalho escravo era bastante menor do que aqueles que, por mais carentes que fossem, estavam nas ruas como mendigos. Estes viviam de trabalhos temporários e esmolas, mas não pertenciam ao contingente de trabalhadores escravos. Esse dado reforça nossa afirmação anterior, quanto a discriminação racial. Nega-se aos negros a oportunidade de se tornarem trabalhadores especializados e assalariados. Já vimos que a Casa Pia treinava os menores para preencherem postos e ofícios próprios da cidade. O estudo dos documentos da Casa Pia levou a pensar que foi entre os mendigos, os vadios e os mais pobres, desocupados, aqueles marginalizados pelo trabalho escravo, já que não conseguiam ocupação na sociedade escravista, que foram recrutados os trabalhadores urbanos e assalariados de Salvador.

A Casa Pia passou com o tempo a ser reconhecida como instituição formadora de mão-de-obra, e que a educação estava se tornando importante para a vida urbana. A Casa Pia e sua política discriminatória quanto aos negros e escravos pode ter contribuído para que estes não tivessem sua integração ao trabalho assalariado. A verdade é que os escravos, ao contrário dos desocupados: eram trabalhadores, e a Casa era procurada, principalmente, pelos excluídos do sistema produtivo. Tanto que era comum, nos requerimentos de ingresso, a referência do requerente a não desejar que o filho ou parente se tornasse desocupado e danoso à sociedade. Os dados da Casa Pia são insuficientes para a demonstração mas podem servir de indício de que os negros e escravos foram excluidos sistemáticamente da formação de uma nova classe trabalhadora baseada no trabalho assalariado e não mais cativo.

Além dos mais pobres, existiram também alguns poucos menores de origem mais privilegiada, que perdendo seus pais ou um deles, requeriam o ingresso na instituição.

Conseguiam-no facilmente, pois normalmente eram originários de classes sociais mais abastadas, onde, por regra, eram filhos legítimos e brancos. A Mesa tinha verdadeiro orgulho de poder ajudar tais "*deserdados da sorte*", como eram chamados.

Casos exemplos de menores ingressos

Apresentaremos alguns exemplos de alunos da Casa, para ilustrarmos nossas afirmações anteriores.

A maioria dos menores ingressos na Casa Pia, nos 10 primeiros anos da instituição, tinha uma história parecida com a de Martinho Gomes Almeida, que ingressou no colégio em 28 de novembro de 1825, o de matrícula 30. Um dos primeiros do antigo Noviciato dos Jesuítas. Pardo, nascido em 5 de outubro de 1818, tinha sete anos de idade quando acolhido. Era criado pela mãe que, solteira, vivia com muita dificuldade. Atacada por doenças, "desvalida", vendo agravada sua situação material e sem nenhuma condição educar uma criança, acabou solicitando e obtendo o ingresso do filho[30].

Embora filho de um casal legalmente constituido, o jovem pardo Vital Prudêncio da Silva teve uma história parecida. Nascido em 1° de março de 1817, tinha 7 anos e 10 meses de idade quando foi aceito no orfanato, em 20 de novembro de 1825. Sua mãe, viúva, era doente e vivia de esmolas, "presa há muito tempo em uma cama"[31]. Outro órfão representativo dos primeiros matriculados é o de n° 47, José Rufino da Costa, branco, nascido em maio de 1817. Entrou na Casa em julho de 1826, aos 9 anos. José era filho natural e estava totalmente desamparado, por ter tido seus pais falecidos os falecidos, quando se dirigiu à Casa, por conta própria, pedindo acolhimento, no que foi atendido[32]. Como os casos acima, entre sete e nove anos de idade, brancos ou pardos, os menores filhos de viúva, mãe solteira ou órfãos de pai e mãe, ingressavam na Casa Pia com o argumento da mínima pobreza(indigência). Muitas vezes doenças e moléstias

dos pais eram descritas como reforço ao ingresso dos menores. Foi desta forma que Genezio Adolfo Ribeiro, matrícula 367, ingresso em 1° de novembro de 1850. Branco, conseguiu pronto acolhimento, quando relatou que sua mãe, viúva, estava doente havia dois anos e em dificuldades após a morte do marido[33]. Argumentos parecidos com os que justificaram o ingresso de Francisco Correia Garcia, n° 767, branco, nove anos, ingresso em 11 de agosto de 1870, filho legítimo, que, além da pobreza absoluta, teve por sua mãe argumentada a importância do acolhimento do menor na Casa para provimento de sua educação e utilidade à sociedade[34]. Era também o caso de João Amaro da Fonseca, n°1043, pardo, filho natural, cuja mãe também argumentava pobreza e necessidade de tornar o menor instruído[35]. Também Silverio Manoel do Carmo, n°1345, pardo, ingresso em 8 de agosto de 1910, o último antes da entrada em vigor dos atuais estatutos, cuja mãe argumentava pobreza absoluta[36].

Verificamos que, nos primeiros anos, a maioria dos pedidos de ingresso tinha seu argumento final e mais forte no pedido de caridade(esmola) aos membros da Mesa para que asilassem os pequenos. A partir da década de 50 o argumento principal começa a migrar da caridade para a necessidade de prover o menor de instrução. Desde os anos 70 praticamente todos os requerimentos falam da necessidade dos menores ingressarem na Casa para poderem receber educação. Isso parece ter dois significados. O primeiro deles, é o de que a Casa teria ganho a imagem de instituição mais educativa que de asilo, e que as mães e requerentes apreciavam também esse papel. O segundo, é de que a educação estava ganhando importância e se tornando apreciada como ferramenta necessária para a sobrevivência em uma sociedade cada vez mais urbana, como foi se tornando Salvador durante o século XIX. Além disso, como a Casa Pia formava trabalhadores e artífices, podemos supor que o próprio trabalho e as habilidades artesanais estavam ganhando importância na sociedade, entrando assim na argumentação das mães e pais dos menores.

Verificamos que a maioria dos matriculados desde 1825 até 1910 obedeciam a este perfil

básico. As exceções eram muito poucas, mas vale a pena colocá-las aqui exatamente para podermos avaliar o que representam no conjunto. José André de Maia é uma dessas exceções. Já haviam entrado 185 menores com origem entre vadios, mendigos e muito pobres, quando, em 1° de maio de 1838, a concumbina do negociante José André Maia, já falecido, pede o ingresso de seu filho, branco, pois já não tinha condição de dar-lhe educação conveniente. Esse caso mostra que alguns menores que tiveram uma situação melhor no passado recorriam à Casa Pia caso suas famílias sofressem algum tipo de crise material ou dificuldade econômica[37].

Outro caso que merece destaque é o dos irmãos João e Romualdo de Oliveira Seixas ingressos em maio de 1838, alunos de n° 191 e 192 no cadastro da Casa Pia. Ambos eram brancos, nove anos, certamente gêmeos. Além de tudo provinham de famílias de destaque social, eram sobrinhos do Arcebispo da Bahia D. Romualdo Seixas, que tinha sido Provedor da Casa Pia. Eram paraenses e vieram para a Bahia em busca da proteção do tio Arcebispo, já que o pai havia sido morto na guerra da Cabanagem. Foram dos poucos menores a ingressar na Casa por influência direta de pessoa de alto *status* social[38]. O órfão de n° 841, José Alves de Souza, branco, ingresso em 16 de dezembro de 1872, nove anos, era também de origem mais privilegiada. Filho do Capitão Marcolino Alves de Souza, afilhado do Major Domingos Antônio Rabello, que o indicou, teve seu destino dificultado pelo falecimento do pai. Sua mãe, viúva, não tinha condição de criá-lo. Esses menores de origem mais abastada, eram mais comuns nos primeiros anos, quando a Casa Pia se propunha a ser uma escola mais completa, que atendesse também porsionistas da cidade, na época carente de escolas. É possível que a afirmação da Casa como formadora de mão-de-obra artesanal tenha afastado os alunos e ingressos originários das camadas mais favorecidas, já que estas rejeitavam o trabalho manual, preferindo outro tipo de educação, mais teórica e literária. Além disso, as escolas da cidade começaram a oferecer opções mais adequadas a estas categorias, como, por exemplo, o Ginásio Baiano. O filho do capitão é exatamente o último menor com esse tipo de origem a ingressar na Casa.

Gostariamos de apresentar também informaçãos sobre menores que foram vítimas de pestes e doenças que se abateram sobre a cidade no século passado.

As pestes e epidemias de Salvador não atingiram tanto a Casa Pia, como se poderia supor. Posto que os cuidados médicos e higênicos da Casa eram grandes. Os menores não ingressavam sem exame médico e desde a década de 70 era exigido atestado de vacina. É possível que o orfanato também tenha sido pioneiro na adoção dessas medidas. As epidemias da cidade atigiam a instituição de outra formas: muitos menores ficavam desamparados; perdendo seus pais durante os períodos epidêmicos, e assim ensejava-se mais uma demanda de ingresso.

Vejamos os dois casos a seguir:

Entre 1855 e 1859, cinco menores faleceram de cólera. Um deles foi João de Deus Meirelles Baptista, pardo, que entrou em 15 de agosto de 1852, aos oito anos de idade e faleceu em 8 de dezembro de 1855[39].

O caso de José Christovão de Carvalho, nº 643 foi diferente. Branco, nove anos, ingressou em 25 de maio de 1862, quando já não estava na idade apropriada. Anos antes havia perdido seus pais devido à cólera e sua mãe de criação pedia seu ingresso[40].

Para finalizar, vamos apresentar alguns casos de acolhidos que merecem ser apresentados por sua relação com fatos marcantes da história do período estudado. Os órfãos de nº 605 a 609 foram acolhidos devido à grande seca que atingia o sertão da Bahia na década de 60 do século XIX. Já nos referimos aos mesmos anteriormente, observando que foram os únicos a ingressarem sem os exames habituias. Além de sua ligação com o flagelo da seca é interessante registrar que um deles, o de nº 606, Manoel do Espírito Santo, foi o único indigena matriculado na Casa Pia[41]. Registraremos também o caso do menor nº 833, Belarmino Pereira Rijo, alagoano, branco, ingresso em 15 de setembro de 1872, aos sete anos. Sua mãe o apresenta na Casa, sem poder de criá-lo, pois seu marido havia seguido para a guerra do Paraguai e não dava mais notícia. Ela estava em Salvador procurando notícias do marido e pediu ingresso do menor no Colégio[42].

1.**RIBEIRO**, Maria Luisa Santos; História da educação brasileira, a organização escolar, pp. 19 - 49 e **FONSECA**, Celso Sukhow da; História do ensino industrial no Brasil, pp.13 - 95.

2.**MATTOSO, Katia M. de Queiroz**; Bahia, ... ; pp. 313 - 388

3.**FLEXOR, Maria Helena Ochi**; Os oficiais mecânicos em duas regiões brasileiras: Salvador e São Paulo in Universitas, Cultura; pp. 33 - 52

4.**ARIÈS, Philippe**; História Social da Criança e da família; pp. 165 - 178

5.Cadastro de menores matriculados, maços 0001 à 1346, **ACPOSJ.**

6.Cadastro de menores matriculados, maço 65 Cadastro de menores matriculados, maço 1115E, **ACPOSJ.**

7.Relatório à Presidência da Província de 1848 em maço 5282. Presidência da Província, Religião, Seminário de órfãos 1824 - 1889; Seção Provincial e Colonial, **APEB.**

8.Relatório à Presidência da Província de 1865; maço 5282. Presidência da Província, Religião, Seminário de órfãos 1824 - 1889; Seção Provincial e Colonial, **APEB**

9. Atas da Mesa administrativa, 1885 - 1909, **ACPOSJ.**

10.Atas da Mesa administrativa, 1853 - 1887, **ACPOSJ.**

11.Atas da Mesa administrativa, 1826 - 1855, **ACPOSJ.**

12.**MATTOSO**, Katia; Família e sociedade na Bahia do século XIX, pp. 46 - 50 e 68 - 100

13.**MATTOSO, Katia M. de Queiroz**; Família e sociedade na Bahia do século XIX; pp. 117 - 126

14.**MATTOSO, Katia M. de Queiroz**; Bahia, ...; pp. 150 - 152

15.Atas da Mesa administrativa, 1885 - 1909, Pp. 348 - 351, **ACPOSJ.**.

16.**ATHAYDE, Johildo**; "Filhos legítimos e crianças expostas(notas para um estudo da família baiana no século XIX)" in Revista da Academia de Letras da Bahia, nº 27; pp 14 - 15.

17.**MATTOSO, Katia M. de Queiroz**; Família e sociedade ... ; pp 69 - 83

18.**MATTOSO, Katia M. de Queiroz**; Bahia, ... ; pp. 133 - 141

19.**MATTOSO, Katia M. de Queiroz**; Bahia, ... ; pp. 579 - 598 e **REIS, João José**; Rebelião escrava na Bahia, pp. 19 - 24

20.Cadastro de menores matriculados, maços 0001 à 1346, **ACPOSJ.**

21.**NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira**; Dez freguesias ... ; pp. 63 - 97

22.**MATTOSO, Katia M. de Queiroz**; Família e sociedade... ; pp. 33.

23.**ATHAYDE, Johildo**; "Filhos legítimos ... ; pp 20 - 23.

24.**FRAGA Filho, Walter**; "Mendigos e vadios na Bahia do século XIX; pp 70 - 77.

25.Cadastro de menores matriculados, maço 528, **ACPOSJ.**

26.Atas da Mesa administrativa, 1853 - 1887, p 163f - 164v, **ACPOSJ.**.

27.**MATTOSO, Katia M. de Queiroz**; Bahia, ... ; pp. 200 - 207.

28.Cadastro de menores matriculados, maço 325, **ACPOSJ.**.

29.Cadastro de menores matriculados, maço 524, **ACPOSJ.**.

30. Cadastro de menores matriculados, maço 30., **ACPOSJ.**

31.Cadastro de menores matriculados, maço 33, **ACPOSJ.**.

32. Cadastro de menores matriculados, maço 47, **ACPOSJ.**

33.Cadastro de menores matriculados, maço 367.**ACPOSJ.**

34.Cadastro de menores matriculados, maço 767, **ACPOSJ.**.

35.Cadastro de menores matriculados, maço 1043, **ACPOSJ.**.

36.Cadastro de menores matriculados, maço 1345, **ACPOSJ.**.

37. Cadastro de menores matriculados, maço 186, **ACPOSJ.**

38.de menores matriculados, maço 191 - 192., **ACPOSJ.**

39.Cadastro de menores matriculados, maço 407., **ACPOSJ.**

40.Cadastro de menores matriculados, maço 643, **ACPOSJ.**.

41.Cadastro de menores matriculados, maço 605 - 609, **ACPOSJ.**.

42. Cadastro de menores matriculados, maço 833, **ACPOSJ.**.

2.O processo de formação dos órfãos.

A maior parte dos documentos utilizados pelos professores para acompanhar os alunos, tais como diários de classe, registros de rendimento, anotações sobre comportamento e outros, foram extraviados. Também aqueles pertencentes ao reitor. Desta forma, para estudarmos a educação dada pelo orfanato, a melhor e mais rica fonte são os capítulos dos Estatutos que regulam o assunto. Além deles dispomos dos livros de atas, das correspondências e dos relatórios da Mesa à Presidência da Província, que nos informam o quanto das normas dos estatutos foi realmente aplicado. Os relatórios muitas vezes são acompanhados de registros sobre os alunos, o que resgata parte dos dados perdidos com os diários de classe. Baseado nestes documentos, analisaremos a Casa Pia, seu processo pedagógico e vida cotidiana como aluno.

Os alunos sugundo os Estatutos(organização e posturas recomendadas)

A vida dos colegiais, sua presença e educação na Casa Pia toma a maior parte dos Estatutos de 1828. As propostas da Casa, e a forma com que os meninos e sua educação eram vistos, são descritos com precisão.

Existiam duas categorias de alunos: os porcionistas, que não eram necessáriamente órfãos, embora sob regime de internato, tinham suas residências e famílias fora do colégio, e os órfãos propriamente ditos, asilados pela Casa. Os primeiros, uma vez aceitos no Colégio, deveriam apresentar, na ocasiãos da entrada, as peças de vestuário, utensílios e livros, indicados pelo Reitor. Os órfãos receberiam estes mesmos artigos do orfanato ou de algum benfeitor.

As duas categorias deveriam obedecer organização rigorosa, quase militar. Eram divididos em duas seções: a primeira, composta de menores que tivessem de 7 a 12 anos de idade; a segunda, de maiores de 12. Cada seção era, por sua vez, dividida em decúrias, compostas de 10

meninos. As decurias eram numeradas, e cada também tinha um número de identificação na mesma. Era identificado por um código de seção ,decúria ou por sua colocação na decuria. Por exemplo: 1 ª seção, 2ª decúria, nº 2. Cada decúria era presidida por um decurião, escolhido entre os "beneméritos" do grupo, tanto nos costumes, como na aplicação aos estudos. Essa organização criava uma hierárquia entre os alunos, baseada no julgamento do reitor e critério dos estatutos, que premiava os melhores sucedidos, de acordo com as práticas de ensino da época.

Além do decurião, havia um prefeito, para cada grupo de 50 meninos. Era ele encarregado de receber do reitor, toda manhã, as ordens do dia para serem distribuidas às decúrias. Era a autoridade máxima entre os menores e sua escolha também passava pelo crivo das exigencias disciplinadoras e moralizantes do Reitor segundo os estatutos.

A divisão em decúrias era considerada essencial para a boa ordem do Colégio e independentes das possíveis divisões feitas por professores nos momentos de aulas. Os decuriões tinham por obrigação inspecionar os membros de sua decúria, em qualquer parte onde estivessem, aconselhando-os a cumprirem seus deveres nos estudos, nas regras de educação física, moral e religiosa, e avisando aos prefeitos sobre qualquer acontecimento especial. Os prefeitos, por sua vez, deviam relatar as ocorrências ao Reitor. A hierarquia entre os alunos, era o principal instrumento de controle das atividades diárias dos menores, com exceção dos menores indicados pelo Reitor para tarefas específicas na Casa, e que deviam prestar contas diretamente a ele.

Os alunos deveriam se tratar como irmãos e amigos, usando especialmente a "doçura e a caridade, que a razão e a religião", segundo o texto, inspiravam. Era também claro que cada aluno deveria "servir a si próprio", sem jamais usar os empregados do colégio. Arrumar camas, varrer aposentos, depositar lixo em local apropriado, vestir-se, eram obrigações que o estudante deveria cumprir logo pela manhã. Em seguida, esperava pelas ordens do decurião. Os alunos eram educados para a disciplina e mansidão; para se acostumarem ao trabalho braçal e duro[1].

Os órfãos e porcionistas eram internos. Os órfãos jamais podiam se ausentar do Colégio; os porcionistas apenas saiam no período de férias, ou se requeridos pelos pais e responsáveis. Havia a possibilidade de o órfão ser requerido por benfeitor ou parente para ser adotado. Nesse caso, a Mesa deveria avaliar o possivel benefício para o órfão, e de qualquer forma só liberá-lo se este já soubesse ler, escrever, contar, e conhecesse bem a gramática portuguesa. Caso contrário, só se ficasse evidente que os requerentes iriam dar ao menor uma educação igual ou melhor do que a proporcionada pela Casa. Havia muito cuidado para que o menor recebesse uma formação mínima que lhe permitisse servir a sociedade.

Saúde, segurança, visitas e disciplina no orfanato

O Colégio era muito cuidadoso no que se refere às normas de disciplina e segurança. O reitor era o responsável pela observância dessas normas perante a Mesa. A higiene de todo o Colégio, a ordem e regularidade da Casa, eram os objetos do "policiamento" do reitor. O termo *polícia* e/ou *policiamento* eram usados no sentido de seguraça como será usado a partir deste ponto. O asseio mais completo era recomendado para as salas, quartos dos colegiais e oficinas. Deveria existir uma copa para a guarda de vidros, louças e objetos de mesa, e também comidas guardadas de uma refeição para outra e que deveriam ser mantidas em bom estado. Os cuidados com a higiene também estavam presentes na guarda dos alimentos, que deveria ser em depósito arejado, na cozinha azulejada, lavada toda semana, equipada com uma mesa de serviço, limpa todos os dias. Cuidados também eram prescritos nos Estatutos para as panelas e vazilhames da cozinha, bem como para a água da Casa.

A localização da enfermaria, era determinada pelo médico da Casa. Aos doentes, as suas roupas para banho e cama, recebiamdas atenção especial, assim como o asseio geral da enfermaria. As roupas próprias de cada oficina seriam marcadas, a fim de que não se misturassem, principalmente com as da enfermaria, já que assim poderia haver risco de contágio.

A rouparia estava encarregada de organizar todas as roupas lavadas e de recolher as sujas, sendo que as da enfermaria recebia depósito e tratamento separado. A preocupação com as águas, seu encaminhamento e possível mau cheiro, era grande. Os estatutos recomendavam o uso de ácido muriático, nítrico ou acético em vapores para tirar do ar os possíveis odores, segundo prescrição da medicina da época, e ação do médico da Casa. Alfazema e perfumes eram proibidos sob o argumento de que eram caros, e não estavam sendo mais indicados pela medicina[2]. Já em 1828 a vacinação era obrigatória para ingresso no seminário.

O Colégio Médico-Cirúrgico funcionava na Bahia desde 1808. As idéias de higienização e tratamento médico passaram a ter divulgação, mas não o bastante para modificar substancialmente a situação da cidade, que continuava tendo aspecto insalubre e sujo, e até exalando mau cheiro, como relatam muitos viajantes e testemunhas da época[3]. A proposta de limpeza e cuidados médicos exigidos pela Casa Pia afinava-se ao discursoem voga, cuja a origem remonta a fins do século XVIII, que defendia a limpeza dos ambientes, o cuidado com a conservação dos alimentos e principalmente o tratamento do ar e dos odores. O processo de higienização da Europa, embora originado na última metado do século XVIII, só iria tornar-se comum a partir da segunda metade do século XIX[4]. A Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, seguindo os mais atuais avanços da medicina, tinha especial cuidado com a saúde, postura não muito comum na Bahia da época, e que só ganharia maior espaço anos mais tarde[5].

O seminário era rigoroso com horários e controles para entrada e saída de visitantes e empregados não residentes, principalmente com as mulheres, mesmo sendo mães e avós dos asilados. Havia horários e local apropriados para as visitas. A fim de que as atividades do Colégio não fossem perturbadas, o Reitor ou o Vice deveriam acompanhar a visita, cuidando de que o menor mantivesse "a urbanidade e benevolência, sem excessos de lisonja ou baixeza".

A educação dos órfãos

O maior objetivo da educação dos menores da Casa Pia era "aperfeiçoar e dirigir as faculdades físicas e morais do homem para a utilidade deste, que recebe, e da sociedade de que ele é membro"[6].

A Casa Pia respondia a discussão travada na Bahia desde o final do século XVIII, sobre o direcionamento dos pobres, principalmente jovens, de modo que fossem úteis a sociedade. A educação era também voltada para o físico dos órfãos, preparando-os para os trabalhos braçais e árduos, para os quais "pareciam naturalmente destinados". Como veremos na citação abaixo, os estatutos mostravam o relativo desprezo existente para com os trabalhos braçais na sociedade da época, e também o carater de investimento em mão-de-obra, que como vimos era necessária na cidade da época.

"Pelo que toca ao físico, devem os colegiais ser dirigidos de modo que adquiram o maior grau de força e robustez, de que as suas constituições forem capazes, e se tornem próprios para servir à sociedade com seus braços, e cometer os trabalhos mais ártuos da vida, para os quais os órfãos parecem já ser destinados pelas circunstâncias de sua pobreza e desamparo, e à que os porcionistas poderão ser obrigados pela incalculável instabilidade das cousas humanas."
Primitivos estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim da Cidade da Bahia; pp. 36 - 37.

Os filantropos estavam tirando jovens desamparados das ruas, da pobreza e da desordem, dando-lhes treinamento e preparo físico necessários ao desempenho de trabalho braçal. Observemos o seguinte destaque dos estatutos, para ilustrarmos as afirmações acima:

A educação literária e moral deveria estar direcionada para preparar os colegiais com conhecimentos convenientes para a vida comum. Comunicar noções claras de virtude e vício, ações lícitas e ilícitas, "conforme os princípios da razão, religião e das leis nacionais". Os colegiais, além de treinados como trabalhadores braçais, aprendiam as regras sociais defendidas

pela classe dominante, afim de se tornarem confiaveis como trabalhadores ordeiros e obedientes.. O respeito e gratidão a Deus, obediência ao soberano, às autoridades, a justiça e benevolência para com os semelhante, deveriam ser cultivados nos menores. Amor ao trabalho e disposição para desempenhar os deveres de qualquer situação ou posto. Deveriam saber que as ocupações não podiam ser iguais para todos, mas deveriam ser desempenhadas com "dedicação, amor, honestidade e sem vícios ou baixeza"[7]. De órfãos "deserdados", passariam a ser trabalhadores disciplinados.

A educação física a ser dada aos colegiais era uma verdadeira coleção de regras de vida e comportamento, bem aos moldes da *civilidade* em voga. Os colegiais deveriam ter aposentos "arejados e visitados pelo sol". Os menores de 12 anos ficariam todos em um só cômodo; os outros, divididos em cômodos, de acordo com a idade. Os banhos frios, eram recomendados e faziam parte dos cuidados com a saúde. Era especialmente recomendado o banho de mar, a natação. As regras da Casa pormenorizam o asseio:

> " A limpeza e o asseio do corpo, concorrendo muito eficazmente para a conservação da saúde, devem os colegiais lavar em água fria as extremidades, mãos, pés, face e até mesmo a cabeça todos os dias, para o que trarão o cabelo cortado curto; e banharão o corpo todo no mar, na ocasião do exercício de natação, como abaixo se dirá, sendo, por via de regra, proibido usar lavagem, ou banho quente, ou tépido; devem igualmente cuidar no asseio dos dentes, unhas e vestuário, e de tudo passará o reitor revista todos os dias, à hora designada no horário."
> **Primitivos estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim da Cidade da Bahia**; pp. 40.

Os exercícios matinais seriam acompanhados por momentos de contemplação à natureza e à criação divina. Correr, saltar, lutar, subir em árvores, jogar bola, e outros exercícios eram recomendados para desenvolvimento da força física. Esses exercícios eram feitos também antes do almoço e no final da tarde. Deveriam ser praticados em qualquer tempo ou clima. Segundo os estatutos era necessário acostumar os menores à "intemperança"(desconfortos). Existiam momentos na semana dedicados especialmente à natação, e outros, ao ensino de tática militar elementar, quando os garotos treinariam armados "por paus". Era intenção da Casa não tornar

os menores muito "delicados", inclusive aconselhando o Reitor a alterar os horários de despertar e ceia periodicamente, desta forma estaria acostumando os menores a possíveis dificuldades da vida.

A educação pouco dedicada às letras era considerada ideal para o destino que teriam os órfãos: trabalhos comuns e artes de ofício. Era propositadamente mínima, o bastante para que os órfãos não seguissem cegamente as práticas rotineiras das profissões e artes, mas se tornassem trabalhadores capazes de aperfeiçoar os seus processos e métodos.

Os Estatutos de 1828 são bastante claros quanto ao objetivo da formação dos menores e quanto ao resultado final de sua atuação. Gerar mão-de-obra:

" Devendo os órfãos destinar-se principalmente para empregos e ocupações da vida comum, segundo o que fica dito no plano geral da educação, pareceia racionável, r conforme a uma bem entendida economia, fazer-se um pequeno estabelecimento literário, limitado unicamente ao ensino das doutrinas, e conhecimentos necessários às sobreditas ocupações, e principal destino dos órfãos."
Primitivos estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim da Cidade da Bahia; pp. 42.

Mão-de-obra artesanal, habilitada nas artes de ofício. Ao sair da Casa Pia o órfão seria um trabalhador especializado em uma arte de ofício.

Inicialmente, dois programas foram oferecidos em 1828. Um extenso, distribuido em 10 anos de curso e que deveria ser implementado quando houvesse condição material, na medida da aprovação da Mesa, de ordens do governo. Outro programa menor, foi apresentado para implementação imediata.

Esses programas contribuem para esclarecer os objetivos da Casa e sua proposta de formação de mão-de-obra. O programa menor, oferece-nos uma visão da educação que foi realmente implantada. O maior não chegou a ser implantado.

QUADRO 16

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ENSINADO NA CASA PIA

(Programa mínimo)

Anos Letivos	Disciplina(chamadoas doutrinas pelos Estatutos)
1º, 2º, 3º Anos	Doutrina cristã, Urbanidade, Leitura e Escritura Portuguesa, Prática de operações fundamentais da aritmética
4º Ano	Gramática e Língua Portuguesa
5º Ano	Gramática e Língua Francesa ou Inglesa
A	Aritmética, Geometria e Álgebra, até equações do 2º grau
B	Desenho de figura e arquitera
C	Elementos de comércio e escrituração mercantil
D	Idéias gerais da história natural e da química no que for aplicável à agricultura

Fonte: Primitivos estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim da Cidade da Bahia; tabela número 2. Cada letra representa um ano letivo a mais.

O programa extenso(em anexo) era complexo e ambicioso em seu conteúdo. Os alunos estariam no final do curso com um preparo teórico e prático diversificado, aplicável em qualquer arte de ofício, inclusive comércio, navegação e agricultura.

O programa mínimo, embora implantado parcialmente, como veremos adiante, pretendia ensinar conteúdos técnicos. Sempre voltados para a formação de artesãos, comerciários e agricultores. Observemos o trecho a seguir:

" ... o Colégio poderá talvez crescer muito em capital, atenta a piedade de seu instituto, e bem conhecida filantropia dos habitantes da Província; e afora isso, o mesmo Colégio poderá também receber porcionistas, que não deixarão de concorrer, pela falta que há de uma casa de educação regular, e desejando adquirir uma educação mais ampla e proporcionada a seus diversos fins, não duvidarão talvez contribuir para a manutenção de alguns professores, ao menos daqueles que, ou se não acham ainda estabelecidos na cidade, ... "
Primitivos estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim da Cidade da Bahia; pp. 42.

Era um programa que fazia do aluno, já nos primeiros 4 anos , um jovem letrado, raro na época, como nos informa o próprio texto dos Estatutos, e que depois lhe possibilitava um treinamento útil às artes de ofício a que os alunos deveriam se destinar[8].

No programa mínimo encontramos alguns conteúdos classificados por letras, e não por

séries. A Casa Pia organizou seu ensino de forma que os conteúdos descriminados por séries seriam ministrados no próprio seminário. Os classificados por letras, eram oferecidos na cidade, e os alunos poderiam ser estudá-los fora da Casa. Nesse caso os alunos, maiores de 12 anos, deveriam sair cedo, cumprir seus estudos e deveres externos, e estarem de volta ao entardecer. Essa norma era também válida para os poucos órfãos que a Mesa destinasse, por seu especial "talento e dedicação", à vida literária.

Periodicamente, o Reitor deveria tomar informações dos professores, mestres de oficina e escritórios, sobre o aproveitamento dos alunos, e em seguida informar a Mesa. Quando necessário esta alterava o programa de estudos do menor, reencaminhando o seu aprendizado, e estimulando-o[9].

A religião e os costumes eram consideradas as instruções mais importantes. A religião deveria ser ensinada aos menores de forma a inspirar nos mesmos as virtudes do zêlo, da caridade e da tolerância. Seu ensino deveria mostrar a harmonia entre as verdades da fé, a razão natural e o Código Penal, para que não houvesse dúvidas sobre o comportamento social que lhe era mais adequado.

Essa orientação ia ao encontro da filosofia dominante no Brasil da época, que procurava harmonizar as verdades da religião e da ciência. Procurava-se modernizar certos aspectos da sociedade, sem que sua estabilidade tradicional fosse ameaçada[10]. Regras de decoro, cortejos e não grosserias, estudos das posturas ridículas, enfim uma série de princípios e conteúdos tirados dos tratados da *civilidade*, povoavam os estatutos.

A religião era praticada todos os dias. Havia oração coletiva todas as manhãs, dava-se graças a Deus após as refeições e, após o toque da Ave Maria, rezava-se o terço. Aos sábados, rezava-se a ladainha de Nossa Senhora. Nos domingos e dias santos existiam missas; explicava-se a doutrina cristã, comugava-se e confessava-se. A religião era tão considerada que as orações a serem proferidas pelos menores estavam definidas nos Estutos. O que significa que os menores

fariam diariamente tais preces ou a carta máxima da instituição estaria sendo ferida. Esse capítulo mostra o caráter claustral da instituição.

Além de inspirados na doutrina cristã, os bons costumes deveriam estar baseados em máximas morais, bem a gosto da *civilidade* erasmiana. Lembre-se que as normas de comportamento da *civilidade* foram criadas para harmonizar-se com as doutrinas cristãs, sendo adotadas tanto por católicos como por protestantes. A primeira máxima moral contida nos Estatutos trata da relação entre educadores e órfãos. Os primeiros deveriam ter para com os órfãos "o carinho próprio de pais para com filhos". Isso significava que o tratamento deveria ser de "doçura e moderada exortação, em lugar da coação e violência". Alegavam os mesários que a violência só gerava ódio e não obediência. Mas recomenda-se rigor no caso de alunos difíceis.

Recomendava que as regras e normas fossem repetidas aos menores incansavelmente, o que estava de acordo com a tese da *civilidade* sobre o aprendizado por repetição. Uma outra máxima recomendava que as tendências dos órfãos fossem respeitadas e, na medida do possível, seu plano de estudos direcionado. Era também importante que os menores executassem toda sorte de exercícios físicos rigorosos, e pensava-se que isso deveria dar-lhes amor e adequação ao trabalho duro. Os educadores deveriam evitar enganar os menores, e fazê-los desenvolver uma "espécie de lógica prática" que lhes agilizasse o raciocínio.

Outras máximas recomendavam que fosse inibida a propensão ao pranto, aos queixumes, ao pânico. Recomendava-se que os menores não ouvissem histórias fantásticas de duendes, bruxas ou fantasmas. A coragem e a firmeza deveriam ser cultivadas. Também seriam coibidas: a gula, o desalinho, a violência, a usurpação, a mentira e a calunia. As duas últimas faltas deveriam ser duramente reprimidas até que o menor mostrasse sinais claros de arrependimento.

A principal ferramenta para talhar nos menores para o perfil moral desejável era um sistema rigoroso de premiação e castigo.

O sistema de premiação deveria ser adequado aos jovens que se preparavam para ocupar

cargos próprios das "*classes industriosas do povo*". Havia um sistema de prêmios pecuniários: moedas de cobre de valores variados seriam dadas aos colegiais merecedores de elogios, na presença dos colegas. Pensava-se que dessa forma estar-se-ia exercitando os menores na correta maneira de ganhar dinheiro, obtendo lucros honestos, como recompensa de bons trabalhos e comportamento. Esse exercício era conveniente para trabalhadores que deveriam servir nas chamadas classes industriosas. Os prêmios pecuniários, distribuidos por semana e para cada disciplina, eram comuns e sempre testemunhados. Os decuriões e prefeitos recebiam os bilhetes representativos dos pecúnios semanalmente, enquanto merecessem; os alunos que obtivessem aprovação no final do ano letivo, recebiam um prêmio maior. No final de cada mês, a Casa pagava os prêmios devidos aos ganhadores. Um outro prêmio, de maior honraria, era entregue aos bons alunos que deixassem o Colégio. Seriam eles retratados pelos colegas, a fim de que sua imagem ficasse para sempre no Colégio. Não encontramos tais retrato nos arquivos da Casa. É possivel que tenham sido extraviados, ou que essa regra não tenha sido cumprida. Quando de sua saída do seminário o aluno brilhante receberia um prêmio em dinheiro. O objetivo maior das premiações era estimular a seguirem o comportamento ideal.

Para que se tenha maior clareza, reproduzimos no quadro abaixo, o que era considerado culpa e os respectivos castigos:

QUADRO 17
CULPAS E SUAS PUNIÇÕES(transcrição)

CULPAS LEVES	**PUNIÇÕES**
Glutoneria	Diminuição da comida
Desalinho e estrago defato(roupas)	Privação de horas de recreio, emprego em lavar, escovar e até remediar o fato, havendo para isso oficinas próprias no Colégio
Inércia e preguiça	Privação de recreios, trabalho braçal em qualquer objeto do serviço do Colégio, até mesmo cavar a horta
Distração, falta de estudo e turbulência	Reclusão e lições dobradas

CULPAS GRAVES	Punições
Injúrias e maus tratamentos aos companheiros e outras pessoas	Reclusão; diminuição da comida; atos de reconciliação e humildade
Formal desobediencia aos superiores	Quando muito - privação total do almoço e ceia por três dias, com reclusão solitária. Proibidos os açoites e palmadas
Mentira, calúnia, usurpação da propriedade alheia e qualquer outra ação vergonhosa	Reparação possivel do dano feito, segregação da reunião dos compamnheiros, privação do assento ao ato de comer. Nas reincidências; rótulo de papel no peito e irrizão dos companheiros, além das penas acima. Ficam proibidos os açoites e palmadas

Fonte: Primitivos estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim da Cidade da Bahia; p. 55.

As culpas leves poderiam também acarretar a perda de bilhetes de premiação pecuniária. Mas não se o menor fosse reincidente. As culpas graves deveriam ser punidas com a perda dos prêmios além das punições constantes da tabela. A pena aplicada crescia com a responsabilidade delegada. Assim é que, caso fossem considerados culpados, nas faltas apontadas, os decuriões e prefeitos, como representantes do Reitor e do Colégio diante dos colegiais, teriam penas duas vezes maiores que os outros.

Os colegiais deveriam ter direito a defesa antes de submetidos a castigos. Estes não seriam aplicados, caso a falta fosse casual, ou provocada por acidente. Somente o ato planejado era alvo de punição. Além disso, o estado físico e a fraqueza dos menores deveriam ser levados em conta, para possíveis alterações nas punições.

Uma vez por mês, o Reitor deveria ler a tabela de culpas e castigos para os menores. Apesar da ausência de açoites, e de considerações sobre o físico do menor, as regras eram rigorosas. Aqueles que se manifestasse insensível aos castigos, seria expulso do Colégio como incorrigível, e encaminhados ao Presidente da Província, delegado do Imperador, que lhes daria

o destino que desejasse, como veremos adiante adiante.

Os dados contidos nos Estatutos permite-nos recriar o modelo do menor que a Casa Pia desejava formar. Deveria ser fiél religioso, doutrinado pela moral, caridade e fé católica; deveria ser forte, preparado para uma vida dura, no seio das classes populares; alfabetizado, dono de uma cultura literária mínima, capaz de conferir-lhes certa capacidade crítica; e, finalmente, deveria ser dotado de uma arte de ofício ou outra habilidade profissional. A isso acrescentava-se a tenacidade, resistência à vida dura, obediência aos superiores e amor ao trabalho e ao seu "fruto" honesto[11].

Um dos requisitos fundamentais para a execução do plano de estudos, era a existência de oficinas na Casa Pia. Elas permitiam que os menores recebessem treinamento profissional na própria instituição, e não apenas nas oficinas de particulares, para onde eram levados após um período de estudo básico.

Existiam oficinas no orfanato antes de 1832[12]. Neste ano, ainda sob o impacto de forte crise financeira, o Reitor recebeu orientação para despedir o alfaiate da Casa, e assim procedeu. Essa informação nos leva a concluir que antes de 1832 o Colégio contava com pelo menos uma oficina: a de alfaiataria. Também foram demitidos os professores de música e desenho, o que punha fim a todo ensino profissionalizante interno no Colégio[13].

Até essa data é provável que a oficina tenha servido pouco para o aprendizado. Talvez mais para punições, como ordenavam os Estatutos, já que, desta época, pois não encontramos nenhuma informação sobre aprendizes das oficinas nos arquivos da Casa. Por outro lado, sabemos que o aprendizado das artes na companhia de particulares estava funcionando, pois uma correspondência do mesmo ano de 1832 deixa evidente que muitos menores estavam estudando em oficinas de particulares, de dia, e pernoitando no Colégio[14].

Em 1834, quando o saneamento das contas da Casa diminuia os efeitos da crise, os trabalhos artesanais ai realizados foram redirecionados. Os sapatos seriam feitos por escravos

sapateiros e o trabalho de alfaiataria, pelos próprios órfãos. Só excecionalmente, um mestre alfaiate seria contratado. Parece que tais especificações estavam mais ligadas às necessidades diárias da Casa e dos órfãos em vestuário e calçado, do que ao programa de formação. No entanto, tais experiências como alfaiates serviam também para educar o menor.

Somente em 1841 vamos encontrar referência a oficinas com finalidades realmente educativas. Neste ano, a Mesa reunida recebeu a sugestão do mesário Manuael Belens de Lima, no sentido de que a Casa fosse aparelhada com oficinas de sapataria e alfaiataria próprias e passasse a ministrar aula de ginástica. Essa última sugestão indica que até então as atividades físicas dos órfãos eram fruto de exercícios livres. As propostas do mesário foram aceitas, devendo dois mestres ser contratados[15]. No ano seguinte a Mesa se opõe à Assembléia Provincial, que propõe a criação de oficinas abertas ao público dentro do colégio[16].

A primeira providência da Mesa para o reinício do ensino profissional na Casa aconteceu em 1843, quando as aulas de desenho, que ensinavam a projetar peças e esboçar formas arquitetônicas, voltaram a ser ministrada no Colégio[17]. Mas só em 1845 as primeiras oficinas para treinamento dos menores foram criadas. Uma comissão de mesários foi formada para examinar as vantagens ou desvantagens de ter-se oficinas no seminário. Chegou-se à conclusão de que as oficinas não só seriam importantes para a formação dos menores como serviriam para atender à demanda interna. O melhor ensino era a prática, segundo a comissão. O relatório da comissão também fazia referência as normas para mestres e aprendizes das oficinas próprias, horários de aula, número de alunos por turma e comportamento em geral[18]. Os futuros mestres das oficinas seriam: Agostinho, o sapateiro e José Ferreira de Souza, o alfaiate. No dia 4 de dezembro de 1845 foram inauguradas as atividades das oficinas[19]. Em julho de 1846 com os horários de aprendizagem organizados, o Reitor enviou à Mesa informação sobre os alunos que estavam trabalhando e aprendendo nas oficinas[20]. As oficinas foram recebidas como uma boa novidade, com grandes chances de crescimento. Mas logo começaram a sofrer oposição. Talvez

a nova Mesa, que tomou posse em agosto de 1846, não fosse a favor das oficinas, ou tivesse rèvalidade com a Mesa anterior[21]. Ou talvez o projeto não contasse com apoio do governo da província, pois neste mesmo ano, o presidente criaria oficinas de mecânica no Arsenal de Guerra, vizinho do orfanato, abrindo suas atividades para o aprendizado dos órfãos[22]. Talvez tenha sido simplesmente financeira a causa do fechamento das oficinas em 1847. A Mesa explicava que, com oficinas na Casa, os custos com aulas haviam aumentado, bem como o tempo dos meninos no colégio, diminuindo a capacidade da Casa em atender asilados. Seja qual tenha sido o motivo, em 9 de maio de 1847 as oficinas seriam fechadas por sugestão do mesário José de Goes Siqueira, aceita pela Mesa[23].

Somente em 1862, já próximo à época da alteração dos Estatutos, o assunto das oficinas voltaria a ser tratado. A Mesa de 62 pensava em criar novas oficinas de tipografia, latoaria e carroeiria, para os meninos já sairem prontos da Casa[24].

Até a reforma estatutária de 1863, as oficinas para aprendizado da Casa Pia não passaram de tentativas. O resto do plano de estudos, foi executado de forma mais ou menos fiel ao plano exposto no QUADRO 16 Até 1830 era ensinado filosofia, geometria, música, latim e retórica, também francês, desenho e primeiras letras(alfabetização). No ano seguinte(1831) existiam aulas de primeiras letras, gramática portuguesa, latina, desenho e música. Segundo o programa apresentado, essas aulas correspondiam aos 4 primeiros anos do planejamento, com o acrescimo apenas de desenho e música. De um ano para outro, o número de aulas oferecidas diminuiu. Em 1842 encontramos o registro das mesmas aulas oferecidas em 1831. Pudemos observar nos outros relatórios da Casa que essas aulas ainda eram ministradas em 1849, e em 1852, apenas acrescentando as aulas de ginástica, assim como em 1859. Pode-se concluir que durante a vigência dos Estatutos originais, o ensino na Casa Pia era composto das aulas descritas para o ano de 1831. Com exceção das aulas de desenho e música, a formação profissionalizante dos menores estava a cargo de mestres particulares em suas oficinas, que os treinavam sob o "pátrio

poder da Casa", pois a Casa continuava responsável legal pelos menores até sua maioridade[25].

A reforma estatutária de 1863 iria oficializar o plano de ensino que já era aplicado na Casa desde 1831. Mais realistas, os reformadores eliminaram totalmente a perspectiva de formação secundária existente nos Estatutos originais, deixando apenas as aulas referentes ao programa mínimo até a 4ª série, acrescentando-lhe apenas desenho linear. A novidade da reforma estava no estabelecimento definitivo de oficinas para a formação dos estudantes, que seriam desde cedo obrigados a treinar com os mestres da Casa. O seminário ficava autorizado a contratar mestres e equipamentos para montar oficinas que facilitassem o emprego dos órfãos no futuro[26].

Os planos para o início de funcionamento das oficinas de tipografia e sapataria começaram a ser discutidos em 1871. Em março deste ano, a sapataria começau a funcionar; em setembro, os equipamentos da tipografia foram instalados e a tipografia iniciou seu funcionamento. Em fevereiro do ano seguinte foi a vez da funilaria. A fundação das oficinas coincidiu com o crescimento da importância das aulas de música, e a formação de uma banda[27]. Era o início de uma nova fase da Casa Pia, com oficinas para treinar os órfãos dentro do Colégio. Ainda que, dois anos mais tarde, a oficina de tipografia tivesse sido fechada, por haver sido considerada dispendiosa, as outras seguiram com sucesso. No início do período republicano a alfaiataria já estava em funcionamento; e a marcenaria em fase de montagem. No início do século XX, a tipografia voltaria a funcionar, embora a funilaria estivesse fechada. Em 1910, quando da aprovação dos Estatutos atuais, a Casa contava com oficinas de sapataria, alfaiataria, marcenaria, tipografia e uma banda de música conceituada, convidada para se exibir no hipódromo e em festas no Recôncavo e Capital. Os relatórios informam que todas as oficinas davam lucro, pois prestavam serviço à comunidade fora do Colégio[28].

Exatamente quando a Casa Pia parecia haver atingido o apogeu de seu papel como formadora de mão-de-obra, com suas oficinas funcionando ativamente, novos Estatutos são aprovados em 1910. As diretrizes estabelecidas para a formação dos menores desapareceram

do novo texto, apenas ressaltando que, provisoriamente, os Estatutos anteriores valeriam enquanto a Mesa não criasse uma nova normatização para os cursos da Casa. A ausência de interesse na organização do ensino do seminário é significativa. Para os novos estatuintes a atenção principal estava no estabelecimento da nova personalidade jurídica da Casa, com a exclusão da ingerência do governo nos seus assuntos, e na definição da nova organização administrativa do orfanato. A Casa já tinha diminuido seu papel de encaminhar seus alunos aos empregadores, embora ainda permanecesse por muito tempo formando artesãos[29].

Para compreendermos mais profundamente o processo de formação e emprego dos menores alunos da Casa, resta-nos estudar como seguiram seu destino após deixarem do Colégio.

1."#4° - Os colegiais terão toda a reverência ao Reitor, ao Vice-Reitor, professores, e obedecerão igualmente aos decuriões; e êstes aos prefeitos, em tudo que por eles fôr determinado para a execução do plano de educação, e regras conteúdas nestes Estatutos. Os colegiais se tratarão uns aos outros como irmãos e amigos, e usarão com os fâmulos de toda a doçura e caridade, que a razão e a religião Cristã nos inspira para todos os nossos semelhantes.

#5° - Os colegiais deverão servir a si próprios, sem jamais para isso ocupar os fâmulos do Colégio; portanto logo que se erguerem cobrirão as suas camas; varrerão os seus aposentos; depositarão o lixo fora da porta, e se vestirão prontamente, esperando a ordem do chefe da decúria para principiarem os trabalhos do dia"
Primitivos estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim da Cidade da Bahia; pp. 31.

2.**Primitivos estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim da Cidade da Bahia**; pp. 32 - 34.

3.**OLIVEIRA**, Eduardo Sá de; Memória histórica da faculdade de Medicina da Bahia;pp. 22 - 129; **MATTOSO**. Katia M. de Queiroz; Bahia ...; pp. 435 - 445 e **AUGEL**, Moema Parente; Viajante estrangeiros na Bahia oitocentista, pp 146 - 183.

4.Entre os muitos autores que tratam do assunto destacamos, **DURANT**, Will & **DURANT**, Ariel; A era de Volteire; pp. 537 - 549, Vol: 9; **JOFFILY**, Bernardo; "Gritos e caprichos", História da vida privada; pp. 594 - 607, Vol 4.

5.**UZEDA**, Jorge Almeida; A morte vigiada: a cidade do Salvador e a prática da medicina urbana, pp 30 -41.

6.**Primitivos estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim da Cidade da Bahia**; p. 36.

7. **Primitivos estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim da Cidade da Bahia**; pp. 36 - 38.

8.**MATTOSO**, Katia M. de Queiros; Bahia, ... ; pp. 200 - 207; **Primitivos estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim da Cidade da Bahia**;pp. 42 - 43.

9.**Primitivos estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim da Cidade da Bahia**; pp. 38 - 49.

10.**PAIM**, Antônio; História das idéias filosóficas no Brasil; pp. 235 - 295.

11. **Primitivos estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim da Cidade da Bahia**; pp. 49 - 57.

12.**MATTOSO,** Katia M. de Queiroz; Bahia ...; pp 231 - 235.

13.Correspondências da Casa Pia 1819 - 1843, pp: 140 - 147, **ACPOSJ**.

14.Correspondências da Casa Pia 1819 - 1843, pp: 137, **ACPOSJ**.

15.Atas da Mesa administrativa 1826 - 1855, pp: 54v - 55f, **ACPOSJ**.

16.Correspondências da Casa Pia 1819 - 1843, pp: 227 - 228, **ACPOSJ**.

17.Atas da Mesa administrativa 1826 - 1855, pp: 79f - 79v, **ACPOSJ**.

18.Maço Comissões, Relatório da Comissão para criação da oficina de Sapataria e de Alfaiataria, 02/11/1846, **ACPOSJ**.

19. Registro de correspondência da Mesa administrativa 1843 - 1887, pp: 18f, **ACPOSJ**.

20.Atas da Mesa administrativa 1826 - 1855, pp: 109f - 113v, **ACPOSJ**.

21.Atas da Mesa administrativa 1826 - 1855, pp: 21v, **ACPOSJ**.

22.Atas da Mesa administrativa 1826 - 1855, pp: 115f - 115v, **ACPOSJ**.

23.Atas da Mesa administrativa 1826 - 1855, pp: 125v - 126f, **ACPOSJ**.

24.Registro de correspondência da Mesa administrativa 1843 - 1887, pp: 78v - 80v, **ACPOSJ**.

25. Correspondência da Casa Pia 1819 - 1843, pp: 117 - 119, Relatório da Mesa administrativa da Casa Pia - 1831, Correspondência da Casa Pia 1819 - 1843, pp: 237, Registro decorrespondência Mesa administrativa 1843 - 1887, pp: 33f - 33v e 68f - 70f, Registro de correspondência da Mesa administrativa 1843 - 1887, pp: 85f - 85v, **ACPOSJ** e Relatório do Escrivão da Mesa do Seminário de São Joaquim, maço 5282, Presidência da Província, Religião, Seminário de Órfãos de São Joaquim, - 1852, **APEB**.

26.Atas da sessão da Mesa e Junta da Casa Pia dos Órfãos de São Joaquim de 18 de março de 1863 em Livro de Atas de 1853 - 1887, pp: 63f - 64v, **ACPOSJ**.

27.Livro de Atas da Mesa administrativa 1853 - 1887, pp: 127f - 169v, **ACPOSJ**.

28.Livro de Atas 1885 - 1909, pp: 183 - 496, **ACPOSJ**.

29.**Estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim, fundada no ano de 1799 pelo Irmão Joaquim Francisco do Livramento**; pp. 22 - 23.

III

Casa Pia de Órfãos de São Joaquim:Sua presença no mercado da cidade

1.O destino dos alunos do Colégio

Para desenvolver essa parte do estudo, contamos com uma série documental intitulada *Termos de saída.* Dela constam documentos encontrados em livros do Colégio que abrangem de 1844 a 1910, bastante ricos em informação. Nela estão registrados os termos com os quais as pessoas que adotavam os menores, ou as levavam para o aprendizado nas oficinas, se comprometiam a deles cuidar e educar. Além disso, os documentos trazem o nome e a ocupação do responsável, a futura atividade do menor(muitas vezes descrito com detalhe) e o endereço do seu destino final. Como a Casa Pia acompanhava o ex-aluno até sua maioridade, e mantinha contato com aquele que fosse por ele responsável, encontramos também observações sobre a vida do menor aprendiz, problemas encontrados, sucessos conquistados e outros pormenores.

No período estudado(1825 a 1910) entraram na Casa Pia 1345 alunos. Os dados seriados que temos apresentam os termos de saída para **960** alunos, que saíram da Casa entre 1844 e 1910. Os dados anteriores a 1844 foram encontrados em outra fonte. Temos os dados sobre os menores que faleceram, os que fugiram, e sobre alguns destinos dos anos 30, encontrados em um livro chamado *Termos de responsabilidade.* Não temos certeza quanto a se a documentação daqueles anos foi extraviada ou se a Casa ainda não havia amadurecido um procedimento normativo que pudesse ser registrado. É possível que assim tenha ocorrido, pois pudemos notar que a partir dos anos 40 do século passado a documentação do orfanato está melhor sistematizada, vários livros de registro, mais claros e informativos que os dos anos anteriores, são iniciados nessa década.

A matrícula parece que servia, até o início dos anos 40, para registrar o destino dos ex-alunos, embora não se encontre ai o compromisso de um termo legal assinado por quem levava o menor. Desta forma pudemos levantar o destino de mais **200** menores que saíram antes de

1846, inclusive dos foragidos, falecidos, ou apenas com o registro da data de saída. Achamos melhor considerar os dados dos livros de *Termo de saída* apenas após 1847, pois só a partir deste ano os registros de saída passam a ser regulares para todos os órfãos.

Os termos de saída raramente trazem, porém, o registro dos menores que foram enviados pelo governo da Província para a Marinha ou Exército, e que, após 1847, foram pelo menos **47**, conforme se pode verificar nos *livros de atas* e *registros de correspondências*. Além disso, levantamos que, após 1847, **26** menores faleceram ou fugiram. Podemos totalizar então em **1233** o número de destinos levantados. Segundo os *Termos de saída*, **110** dos menores do orfanato, ingressos no período de estudo, só saíram da Casa após 1910. Se somarmos a este número os 1233 destinos levantados, encontraremos 1343 destinos conhecidos. Quase a totalidade dos 1345 ingressos. É estimulante constatar que contamos com praticamente todos os dados sobre os destinos dos menores, visto que desejamos aprofundar as análises.

Uma vez encontrados os dados, construimos um quandro comparativo com todos os 1233 destinos do período pesquisado, e partimos para analisar as informações obtidas.

Nas páginas seguintes esta a tabela com os destinos dos menores classificados por período quinquênal, segundo categorias amplas de destino profissional, as quais definiremos logo a seguir, e que trataremos com maior pormenor adiante:

QUADRO 18

Destino dos Menores da Casa Pia

DESTINOS	1825-29	1830-34	1835-39	1840-44	1845-49	1850-54
Falecimentos/ destino desconhecido	19	3	9	2	0	2
Casa de parentes ou pais adotivos	0	11	6	10	15	2
Nível secundário e religiosos	0	1	2	4	1	0
Encaminhados pelo governo	11	3	9	6	2	5
Artes de ofício	0	1	14	44	40	29
Ofícios nobres	0	1	7	5	6	7
Fábricas	0	0	5	0	71	21
TOTAL	**30**	**20**	**52**	**71**[1]	**135**	**66**

DESTINOS	1855-59	1860-64	1865-69	1870-74	1875-79	1880-84
Falecimentos/ destino desconhecido	5	2	0	4	0	9
Casa de parentes ou pais adotivos	5	8	8	8	33	25
Nível secundário e religiosos	2	4	1	0	5	1
Encaminhados pelo governo de Província/Estado	19	9	10	0	1	0
Artes de ofício	70	79	59	42	29	23
Ofícios nobres	17	8	5	6	2	2
Fábricas	16	4	8	0	0	14
TOTAL	134	114	91	60	70	74

DESTINOS	1885-89	1890-94	1895-99	1900-04	1905-09	1910	TOTAL
Falecimentos/ destino desconhecido	1	0	0	1	2	0	59 (4,8%)
Casa de parentes ou pais adotivos	40	62	6	27	34	9	308 (25%)
Nível secundário e religiosos	0	3	0	4	2	0	31 (2,5%)
Encaminhados pelo governo de Província/Estado	0	1	0	0	0	0	76 (6,2%)
Artes de ofício	14	43	11	26	8	1	533 (43,2%)
Ofícios nobres	4	8	0	1	1	1	81 (6,6%)
Fábricas	6	0	0	0	0	0	145 (11,8%)
TOTAL	65	117	17	59	47	11[2]	1233

Fonte: Arquivo da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1825 - 1830, pp. 3 - 16, Entrada de Menores (órfãos e porcionistas) na casa Pia, 1826 - 1870, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1826 - 1870, pp. 2 - 43, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1828 - 1864, pp. 58 - 75, Termos de saída dos órfãos, 1844 - 1868, pp. 40v - 196v; Termos de saída dos órfãos, 1869 - 1901, pp. 1f- 198v e Termos de saída dos órfãos, 1901 - 1910, Pp. 1f - 51f.

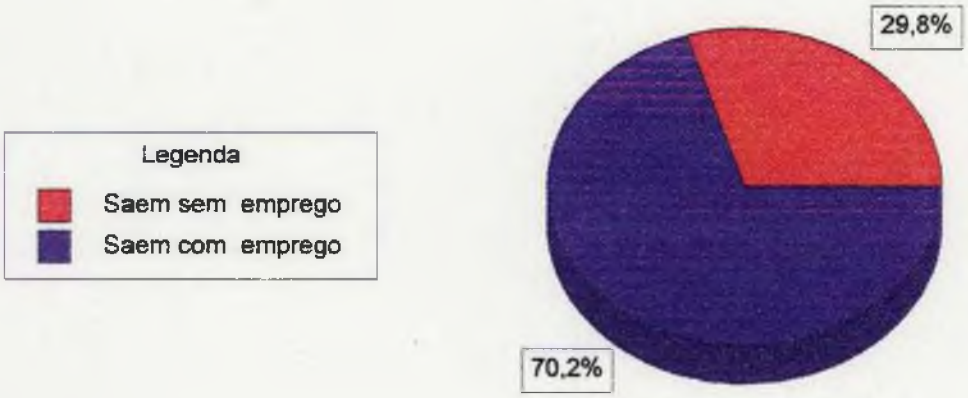
Primeiramente gostaríamos de identificar as categorias de destino das tabelas segundo o critério de sua possibilidade de encaminhar os menores para o mercado de trabalho. Destacando-se a primeira delas, *Falecimentos ou Destino Desconhecido,* e a segunda, *Casa de Parentes ou Pais Adotivos*, como as que não oferecem uma pista clara sobre a futura ocupação profissional dos alunos no mercado de trabalho , após sua saída do orfanato. Na primeira categoria estão

incluídos todos os menores que faleceram na Casa, fugiram, ou cujo registro de saída apenas indica a data desta, sem nenhum outro dado. A segunda categoria contabiliza todos os menores que retornaram para a casa de seus familiares ou foram adotados, ganhando assim uma nova família. As outras categorias mostradas nas tabelas, representam, todas, destinos diretamente ligados ao mercado de trabalho, ou seja, o menor já saía da Casa com seu futuro profissional praticamente definido. A categoria *Nível Secundário e religiosos* foi composta pelos privilegiados menores que saíam do Colégio para receberem uma educação mais sofisticada ou exercerem uma profissão mais letrada, e que prosseguiram estudando mesmo após sua saída do orfanato. *Encaminhados pelo Governo da Província Estado* é a categoria onde estão todos os menores que tiveram seu destino e futura ocupação determinados pelo governo da Província ou, mais tarde, Estado da Bahia. Na categoria *Artes de Ofício* estão todos os menores que foram enviados para oficinas de artesãos onde receberiam o treinamento definitivo para sua formação profissional e futura ocupação. Categorizados em *Ofícios Nobres* estão os menores enviados para oficinas de mestres de ofícios cujas artes exigiam um maior conhecimento técnico e menos esforço braçal; eram ocupações associadas à modernidade e inovações tecnológicas do século XIX, e tinham melhor conceito como atividade profissional para a sociedade. Finalmente, a categoria *Fábricas* foi utilizada para classificar os menores que tiveram como destino empresas e instituições reconhecidas na época como fabris.

Começaremos analisando os destinos de um modo geral, para depois estudarmos categoria por categoria. Podemos verificar que, para o total do número de menores que saíram da Casa no período pesquisado, a grande maioria encontrou espaço no mercado de trabalho logo ao sair, e está classificada nas últimas cinco categorias. Porém, ao analisarmos quinquênio por quinquênio verificamos que a proporção entre os que não se empregavam e os que se empregavam foi-se alterando com o tempo. Vejamos os gráficos a seguir:

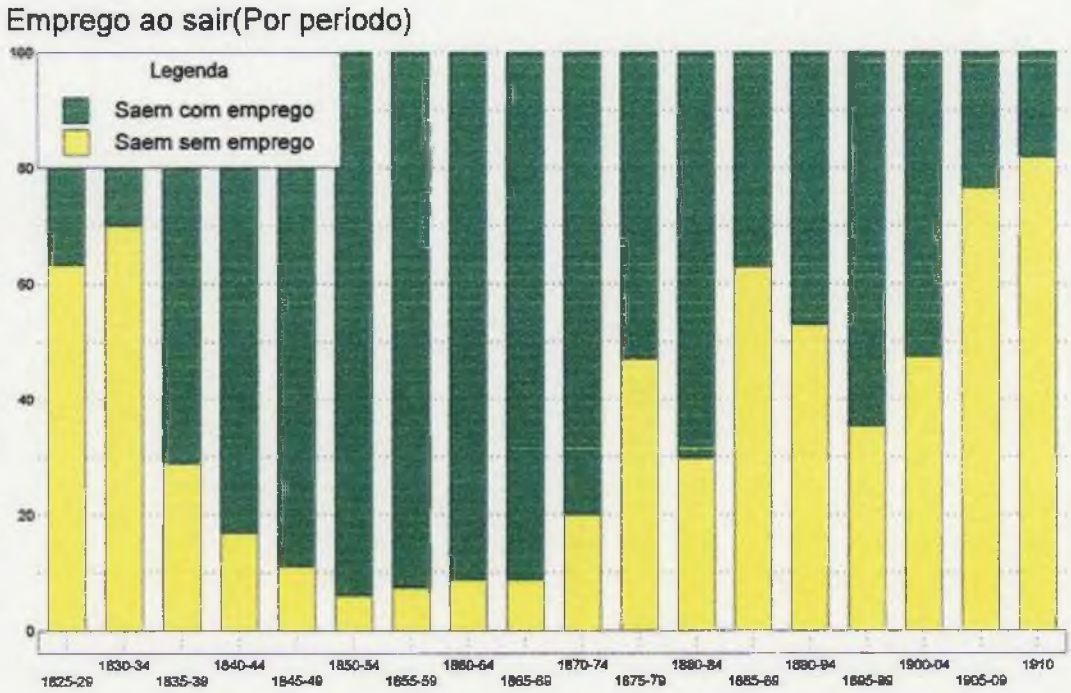
Gráfico III - Destino dos Menores

Com ou Sem ocupação ao sair(1825/1910)



Arquivo da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1825 - 1830, pp. 3 - 16, Entrada de Menores (órfãos e porcionistas) na casa Pia, 1826 - 1870, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1826 - 1870, pp. 2 - 43, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1828 - 1864, pp. 58 - 75, Termos de saída dos órfãos, 1844 - 1868, pp. 40v - 196v; Termos de saída dos órfãos, 1869 - 1901, pp. 1f- 198v e Termos de saída dos órfãos, 1901 - 1910, Pp. 1f - 51f.

Gráfico IV - Destino dos Menores



Arquivo da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1825 - 1830, pp. 3 - 16, Entrada de Menores (órfãos e porcionistas) na casa Pia, 1826 - 1870, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1826 - 1870, pp. 2 - 43, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1828 - 1864, pp. 58 - 75, Termos de saída dos órfãos, 1844 - 1868, pp. 40v - 196v; Termos de saída dos órfãos, 1869 - 1901, pp. 1f- 198v e Termos de saída dos órfãos, 1901 - 1910, Pp. 1f - 51f.

Menores que conseguiam emprego ao sair do orfanato

Na primeira década de funcionamento do orfanato no antigo Noviciato, a maioria dos menores que saíram da Casa não encontrou emprego de imediato. A maioria deles está classificada nas duas primeiras categorias de destino. A partir de 1835, o número de menores que saem empregados cresce muito, passando de 80% na década de 40 e chegando a mais de 90% na seguinte, proporção que se mantem estável por 20 anos, declinando a seguir. Esses 20

anos(1850 a 1870) correspondem ao apogeu da Casa Pia, como instituição capaz de encaminhar seus alunos ao mercado de trabalho. A partir da década de 70, a proporção de menores encaminhados começa a declinar, embora com momentos de recuperação parcial, primeira metade dos anos 80 e a década de 90, até que, em 1910, a proporção invertida; menos de 20% dos menores que saíram da Casa foram encaminhados diretamente ao mercado de trabalho, embora todos fossem formados nas artes pelas oficinas da Casa.

Trataremos agora de tentar explicar esses momentos de crescimento e declínio do papel da instituição como empregadora. Para isso precisamos relembrar aspectos sobre a população e o mercado de trabalho de Salvador no século XIX.

Anteriormente nos referimos a carência de mão-de-obra que viveu a Bahia com o final do tráfico de escravos. O crescimento do número de alunos que já saem da Casa Pia encaminhados para um futuro trabalho ocorre, exatamente, quando tem início o período chamado *da ilegalidade* do tráfico. Nessa época a perseguição inglesa ao tráfico dificultou a entrada de novos cativos no Brasil, o que provocou uma redução da oferta de mão-de-obra. Em 1850 a lei Eusébio de Queiroz extingue todo o tráfico, o que piora a situação de carência de mão-de-obra país. Entre 1850 a 1870 constatamos a maior atividade da Casa Pia como instituição fornecedora de mão-de-obra, período que coincide com o de maior falta de mão-de-obra provocada pelo final do tráfico. Concluimos que a Casa Pia passou a fornecer mão-de-obra quando da escassez do trabalhador escravo em Salvador. Os órfãos estavam substituindo a mão-de-obra cativa.

Os menores saíam para as oficinas de mestres que os recebiam como apredizes e, como veremos mais adiante, eram tratados como mão-de-obra e sem direito a qualquer tipo de remuneração. Sabe-se também que parte dos escravos que chegavam com o tráfico eram destinados às artes de ofício, e provavelmente começavam como aprendizes da mesma forma que os menores. Podemos imaginar como a carência de mão-de-obra escrava, e a necessidade de aprendizes nas oficinas, acabou por converter a Casa Pia de Órfãos de São Joaquim em uma

instituição fornecedora de trabalhadores naquele período de transição entre o trabalho escravo e assalariado. Os menores eram livres mas, ao serem adotados, podiam ser usados como mão-de-obra, sem encargos de remuneração e com obrigações de criado, segundo os moldes das corporações de ofício, como já foi visto.

Esse raciocínio explicaria a grande proporção de menores do Colégio encaminhados diretamente ao mercado de trabalho entre 1835(quando da ilegalidade do tráfico) e 1870, exatamente os períodos da ilegalidade e, posteriormente, da extinção do tráfico, quando a crise de mão-de-obra foi sentida mais fortemente[3].

Há ainda um outro reforço a esse raciocínio. Após 1870 o papel da Casa como fornecedora de mão-de-obra já decrescia, talvez como consequência de uma primeira adaptação do mercado de trabalho à redução do número de escravos, e aumento do número de trabalhadores remunerados. Após a abolição da escravidão em 1888, provavelmente a cidade sofreu mais uma grande perda de mão-de-obra provocada pelos últimos cativos que se tornavam livres. E mais uma vez o número de menores que saíam da Casa diretamente para a aprendizagem de um ofício ou profissão cresceu e manteve-se assim por dez anos.

No período da ilegalidade do tráfico a Mesa se empenhava em encontrar os destinos profissionais dos menores, até mesmo junto ao Governo da Província, informando com orgulho sobre tal ação, quando necessário[4].

A partir de 1870 a mestres artesãos e outros empregadores começam a procurar menos a Casa Pia a procura de aprendizes. Até porque os mesários passam a questionar sobre tais práticas que, segundo eles, só serviam para que os menores fossem usados[5]. Cresce então a importância dos pais e mães, e a possibilidade dos alunos sairem do Colégio sem emprego, como podemos verificar no QUADRO 18, e nos gráficos correspondentes. É preciso destacar que, sem emprego, não quer dizer sem profissão, pois desde 1872 os alunos do orfanato passaram a sair todos treinados em algum ofício a partir das próprias oficinas dentro do Colégio. O relatório da Casa

Pia do triênio 1909/1912, o último do período deste estudo, não se refere ao emprego ou encaminhamento de qualquer menor[6].

Vamos agora tentar analisar cada uma das sete categorias de destinos de per si.

Falecimentos ou destinos desconhecido

Começaremos pela primeira categoria *Falecimentos ou Destino Desconhecido*. Para que possamos estudar a categoria observemos a tabela e gráfico abaixo;

QUADRO 19

FALECIMENTO OU DESTINO DESCONHECIDO

FALECIMENTO/DESTINO DESCONHECIDO	1825-29	1830-34	1835-39	1840-44	1845-49	1850-54
SEM DADOS	13	3	0	0	0	0
FALECEU	3	0	8	2	0	2
FUGIU	3	0	1	0	0	0

FALECIMENTO/DESTINO DESCONHECIDO	1855-59	1860-64	1865-69	1870-74	1875-79	1880-84
SEM DADOS	0	0	0	0	0	0
FALECEU	5	2	0	3	0	9
FUGIU	0	0	0	1	0	0

FALECIMENTO /DESTINO DESCONHECIDO	1885-89	1890-94	1895-99	1900-04	1905-09	1910	TOTAL
SEM DADOS	1	0	0	1	2	0	20 (33,9%)
FALECEU	0	0	0	0	0	0	34 (57,6%)
FUGIU	0	0	0	0	0	0	5 (8,5%)

Fonte:Arquivo da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1825 - 1830, Pag. 3 - 16, Entrada de Menores (órfãos e porcionistas) na casa Pia, 1826 - 1870, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1826 - 1870, Pag. 2 - 43, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1828 - 1864, Pag. 58 - 75, Termos de saída dos órfãos, 1844 - 1868, Pag. 40v - 196v,Termos de saída dos órfãos, 1869 - 1901, Pag. 1f- 198v eTermos de saída dos órfãos, 1901 - 1910, Pag. 1f - 51f.

No item *Sem dados*, estão classificados aqueles menores cujo único registro é a data de saída da casa. A grande maioria está concentrada no período inícial do funcionamento de orfanato. Provavelmente ainda não estavam normalizadas as formas de adoção e emprego dos menores, daí o não-registro dos seus destinos. Sabemos apenas que estes meninos tiveram a educação da Casa, cursaram suas disciplinas, e depois foram encaminhados para a sociedade. No início do século XX; no quinquênio 1885-89, registra-se quatro casos, quando da redefinição da Casa e de seu papel na sociedade. É possivel que a situação de mudança e desorganização da Casa no início do período republicano, tenha provocado alguns deslises no registro alguns alunos.

As fugas foram relativamente raras , apenas cinco em todo o período, concentradas no início do funcionamento da Casa. Pode ser um sinal de que os menores estavam satisfeitos na Casa. Afinal, apesar da disciplina rigorosa e dos muitos deveres e tarefas, os internos recebiam alimentação, roupas, leito, abrigo, além de espaço para atividades físicas, coisas que a maioria não teria chance de receber fora do orfanato. Além disso é possivel que os menores percebessem que faziam parte de uma instituição conceituadada e objeto de orgulho da sociedade, pois os alunos eram chamados para todos os eventos cívicos e religiosos, participando de desfiles, e contribuindo com sua banda de música. Isso poderia reduzir o desejo de sair da instituição e, consequentemente, as fugas.

Esta categoria também incorpora os menores falecidos na Casa. Ao todo foram 34 óbitos. As condições de higiene e cuidados médicos da Casa Pia parecem ter sido boas para a época. A educação física exigia muitos exercícios físicos e ao ar livre, como a natação, passeios e outros[7]. Obras de saneamento e melhoramentos das condições de higiene eram frequentes e, além disso havia um serviço médico da Casa e a exigência de vacinação[8]. Apesar de todos os cuidados, o Colégio foi atingido por tuberculose, beri-beri, epidemias diversas e outras enfermidades, muitas vezes com vítimas fatais. O maior número de mortes acontece entre 1835-39, 1855-59 e 1880-84. Entre 1835 e 1839 ocorreram em Salvador epidemias de varíola e rubeola. Embora não tenhamos registro do motivo da morte dos menores, supomos que a maior mortalidade se deva a estas doenças[9]. De 1855 a 1859 são os menores vítimas da epidemia de cólera que se abateu sobre Salvador. Se considerarmos que, dos 56000 habitantes de Salvador, 9332 faleceram de cólera(16,8%), vamos constatar que a Casa Pia não foi muito atingida pela peste, já que suas vítimas totalizam menos de 5% dos asilados do orfanato no período[10]. Quanto ao último quinquênio destacado, não pudemos identificar nenhum motivo especial para o maior número de falecimentos, já os documentos não nos informam as causas das mortes. De qualquer forma, a percentagem de menores falecidos em relação ao total dos que saíram do Colégio é de 2,5%, um número muito pequeno, o que apenas ajuda a demonstrar a eficiência da Casa no que se refere à saúde dos asilados.

Parentes ou pais adotivos

Outra categoria esta composta pelos que, após São Joaquim, tiveram o destino a casa de seus familiares ou de pais adotivos. Vejamos abaixo:

QUADRO 20

CASA DE PARENTES OU PAIS ADOTIVOS

COM QUEM PASSAM A MORAR/TRABALHAR	1825-29	1830-34	1835-39	1840-44	1845-49	1850-54
A MÃE	0	2	1	7	1	0
O PAI	0	0	0	0	0	0
TIOS	0	0	4	0	0	0
AVÔ OU AVÓ	0	3	1	0	0	0
IRMÃOS	0	0	0	1	0	2
PADRINHOS/MADRINHAS	0	2	0	0	5	0
CUNHADO	0	0	0	0	1	0
TUTOR	0	1	0	0	0	0
PARENTES	0	0	0	2	0	0
PAIS ADOTIVOS	0	2	0	0	0	0
OUTROS FAMILIARES	0	0	0	0	8	0
MESÁRIOS	0	1	0	0	0	0
COM QUEM PASSAM A MORAR/TRABALHAR	**1855-59**	**1860-64**	**1865-69**	**1870-74**	**1875-79**	**1880-84**
A MÃE	0	1	0	4	21	15
O PAI	0	0	0	1	0	1
TIOS	3	1	0	1	4	1
AVÔ OU AVÓ	0	0	0	0	2	2
IRMÃOS	0	0	2	0	2	1
PADRINHOS/MADRINHAS	0	0	4	0	2	0
CUNHADO	0	0	0	0	0	0
TUTOR	0	0	0	0	0	1
PARENTES	0	0	0	1	0	0
PAIS ADOTIVOS	0	3	0	0	2	2
OUTROS FAMILIARES	2	3	2	1	0	2
MESÁRIOS	0	0	0	0	0	0

COM QUEM PASSAM A MORAR/TRABALHAR	1885-89	1890-94	1895-99	1900-04	1905-09	1910	Total
A MÃE	34	44	3	17	15	8	173(56.2%)
O PAI	0	1	0	0	0	0	3 (1%)
TIOS	3	7	2	1	4	1	32 (10.4%)
AVÔ OU AVÓ	0	5	0	2	4	0	19 (6.2%)
IRMÃOS	1	0	0	1	4	0	14 (4.6%)
PADRINHOS/MADRINHAS	2	1	1	3	1	0	21 (6.8%)
CUNHADO	0	1	0	2	0	0	4 (1.3%)
TUTOR	0	0	0	0	0	0	2 (0.6%)
PARENTES	0	0	0	0	1	0	4 (1.3%)
PAIS ADOTIVOS	0	2	0	0	5	0	17 (5.5%)
OUTROS FAMILIARES	0	1	0	1	0	0	19 (6.2%)
MESÁRIOS	0	0	0	0	0	0	1 (0.3%)

Arquivo da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1825 - 1830, pp. 3 - 16, Entrada de Menores (órfãos e porcionistas) na casa Pia, 1826 - 1870, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1826 - 1870,pp. 2 - 43, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1828 - 1864, pp. 58 - 75; Termos de saída dos órfãos, 1844 - 1868, pp. 40v - 196v; Termos de saída dos órfãos, 1869 - 1901, pp. 1f- 198v e Termos de saída dos órfãos, 1901 - 1910, pp. 1f - 51f.

Uma das observações mais importantes está no fato de que esta categoria só vai crescer de modo significativo após 1875. À medida que a Casa passa a enviar cada vez menos alunos diretamente para os empregadores, cresce o número de menores que têm como destino a residência de familiares ou de pais de adoção. Em quase todos os termos de responsabilidade aparece o compromisso da mãe ou parente, ou pais de adoção, de conseguir para o órfão uma ocupação honesta e útil à sociedade, ou a observação de que deveriam propiciar a continuação dos seus estudos. A maior parte dos alunos cujos destinos estão classificados nesta categoria, saíram do Colégio com a formação profissional já adiantada, pois a partir de 1872 o Colégio conta com oficinas próprias. Provavelmente, a ocupação profissional dos menores que saíam para casa de parentes e familiares também teria sido definida pelos conhecimentos adquiridos no orfanato: primeiras letras, ofício adquiridos nas oficinas(sapataria, tipografia, funilaria,...),

música. Não há dúvidas de que o destino destes ex-alunos também seria a disputa no mercado de trabalho da cidade, por serviços urbanos e ofícios mecânicos para os quais estavam preparados. Mas era o próprio órfão que deveria procurar sua ocupação. Para os objetivos deste estudo, devemos notar que, nestes casos, a Casa Pia já não exercia o papel de empregadora. Apesar de preparados e formados segundo a pedagogia do orfanato, esses rapazes eram encaminhados aos seus futuros trabalhos pela sua família ou por esforço próprio. Um dos maiores indícios da mudança do papel de São Joaquim, no final do século passado, é exatamente o crescimento de destinos de alunos para residências de seus famíliares, o que ocorre à medida em que o mercado de trabalho começa a adaptar-se à redução, e posterior desaparecimento, do trabalho escravo na cidade.

Nesta categoria, a grande maioria dos alunos seguia para a casa de suas mães, o que não é de estranhar, pois a grande maioria dos menores estava constituida de filhos de mães solteiras ou viúvas. Aproximadamente 56% dos alunos que foram destinados à casa de familiares, foram para a casa de suas mães. Encontramos referências a mães que requerem os filhos para que as socorram na vida diária, pois já estavam doentes, cansadas, ou necessitava de ajuda, por terem muitos outros filhos[11]. Os ex-alunos eram vistos por seus familiares como uma possibilidade de ajuda, como pessoas capazes de contribuir para a sobrevivência familiar, ou mesmo sustentar a família. Essa análise nos leva a pensar que a Casa Pia havia se transformado em um caminho para a ascensão social e de qualidade de vida, na visão das famílias dos menores. Se levarmos em conta que estes vinham das camadas mais pobres da sociedade, principalmente daquela de indigentes, e pensarmos que os alunos saiam alfabetizados e treinados em uma profissão, concluiremos que não deve ter sido raro o caso de que uma viúva ou mãe-solteria acabasse por depositar suas esperanças de melhor futuro, conforto, e auxílio ao grupo familiar, no ex-aluno, mais preparado para a vida urbana e o mercado da Salvador daqueles tempos.

Os ex-alunos também tinham como destino comum as casas de seus tios, avós, padrinhos,

madrinhas, irmãos, pais adotivos e outros.

Encontramos a expressão "*para continuar a educação*" em quase todos os termos de saída que têm como destino a casa de familiares. Provavelmente, os 19 ex-alunos cujas referências de destino categorizam-se apenas com essa frase, foram destinados a casas de *outros familiares*, sem que tal fato tenha sido registrado.

Os rapazes que tinham como destino a casa de seus avós parecem ter tido o mesmo tipo de tratamento que aqueles destinados às casa de suas mães. É possível que o destino para a casa dos avós seja um indício de que a mãe ou pai do ex-aluno, provavelmente solteiro, ainda residissem com seus pais, que seriam, portanto, os reconhecidos chefes do núcleo familiar que receberia o menor.

No caso de tios, irmãos, padrinhos e madrinhas, muitas vezes o termo de saída refere-se a *trabalhar com* o tio ou o padrinho, o que pode identificar que o destino do menor significaria seu emprego junto a uma iniciativa familiar de negócio. Nesse caso, mais uma vez os conhecimentos que o ex-aluno tivesse adquirido no Colégio estariam ajudando a definir sua vida profissional e estariam sendo utilisado como recurso para melhorar o nível de vida de seu núcleo familiar.

Quanto ao número registrado de saídas de menores para a residência de pais adotivos, foi pequeno. Nos 85 anos do período pesquisado foram levantados apenas 17 alunos que tiveram esse destino. Esse fato demonstra que a Casa Pia jamais exerceu o papel de um simples orfanato, asilo de crianças carentes e desamparadas, que esperavam o destino do encontro com uma nova família, que viesse a substituir a natural. Nos poucos casos registrados, verificamos que a Casa Pia era procurada por familias legais que acabavam por adotar um dos menores como filhos e parte da família. A referência ao termo *continuar a educação* é comum nestes casos, e deve ser interpretada como orientação da Casa Pia que desejava sempre ver os ex-alunos prosseguindo nos seus estudos e formação profissional.

Observamos que, tanto nos livros de atas como nas correspondências da Casa, o motivo das maiores preocupações dos membros da Mesa, com relação aos alunos , era verificar se os menores estavam correspondendo à formação empregada e ao investimento do orfanato.

Os outros destinos registrados nesta categoria são menos significativos. Apenas destacamos a pouca quantidade de menores que teve como destino a casa do pai. Esse fato está consistente com a pouca frequência de órfãos encaminhados para a Casa por viúvos ou pais solteiros.

Da tabela principal sobre os destinos dos menores, apresentada no início desta parte, já estudamos todas as categorias onde o destino e emprego dos menores não teria sido encaminhado pela Casa. Verificamos que foram minoria, mas observamos também como seu número relativo cresceu, desde a década de 70 do século passado, até tornar-se predominante na primeira década do século XX.

As cinco categorias que vamos analisar a partir deste ponto, têm como traço comum o fato de definir, de antemão, os destinos que teriam os menores diretamente após sua saída da Casa, seja assegurando-lhe estudos mais avançados, ou empregando-os. Foi de mais de 70% o percentual dos que saíram do Seminário no período estudado, já encaminhados para empregos. A análise de seus destinos deve nos dar uma visão de como a Casa Pia influía no mercado de trabalho e na formação de mão-de-obra no século passado.

Destino nível secundário e religiosos

Começaremos analisando a categoria identificada como *Nível secundário e religiosos*, que representa os órfãos que saíram para continuar estudos em outro nível ou exercer atividades que necessitavam de uma educação mais literária.

QUADRO 21

SAÍDA PARA CONTINUAR OS ESTUDOS A NÍVEL SECUNDÁRIO

NÍVEL SECUNDÁRIO E RELIGIOSOS	1830-34	1835-39	1840-44	1845-49	1855-59	1860-64
Desenhista	0	0	1	0	0	0
Químico	0	1	1	0	0	0
Religioso	1	1	2	1	1	1
Educação Literária	0	0	0	0	1	2
Estudos de Comércio	0	0	0	0	0	1
Funcionário no Seminário	0	0	0	0	0	0
Instituto Agrícola/Liceu	0	0	0	0	0	0
Funcionário Público	0	0	0	0	0	0
Escriturário	0	0	0	0	0	0
Companhia de Engenharia	0	0	0	0	0	0

NÍVEL SECUNDÁRIO E RELIGIOSOS	1865-69	1875-79	1880-84	1890-94	1900-04	1905-09	TOTAL
Desenhista	0	0	0	0	0	0	**1(3,3%)**
Químico	0	0	0	0	0	0	**2(6,6%)**
Religioso	1	2	0	2	1	0	**13(43,3%)**
Educação Literária	0	1	1	0	1	0	**6(20%)**
Estudos de Comércio	0	0	0	0	0	0	**1(3,3%)**
Funcionário no Seminário	0	0	0	1	0	0	**1(3,3%)**
Instituto Agrícola/Liceu	0	2	0	0	0	0	**2(6,6%)**
Funcionário Público	0	0	0	0	1	0	**1(3,3%)**
Escriturário	0	0	0	0	1	0	**1(3,3%)**
Companhia de Engenharia	0	0	0	0	0	2	**2(6,6%)**

Fonte: Arquivo da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1825 - 1830, pp. 3 - 16, Entrada de Menores (órfãos e porcionistas) na casa Pia, 1826 - 1870, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1826 - 1870, pp. 2 - 43, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1828 - 1864, pp. 58 - 75, Termos de saída dos órfãos, 1844 - 1868, pp. 40v - 196v; Termos de saída dos órfãos, 1869 - 1901, pp. 1f- 198v e Termos de saída dos órfãos, 1901 - 1910, Pp. 1f - 51f.

Não foram muitos os ex-alunos da Casa Pia encaminhados para continuarem seus estudos em outro nível, ou para exercerem atividades que exigissem maior habilidade com as letras. Apenas 31, em todo o período examinado , o que representa apenas 2,5% do total de destinos estudados. Apesar do pequeno número relativo, esses órfãos eram muito importantes para o

seminário, pois justificavam a existência de seu sistema de regras e educação, e representavam, para a Casa, o que de melhor poderia ser produzido por sua atuação. Eram aqueles alunos considerados excelentes, aqueles que deveriam receber mais que a educação básica dos simples artesãos e poderiam ascender até posições mais elevadas na sociedade, pela capacidade de receber uma educação mais elaborada, pela inteligência, mas, principalmente, pela adequação de comportamento e obediência às normas de conduta pregadas pelo colégio e identificadas como corretas pelas classes sociais mais abastadas, que dominavam a sociedade.

O único destino que se manteve praticamente constante nesta categoria foi o de religioso. Encontramos ex-alunos destinados a serem sacristãos, membros de ordens religiosas, ou simplesmentes adotados por padres para continuarem sua educação. Portanto, alguns estavam claramente destinados à carreira eclesiástica, pois saíam para auxiliar na liturgia, para estudá-la ou para tornar-se religioso em alguma ordem católica. Outros registros não deixam claro se o ex-aluno teria seguido a carreira e o estudo de quem o adotou, ou se simplesmente foram residir com o religioso, para que este lhe propiciasse uma continuação da educação literária, e provavelmente, service no novo lar em atividades domésticas. De qualquer forma, o destino para a residência com padres e religiosos representava o prosseguimento dos estudos do menor em literatura e sob a vigilância moral do catolicismo. Entre os menores que tiveram este destino gostaríamos de destacar os já citados sobrinhos do Arcebispo Romualdo Seixas, que vieram parar na Casa por seus pais estarem envolvidos com revoltas no Pará. Após estarem na Casa por algum tempo, foram recolhidos na residência do tio Arcebispo para prosseguirem sua educação. Os registros do futuro dos alunos acaba aí. Mas não é difícil imaginar o que teria acontecido após. Apoiados pelo Arcebispo e seus recursos, provavelmente os dois ex-alunos terão estudado nas melhores escolas da cidade, e cumprido um destino social mais abastado que o de seus colegas, futuros artesãos.

Alguns alunos eram entregues a outro tipo de responsável que não os religiosos, para

seguirem estudos mais avançados. Foi o caso de dois menores entregues à companhia do naturalista Augusto Luschnalhs para serem químicos, em 1839 e em 1841 respectivamente[12]. Pode-se também citar o exemplo de dois ex-alunos que seguiram, em 1906, para a Companhia de Engenharia d'Eclerege da Bahia sob a responsabilidade do engenheiro, chefe da companhia, Hostílio Novais.[13] A Casa Pia era a fornecedora capaz de oferecer aos interessados em mão-de-obra mais preparada uma relação de alunos estudiosos e bem comportados, que seriam capazes de responder bem às necessidades dos empregadores.

Outros jovens tinham seus estudos e treinamento de maior especialização propiciados pela própria casa, que procurava, e às vezes recebia de presente, vagas nas instituições de educação literária e outras da cidade, para que fossem oferecidas aos órfãos de destaque e maior merecimento. Para estes asilados, a regra geral era a de estudarem fora e pernoitar no orfanato. De fato, a Casa se mantinha como lar destes rapazes cuja tendência era nele permanecer por mais tempo e saírem bem mais velhos que a maioria dos outros órfãos, pois, normalmente, só seguiam para a vida fora de São Joaquim após o término de seus estudos. Foram 12(educação literária, estudos de comércio, funcionário no seminário, instituto agrícola/liceu, funcionário público e escriturário), os meninos com esse tipo de destino, sendo que nove deles apenas tiveram registrados seu período de estudos, não deixando na Casa qual teria sido a sua ocupação específica após deixarem o seminário. Podemos imaginar que o destino deles foi provavelmente continuarem sua formação em faculdades ou na área comércial, pois afinal seus estudos são registrados como tendo sido no Ginásio Baiano, no Instituto Agrícola, no Liceu de Artes e Ofícios ou na Associação Comercial. Acreditamos que seriam estes os alunos especiais da Casa, e as esperanças de maior destaque social da instituição para os mesários.Temos registrados os destinos profissionais de três deles, após sua saída do orfanato. Um foi trabalhar como funcionário da Alfândega, outro foi ser escriturário em Canavieiras e o terceiro foi, com orgulho, empregado como ecônomo no próprio Colégio no final do século XIX[14].

Em conjunto, estes alunos eram o orgulho do Colégio, e sua existência, o argumento da Casa perante a sociedade, do grande serviço público que realizava, retirando meninos das ruas, onde provavelmente seriam inúteis, desordeiros e perigosos, para educá-los e transformá-los em homens decentes, trabalhadores e úteis à pátria. Ao mesmo tempo, os outros alunos deveriam ver neste grupo o exemplo dos bem sucedidos, daqueles que cumpriam as orientações dos professores e da Casa com maior afinco e, por isso mesmo, tinham direito a melhores oportunidades, melhores empregos. No sistema de premiação da Casa esse grupo representava o exemplo a ser seguido pelos demais alunos. Em 1870, uma ata de reunião da Mesa informava que um dos mesários era ex-aluno e, além disso, seria médico da Casa, gratuitamente. Desta forma sabemos que um ex-aluno chegou completar o curso de medicina, vindo a ser membro da Mesa Administrativa da Casa. Seu nome era João José de Souza Menezes, e entrou no colégio em 1835. Não temos a data de sua saída, mas sabemos que seguiu para a casa de sua mãe[15]. Outro ex-aluno, Primitivo Moacyr, visitou a Casa em 15 de fevereiro de 1896 e deixou o registro de sua visita no livro apropriado. Estava residindo no Rio de Janeiro, onde exercia a profissão de advogado. Declarando procurar sempre honrar o nome da instituição onde começara sua educação[16]. Havia entrado na Casa em 1867 e foi censor do colégio enquanto estudava na cidade Saiu do orfanato em 1887 para ser professor em Lençois. Este é o último registro sobre o aluno, a exceção daquele feito pelo próprio no livro de visitas do orfanato[17]. Foi um dos que recebeu educação literária, graças ao seu procedimento exemplar, segundo os moldes da instituição. Formou-se em advocacia. São alunos que, comprovadamente se destacaram na sociedade.

Menores enviados ao governo

Além dos menores que tiveram seu destino profissional registrado, seja na artes de ofício, seja no comércio, ou em outra atividade, um outro grupo de menores alunos da Casa teve o

destino profissional direcionado para as artes de ofício. Na tabela são aqueles 76 tratados com *Enviados pelo governo*. Neste grupo estão os alunos considerados piores pela instituição, aqueles que não tinham rendimento nos estudos, e principalmente aqueles que haviam sido encaminhados para mestres ou fábricas, mas fugiram, e acabaram sendo encontrados pelas ruas da cidade. Para estes órfãos "teimosos", que resistiam à educação e moral passada pelo Colégio, após várias tentativas de empregá-los junto a algum mestre, a Casa Pia pedia ao governo que lhes desse o destino que melhor se aplicasse, tendo em vista "o bem do país". No início o exército e o trem militar receberam menores deste tipo. Marinha de Guerra e Arsenal da Marinha eram também destino natural, pois as oficinas militares sempre necessitavam de novos artífices. Mas na década de 1840, quando da criação do Escola de Aprendizes do Arsenal da Marinha, este orgão passou a monopolizar o destino dos menores mais difíceis. Vale destacar que eles também estavam sendo encaminhados às artes de ofício aprendidas entre os militares, provavelmente para ofícios que necessitassem de maior esforço físico que os destinados a outros ex-alunos. Outro aspecto importante é que o destino desta categoria é considerado como punição pelos mesários, e também pelos alunos da Casa, sinal de que a disciplina e vida entre os militares deveria ser bastante dura para os alunos[18]. Para ilustrar transcrevemos abaixo, parte uma carta de encaminhamento de aluno para o governo, enviada pela mesa em 1869.

" Em nome da mesa administrativa da Casa Pia de órfãos de São Joaquim roga V. Sª queira receber para o serviço da armada, como Imperial Marinheiro, o órfão Possidônio Borges Queiroz, que tendo sido empregado pela Mesa, e apresentado má conduta, convem não ser abandonado, um ente que ainda pode ser útil a sociedade"
Fonte: Arquivo da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, Atas da Mesa Administrativa, 1853 - 1887; Atas da Mesa Administrativa, 1826 - 1855.

Artes de ofício

Aqui iniciamos a análise do principal contingente de destinos dos menores, aquele que resolvemos chamar *Artes de Ofício*. De 1825 a 1910 foram 533 menores(43% do total), o número de ex-alunos que foram encaminhados às artes de ofício, seja através de algum mestre de arte mecânica, ou servindo no comércio. Para analisar com maior detalhe estes casos utilizaremos a tabela e gráfico a seguir:

QUADRO 22
MENORES DESTINADOS AS ARTES DE OFÍCIOS

ARTES DE OFÍCIO	1825-29	1830-34	1835-39	1840-44	1845-49	1850-54
COMÉRCIO E SERVIÇOS	**0**	**0**	**6**	**11**	**19**	**8**
Caixeiro	0	0	6	11	18	8
Cabelereiro	0	0	0	0	1	0
Marinheiro	0	0	0	0	0	0
MÁQUINAS & METAIS	**0**	**0**	**3**	**10**	**4**	**3**
Dourador	0	0	1	0	0	1
Latoeiro	0	0	0	2	0	0
Ourives	0	0	1	4	3	1
Caldeireiro	0	0	1	1	1	0
Funileiro	0	0	0	2	0	0
Ferreiro	0	0	0	1	0	0
Armeiro	0	0	0	0	0	0
Maquinista	0	0	0	0	0	1
MADEIRA	**0**	**1**	**3**	**17**	**8**	**6**
Marcenaria	0	1	2	13	6	6
Serralheira	0	0	1	1	0	0
Polieiro	0	0	0	1	1	0
Tanoeiro	0	0	0	0	0	0
Entalhador	0	0	0	0	0	0
Carpinteiro	0	0	0	2	1	0

BEBIDAS E ALIMENTOS	**0**	**0**	**0**	**1**	**2**	**0**
Alambiqueiro	0	0	0	1	0	0
Padeiro	0	0	0	0	2	0
TECIDOS E VESTUÁRIO	**0**	**0**	**2**	**5**	**3**	**8**
Correeiro	0	0	1	0	0	0
Colchoeiro	0	0	1	0	1	1
Chapeleiro	0	0	0	3	0	2
Lanoeiro	0	0	0	0	1	0
Sapateiro	0	0	0	1	0	3
Alfaiate	0	0	0	1	1	2
Tintureiro	0	0	0	0	0	0
CONSTRUÇÃO	**0**	**0**	**0**	**0**	**3**	**1**
Pintor	0	0	0	0	1	0
Escultor	0	0	0	0	2	1
Drenaleiro	0	0	0	0	0	0
OFÍCIO NÃO DETERMINADO	**0**	**0**	**0**	**0**	**3**	**3**

ARTES DE OFÍCIO	**1855-59**	**1860-64**	**1865-69**	**1870-74**	**1875-79**	**1880-84**
COMÉRCIO E SERVIÇOS	**45**	**57**	**29**	**26**	**24**	**13**
Caixeiro	40	55	28	25	24	13
Cabelereiro	5	1	1	1	0	0
Marinheiro	0	1	0	0	0	0
MÁQUINAS & METAIS	**5**	**7**	**8**	**2**	**1**	**3**
Dourador	0	0	0	0	0	0
Latoeiro	0	2	0	0	0	0
Ourives	2	1	1	0	0	0
Caldeireiro	0	2	0	0	0	0
Funileiro	1	2	2	2	0	0
Ferreiro	1	0	2	0	0	1
Armeiro	1	0	1	0	0	0
Maquinista	0	0	2	0	1	2
MADEIRA	**16**	**8**	**13**	**3**	**0**	**1**
Marcenaria	9	6	9	0	0	0

Serralheira	0	0	0	1	0	0
Polieiro	2	0	0	0	0	0
Tanoeiro	2	0	0	0	0	0
Entalhador	2	1	0	0	0	1
Carpinteiro	1	1	4	2	0	0
BEBIDAS E ALIMENTOS	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Alambiqueiro	0	0	0	0	0	0
Padeiro	0	0	0	0	0	0
TECIDOS E VESTUÁRIO	**2**	**5**	**3**	**6**	**1**	**2**
Correeiro	0	1	0	1	0	0
Colchoeiro	0	0	0	0	0	0
Chapeleiro	0	2	2	2	0	0
Lanoeiro	0	0	0	0	0	0
Sapateiro	1	1	0	2	1	1
Alfaiate	1	1	1	0	0	1
Tintureiro	0	0	0	1	0	0
CONSTRUÇÃO	**0**	**0**	**2**	**0**	**0**	**0**
Pintor	0	0	2	0	0	0
Escultor	0	0	0	0	0	0
Drenaleiro	0	1	0	0	0	0
OFÍCIO NÃO DETERMINADO	**1**	**1**	**4**	**5**	**3**	**4**

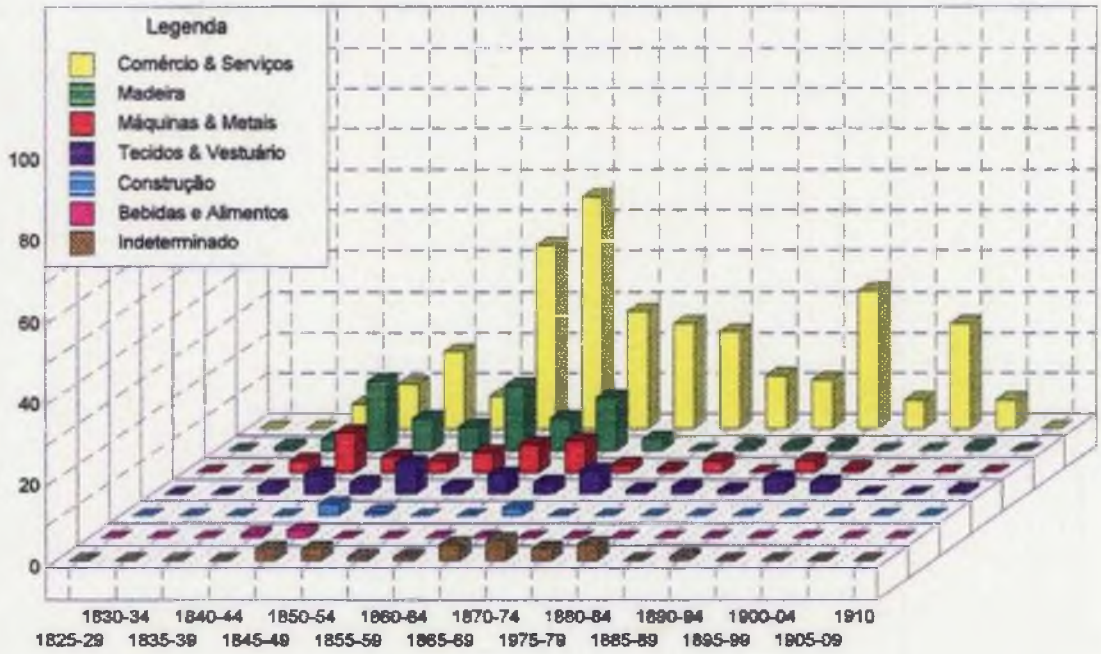
ARTES DE OFÍCIO	**1885-89**	**1890-94**	**1895-99**	**1900-04**	**1905-09**	**1910**	**TOTAL**
COMÉRCIO E SERVIÇOS DIVERSOS	**12**	**34**	**7**	**26**	**7**	**0**	**323 (60,6%)**
Caixeiro	8	31	6	25	7	0	304
Cabelereiro	4	3	1	1	0	0	18
Marinheiro	0	0	0	0	0	0	1
MÁQUINAS & METAIS	**0**	**3**	**1**	**0**	**0**	**0**	**50 (9,3%)**
Dourador	0	0	1	0	0	0	3
Latoeiro	0	0	0	0	0	0	4
Ourives	0	0	0	0	0	0	13
Caldeireiro	0	0	0	0	0	0	5
Funileiro	0	0	0	0	0	0	9

Ferreiro	0	1	0	0	0	0	6
Armeiro	0	0	0	0	0	0	2
Maquinista	0	2	0	0	0	0	8
MADEIRA	**1**	**1**	**0**	**0**	**1**	**0**	**79 (14,8%)**
Marcenaria	1	0	0	0	0	0	53
Serralheira	0	0	0	0	0	0	3
Polieiro	0	0	0	0	0	0	4
Tanoeiro	0	0	0	0	0	0	2
Entalhador	0	1	0	0	0	0	5
Carpinteiro	0	0	0	0	1	0	12
BEBIDAS E ALIMENTOS	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**3 (0,6%)**
Alambiqueiro	0	0	0	0	0	0	1
Padeiro	0	0	0	0	0	0	2
TECIDOS E VESTUÁRIO	**1**	**4**	**3**	**0**	**0**	**1**	**47 (8,8%)**
Correeiro	0	0	0	0	0	0	3
Colchoeiro	0	0	0	0	0	0	3
Chapeleiro	0	0	0	0	0	0	11
Lanoeiro	0	0	0	0	0	0	1
Sapateiro	0	0	3	0	0	0	13
Alfaiate	1	4	0	0	0	1	15
Tintureiro	0	0	0	0	0	0	1
CONSTRUÇÃO	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**7 (1,3%)**
Pintor	0	0	0	0	0	0	3
Escultor	0	0	0	0	0	0	3
Drenaleiro	0	0	0	0	0	0	1
OFÍCIO NÃO DETERMINADO	**0**	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**25 (4,7%)**

Fonte: Arquivo da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1825 - 1830, pp. 3 - 16, Entrada de Menores (órfãos e porcionistas) na casa Pia, 1826 - 1870, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1826 - 1870, pp. 2 - 43, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1828 - 1864, pp. 58 - 75, Termos de saída dos órfãos, 1844 - 1868, pp. 40v - 196v; Termos de saída dos órfãos, 1869 - 1901, pp. 1f- 198v e Termos de saída dos órfãos, 1901 - 1910, Pp. 1f - 51f.

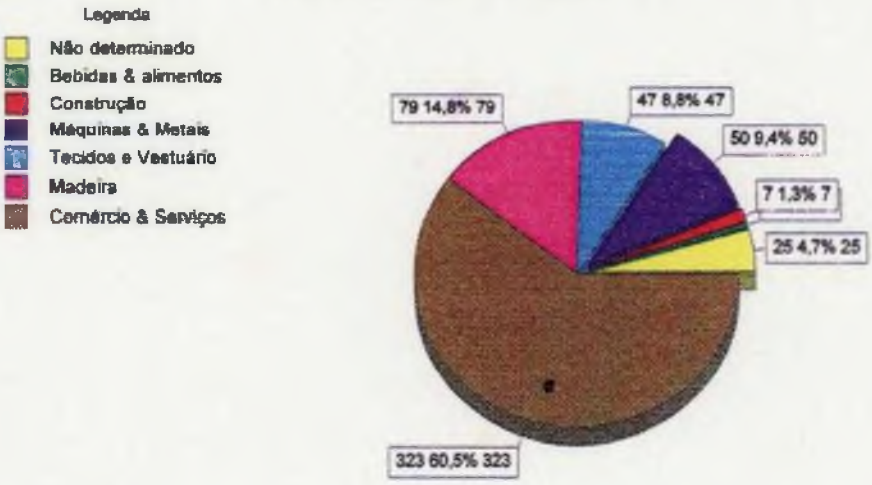
Artes de Ofício(gráfico V)

Distribuição por categoria de ofício



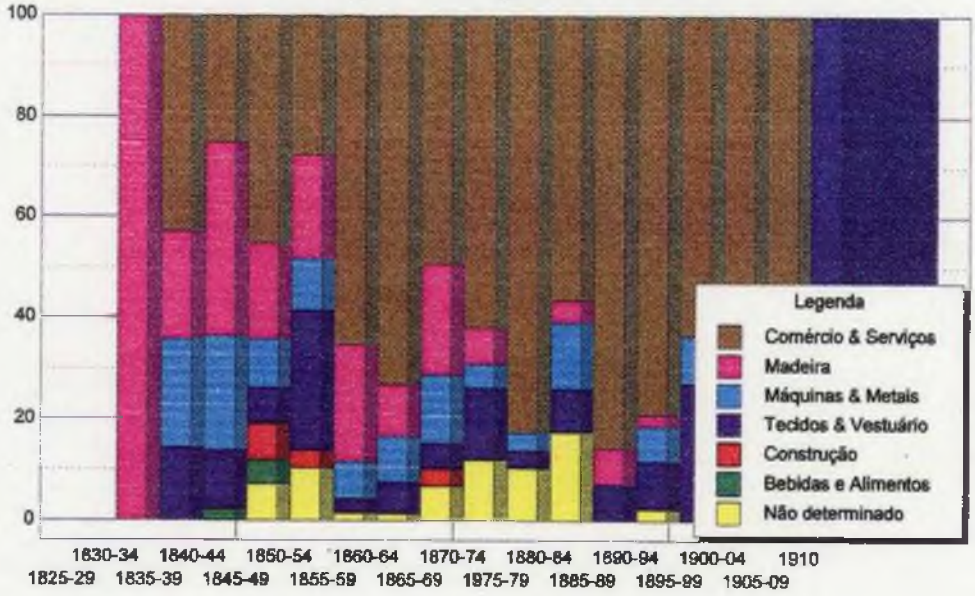
Artes de Ofício(%) - gráfico VI

Destino no período estudado



Artes de ofício(%) - (gráfico VII)

Distribuição das categoria por quiquêni



Considerando os ofícios conforme distribuidos pelas diversas categorias de "artes", apresentados pelos quadros numéricos e gráficos das páginas anteriores, mostraremos a importância da Casa Pia como fornecedora de mão-de-obra no período do estudo. Para tanto, calcularemos a população masculina ativa em momentos do século passado e, a partir deste número, avaliaremos, aproximadamente, o número daqueles que se dedicavam às artes, em especial àqueles a que os menores da Casa Pia eram destinados.Faremos então uma comparação com o número de menores da Casa destinados a tais ofícios e, desta forma, esperamos mostrar a importância do orfanato nesta função.

Trabalharemos com os dados referentes ao censo de 1855, por serem os precisos sobre a população da cidade de Salvador no século XIX. Segundo o censo Salvador tinha, aproximadamente, 56000 habitantes.[1]

Em 1855 a população masculina era 43,69% do total, em torno de 24500 homens[2]. Vamos considerar a afirmação de Katia Mattoso de que, da população masculina, aproximadamente 65% dos livres e 69% dos escravos compunham a população ativa[3]. Esses percentuais se referem a 1872, mas pensamos poder aplicá-los sobre o censo de 1855, dezessete anos antes, considerando que não deve ter ocorrido grande alteração nesse tempo. Assim sendo, dos 17150 homens livres e 7350 escravos da cidade, calculamos que cerca de 11130 livres e 5070 escravos compusessem a mão-de-obra masculina ativa. Um número em torno de aproximadamente, 16000, seria o total. Tendo em vista os 56000 de população total da cidade no censo, pensamos que a estimativa de mão-de-obra seja válida.

Destes cerca de 16000 trabalhadores, quantos viveriam dedicados às artes de ofício na cidade do Salvador ?

Inicialmente vamos estimar o número de escravos artesãos. Paulo Cesar Souza apresenta uma distribuições de ocupações dos escravos entre 1811 e 1860. Dos 3919 escravos homens

contabilizados, 836(21,3%) trabalhavam com artes de ofícios, enquanto 3083(78,8%) tinham outras ocupações. Aplicando esta proporção aos 5000 escravos do nosso cálculo poderíamos de estimar em 1000 o número de escravos artesãos em 1855. Existiam muito menos escravos artesãos que em outras atividades[4].

Quanto aos 11000 homens livres trabalhadores sabemos que sua distribuição ocupacional não diferia muito da dos escravos. Uma parte deste contingente era formada pelos mais abastados, pelos comerciantes de maior importancia, profissionais liberais, políticos e proprietários. Mas a grande maioria dos chamados homens livres não era distinta do contingente escravo, e concorria pelos mesmos serviços e ocupações na cidade. A maior parte da mão-de-obra livre da cidade, assim como os escravos, vivia de serviços manuais não-qualificados, tais como: carregadores, serventes, aguadeiros, transportadores de cadeirinha, copeiros e outros[5]. Outra parte importante da mão-de-obra livre estaria envolvida no comércio, principalmente no de pequeno porte: ambulantes, quitandeiros, vendedores e compradores diversos. Portanto, a maioria da população livre vivia de ocupações humildes e temporárias, típicas de uma cidade cuja oferta de empregos era muito limitada e a especialização do trabalho e educação pouco importantes. Levando em conta estes argumentos, pensamos que entre os libertos, e também entre os negros e mulatos livres, a proporção dos artesãos era baixa. Esse pensamento é reforçado pelos dados apresentados por Kátia Mattoso; a autora mostra tabelas que distribuem a quantidade de chefes de família consensual e legal por cor e ocupação segundo o censo de 1855[6]. Para uma amostra de 83 núcleos familiares livres, foram encontrados 15 núcleos negros, 29 mulatos e 39 brancos. Entre os negros, 26,7% tinham como ocupação uma arte de ofício enquanto 74,7% teriam outras ocupações, percentual que combina, perfeitamente, com aquele apresentado acima para os escravos. Para os núcleos mulatos encontrou-se 58,6% de artesãos, 13,8% exerciam cargos públicos ou atividades mais bem remuneradas, e 27,% tinham outras ocupações. Quantos aos casais brancos, 77% exerciam atividades mais conceituadas, inclusive

como proprietários e comerciates; 18% exerciam artes de oficio, e somente 5% tinham outras ocupações. Seguindo esses números e os dados do censo de 1855, podemos estimar que cerca de 1000 homens brancos, 3300 mulatos e mais 1000 negros formariam a mão-de-obra empregada nas artes de oficios. Um total de, aproximadamente, 5000 homens dentre os 16000 da mão-de-obra ativa livre na época[25]. O número para brancos e negros parece bastante razoavel se, comparado aos dados do do censo. Quanto ao número de mulatos, talvez esteja um pouco elevado, pois, ao que parece, a amostra de dados apresentados pode estar privilegiando casais em condições de vida mais confortável do que aquela em que viviam a maior parte dos baianos. É possível que na época fossem contados com maior cuidado famílias que vivessem em melhor situação material. Devido a isso talvez o censo de 1855 não registrasse com igual interesse casais chefiados por artesão ou funcionários, e outros chefiados por trabalhadores manuais não-qualificados e mais pobres, dando preferência ao primeiros, o que acabaria por dar impressão de que os que viviam do artesanato eram em maior número. Para o que desejamos provar, esse possível excesso na estimativa dos mulatos artesãos não tem importância, ao contrário, se o número de mulatos artesãos foi menor que o estimado, seria mais fácil demonstrar a importância da Casa Pia como fornecedora de mão-de-obra, já que o número de profissionais ex-alunos cresceria em relação ao total.

Para fins de análise vamos considerar como sendo de aproximadamente 6000, 5000 livres e 1000 escravos, o número de homens artesãos da cidade em 1855. Deste número, devemos ainda excluir aqueles profissionais dedicados a oficios para os quais os alunos da Casa Pia não eram destinados, para podermos então verificar a importância do contingente de ex-alunos nas funções pertinentes.

Pouquissimos menores foram destinados à construção civil e, quando o foram, jamais realizaram o trabalho mais pesado, como o de pedreiro ou servente, por exemplo. Sabe-se que a construção civil era uma das maiores empregadoras do século XIX, e que o pedreiro era o

artesão mais comum naquela atividade[8]. Outro ofício comum na cidade, e para o qual os ex-alunos jamais foram destinados foi o de pescador, assim como calafate, carvoeiro e outros que exigissem menor estudo e conhecimento, ou maior força física. Todos os ofícios aos quais os órfãos eram destinados exigiam certo grau de treinamento e habilidade qualificados razão pela qual todos eram alfabetizados, o que, para a época, era fora do comum. Utilizando as listas de eleitores das diversas freguesias da cidade no século passado, calculamos, o número relativo dos empregados em ofícios que eram destinos dos órfãos, em cada freguesia. Utilizamos os dados do censo de 1855 para calcularmos o número aproximado destes profissionais na cidade, número este que usaremos a partir deste ponto do estudo[9]. Comparando os ofícios das listas eleitorais com aqueles que eram destinos dos menores, encontramos que cerca de 65% dos 5000 trabalhadores livres da cidade estariam ocupando os mesmos ofícios, ou seja, aproximadamente, 3250 trabalhadores livres ocupariam os ofícios que eram destinos dos menores[10]. O número de escravos nestes mesmos ofícios deveria ser bem menor, já que a eles era mais comum o destino aos ofícios mais pesados da construção civil e menos especializado. Estimamos 250.

Seriam, portanto, aproximadamente 3500, ou menos, a soma dos carpinteiros, marcineiros, ferreiros, polieiros, alfaiates, caldeireiros, colchoeiros, funileiros, chapeleiros, cabelereiros e outros oficiais mecânicos qualificados encontrados na tabela descritiva da categoria *Artes de Ofício*, e que eram destino dos alunos da Casa.

Deixaremos para analisar os caixeiros separadamente, pois seu estudo merece ser mais detalhado além de não poderem ser classificados como oficiais mecânicos.

Entre 1830 e 1860 foi de 114 o total de órfãos que tiveram colocação junto a mestres dos ofícios do QUADRO 22. Os termos de saída registram a obrigação do empregador em ensinar o ofício, e os relatórios da Casa ao governo sempre consideram o envio destes menores como bem sucedidos. Assim, acreditamos que dificilmente o menor não seguiria o ofício indicado, na maioria das vezes escolhido por ele mesmo, e que, provavelmente, iria exercer pelo resto da vida.

Os ex-alunos da Casa Pia seriam, na década de 50 do século passado, pelo menos 3% do total dos artesãos daqueles ofícios na cidade.

Além de São Joaquim, temos notícia apenas da Companhia de Aprendizes da Marinha como instituição formadora de artesãos naquele período[29]. Diga-se de passagem, que a Companhia também acolhia órfãos, e grande parte deles provinha de São Joaquim como já vimos. O orfanato era um dos principais beneficiados pelas oficinas e cursos da Companhia desde sua fundação[30].

Não somente creditamos grande importância a Casa Pia, ao considerarmos que o número de ex-alunos dedicados aos ofícios era grande, e ainda a meia centena de ex-alunos artesãos formados pela Marinha, como desejamos ressaltar ainda mais o seu papel, tendo em vista tratar-se de um grupo coeso, com um comportamento disciplinado e moldado segundo a rígida filosofia disciplinadora e ordeira do Colégio. Ao contrário, os outros artesãos da cidade, provavelmente, receberam treinamento através da simples convivência com mestres, sem nenhuma disciplina especial, e certamente sem nenhum contato com escolas. Os formados pela Casa Pia constituiam um grupo distinto, organizando sua vida e cotidiano segundo os princípios disciplinares e profissionais aprendidos no Colégio. Estavam mais preparados para a vida urbana, tendo a habilidade de ler, escrever e fazer contas. Seu melhor preparo e número crescente, sua atuação mais elaborada, provavelmente influenciariam o perfil comportamental e profissional destas categorias na cidade e, aos poucos, a própria imagem dos artífices. Com o tempo estariam contribuindo para a formação das categorias profissionais e operárias, exatamente na época da desagregação do trabalho escravo e da formação ou aperfeiçoamento das associações de trabalhadores livres, operários urbanos e trabalhadores assalariado na cidade.

No livro de visitantes encontramos alguns testemunhos de ex-alunos, que nos mostram como a imagem da Casa como centro de educação era valorizada. Sempre elogiavam a Casa em que receberam suas primeiras lições e prometiam honrar-lhe o nome. Manifestavam-se

orgulhosos de um dia terem sido seus alunos. Há declarações de amor à pátria e de respeito aos superiores, que teriam sido adquiridos na Casa, assim como há sempre referência ao fato de estarem contribuindo para a pátria graças ao orfanato. Alguns outros visitantes também podem nos ajudar, com seus comentários, na compreensão do papel da Casa Pia como formadora de perfil profissional, constituindo um novo conceito de trabalho e trabalhador. Em 1898, Torquato Bahia registrava, no livro de visitantes ser a Casa a "mais alta" instituição de caridade que conhecia, pois retirava meninos da pobreza, dando-lhes "o tirocínio do trabalho" e o sentimento de honra e amor à pátria. No mesmo ano, o visitante Alfredo Medrado também registrava a importância do orfanato que "cimentava... ...o amor ao trabalho, desenvolvendo a aptidão para o labor", e tornava os homens úteis à pátria. Opiniões parecidas registram Casimiro Coimbra, dono de uma fábrica de tecidos, e o Almirante bento de Carvalho[31].

Posições semelhantes as encontradas em várias correspondências enviadas para a Casa, nos relatórios ao Presidente da Província, ou em documentos da Assembléia provincial, durante todo o século. Mais importante é o fato de, no período estudado, cada vez mais, mães e parentes, que requeriam vagas para órfãos, usavam o argumento do desejo de tornar o filho útil, dedicado ao trabalho pela pátria. Isso significa que com o tempo a Casa Pia passou a ser mais considerada como instituição que formava mão-de-obra.

De 1830 a 1860 foram 114 órfãos enviados diretamente aos ofícios; 55 formados pela Marinha e Exército, mais os menores que saíam para a Casa de seuas mães ou familiares, com o compromisso de se empregarem. Entre 150 a 250 dos 508 menores que saíram da Casa para serem artífices. Esse número representa cerca de 5 a 7% do total dos artífices especializados da cidade, ex-alunos do orfanato. Pensamos que o grande número de artesãos formados pela Casa, seu perfil comportamental e profissional, sua presença distinta pelo melhor preparo, acabaram por influenciar a imagem do artífice, das profissões e do trabalho em Salvador. Concluimos que o orfanato teve um papel importante na história recente do trabalho na cidade, sendo uma das

principais, provavelmente a primeira instituição da cidade, utilizada pelas classes dominantes para moldar a mentalidade de uma nova classe trabalhadora, mais voltada para os trabalhos urbanos, melhor treinada, disciplinada e obediente.

Se a importância relativa da presença dos ex-alunos entre os artífices em geral é grande, fica ainda mais expressiva se analisarmos ofícios específicos. Utilizando as listas de eleitores e o mesmo processo usado para calcular o número do total de artífices de 1855, estimamos as quantidades de profissionais específicos de cada arte de ofício. Abaixo está uma tabela com essas estimativas e também a quantidade de ex-alunos que seguiu tais profissões.

QUADRO 23

Artesão em Salvador e artesãos ex-alunos em 1855

Arte de Ofício	Estimativa do nº de artífices	Artífices ex-alunos
Alfaiate	850	5
Carpinteiro	850	4
Chapeleiro	30	5
Colchoeiro	10	3
Ferreiro	200	2
Funileiro	100	3
Marcineiro	500	37
Ourives	200	11
Sapateiro	550	5

Fonte: Arquivo da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1825 - 1830, pp. 3 - 16, Entrada de Menores (órfãos e porcionistas) na casa Pia, 1826 - 1870, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1826 - 1870, pp. 2 - 43, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1828 - 1864, pp. 58 - 75, Termos de saída dos órfãos, 1844 - 1868, pp. 40v - 196v; Termos de saída dos órfãos, 1869 - 1901, pp. 1f- 198v, Termos de saída dos órfãos, 1901 - 1910, Pp. 1f - 51f, e Resumo de profissões in **NASCIMENTO**, Ana Amélia Vieira, Dez freguesias da Cidade do Salvador, pp. 144 - 146.

Para esse cálculo não poderemos contar com aqueles menores que saíram com seus parentes, nem aqueles treinados na Marinha e Exército, por não haver registro do seu destino específico. Podemos observar que algumas categorias têm ex-alunos em maior quantidade do

específico. Podemos observar que algumas categorias têm ex-alunos em maior quantidade do que outras. Por exemplo: carpinteiros e marcineiros trabalham madeira. Os carpinteiros são empregados no artesanato mais grosseiro de madeira, destinado à construção civil, enquanto os marcineiros são fabricantes de móveis, portanto mais especializados. São 7,4% os marcineiros ex-alunos da Casa e 0,5% dos carpinteiros. Da mesma forma Ourives, funileiros e ferreiros são trabalhadores de metais. Os ourives são artesãos refinados que trabalham com joalheria; funileiros são fabricantes de latas e funis, artesãos menos refinados que os ourives, porém mais que os ferreiros, trabalhadores dos metais destinados principalmente à construção civil, ou a elaborações mais grosseiras. Os ex-alunos da Casa Pia são 6% dos ourives, 3% dos funileiros e apenas 1% dos ferreiros. Alfaiates e sapateiros eram comuns na cidade, são ofícios populares e pouco especializados. Nesses ofícios apenas 0,9 e 0,6% dos artífices eram de ex-alunos. Já em ofícios mais específicos, mais especializados, menos comuns na cidade, como chapeleiro e colchoeiro a situação se inverte. Entre os colchoeiros, fabricantes especializados de colchões é de 17% o número de ex-alunos. E entre os chapeleiros da cidade esse percentual se eleva a 30%. Os dados mostram que os alunos da Casa eram normalmente destinados aos ofícios que exigiam maior conhecimento e adestramento, e que tinham mais prestígio na sociedade.

Podemos concluir que o número relativo de ex-alunos entre os profissionais da cidade se eleva à medida que consideramos categorias que exijam maior conhecimento e estudo ou especialização. Essa conclusão nos leva a outra. Já que essa categoria era aquela para a qual se voltava a maior parte dos menores, e justamente aqueles destinados às mais humildes posições sociais no futuro, podemos afirmar que a Casa Pia era muito bem sucedida no seu propósito de retirar menores das ruas, ou de situações de extrema pobreza, e dar-lhes melhor destino. As posições sociais conseguidas pelos ex-alunos são inegavelmente melhores e mais bem remuneradas do que aquelas que possivelmente teriam se permanecessem fora do orfanato. Com tais resultados, podemos imaginar como as famílias baianas de menores posses passaram a

encarar a Casa Pia: possibilidade de ascensão e de melhoria de vida. Podemos entender o discurso dos requerentes a ingressos no seminário e compreender como a atuação do Colégio foi contribuindo para dar uma nova imagem ao trabalho remunerado, aos estudos das artes e das letras e aos ofícios e trabalhos manuais.

Essa proporção de artesãos ex-alunos provavelmente se manteve durante o século XIX, talvez diminuindo a partir da década de 70 quando a população da cidade cresce muito possibilitando o surgimento de outras ocupações além do aparecimento de outras instituições como o Liceu de Artes e Ofícios que também passam a formar artífices. Durante todo o século XIX, no entanto, a Casa Pia manteria seu papel de formadora de artesãos e, provavelmente, grande número dos artesãos da cidade, principalmente os mais especializados, seriam seus ex-alunos ainda em 1910.

Observando a tabela dos destinados às *artes de ofício* verificamos que o ofício de destino mais frequente entre os menores da Casa Pia era o de caixeiro. Esta categoria profissional havia sido introduzida na Bahia desde o período colonial. As fazendas de açucar mantinham os caixeiros do engenho e os da cidade. Os caixeiros do engenho eram aqueles encarregados da pesagem, classificação e encaixotamento do produto. Os da cidade eram aqueles que preparavam o açúcar para o embarque, contabilizavam o que fosse necessário, faziam trabalho de escritório [32]. Aos poucos foram se especializando como trabalhadores do comércio. Passaram a ocupar serviços como balconistas, lojistas, escriturários, vendedores nas lojas, ou vendedores viajantes, representantes de casas comerciais, contabilistas, homens de confiança dos proprietários de armazens, depósitos e lojas.

No final do século XVIII a ocupação como caixeiro já era bastante comum e destinada, normalmente, à população branca[33]. Provavelmente os mulatos também tinham acesso a tal ocupação. Dificilmente um escravo seria um caixeiro. Dos 3168 escravos empregados entre 1811 e 1860, examinados por Maria José de Souza Andrade, apenas um - 0,03% do total - era caixeiro.

Imaginamos o quanto deveria ser especial este escravo e como seus conhecimentos deveriam diferir daqueles comuns aos demais escravos. Será que sabia ler e escrever ?

Ressalte-se que o trabalho do caixeiro era muito facilitado caso ele tivesse conhecimento de leitura, escrita e algebra elementar; portanto, trata-se de um trabalho destinado a pessoas alfabetizadas. Por outro lado essa ocupação é típica de homens livres não-proprietários.

Certamente o oficio de caixeiro foi um dos primeiros da cidade a ser remunerado de forma assalariada. Já que era um oficio destinado a homens livres, não-proprietários, e que possuíam certo grau de educação literária, concluimos que não poderiam estar trabalhando por coerção, como cativos, e não receberiam também os lucros destinados aos donos do negócio. Restava a esses trabalhadores, como principal fonte de renda, receber comissão sobre vendas e pricipalmente salário. Partindo desse raciocínio achamos muito provável que em Salvador, a origem do trabalho assalariado, e da relação de trabalho baseada na troca da força de trabalho de alguem que não detivesse propriedade de meios de produção, ou seja, a origem proletário da cidade, ocorrece no setor terciário da economia, entre os empregados do comércio, particularmente entre os caixeiros.

É certo que a remuneração incluía alimentação e, muitas vezes, residência. Alguns ganhariam comissão por vendas ou negócios fechados. Mas, considerando a descrição do mercado de trabalho baiano e da oferta de empregos feita por Katia Mattoso e também o estudo sobre remuneração dos caixeiros de Mário Augusto Santos, o principal ganho destes profissionais era, provavelmente, o salário ou retirada de dinheiro entregue ao final de um certo período. Pois contratar mão-de-obra livre significava pagar diárias ou mensalidades[3].

Bem treinados, disciplinados e ordeiros, letrados, conhecedores de álgebra elementar, não-proprietários, livres, sem melhor destino, o ex-aluno da Casa Pia de Órfão de São Joaquim seria uma ótima opção para quem desejasse empregar um caixeiro. Pensamos que essa foi a causa para a grande quantidade de ex-alunos que tiveram esse destino.

Estimando o número provável de caixeiros da cidade a partir das listas eleitorais, verificamos, em 1855, que seu número estaria em torno de 2,6 a 3% da mão-de-obra ativa livre, cerca de 280 a 350 trabalhadores. Entre 1830 e 1860 foi de 130 o número de ex-alunos destinados a essa profissão. São 37% a 46% do total de caixeiros da cidade, segundo nossa estimativa. Muitos caixeiros poupavam seus recursos e, depois de algum tempo, conseguiam abrir seus próprios negócios. Os ex-alunos destinados para caixeiros desde 1830. É provável que em 1855 alguns tivessem conseguido abrir seus negócios. Entretanto mais da metade dos órfãos a que nos referimos entraram na profissão pelo menos uma década antes e, além disso, acreditamos que só uma pequena parte conseguiu abrir seus próprios estabelecimentos, tendo em vista a necessidade de poupar recursos. Sendo assim, supomos que entre 35% a 40 % dos caixeiros de Salvador em 1855 fosse ex-alunos da Casa. Esse número é tão expressivo que achamos importante tentar estimar as parcelas de ex-alunos em 1872 e em 1890, anos em que novos censos foram realizados. Para 1872 e 1890, se mantivermos os 3% de caixeiros entre os trabalhadores da cidade, e 65% de mão-de-obra ativa entre a população masculina, teremos, respectivamente, cerca de 1000 e 1350 destes trabalhadores na cidade. Se contarmos o número de caixeiros ex-alunos destinados pela Casa Pia que estariam em atividade nestes anos, encontraremos respectivamente, 216 e 255. São 21,6 e 18,9%. É certo que a proporção de ex-alunos cai, mas continua elevada. À medida que o século avançou, o aumento de mão-de-obra livre e o surgimento de outras opções de aprendizado das primeiras letras e contas elementares foi-se criando outros centros de formação de caixeiros que não o seminário. Mas, mesmo em 1890, o percentual de caixeiros ex-alunos do orfanato entre os caixeiros da cidade era muito alto. Podemos concluir que os ex-alunos da Casa Pia seriam os principais componentes dessa categoria de trabalhadores da cidade durante o século passado, o que daria à Casa Pia e à educação ali ministrada uma grande responsabilidade na formação dos comerciários de Salvador. Além disso, considerando que, segundo nossa análise, os caixeiros estariam entre os primeiros

trabalhadores assalariados da cidade, o Colégio também seria importante na formação de toda a categoria de trabalhadores assalariados da cidade. Esse grande número de caixeiros ex-alunos , assalariados, trabalhadores urbanos, estariam entre os primeiros proletários da cidade, todos com origem comum e formação fortemente disciplinadora, obedientes, tementes a Deus, amantes da pátria e do trabalho. Teria a Casa Pia definido características deste tipo nos trabalhadores assalariados da cidade no século XIX ? Acreditamos que sim e, admitindo como verdadeiro esse raciocínio, todo o perfil comportamental e profissional dos primeiros assalariados de Salvador estaria influenciado pelo ensino e pela formação do orfanato. O Colégio teria tido, neste caso, uma grande importância na formação dos novos trabalhadores, e de um novo conceito de trabalho na cidade, o que torna clara sua importância para as classes dominantes da época e explica todo o interesse manifestado pelos governantes e poderosos sobre ele.

Em 1870 o número de alunos que tem o destino da casa de parentes começa a aumentar. E sabemos que a maior parte deles tomaria o destino de caixeiros. É o que podemos deduzir dos termos de saída dos menores que se referem à obrigação dos familiares de empregarem o menor, e em geral, já mencionam a promessa de emprego feita por algum comerciante ou lojista.

Destino de ofícios nobres

Muitos ex-alunos tiveram como destino o que chamamos na tabela de *ofícios nobres*. tratava-se de ofícios mais bem conceituados, por exigirem, normalmente, da habilidade para manusear equipamento moderno para a época ou implicarem conhecimentos especiais, sendo exercidos por poucos profissonais na cidade. Neste caso, os ex-alunos também ocupam um número relativo, destacado em comparação ao total de profissionais de cada categoria na cidade. Vejamos a tabela abaixo.

QUADRO 24

MENORES DESTINADOS AOS OFÍCIOS NOBRES

OFÍCIOS NOBRES	1825-29	1830-34	1835-39	1840-44	1845-49	1850-54
Relojoeiros	0	0	0	1	0	0
Tipografia	0	0	3	0	5	2
Boticário	0	1	1	1	0	0
Farmacêutico	0	0	1	1	3	2
Músico	0	1	1	2	2	2
Livreiro	0	0	2	1	0	1
Encadernador	0	0	0	0	0	0
Fotógrafo	0	0	0	0	0	0
OFÍCIOS NOBRES	**1855-59**	**1860-64**	**1865-69**	**1870-74**	**1875-79**	**1880-84**
Relojoeiros	2	1	0	0	0	0
Tipografia	6	3	4	4	0	0
Boticário	0	1	0	0	0	0
Farmacêutico	6	3	0	1	2	5
Músico	1	1	0	0	0	0
Livreiro	0	0	0	0	0	0
Encadernador	4	0	0	0	0	0
Fotógrafo	0	0	1	0	0	0
Total	19	9	5	5	2	5

OFÍCIOS NOBRES	1885-89	1890-94	1895-99	1900-04	1905-09	1910	TOTAL
Relojoeiros	0	0	0	0	0	0	4(4%)
Tipografia	2	0	0	0	0	1	30(30%)
Boticário	0	0	1	0	0	0	5(5%)
Farmacêutico	5	8	0	1	1	1	(40%)
Músico	0	0	0	1	0	0	11(11%)
Livreiro	0	0	0	0	0	0	4(4%)
Encadernador	0	0	0	0	0	0	4(4%)
Fotógrafo	0	0	0	0	0	0	1(1%)
Total	7	8	1	2	1	2	99

Fonte: Arquivo da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1825 - 1830, Pag. 3 - 16.; Entrada de Menores (órfãos e porcionistas) na casa Pia, 1826 - 1870, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1826 - 1870, Pag. 2 - 43, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1828 - 1864, Pag. 58 - 75; **Arquivo da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim**, Termos de saída dos órfãos, 1844 - 1868, Pag. 40v - 196v; Termos de saída dos órfãos, 1869 - 1901, Pag. 1f- 198v; Termos de saída dos órfãos, 1901 - 1910, Pag. 1f - 51f.

Fotografia, tipografia e relojoaria são novidades do século XIX. Se bem que a tipografia haja surgido com os descobrimentos, somente no século XIX chegou à Bahia. O trabalho de tipógrafos, livreiros e encadernadores é técnico, exigindo manuseio de máquinas especiais, tintas, trabalho de encadernação, certo grau de domínio do português para arrumar e rediger textos, habilidades que não poderiam ser comuns no século XIX. Fabricar e consertar relógios, manusear filmes e máquinas fotográficas são ocupações que têm as mesmas características da tipografia. Quanto aos farmacêuticos e boticários, pode-se dizer que se ocupavam com tarefas típicas dos caixeiros, acrescentando a manipulação de fórmulas e substâncias, além de rudimentos de medicina. Os livros de registro de saída da Casa Pia destacam farmacêuticos de boticários, mas pensamos que se trata do mesmo profissional e, portanto, os classificamos em conjunto. Os músicos, eram profissionais importantes no século passado, presença indispensável nos eventos cívicos, religiosos e sociais. Quem fosse músico deveria ter o conhecimento de música em geral e de algum instrumento musical.

Os ofícios desta categoria eram mais exigentes quanto ao conhecimento técnico necessário para que pudessem ser exercidos. Os profissionais precisavam desenvolver habilidades especiais com máquinas e equipamentos considerados sofisticados no século passado e provavelmente necessitariam de estudos adicionais.

Baseados nas listas de eleitores, estimamos que 0,4% dos trabalhadores livres eram tipógrafos. Isto equivale à existência de, aproximadamente, 45 tipógrafos na cidade. Até 1860, a Casa Pia teria encaminhado 16 ex-alunos para este destino. Em outros termos , cerca de 35% de todos os tipógrafos da cidade provinha desta instituição.

De fato, desde a década de 30 do século passado, a Casa Pia teria destinado seus primeiros ex-alunos para essa ocupação. A partir de 1872 a Casa Pia passaria a ser uma referência para o ofício, pois nela seria instalada a primeira oficina para treinamento de tipógrafos da cidade.

Com relação aos farmacêuticos, a presença de órfãos ex-alunos da Casa Pia parece ter sido

ainda maior. Segundo a nossa estimativa. os boticários da cidade constituiam 0,3% da mão-de-obra masculina ativa, ou seja, eles eram aproximadamente 35. Como de 1830 a 1860 saíram 16 alunos para este ofício, teríamos cerca de 45% de todos os boticários da cidade originários do seminário de órfãos.

Os números destas duas categorias reforçam o raciocínio exposto anteriormente sobre a importância da Casa Pia como formadora do perfil profissional e comportamental dos primeiros trabalhadores assalariados da cidade. No caso dos tipógrafos, vale a observação de serem verdadeiros operários responsáveis pelo manuseio de máquinas e vendendo sua força de trabalho aos donos das tipografias, para a produção de impressos, livros e jornais.

Como vimos anteriormente, desde o início do funcionamento do seminário em São Joaquim, o Colégio de Órfãos oferecia aulas de música e instrumentação. Interrompida algumas vezes, mas sempre retornando, podemos afirmar que a Casa Pia iniciava os menores no conhecimento musical, que poderia conduzir à formação de futuros músicos. A partir da década de 70 a capacidade da Casa em formar músicos aumentou. Desde então, a Casa passou a contar com uma banda regular, requisitada para vários eventos na cidade, e mesmo em localidades do Recôncavo. Muitas vezes a somente a banda participava dos eventos, outras, acompanhava os demais alunos em festejos na cidade[35].

Menores destinados as fábricas

A última categoria de destinos dos menores da Casa Pia que iremos examinar é a que classificamos como *Fábricas*. Trata-se de um grupo de menores destinados ao trabalho com tecidos, carros, fundição e charutos, em empreendimentos que eram registrado com o nome de *fábricas* pelos escrivães da Casa, talvez por serem de maior porte, ou pela sua organização de trabalho. Estas, normalmente, requisitavam um grande número de menores.

Apresentamos abaixo a tebela detalhada dessa categoria de destino.

QUADRO 25
MENORES DESTINADOS A FÁBRICAS

FÁBRICAS	1835-39	1845-49	1850-54	1855-59	1860-64	1865-69	1880-84	1885-89	1895-99	Total
Fábrica de tecidosToupar e David	5	1	0	0	0	0	0	0	0	6
Fábrica de tecidos de Valença	0	70	17	5	0	8	0	0	0	100
Fábrica de tecidos Domingos Gomes Ferreira	0	0	0	7	0	0	0	0	1	7
Fábrica de carros João Baptista Oittataguerrest	0	0	0	4	0	0	0	0	0	4
Fábrica de tecidos do Coimbra	0	0	0	0	2	0	14	0	0	16
Fábrica de fundição de Mont-serrat	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Fábrica de charutos de Salustiano da Silva	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Fábrica de tecidos São Brás(Plataforma)(Brandão)	0	0	0	0	0	0	0	6	0	6

Fonte: Arquivo da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1825 - 1830, Pag. 3 - 16.; Entrada de Menores (órfãos e porcionistas) na casa Pia, 1826 - 1870, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1826 - 1870, Pag. 2 - 43, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1828 - 1864, Pag. 58 - 75; **Arquivo da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim**, Termos de saída dos órfãos, 1844 - 1868, Pag. 40v - 196v; Termos de saída dos órfãos, 1869 - 1901, Pag. 1f- 198v; Termos de saída dos órfãos, 1901 - 1910, Pag. 1f - 51f.

Desde os anos 30 do século XIX alguns órfãos foram destinados às fábricas. Como podemos ver nas tabelas, esses menores eram destinados principalmente a fábricas de tecidos, e especialmente à fábrica de Valença.

O setor industrial de Salvador era reduzido no século XIX. Por isso achamos representativos os números de menores destinados as industrias. No correr do século ela forneceu operários para várias indústrias de tecidos, algumas conhecidas até hoje, como a de Plataforma e a fábrica Modelo do Sr. Coimbra. No caso desses ex-alunos, o raciocínio sobre a importância do orfanato no surgimento do trabalho assalariado e dos operários na cidade fica claro, já que o

orfanato estaria alimentando diretamente as indústrias com esse novo modelo de trabalho.

No caso da Valença industrial, o número de operários ex-alunos foi tão significativo que chegamos a pensar em se haveria outra origem para os operários da fábrica que não fosse o orfanato. No intervalo de 20 anos foram 100 menores para Valença: somente entre 1845 e 1849 foram 70. Em 1888 o município de Valença tinha 7549 habitantes e era composto de vários povoados, numa extensão equivalente a praticamente toda a moderna microregião baixo-sul baiana. A cidade de Valença, propriamente dita, teria muito menos população, e sabemos que a Valença Industrial tinha o total de 300 operários nessa época[36]. Se em 1888 eram 300 operários, 40 anos antes, quando da chegada da maioria dos órfãos a fábrica, o total de operários provavelmente seria menor, pois a fábrica estaria iniciando suas operações. Sendo assim é fácil concluir que o número de operários vindos da Casa Pia era muito importante.

Desta análise , pudemos tirar conclusões sobre a influência do seminário, da sua filosofia e educação, na formação dos trabalhadores urbanos, artífices e operários da cidade do Salvador e também em Valença. Pudemos também demonstrar, partindo de estimativas populacionais, a presença significativa dos ex-alunos nas diversas ocupações e empregos do século passado. Vamos a seguir estudar que tipo de relações de trabalho existiam entre os órfãos e seus empregadores, partindo das informações dos termos de saída.

1.Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1825 - 1830, Pp. 3 - 16.; Entrada de Menores (órfãos e porcionistas) na casa Pia, 1826 - 1870, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1826 - 1870, Pp. 2 - 43, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1828 - 1864, Pp. 58 - 75, **ACPOSJ**.

2.Termos de saída dos órfãos, 1844 - 1868, Pp. 40v - 196v; Termos de saída dos órfãos, 1869 - 1901, Pp. 1f- 198v; Termos de saída dos órfãos, 1901 - 1910, Pp. 1f - 51f, **ACPOSJ**.

3.**MATTOSO, Katia M. de Queiroz**; Bahia ... ; pp. 527 - 530.

4. Religião, Seminário de Órfãos de São Joaquim , maço 5282, Seção colonial e provincial, Relatório do escrivão da mesa do Seminário de São Joaquim, agosto de 1852, **ACPOSJ**.

5.Registro de correspondência da Mesa Administrativa da casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim, 1843 - 1887, Pp. 85f - 106v, **ACPOSJ**.

6.Relatório da Casa Pia de órfãos de São Joaquim, triênio de 1909 a 1912,Tipografia de São Joaquim, 1912, **ACPOSJ**.

7.Registro de Correspondência da Mesa Administrativa da Casa Pia e Colêgio de Órfãos de São Joaquim, 1843 - 1887, Pp. 17f, **ACPOSJ**.

8.Atas da Mesa Administrativa, 1853 - 1887, Pp. 16v - 17f, **ACPOSJ**.

9.**REIS**, João José; A morte é uma festa, pp. 35 - 37.

10.**NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira**, Dez freguesias ... ; pp. 160 - 161.

11. Termos de saída de órfãos, 1869 - 1901, Pp. 1f - 198v, **ACPOSJ**.

12.Entrada de menores(porcionistas e órfãos) na Casa Pia, 1826 - 1870, pp. 49 - 53, **ACPOSJ**.

13. Termos de saída dos órfãos, 1901 - 1910, p. 30, **ACPOSJ**.

14.Termos de saída dos órfãos, 1901 - 1910, pp. 1f - 21v, e Termos de saída dos órfãos, 1869 - 1901, p. 177f, **ACPOSJ**.

15.Atas da mesa administrativa, 1853 - 1887, p. 30 e Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1828 - 1864, p. 90, **ACPOSJ**.

16.; Livro de visitantes, p. 1, **ACPOSJ**.

17.Atas da mesa administrativa, 1853 - 1887, pp. 278 - 280v, **ACPOSJ**.

18.Atas da Mesa Administrativa, 1853 - 1887; Atas da Mesa Administrativa, 1826 - 1855, **ACPOSJ**.

19.**NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira**; Dez freguesias ... ; pp. 63 - 97.

20.**NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira**; Dez freguesias ... ; p. 95.

21.**MATTOSO, Katia M. de Queiroz**; Bahia ... ; p. 529.

22.**SOUZA, Paulo Cezar**; A Sabinada, a revolta separatista da Bahia, 1837, p. 153 e **OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de**; O liberto, seu mundo e ou outros(Salvador 1790 a 1890), pp. 74 - 76

23.**OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de**: O Liberto, seu ... ; pp. 40 - 41.

24.**MATTOSO, Katia M. de Queiroz**; Bahia ... ; pp. 146 - 155.

25.Para fazermos a estimativa utilizamos os dados sobre população relativa do censo de 1855 encontrados no livro de Ana Amélia Vieira Nascimento *Dez freguesias da cidade do Salvador*, nas páginas 65 e 95. Aplicamos então os pencentuais de população ativa e ocupação retirados do livro de Katia Mattoso, *Bahia século XIX, uma província no Império*, conforme descrito no texto principal.

26.**MATTOSO, Katia M. de Queiroz**; Bahia ... ; pp. 527 - 535.

27.As estimativas dos números relativos do total de artífices, ou de categorias de artífices específicas, utilizadas desde este ponto, foram feitas da seguinte forma: Utilizamos as tabelas que registram o número relativos das diversas ocupações dos eleitores das freguesias do século XIX, encontrados nas páginas 144 a 146 do livro *Dez freguesias da cidade do Salvador* de Ana Amélia Vieira Nescimento. Encontramos por soma o percentual de cada categoria que nos interessava dentro do total de eleitores e quando necessário calculavamos também o percentual de determinada categoria de artífice com relação ao total dos artífices de cada freguesia. Assim obtivemos o percentual de cada arte de ofício, ou de todos os artífeces, na lista de eleitores de cada freguesia. Utilizamos então os dados sobre a população de cada freguesia em 1855, na página 67 do mesmo livro, e utilizando recurso de calculo de média ponderada, chegamos ao percentual de artífices em geral, e de cada arte de ofício especificamente, na cidade do Salvador em 1855. Com esses resultados, bastava aplicar os valores encontrados sobre a população de artesãos encontrada anteriormente, para termos uma estimativa da população que nos interessava. Como os artesãos, principalmente aquelas categorias de destino dos órfãos, viviam em situação melhor que a maioria da população da cidade, acreditamos que as listas eleitorais devam ser uma boa fonte para as estimativas, já que a maioria dos artesãos deveriam estar incluidas como "homens bons" e com bens suficientes para votar.

28.**NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira**, Dez freguesia ... ; pp. 67, 144 -146.

29.**FRAGA FILHO, Walter**, Mendigos e vadios ... ; pp. 116 - 132.

30.,Livro de registro de diplomas e portarias do governo, pp. 74f, **ACPOSJ**.

31.Livro de visitantes, pp1f - 14f, **ACPOSJ**.

32.**FERLINE, Vera Lúcia Amaral**; Terra, trabalho e poder, pp. 138 - 139.

33.**VILHENA, Luis dos Santos**; A Bahia no ... ; vol 1, pp. 44 - 46

34.**MATTOSO, Katia de Queiroz**; Bahia ... ; pp. 544 - 592 e **SANTOS**, Mário Augusto da Silva, pp. 36, 61 - 66.

35. Atas da Mesa Administrativa, 1853 - 1887, pp.129v - 277f; Atas da Mesa Administrativa, 1885 - 1909, pp. 7 - 486; Registro de correspondências da Mesa Administrativa da Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, 1843 - 1887, pp. 104v - 173v, **ACPOSJ**.

36.**AGUIAR, Durval Vieira de Aguiar**; Província da Bahia; pp. 248 - 257.

2.Termos de Saída dos órfãos, evoluindo com o trabalho assalariado

Os menores órfãos deixavam a Casa Pia mediante um termo de saída. Esse termo era uma espécie de contrato que definia as obrigações daqueles que doravante, seriam por eles responsáveis. Tratava das obrigações que estes deveriam assumir perante o aluno, em relação a sua educação, saúde, remuneração e, em contrapartida também cuidava das obrigações do aluno perante aquele que o empregava. Em resumo, o "termo de saída" definiam a relação que deveria existir entre o menor e seu responsável. Através do estudo desta documentação podemos perceber como a Casa Pia foi-se adaptando às alterações das relações de trabalho, provocadas pela desagregação do escravismo colonial Além disso podemos observar como a Casa Pia acabou por influenciar estas mesmas alterações, já que, como vimos, o Colégio era uma importante fornecedora de mão-de-obra, provavelmente para os setores mais dinâmicos da economia da cidade.

Os "termos de saída" evoluiram com o tempo. No início nem mesmo existiam. Até aproximadamente 1845 as saídas dos menores estavam registradas nos livros de matricula. Muitas vezes, as condições da responsabilidade de quem requeria o menor aparece no texto. Encontramos um livro com alguns termos de responsabilidade da década de 1830, isso nos levou a pensar que existiriam outros anteriores a 1845, mas não foram encontrados. Dos primeiros anos contamos principalmente com os registros do livro de matrículas. Além disso, os livros de atas fornecem alguns dados sobre os contratos anteriores a 1845. Complementando os dados dessas duas fontes, pode-se reconstituir como se processava a saída dos menores, nos primeiros tempos do orfanato. Depois de 1844 surgem os termos de responsabilidade propriamente ditos. Eram

mais elaborados. Para cada período, que descreveremos adiante, havia um conteúdo padrão, pouco alterado a curto prazo, mas, no longo tempo, sofreu alterações que ajudam-nos a compreender a evolução do conceito de trabalho na época da transição para o trabalho assalariado, bem como o papel que a Casa Pia desempenhou nesse contexto.

Desde o início a Casa procurava selecionar os menores segundo suas aptidões. Utilizavam para isso as observações do reitor, mas muitas vezes o próprio órfão era consultado[1]. O destino do menor poderia ser definido também pelo seu comportamento e sucesso nos estudos, pela existência de algum parente importante, ou por ser mais ou menos branco. Os que não eram bem sucedidos tendiam a ser encaminhados para a Marinha, ou para ofícios menos conceituados; os mais conceituados poderiam esperar melhores destinos.

Após a seleção os menores eram encaminhados aos interessados, que deveriam se comprometer a cuidar deles.

Evolução dos termos de saída

Há 10 termos de responsabilidade assinados em 1835. Naquela época os termos de responsabilidade são imprecisos, variam um em relação ao outro, não existindo um padrão estabelecido. Algumas vezes, apenas identificam o nome do novo responsável, informando que o menor havia saído para sua companhia. As informações são menos detalhadas se os menores saiam com parentes ou para a Marinha de Guerra. Apenas um desses termos fala claramente das obigações do novo responsável, no caso o livreiro João Francisco Cabrera. Deveria ele ter o menor em sua companhia, suprí-lo de tudo aquilo que necessitasse, tratá-lo na enfermidade e ensinar-lhe o seu ofício.

Nesse período, contratos de adoção indicam que o mestre era totalmente responsável pelo menor, devendo prestar informações sobre o adiantamento do mesmo à Mesa Administrativa da

A vida dos aprendizes era realmente dura, pois mesmo a periódica vigilância do orfanato era capaz de registrar excessos de maus-tratos no tratamento aos menores dado pelos mestres, chegando a retirar de alguns deles a guarda do órfão. Em 1845, João José Soares foi removido da guarda do serralheiro João Machado de Mello por esse motivo[4].

Durante toda a década de 40 do século passado, e até 1856, não observamos nenhuma alteração importante no modelo do termo de saída dos menores, o que significa que a relação de trabalhar e receber ensino e residência continuaria inalterada nesta época. A única observação importante se refere aos termos de saída assinados pelo Sr. Antônio Francisco de Lacerda, responsável pela contratação de órfãos em grande quantidade, muitos de uma só vez, para trabalharem e aprenderem ofícios na fábrica de tecidos de Valença. Nos contratos por ele lavrados está evidente o objetivo de alistamento de mão-de-obra. Visto que não poderia haver nenhum tipo de relação familar ou paternal entre 70 menores e o dono de uma fábrica que os adotava por um período de 5 anos. Embora esse exemplo seja o mais forte, ao examinarmos os demais termos, encontramos que dezenas de menores eram destinados a trabalhar gratuitamente para então aprenderem um ofício. Observamos que se tratava de uma relação onde o trabalho era forçado e sem remuneração, próxima, portanto, daquela relação existente entre os escravos e seu trabalho[5].

No livro de atas do orfanato, está a cópia do contrato e do termo de responsabilidade assinado pelo Sr. Lacerda em 1848, definindo as obrigações da fábrica de Valença para com os órfãos e vice-versa . Os menores seriam mantidos até os 21 anos de idade na fábrica. Por 5 anos seriam vestidos, calçados e tratados de doenças. Só após os 5 anos deveriam os menores ser tratados de forma igual aos operários comuns da fábrica. Deve ter sido muito vantajoso para a fábrica poder contar com um número grande de operários sem a obrigação da remuneração. Essa foi a razão de terem ido tantos órfãos para Valença: estavam tomando lugar de operários que cobrariam salários, além de alimentação e teto, como era comum na época. Estariam poupando

muito recurso[6]. Os órfãos eram mão-de-obra baratíssima.

O relatório da Casa Pia enviado ao governo em 1852 registra a grande insatisfação e mesmo temor que tinham os órfãos e seus parentes de serem enviados para a fábrica de Valença. Apesar disso, a Mesa acha que é um "excelente destino", pois lá os menores vão encontrar "o temor, o respeito e a sujeição, e tornar-se por fim úteis à nação"[7].

Acreditamos que não somente a fábrica de Valença achasse vantajoso empregar órfãos gratuitamente. O número de escravos da cidade estava se reduzindo. Além disso, o tipo de trabalho exigido por artífices e fábricas exigia certo preparo que a grande maioria dos escravos não poderia ter. Os órfãos eram bem preparados, e graças a sua pouca idade, pobreza e falta de uma família que lhes desse proteção, facilmente podiam ser utilizados como mão-de-obra de baixo custo.

A partir de 1855, algumas alterações são introduzidasnos Termos de Saída. Primeiro , passam a registrar somente a obrigação do responsável de ter o órfão em companhia, sem dar detalhes sobre a responsabilidade pertinente, não comentando mais sobre a obrigação de ensinar um ofício. Esta obrigação continuava a existir, mas parece que os mesários passaram a considerá-la sub-entendida. Desaparece também a declaração de trabalho gratuito.Tudo indica que a medida que a escravidão ia sendo reduzida, e que o trabalho assalariado ia se tornando mais comum, o registro do trabalho gratuito dos órfãos, nos termos de responsabilidade, não era mais conveniente. Outra alteração foi a redução do tempo de obrigação de permanência do menor com o responsável. Desde 1858, o tempo de permanência do menor com quem o adotava foi reduzido a 3 anos[8]. Até 1860 os menores continuavam saíndo para o comércio e para os ofícios, sendo que a Mesa alardeava que as principais qualidades apresentadas pelos menores eram "a sujeição, a boa educação e a presteza para o trabalho", que além de tudo era gratuito por muitos anos[9].

Passados 12 anos do final do tráfico de escravos verificamos a primeira alteração

realmente importante nos contratos de adoção dos menores da Casa Pia. O menor voltou obrigado a estar na companhia do responsável por 5 anos; o responsável continuava obrigado a ser obrigado a supri-lo do que fosse necessário ao seu sustento, e a ensinar-lhe um ofício; porém, desses 5 anos , os dois últimos teriam que ser acompanhados de remuneração.

Esse foi o primeiro sinal evidente de mudança no regime de trabalho dos órfãos. Esta alteração dos termos de saída, introduzida em 1862, é importantíssima, pois marca o início de uma nova forma de concepção do trabalho, que agora deveria ser realizado em troca de pagamento.

Não podemos ter certeza se a Casa Pia foi pioneira na elaboração de tal modelo de contrato e forma de trabalho, ou se foi como consequência do crescimento do trabalho assalariado em Salvador que o modelo de termo de saída do orfanato transformou-se. Em 1872 mais de 10% da populção da cidade ainda estavam escravizados, e a forma de ver o trabalho não parecia ter se alterado substancialmente no conceito geral da cidade. Sendo isso aceito, podemos sugerir que a Casa Pia seria uma pioneira, pregando, inclusive contratualmente, uma relação de trabalho baseada no pagamento de salários, quando isso ainda não era comum. Como formadora de mão-de-obra a instituição estaria contribuindo para moldar novas formas de contrato de trabalho[10]. Em 1863, em alguns casos, a Casa passou até mesmo a definir o valor do salário a ser ppo pelo responsável.

Contudo a inovação parece não ter sido totalmente aceita. Em 1864-65 parte dos termos voltaria a ter o padrão comum antes 1862. Enquanto alguns dos termos de saída falava de pagamento e salário, outros nada comentavam a respeito. Alguns permaneciam desconhecendo a possibilidade de pagamento pelo trabalho dos órfãos, outros inclusive faziam uma graduação de valores a serem pagos à medida que o órfão passasse mais tempo na instituição e conquistasse seus espaços[11].

Somente a partir de 1874, o modelo de termo de saída se define a favor da declaração da

obrigatoriedade de pagamento. Param de especificar o valor: o pagamento deveria ser de acordo ao merecimento.

A partir de antão, o hábito de pagamento de salário ao trabalhador, pelo menos aos órfãos da Casa Pia, vai-se generalizando. A documentação indica que o trabalho não remunerado foi declinando gradativamente. O pagamento pelo trabalho prestado foi passando a ser prática comum.e provavelmente seria minoritário.

Por outro lado pode-se notar uma sensível diferença entre os termos de saída dos órfãos que iam para o comércio ou ofícios, quase contratos de trabalho, e aqueles que se dirigiam a casa de familiares, mais próximos de um termo de adoção.

É de se destacar que o responsável passa a aceitar os termos que falam de ordenado e remuneração, uma grande mudança em relação àquele responsável de 20 anos atrás, que achava estar praticando caridade ao deixar o órfão trabalhar aprendendo em sua companhia.

É possível que os novos termos de saída, com a obrigação de pagamento aos órfãos, explique em parte o declínio do número de menores que saíam para ofícios e empregos, em relação àqueles que saiam para a família. À medida que a escravidão decrescia, aumentava a oferta de operários e trabalhadores livres. Surgiam novas escolas, novos mercados, possibilitando-se o crescimento da massa de pessoas dispostas a trabalhar em troca de pagamento, diminuindo o interesse dos empregadores em contratar alunos da Casa Pia, já que, o trato a eles dispensados estaria sob a vigilância da Mesa. Contudo o tutor ou responsável tinha total liberdade e direito sobre o menor, sem que pudesse haver quaisquer interferências dos pais ou familiares nos destinos dos órfãos trabalhadores. O ordenado poderia ser disfarçado em empréstimos, gastos com manutenção e outros. Desta forma, o menor continuaria a trabalhar sem remuneração específica. De qualquer forma, mesmo considerando a possibilidade de burlar o pagamento por parte do responsável, é inegável que, no final da década de 70 do século XIX, a idéia de salário está presente e que as pessoas já a consideram parte da relação de trabalho[12].

Os termos de responsabilidade permanecem segundo esse padrão, indicando que os menores deverão receber o ordenado que merecerem, durante três ou cinco anos, a depender do tempo em que ficarem sob a guarda do responsável. Esse modelo continuou em vigor após a abolição da escravatura e após a proclamação da república, embora o número de termos de responsabilidade assinados fosse cada vez menor com o passar dos anos, pois cada vez maior número de ex-alunos passavam a deixar a Casa com as mães e outros parentes, e um número menor saía empregado, ou como aprendiz.

A partir de 1882 a guarda do menor passa a ser até sua maioridade, e não por tempo determinado como antes. Com a referência à maioridade como data limite da dependência do menor, talvez se buscasse destacar que o período era de aprendizado e educação, era de formação de um órfão sem arrimo. Caracterizado como fase de aprendizado, o período do menor com o empregador estaria distinto de qualquer tipo de trabalho compulsório, que, a partir dessa década, e mais ainda depois, seria sinônimo de exploração e injustiça, trabalho sem remuneração.

Já na república(1894) há uma alteração significativa nos termos de responsabilidade. Passa-se a exigir que o responsável abra uma caderneta aberta em nome do órfão, nela depositando as sobras dos pagamentos mensais do aluno, para que ele retirasse o dinheiro quando de sua maioridade[13].

Os mesários tentavam garantir que os alunos saissem de seu aprendizado com algum recurso, sinal de que, muitas vezes, os mestres ou empregadores dos menores não estavam cumprindo a promessa de pagar o que fosse merecido. Parece que os empregadores alegavam que tinham despesas diversas com o sustento do menor e que o salário acabava sendo gasto antes que pudesse chegar às mãos do aluno. Sendo assim, a relação do aluno com o trabalho continuava muito próxima do escravismo, ainda sob o poder patriarcal e coação física dos empregadores, sua remuneração de fato[14]. Alguns termos inclusive registram que a caderneta de poupança deveria ser fruto de depósitos dos restos dos salários do órfão, deduzidas as despesas de sustento

do empregador.

Esse modelo de termo de saída persiste até 1907. Nesse ano, os termos deixam de ser minúciosos, não mais se referindo ao emprego e à remuneração pelo trabalho prestado[15].

Apesar de extinta a escravidão legal, o país ainda demoraria muito tempo para criar verdadeiras leis trabalhistas e, mais ainda, para aplicá-las efetivamente. Assim sendo, um empregador tinha muita chance de conseguir trabalhadores mais baratos e menos protegidos em outros lugares ou instituições educacionais que, a essa altura começavam a existir. A Casa Pia perdeu a primazia e a exclusividade no fornecimento de mão-de-obra qualificada. E com o decorrer do século XX, a Casa Pia acabaria por deixar completamente de ter o papel de formadora de mão-de-obra, mesmo porque o operário industrial moderno necessitaria de educação técnica mais aprofundada, o que a Casa Pia não lhe podia dar. Deve-se destacar, no entanto, que a Casa Pia desempenha importante papel na formação de mão-de-obra especializada, precisamente na fase de transição entre o trabalho escravo e o trabalho assalariado, na Bahia. Nesse momento de mudança, quando o escravo legal ainda era presente, e mesmo um pouco antes, quando ainda era maioria, a educação da Casa Pia possibilitou que seus alunos, obedientes e disciplinados, pudessem ocupar os cargos remunerados que surgiam. Sendo eles procurados de forma preferencial por quem necessitasse de mão-de-obra não escrava.

Lembre-se que, por longo tempo o trabalho operário e artesanal estaria, no Brasil, associado aos órfãos e desassistidos. Finda a escravidão, a nova estrutura do mercado de trabalho capitalista, que se foi esboçando, dificultou o papel da Casa Pia na formação de mão de obra[16]. A sociedade não mais necessitava do orfanato para esse fim, o que se manifestava na redução da procura dos órfãos para empregos.

1.**ACPOSJ**, Correspondência da Casa Pia, 1819 -1843, pp 144.

2.**ACPOSJ**, Termos de responsabilidade, 1826 - 1835, pp.31f - 46v.

3.**ACPOSJ**, Termos de saída, 1844 - 1845, pp.188f - 195f.

4.**ACPOSJ**, Atas da mesa administrativaa, 1826 - 1855, pp.111v - 113v.

5.**ACPOSJ**, Termos de saída, 1846 - 1850, pp.193v - 196v, 1f - 40v; Termos de saída, 1851 - 1855, pp. 40v - 63v.

6.**ACPOSJ**, Atas da mesa administrativaa, 1826 - 1855, pp.129f - 129v.

7.**APEB**; relatório do Seminário de Órfãos de São Joaquim de 1852, Presidência da Província, série religião, orfanato de São Joaquim, 1857 - 1889, maço 5281.

8.**ACPOSJ**, Termos de saída, 1844 - 1868, pp. 64f - 108f.

9.**ACPOSJ**, Registro de correspondência da Mesa Administrativa da Casa Pia e colégio deórfãos de São Joaquim, 1843 - 1887, pp 68f - 70f.

10.**ACPOSJ**, Termos de saída, 1861 - 1865, pp. 108v- 164f.

11.**ACPOSJ**, Termos de saída, 1869 - 1901, pp. 1f - 39v.

12.**ACPOSJm**, Registro de correspondência da Mesa Administrativa da Casa Pia e colégio deórfãos de São Joaquim, 1843 - 1887, pp 144f - 144v.

13.**ACPOSJ**, Termos de saída, 1869 - 1901, pp. 74ff - 180

14.**ACPOSJ**, Atas da mesa administrativaa, 1885 - 1909, pp. 177 - 182.

15.**ACPOSJ**, Atas da mesa administrativaa, 1901 - 1910, pp. 1f - 51f.

16.**FONSECA, Celso Suckow da**; História do ensino ...; Vol 1, pp. 167 - 212, Vol 3, 183 - 205.

2.Empregadores dos menores e a Bahia de sua época; breve estudo.

Ao levantarmos dados sobre a vida dos menores órfãos de São Joaquim, principalmente quando foram examinados os termos de saída e os registros de entrada de cada um deles, deparamos com uma grande relação de comerciantes, artesãos, indústrias e outros que os recolhiam para trabalhar e ensinar algum ofício.

Como foi estudado anteriormente, os menores da Casa Pia acabaram sendo uma mão-de-obra importante para a economia urbana do século XIX, chegando a serem o principal grupo de artesãos ou trabalhadores, de certas artes de ofício. Ocuparam cargos e postos de trabalho em um número significativo dos estabelecimentos comerciais e artesanais da cidade. Devido a isso, pensamos que a lista de destinos da Casa Pia seja um bom painel para que possamos vislumbrar um pouco do ambiente dos negócios, manufaturas e do mercado da época. São listadas fábricas, oficinas, escritórios, armazéns,em grande quantidade para cada período estudado. Pretendemos contribuir para a compreensão de como acontecia a economia da cidade, quais as suas necessidades e como estas eram satisfeitas. Por outro lado, o resgate dos nomes das pessoas pode ser um referencial para futuros levantamentos da história da empresa baiana, de sua estrutura e de seus pioneiros.

Há duas maneiras de considerar a lista de estabelecimentos levantada. Uma é simplesmente cronológica. Utilizando as divisões quinqüenais podemos encontrar um escopo de estabelecimentos e pessoas envolvidas nos negócios da Bahia, e assim tentar elaborar um esboço da evolução da estrutura do mercado da cidade. Alguns estabelecimentos aparecem por vários quinqüenios, dando uma idéia de negócios mais bem sucedidos da Bahia e negociantes.

Por outro lado essa listagem(anexo 3) contribui para demonstrar a importância da formação de mão-de-obra pelo orfanato.

Não são todos os destinos ocupacionais dos menores que estão expostos abaixo. Apenas

uma parte deles e quando a fonte está clara o suficiente para fornecer as informações sobre nome, residência e ramo dos que contratavam os menores. A tabela foi enriquecido com dados provenientes dos livros de atas.

Apresentamos abaixo um quadro resumido por categoria de empregador:

QUADRO 26

Categoria de empregadores dos órfãos

Categoria	1830/34	1835/39	1840/44	1845/49	1850/54	1855/59	1860/64	1865/69	1870/74	1875/79	1880/84	1885/89	1890/94	1895/99	1900/04	1905/10	**Total**
Alambiqueiro		1															**1**
Alfaiate				2	1		1	1		1	1	1				1	**9**
Apaleiro					1												**1**
Armeiro						1		1									**2**
Batineiro											1						**1**
Barão											1						**1**
Carpinteiro			2	1			1	3	1								**7**
Chapeleiro			2		1	1	1	2	1								**8**
Caldeireiro				1			2										**3**
Colchoeiro				1													**1**
Cabeleiro						2			1				2	3	1	1	**10**
Corrieiro						1											**1**
Dourador		1			1			1									**3**
Drenaleiro							1										**1**
Desembargador													1				**1**
Desenhista	1	1															**2**
Escultor					1												**1**
Encanador						2											**2**
Entalhador						1	1										**2**
Engenheiro																1	**1**
Emp. de Obras																1	**1**
F. de Tecidos		1		1	1	2	1				1	1		1			**9**
Farmacêutico		1	1	2	2	6	3		1	2	4	3	6	1	1	2	**35**
Ferreiro		1	1			1		2									**5**
F. Diversas							2		1								**3**

Fotógrafo								1									1
Funileiro						1	3	3	1								7
Livreiro		1															1
Latoeiro			2				1										3
Lavrador													1				1
Marcineiro	1	4	4	4	3	5	2										23
Músico		1			1	1	1								1		5
Maquinista				1	1												2
Marinheiro							1										1
Negociante	1	5	2	14	2	35	38	22	16	19	7	5	22	5	20	6	219
Naturalista		1															1
Ourives		1		2	1	2	1	1									8
Of. de Carros						1											1
Policiro		1			2												3
Pastelaria													1				1
Pintor				1			2	1									4
Relojoeiro			1			2	1		1								5
Sapateiro			1	1	1	1	1		1	1				1			8
Serralheiro			1														1
Sineiro							1										1
Total	**3**	**20**	**17**	**31**	**19**	**65**	**55**	**38**	**24**	**23**	**15**	**10**	**33**	**11**	**23**	**12**	**402**

Fonte: Arquivo da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1825 - 1830, pp. 3 - 16, Entrada de Menores (órfãos e porcionistas) na casa Pia, 1826 - 1870, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1826 - 1870, pp. 2 - 43, Entrada de menores(órfãos) na Casa Pia, 1828 - 1864, pp. 58 - 75, Termos de saída dos órfãos, 1844 - 1868, pp. 40v - 196v; Termos de saída dos órfãos, 1869 - 1901, pp. 1f- 198v e Termos de saída dos órfãos, 1901 - 1910, Pp. 1f - 51f.

Achamos que as listas mais significativas são as que descrevem os responsáveis pelos destinos de 1835 até 1905. Fora destes limites parece que o número de nomes levantados seria muito pequeno para serem significativos. Entre 1835 e 1905, no entanto, acreditamos que contamos com um grupo significativo de estabelecimentos listados, e graças a isso poderemos tentar analisar o ambiente de negócios da Bahia, na época em que os órfãos eram empregados. Analisaremos os dados sobre os empregadores dos órfãos em três fases; a primeira analisará a

presença dos empregadores no mercado e ambiente de negócios até 1850, quando da edição da lei Eusébio de Queiroz; a segunda analisará desde a metade da década de 50 até o final do Império; e a terceira do final do império até o início do período republicano.

No final do século XVIII, principalmente a Freguesia da Conceição da Praia e, em menor vulto a do Pilar, concentram o movimento comercial. Além dessas freguesias, as de São Pedro, Passo e Sé também tinham estabelecimentos comerciais e oficinas. Segundo Vilhena, os comerciantes eram em grande número, não somente "os 164 que compunham o corpo comercial da cidade", mas também um número bem maior, multidões, segundo ele, de comerciantes menores dos gêneros de primeira necessidade como farinhas, carnes e miudezas. Quitandas, ambulantes, vendeiras de toda sorte de alimentos, muitos mendigos. A cidade era uma turbulenta e movimentada praça comercial. Existiam artífices e caixeiros, apesar de a cidade necessitar de um número ainda maior deles[1].

A impressão de grande praça comercial não era exclusiva de Vilhena. No início do século XIX o inglês Thomas Lindley teve a mesma opinião. Estimou ele em centenas o número de barcos que chegava no porto da cidade e comentou sobre o movimento de seu ruidoso cais[2]. Sua visão coincide com do francês Tollenare, em 1817, que registrava a grande atividade e movimento do porto e comércio da cidade, transporte de mercadorias, gritos de negros e tumulto. A grande sujeira da cidade também chamava a atenção de viajantes. O comércio, o movimento dos caixeiros e artesãos, o mercadejar diverso, tudo contribuia para sujar a cidade[3].

Na década de 1850 a cidade ainda registrava uma população não muito superior à do final do século XVIII, e a estrutura socioeconômica não havia sofrido grandes alterações. Nos 20 anos entre 1830 e 1850 registramos 74 estabelecimentos para onde os menores foram encaminhados. Muitos eram comerciantes. Nessa época não havia uma descrição muito detalhada do tipo de comércio que cada estabelecimento fazia. Temos o registro de uma padaria e de uma loja de tecidos, ou fazendas, como chamavam. Talvez não houvesse registro do tipo de casa comercial

porque naquela época os armazéns funcionassem vendendo todo tipo de mercadoria, sendo difícil a segmentação das casas comerciais em ramos de atividade. Acreditamos que a maior parte da lojas estivesse localizada nas freguesias da Conceição da Praia ou no Pilar, embora existissem estabelecimentos espalhados por toda a cidade. Além dos negociantes encontramos muitos artesãos. Marceneiros, douradores, farmacêuticos, ferreiros, sapateiros, ourives e outros. Todos juntos podem nos dar uma idéia da sua participação no ruidoso mercado e praça comercial, como foi colocado por viajantes e por Vilhena. Podemos imaginar essas pessoas produzindo bens, sapatos, móveis, assoalhos, janelas, grades de ferro, fechaduras, facas, jóias, latas, vasilhames e. chapéus. Parte da produção era feita para encomenda, algumas da construção civil, outras para casas comerciais. Parte do produto deveria ser vendido por ambulantes, muitas vezes o pelo próprio artesão. Os tipógrafos e relojoeiros listados provavelmente estariam entre os primeiros da cidade. E certamente participariam da mesma forma intensa no mercado da época. Jornais e periódicos também estariam começando a serem produzidos naquela época. O relojoeiro era uma novidade, vendendo, fabricando e consertando relógios, importantes para medir o tempo cada vez mais precioso no ambiente urbano.

Todos os profissionais e comerciantes levantados teriam uma parte da história desta praça comercial a nos contar. Outras pesquisas talvez possam levantar o papel destes profissionais na evolução da cidade e de seu sistema produtivo.

É significativo o grande número de sobrenomes estrangeiros entre os artífices. Um maquinista chamado Cook, marceneiros Hervermam, Freubert Gabrielle, Marovens, Goth, Mannet, pintor Agostini, e dourador Pierre Eduard Peti. Mestres estrangeiros passando sua arte para os brasileiros, para os alunos da Casa Pia. Devemos destacar ainda entre, os estrangeiros listados, o naturalista e químico, assim registrado na Casa Pia, Augusto Luschnalhs, cujas atividades deveriam ser bem diferentes das dos outros listados.

Chama a atenção na lista a fábrica de tecidos Toupar e David, principalmente por tratar-se

de uma lista de destinos da primeira metade da década de 30 do século XIX. Cinco alunos do orfanato foram encaminhados para a fábrica em um período em que o trabalho escravo era ainda muito comum. De que forma será que os órfãos teriam seu serviço e aprendizado organizado nessa fábrica.

A fábrica de tecidos de Valença também pertence a esta lista, mas nesse caso o que realmente se destaca é o grande número de menores destinados. Valença é o segundo maior centro urbano de destinação dos órfãos. Fora Valença, somente Cachoeira graças a sua importância comercial recebeu alguns órfãos.

Na epoca do censo de 1855 a escravidão começava a perder a importância, e parece que o número de artesãos da cidade teria sofrido significativo aumento no seu número[4].

Maximiliano de Habsburg(1860), descreveu a cidade como imponente e antiga, nos falando do comércio ambulante feito nas ruas por negros e ambulantes, e também o comércio maior, das casas comerciais[5].

No ano anterior Imperador D. Pedro II visitou Salvador, conhecendo sua sociedade, seu comércio, seu povo. De uma forma geral, a imagem passada pelo Imperador é a mesma que nos transmite o Habsburgo, embora com maior atenção aos eventos da cidade, realizando uma visita ao orfanato de São Joaquim[6].

Contamos com mais de duas centenas de estabelecimentos e responsáveis pelos destinos de menores entre 1850 e 1880. Esse é o periodo em que a Casa Pia mais fornece mão-de-obra para a cidade, portanto aquele em que as listas dos estabelecimentos melhor representam a realidade do mercado da cidade.

O número de estabelecimentos comerciais é grande e provavelmente retrata o essencial da praça de comercio da Bahia no período da visita do Imperador. Além disso, nesse período contamos com uma melhor descrição das casas de negócios.

São escritórios, lojas de calçados, de fazendas, de miudezas, de baús, de massas, de

imagens, perfumarias, e outras, descritas apenas como lojas, que nos dão uma idéia de como era diversificado e sortido o comércio da cidade. São tantas lojas que tendemos a acreditar que o comércio da cidade tivesse a aparência de um grande bazar, com vitrines e mercadorias expostas até nos passeios, como aliás ainda ocorre em algumas ruas de Salvador até hoje. A este comércio somemos os alfaiates, marceneiros, funileiros, ferreiros, encanadores, chapeleiros, cabelereiros, ourives, caldeireiros, armeiros, pintores, polieiros, relojoeiros, fotógrafos, tanoeiros, tipógrafos, corrieiro, drenaleiros, entalhadores, maquinistas e outros. Uma diversidade de especialistas que disputavam espaço e a possibilidade de venderem seus serviços na cidade. Um estúdio fotográfico nesse período deveria ser um acontecimento. Imagens de família ou individuais, produzidas por máquinas modernas do século XIX: tirar retrato devia ser algo especial na época.

O número de estrangeiros continuava alto entre os responsáveis, mas proporcionalmente mais baixos que nas listas anteriores. Talvez um indício de que os artífices locais estivessem se aprimorando e dificultando o estabelecimento de concorrentes forasteiros. Encontramos sobrenomes com Ornely, Gastore, Wirz, Eugene e Henri, Hopkins e Webster, Boch, Boucher, Della Cella e Whaschiman. Além desses, o sobrenome Oittartaguerrest, dos proprietários de uma fábrica de carros, que imaginamos seja uma fabrica de carroças, carruagens, charretes ou veículos similares. Também uma fábrica de fundição seria de um cidadão estrangeiro, provavelmente inglês, John Smith.

Mesmo que não possamos encontrar nenhum indício de surto industrial na cidade, mas a maior presença de indústrias é prova do surgimento de verdadeiros operários na Bahia, dentre estes ex-alunos de São Joaquim. Além das fábricas de carros e fundição já citadas, temos nas listas a presença de três fábricas de tecidos, não só a de Valença, que continuava levando menores, mas também a fábrica Modelo do Sr. Coimbra e, uma outra, de Domingos Gomes Ferreira. Encontramos também uma fábrica de charutos, de Antônio Salustiano da Silva, na cidade

Quanto aos destinos no interior, nesse período começa a variar. Além de Cachoeira e Valença, outras cidades do Recôncavo começam a receber os menores. Talvez isso seja uma evidência do maior desenvolvimento das localidades do interior nessa fase: cidades como Santo Amaro, Nazareth e São Gonçalo recebram órfãos nessa fase.

Algumas localidades do sertão também aparecem recebendo caixeiros. Curralinho, Amargosa, Catu e Coité, o que mostra que também as casas comerciais do interior necessitavam de mão-de-obra qualificada. Canavieiras também aparece na lista. Não podemos esquecer que nesse período o cacau está crescendo como produção do sul da Bahia.

O período, desde 1880 a 1910, em Salvador, é caracterizado por uma população bem maior que antes, mais de 100.000 habitantes desde, aproximadamente, 1870. A cidade veria sua população crescer muito até 1910. Além disso esse é o período em que a crise da cana de açucar e da economia tradicional baiana mostra seus efeitos na capital e no estado. O Major Durval Vieira de Aguiar descreve Salvador como uma capital urbanizada de comércio forte e cerca de 120000 habitantes em 1888. Período em que os últimos escravos são libertados. Fala do grande comércio mas identifica as dificuldades econômicas da cidade, se refere à crise do açucar, e comenta que o porto da cidade é o maior porto de importação do país[7].

No início do século XX aumentou muito o número de bares, cafés ou restaurantes, também a indústria, embora a estrutura da manufatura da cidade permanecesse básicamente artesanal. A cidade sobreu alterações urbanísticas, abertura de novas avenidas, introdução dos bondes como transportes urbanos, iluminação pública e outros sinais do século[8].

Esse é o período em que a Casa Pia vai perdendo sua importância como formadora de mão-de-obra. Mesmo assim encontramos uma grande quantidade de artesãos nas listas dos estabelecimentos e uma quantidade e qualidade de casas comerciais tão grande como na fase anterior. Acreditamos que a lista apresentada seja, no entanto, menos representativa que a considerada anteriormente, devido ao crescimento da população e, consequentemente, do

mercado da cidade. Ainda podemos perceber características do comércio e negócios da época. Destacamos as presenças das fábricas de tecidos Modelo e Plataforma entre os destinos nessa fase, testemunhos da industrialização gradativa da cidade.

Outro aspecto interessante é o aparecimento da cidade de Feira de Santana como principal destino de menores no interior, a presença de cidades da região cacaueira, e o desaparecimento de Cachoeira. Devemos lembrar que, no século XX, Feira de Santana teve sua importância elevada, enquanto Cachoeira reduziu sua influência. Parece que as listas de destinos dos menores mostram esses fatos.

Acreditamos que esse estudo, baseado nas listas de estabelecimentos-destino dos menores órfãos da Casa Pia, seja mais uma proposta para trabalhos futuros, e não foi nossa pretensão mais que apresentar a questão e os dados para que possamos continuar seu estudo em outro momento ou para estimularmos o trabalho de outro pesquisador.

Encontramos na Casa Pia um número grande de documentos contábeis, contratos e descrições de negócios. Embora não tenhamos nos aprofundado nessa documentação, pois não era importante para a proposta deste estudo, observamos o suficiente para perceber que os financiadores da Casa Pia eram os mesmos que se responsabilitavam por receber os menores, o que parece compreensível[9].

Um estudo detalhado dessa documentação pode dar uma compreensão das relações entre o Colégio e seus parceiros, e também detalhes dos interesses desses estabelecimentos, de como participavam do mercado da cidade. Talvez possa ser uma fonte de estudo das características gerais do mercado e negócios baianos do século XIX, servindo para que se possa investigar o processo de formação e acumulação de capital, principalmente comercial, por setores da economia baiana. É possível rastrear o surgimento de fortunas familiares, e o processo pelo qual surgiram os grupos comerciais, industriais e financeiros mais importantes da cidade.

1.**VILHENA, Luis dos Santos**; A Bahia do Século XVIII; Vol 1, pp. 44 - 61, 123 - 143 e Vol 3, pp. 925 - 930

2.**MATTOSO, Katia de Queiroz**; A Bahia ... ; pp. 115 - 116.

3.**Idem**; pp. 435 - 445.

4.**NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira**; Dez freguesias ...; pp. 135 - 146.

5.**HABSBURGO, Maximiliano**; Bahia 1860, esboços de viagem, pp. 69 - 133.

6.**D. Pedro II**; Diário da viagem ao norte do Brasil,

7.**AGUIAR, Durval Vieira**; Província da Bahia; pp. 300 - 308.

8.**Fundação Centro de Pesquisa e Estudos- CPE(Bahia)**; A inserção da Bahia na evolução nacional - 2ª etapa: 1890 - 1930; pp. 51 - 67

9.**ACPOSJ**, Livros caixa, Registros contábeis, Folha de pagmento e correspondências da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim .

Conclusão

A cidade do Salvador conviveu com a crescente importância dos comerciantes e de sua atuação política desde o século XVIII. Aos poucos a cidade deixou de ser dominada pela atuação dos grandes senhores de terra e, cada vez mais, passou a ser palco da ação da burguesia mercantil. Esta interferia na cidade buscando criar ambiente favorável ao seu comércio. A cidade convivia com intenso comércio, dominado pelos grandes exportadores e importadores, mas rico em atividades mercantis de menor porte, dedicadas ao abastecimento da cidade e do interior.

Ocupados em criar condições para o desenvolvimento comercial da cidade, os comerciantes apoiaram políticas e criaram instituições que lhes dessem vantagens e estivessem integradas a seus objetivos.

Observamos nesse trabalho que o Colégio Casa Pia de Órfãos de São Joaquim foi uma das instituições defendidas e criadas pela burguesia mercantil, e que sua atuação na cidade fazia parte da política desta categoria social. Esse resultado confirma parte das hipóteses levantadas no capítulo introdutório.

O mercado de trabalho da cidade não conseguia satisfazer as necessidades de serviços e trabalhadores no século passado. O crescimento de Salvador criou a necessidade de trabalhadores especializados, treinados, até mesmo alfabetizados, difíceis de serem encontrados entre os escravos. A maior parte dos homens livres viviam sem emprego fixo e muitos de esmolas. Portanto não eram qualificados para empregos que exigiam maior habilidade técnica ou escriturária, que estavam sendo exigidos pela crescente urbanização. A situação se agravou no transcorrer do século XIX, quando da desarticulação do tráfico de escravos, e a consequente

carência de cativos. A mão-de-obra que era pouco qualificada ficou escassa.

Conforme sugerimos nas hipóteses levantadas, o sucesso da Casa Pia se deve a sua proposta de retirar menores vadios e mendigos das ruas, transformando-os em trabalhadores especializados, demandados pela cidade. Além de livrar Salvador de menores de rua, que provavelmente cresceriam perigosos para a ordem social, o orfanato foi um importante centro de formação de trabalhadores, treinava-os nos ofícios de que a cidade necessitava, e por outro lado, dava-lhes educação moral e urbana muito importante para que esses futuros proletários pudessem exercer suas funções, sem preocupar seus dirigentes.

Ao dar início a um processo programado de formação de trabalhadores, a Casa Pia de Órfãos se tornou a primeira instituição no Brasil a cuidar de forma sistemática da educação das classes trabalhadores, criando projeto pedagógico e planos de estudos específicos para esse fim. A aplicação deste projeto possibilitou a formação de aproximadamente 1200 artífices, operários e caixeiros no decorrer do período estudado.

Como a maior parte desses menores saíram da Casa Pia com empregos, verificamos que o orfanato além de instituição formadora, era também fornecedora de mão-de-obra especializada. Nesse papel, a instituição influenciava diretamente o mercado de trabalho da cidade, e era uma referência para os empregadores, pois mestres de ofício, negociantes e capitalistas passaram a procurar a Casa quando necessitavam de trabalhadores.

Uma importante confirmação desse estudo foi verificar que, a atuação da Casa Pia como formadora e fornecedora de mão-de-obra teve seu apogeu durante o Império. O seminário foi uma instituição sempre integrada com a política imperial e a da Província. De fato a maior interferência da Casa no mercado de trabalho de Salvador ocorreu durante o Império, quando da perseguição e final do tráfico de escravos, momento em que a cidade sofreu com a carência de mão-de-obra. Pudemos observar que a instituição teve um papel destacado na fase de transição entre o trabalho escravo e assalariado, pois formou trabalhadores livres que eram empregados

ou contratados para receber pagamento em dinheiro, muitas vezes através de salário periódico.

No período republicano a cidade já estava melhor adaptada a ausencia do trabalho cativo e, por outro lado, já tinha outras opções para a formação e fornecimento de trabalhadores. No século XX as necessidades de serviços urbanos, manufaturas, comerciários foram crescendo a ponto de provocar a intervenção federal na formação profissional. Logo a educação profissional passou a ser identificada como de segundo grau, pois exigia-se cada vez maior conhecimento dos proletários. Aos poucos a Casa Pia passou a não ser mais referência de formação de mão-de-obra pois ministrava um ensino de primeiro grau. Além disso os empregadores começaram a contar com um mercado de trabalho mais maduro, com outras opções de recrutamento. Por conseguinte a Casa Pia teve reduzido o seu papel de fornecedora de mão-de-obra durante o período republicano, até que por fim não mais exereceu tal papel.

Enquanto atuou no mercado de trabalho, a Casa Pia protegeu certas categorias sociais em detrimento de outras, contribuindo para formar algumas características dos trabalhadores livres da cidade. Verificamos que o orfanato se transformou em referência para os empregadores quando necessitavam de trabalhadores. Por outro lado entre as camadas pobres de Salvador, a Casa passou a ser vista como um caminho para a ascensão social. Muitas mães e parentes dos órfãos pediam o ingresso dos menores na esperança de obterem apoio para suas famílias, quando o órfão saisse e obtivesse algum bom emprego. Como a Casa Pia estava integrada aos comerciantes e empregadores, a espectativa das famílias era correta. O orfanato tornou-se um caminho para o aumento do conforto material de muitas famílias. Importante lembrar que os menores eram originalmente desprotegidos, pois, como demonstramos, eram em maioria órfãos de pai, logo mais desprotegidos na sociedade machista da época.

Outro resultado do trabalho foi demonstrar que a Casa Pia atuou de forma a privilegiar os brancos e mulatos para o ingresso. Como consequência desta atuação analisamos que, pelo menos no caso do orfanato, os escravos e negros, antigos trabalhadores da cidade foram

impedidos de compor a nova categoria de trabalhadores assalariados da cidade. Em outras palavras a Casa Pia contribuiu para jogar na marginalidade os negros e escravos, que com o final da escravidão estavam diante de uma sociedade que não lhes oferecia ocupação.

Outra contribuição deste trabalho foi mostrar que a instituição, ao formar grande quantidade de profissionais de certos ofícios, ajudou a traçar o perfil do trabalho assalariado na Bahia. Em algumas categorias profissionais como tipógrafo, marceneiro, boticário, caixeiro e outras, o número relativo de ex-alunos da Casa Pia era grande. Isso significa que a formação ética, o amor ao trabalho honesto, a pátria, a Deus, o respeito aos superiores, o comportamento ordeiro, e outras características, passadas pela Casa Pia a seus alunos estariam influenciando essas categorias. Essa influencia deve ter sido ainda maior se levarmos em conta que os profissionais que não eram ex-alunos, não tinham uma formação tão homogênea. ou seja, é provável que a imagem das categorias profissionais e de seus trabalhadores fossem traçadas pelo orfanato.

Os contratos de adoção e termos de saída são importantes para acrescentar que a influência da Casa no mercado de trabalho, não foi somente fornecer mão-de-obra. Observamos que o orfanato contribuiu para a elaboração de modelos dea organização do trabalho remunerado. Foram experimentadas várias formas de remuneração e acordos salariais, bem como a própria valorização do pagamento como forma de remunerar o trabalho. Os dados e informações confirmam que quando do início da atuação do orfanato, os empregadores nem cogitavam em pagar por trabalho. Porém, com o tempo passaram a considerar tal possibilidade, e já no final do período estudado, a tinham como padrão.

O estudo sobre a Casa Pia revelou também, de forma preliminar, parte dos negociantes e artífices que compunham o ambiente de negócios da Bahia no século passado. Encontramos muita documentação detalhada sobre cada empregador e sua companhia, dados sobre sua organização, sobre como o trabalho dos órfãos era realizado, e outros que não foram estudados

com mais detalhes nesta pesquisa, pois fugiriam aos nossos objetivos.

A riqueza da referida documentação nos fez perceber que havia uma identidade entre os administradores, financiadores e usuários dos serviços do orfanato. Estavam envolvidos com a Casa negociantes, empreendedores e políticos importantes, de maneira que um estudo mais detalhado, a ser realizado futuramente, poderá resultar numa compreensão maior do mercado de Salvador no século XIX, seu funcionamento e características.

Concluimos que a Casa Pia de Órfãos de São Joaquim atuou, no período de transição para o trabalho assalariado, na formação de trabalhadores e do mercado de trabalho da cidade. Ao contribuir para a formação do trabalhador manual e artífice, bem como para o aperfeiçoamento de forma de pagamento do trabalho, a instituição estava participando da implantação do trabalho assalariado em Salvador.

ANEXOS

Anexo 1.

Carta de pesar pela morte de D. Pedro II.

Sessão Extraordinária

"*Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de mil oitocntos e noventa e um,no edifício da Casa Pia e Colégio dos Meninos Órfãos de São Joaquim, ao largo do Noviciado, Freguesia do Pilarna capital da Bahia, e sala nobre em que a respectiva Mesa administrativa faz suas sessões, reunidos o Provedor Comendador José Augusto de Figueiredo, Escrivão general Dr. Evaristo Ladislao e Silva, Thesoureiro interino Negociante João Baptista Tuvo, Procurador Negociante Manoel Francisco Gonçalves e mais definidores Conselheiro Dr José Eduardo Freire de Carvalho e Corretor da Praça Comercial Antônio Leonardo Pereira, faltando com causa o Proprietário Luiz Rodrigues d'Ultra, Dr. José Joaquim dos Reis Magalhães, Professor Jubilado José Luorenço Ferreira Cajaty e Negociante Comendador Manoel José Bastos, foi lida e aprovada a ata da sessão antecedente de vinte e um de novembro último e logo em seguida declarou o Provedor que o fim único da presente reunião era aceitar os sufrágios que ao estabelecimento cumpria fazer pelo infaustofalecimento do Sr. D. Pedro II, ex-Iperador do Brasil, como seu Protetor nato, segundo é da letra dos Estatutos do mesmo estabelecimento e cuja memória se acha gravada no coração do predito Provedor e de todos os mais definidores em razão das virtudes reconhecidas de tão excelso monarca, como ele foi admirado com respeito*

pelo mundo inteiro, visto como não podia este significativo de profunda saudade e agradecimento ser agora na capela do mencionado edufício por achar-se em conserto; e ficar resolvido por unanimidade de acometimentos e de votos expedidos, declarados, publicados e dado, que se fizessem tal sufrágio no dia 21, pelas oito e meia horas, na Igreja dos Religiososos Franciscanos, com toda a decencia, posto que modestamente, oficiado na missa do altar da capela mor o Reverendo Reitor do Colégio Cónego Joaquim Ignácio Monteiro e ao mesmo tempo em outros altares outros padres que para isso fossem convidados, comparecendo a mesa indicada e todos os cento e seis meninos órfãos que o estabelecimento ampara, alimenta e educa, vestidos com seus hábitos talares e distintivos de que usam em recordação do instituitor de tão útil Casa de Caridade, escrevendo-se nesta ata quanto este acaba de minutar, e bem assim um voto de dolorosissimo pesar pelo falecimento de quem tanto honrou a pátria, e cujo retrato a mesa conserva na referida sua sala nobre.

Ficou resolvido mais que, extraida a cópia desta sessão fosse ela enviada à Princesa Izabel em uma carta oficial de pesames assinada por todos os membros da Mesa"

Arquivo da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, Atas da mesa administrativa. 1885 - 1909, pp: 74 - 75

Anexo 2.

Nº	**PROGRAMA EXTENSO**(A ser implantado aos poucos) **DISCIPLINAS**(Chamadas doutrinas pelos Estatutos)
1	Doutrina cristã. Urbanidade. Leitura. Escritura Portuguesa. Prática das operações fundamentais da aritmética
2	Música e Desenho de Figura
3	Gramática e Língua Portuguesa
4	Gramática e Língua Latina
5	Gramática e Língua Francesa
6	Gramática e Língua Portuguesa
7	Lógica. Metafísica. Ética e Direito Natural
8	Aritmética. Álgebra elementar. Geometria e Trigonometria Teórica e Prática
9	Desenho de Arquitetura e Praxe do Risco as Cartas
10	Principais noções gerais de Mecânica. Hidrodinâmica. Ótica. Perspectiva e Astronomia. Demonstrativeis pela simples geometria e algebra elementar
11	Elementos de comércio e escritura mercantil
12	Elementos de química e história natural. aplicaveis a agricultura e artes. noções gerais de agricultura

Ano Letivo	Doutrinas a serem aplicadas(disciplinas)
1º Ano	Doutrina cristã. Urbanidade. Leitura e Escritura Portuguesa. Prática de operações fundamentais da aritmética
2º Ano	Doutrina cristã. Urbanidade. Leitura e Escritura Portuguesa. Prática de operações fundamentais da aritmética. Música e Desenho Figurado
3º Ano	Deste ano em diante continua a doutrina nos domingos e dias santos. Gramática. Línguas portuguesa e latina. Música e Desenho Figurado
4º Ano	Gramática. Língua portuguesa e latina. Língua francesa ou inglesa. Música e Desenho de Figura
5º Ano	Gramática. Língua francesa ou inglesa. Lógica. Metafísica. Ética. e Direito Natural
6º Ano	Aritmética. Álgebra elementar. Geometria teórica e prática. Trigonometria plana e esférica. desenho de arquitetura
7º Ano	Princípios e noções gerais de Mecânica. Hidrodinâmica. Ótica. Perspectiva e Astronomia. Demonstrativeis pela simples geometria e algebra elementar. Desenho de arquitetura
8º Ano	Arte da navegação teórica e prática. tratamento de manobra. instrumentos marítimo. Desenho de arquitetura e Praxe de risco de cartas. principalmente hidrográficas
9º Ano	Elementos de comércio e escrituração mercantil. Elementos de química. História natural e noções gerais de agricultura. Praxe do risco de cartas geográficas
10º Ano	Elementos de comércio e escrituração mercantil. Elementos de química. História natural e noções gerais de agricultura. Praxe do risco de cartas geográficas

Primitivos estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim da Cidade da Bahia;

tabela número 1.

Anexo 3.

LISTAS DE ESTABELECIMENTOS E ARTESÃOS RESPONSÁVEIS POR EX-ALUNOS
DE 1830 A 1834

Nome do responsável	Ocupação	Órfãos requisitados
Luis de Souza Gomes	Negociante	1 caixeiro
Romana Ignes de São Gonsalo	Desenhista	1 desenhista
Frederico Goth	Marceneiro	3 marceneiros

DE 1835 A 1839

Nome do responsável	Ocupação	Órfãos requisitados
Ignácio Bernardino dos Santos	Alambiqueiro	1 alambiqueiro
Antônio L. Alvares Nobre	Negociante	1 caixeiro
Antônio Linhares	Negociante	1 caixeiro
Domingos José de Souza Lima	Negociante	1 caixeiro
João José Linhares	Negociante	1 caixeiro
Luis Francisco Gonçalves Junqueira	Negociante	1 caixeiro
João Francisco Lopes	Desenhista	1 desenhista
Pierre Eduard Peti	Dourador	1 dourador
Fábrica de Tecidos(Toupar e David)	F. de tecidos	5 operários
José Lourenço	Farmacêutico	1 farmacêutico
João Francisco Cabussu	Livreiro	1 livreiro
Frederico Goth *	Marcineiro	1 marceneiro
Frederico Marovenns	Marcineiro	1 marceneiro
Freubert Gabrielle	Marcineiro	1 marceneiro
Hervermam	Marcineiro	1 marceneiro
João Francisco Regis	Músico	1 músico
José Martiniano	Ourives	1 ourives
Augusto Luschnalhs	Naturalista	2 "químicos"
José Joaquim de Figueiredo	Ferreiro	1 ferreiro
Francisco dos Santos Martins	Tipografia	1 tipógrafo

* Presente em quinqüenio anterior

DE 1840 A 1844

Nome do responsável	Ocupação	Órfãos requisitados
Francisco Ezequiel Meira	Negociante	1 caixeiro
Felipe José de Andrade(Cachoeira)	Negociante	1 caixeiro
Joaquim da Silva Costa	Carpinteiro	1 carpinteiro
José da S. Pimentel(Valença)	Carpinteiro	1 carpinteiro
Debong Imbert	Chapeleiro	1 chapeleiro
Hermógenis da Costa e Silva	Chapeleiro	1 chapeleiro
José Lourenço	Farmacêutico	1 farmacêutico
Antônio José Gomes(Valença)	Ferreiro	1 ferreiro
Francisco da Costa Franco	Latoeiro	1 latoeiro
José Felix Bahia	Latoeiro	1 latoeiro
Agosto Rodrigues de Araujo	Marceneiro	1 marceneiro
Albino Moreira dos Santos	Marceneiro	1 marceneiro
Frederico Guilherme Coelho	Marceneiro	2 marceneiros
Frederico Marovenns *	Marceneiro	1 marceneiro
Henrique Guilherme	Marceneiro	3 marceneiros
Manoel Henrique George	Polieiro	1 polieiro
Pedro Coelho	Relojoeiro	1 relojoeiro
Manoel Pedro	Sapateiro	1 sapateiro
Manoel Luis da Luz	Serralheiro	1 serralheiro

* Presente em quinqüenio anterior

DE 1845 A 1849

Nome do responsável	Ocupação	Órfãos requisitados
José Lopes Ferreira	Alfaiate	1 Alfaiate
José Marcelino de Souza Leite	Alfaiate	1 alfaiate
Antônio Manoel Ribeiro	Negociante	1 caixeiro
Belens e Irmãos	Negociante	1 caixeiro
Cândido Pereira de Castro	Negociante	1 caixeiro
Constantino Gonçalves	Negociante	1 caixeiro
Domingos Guedes Cabral**	Negociante	1 caixeiro
José de Araujo Lima	Negociante	1 caixeiro
Miguel dos Santos	Negociante	1 caixeiro
Pedro de Souza Paraizo	Negociante	1 caixeiro
Justino José Dourado(Dono de loja)	Negociante	1 caixeiro
Luis Pereira Franco(Dono de loja)	Negociante	1 caixeiro
Antônio Maria de Mattos(Loja de fazendas)	Negociante	1 caixeiro
Persiani Bocanera(Padaria)	Negociante	1 caixeiro
João Baptista de Magalhães(Dono de Loja)(Cachoeira)	Negociante	1 caixeiro
Joaquim Ignácio R. dos Santos(Loja de Molhados)(Cachoeira)		
Antônio Alvares	Negociante	1 caixeiro
Simão do Nascimento		
Antônio José Linhares Maciel	Caldeireiro	1 caldeireiro
Bento José	Carpinteiro	1 carpinteiro
Fábrica de Tecidos Valença	Colchoeiro	1 colchoeiro
	Escultor	1 escultor
	F. de tecidos	70 opérários
Luis José dos Santos Filho	Farmacêutico	1 farmacêutico
Manoel Eugênio	Farmacêutico	1 farmacêutico
H.G. CooK	Maquinista	2 maquinista
Antônio José Monteiro	Marceneiro	2 marceneiros
Antônio da Silva Guimarães	Marceneiro	1 marceneiro
Carlos Mannet	Marceneiro	1 marceneiro
Frederico Guilherme Coelho*	Marceneiro	1 marceneiro
Manoel Antônio Barros	Marceneiro	1 marceneiro
Francisco Rodrigues Andrade	Ourives	2 ourives
Joaquim Correa	Ourives	2 ourives
Rafael de Agostini	Pintor	1 pintor
João Alveres de Almeida Magalhães	Serralheiro	1 serralheiro
Domingos Guedes Cabral**	Tipógrafo	3 tipógrafos

*Presente em quinqüenio anterior

**Estava como negociante e tipógrafo em documentos diferentes, talvez tivesse várias ocupações

DE 1850 A 1854

Nome do responsável	Ocupação	Órfãos requisitados
H. Pinella	Alfaiate	1 alfaiate
Guilherme José dos Santos	Apaleiro	1 apaleiro
José Alves Espinheira	Negociante	1 caixeiro
José Antônio Bispo de Florencia(Dono de Loja)	Negociante	1 caixeiro
Carlos Antônio Moreira	Chapeleiro	1 chapeleiro
João Anastácio Pereira	Colchoeiro	1 colchoeiro
A. Capora	Dourador	1 dourador
Antônio de Souza Paranhos	Escultor	1 escultor
Fábrica de Tecidos Valença*	F. de tecidos	12 operários
João Firmino de Araujo	Farmacêurico	1 farmacêutico
Ricardo José de Golveia	Farmacêutico	1 farmacêutico
H.G. Cook*	Maquinista	2 maquinistas
Bernardo José do Nascimento	Marceneiro	1 marceneiro
Cezário da Silva Lessa	Marceneiro	2 marceneiros
Pereira	Marceneiro	1 marceneiro
José Francisco do Nascimento	Músico	1 músico
José Thomás Barreto	Ourives	1 ourives
Ovídio José de Santa Anna	Sapateiro	3 sapateiro
José Antônio Bispo(Dono do Correio Mercantil)	Tipógrafo	2 tipógrafos

*Presente em quinqüenio anterior

DE 1855 A 1859

Nome do responsável	Ocupação	Órfãos requisitados
Camilo de Lellis Piedade	Alfaiate	1 alfaiate
João José de Santana	Alfaiate	1 alfaiate
João Baptista de Araujo	Armeiro	1 armeiro
Joaquim Pereira da Rocha	Cabeleireiro	1 cabeleireiro
João Ornely	Cabeleireiro	3 cabeleireiros
Albino de Bastos de Álvares Dias	Negociante	1 caixeiro
Amâncio de Souza Lopes Bastos	Negociante	1 caixeiro
Antônio Joaquim Chaves	Negociante	1 caixeiro
Aprígio José da Cruz	Negociante	1 caixeiro
Braz Diogo das Chagas	Negociante	1 caixeiro
Calisto Jose Pereira d'Oliveira	Negociante	1 caixeiro
Domingos Gonçalves Pereira Bastos	Negociante	1 caixeiro
Ernesto Pereira Coelho da Cunha	Negociante	1 caixeiro
Eugênio Bovio	Negociante	1 caixeiro
Francisco José Godinho	Negociante	1 caixeiro
Francisco Xavier Baptista de Azambuja	Negociante	1 caixeiro
Francisco Felix Bahia	Negociante	1 caixeiro
Francisco Luis Duarte Almeida	Negociante	1 caixeiro
Francisco Rodrigues Germano	Negociante	1 caixeiro
Fructuoso Pinto da Costa	Negociante	1 caixeiro
Joaquim Antônio Fiuza Lima	Negociante	1 caixeiro
João Pedro Muniz Torres	Negociante	1 caixeiro
João Pereira	Negociante	1 caixeiro
José Joaquim de Mello Pacheco	Negociante	2 caixeiros
José Machado Guimarães	Negociante	1 caixeiro
José Rodrigues	Negociante	1 caixeiro
Manoel Joaquim Alves	Negociante	1 caixeiro
Manoel Joaquim Pedreira Sampaio	Negociante	1 caixeiro
Narciso Correa Machado	Negociante	1 caixeiro
Paulino José dos Santos	Negociante	1 caixeiro
Tibúrcio Pereira de Araujo	Negociante	2 caixeiros
Vicente Carlos Gomes	Negociante	1 caixeiro
Vieira Gonçalves e Sobrinhos	Negociante	1 caixeiro
José Antônio Bispo de Florencia(Dono de Loja)*	Negociante	1 caixeiro
Josefh Lanas(Dono de perfumaria)	Negociante	1 caixeiro
Manoel José Teixeira(Aracy)	Negociante	1 caixeiro
Francisco F. de Souza Ribeiro(Loja de fazendas)(Cachoeira)	Negociante	1 caixeiro
Valério Nunes de Morais(Loja de Molhados)(Nazareth)		
Macário José Ramos(Santo Amaro)	Negociante	1 caixeiro
Manoel da Cunha de Almeida(Alambique)(São Gonsalo)		
A. Barret	Negociante	1 caixeiro
Archanjo José das Neves Maldonado Bandeira	Negociante	1 caixeiro
Ovídio Victorino Pereira	Chapeleiro	1 chapeleiro
Francisco José Vieira	Encanador	1 encanador
Fábrica de Tecidos(Domingos Gomes Ferreira)	Encanador	1 encanador
Fábrica de Tecidos Valença**	Entalhador	1 entalhador
	F. de tecidos	2 operários
	F. de tecidos	5 operários

Felinto Elísio Pinheiro	Farmacêutico	1 farmacêutico
Anselmo José Imbú	Farmacêutico	1 farmacêutico
Jerômimo José Barata	Farmacêutico	1 farmacêutico
Lino José dos Santos	Farmacêutico	1 farmacêutico
Olegário José da Costa Cerqueira	Farmacêutico	1 farmacêutico
Ricardo José de Golveia*	Farmacêutico	1 farmacêutico
Henrique Martins	Ferreiro	1 ferreiro
Miguel João Fitel	Funileiro	1 funileiro
Antônio José Monteiro*	Marceneiro	1 marceneiro
Caetano Lopes da Silva	Marceneiro	3 marceneiro
Euzébio da França Ramos	Marceneiro	1 marceneiro
João Rodrigues da Cruz	Marceneiro	1 marceneiro
Pedro Joaquim da Costa	Marceneiro	1 marceneiro
José Francisco do Nascimento*	Músico	1 músico
Oficina de Carros(João Baptista Oittartaguerrest)	O. de carros	4 operários
João Baptista da Silva Braga	Ourives	1 ourives
João Martins de Fonseca	Ourives	1 ourives
Francisco José Pereira	Polieiro	1 polieiro
Franquilino José Pereira	Polieiro	1 polieiro
João Gaston	Relojoeiro	1 relojoeiro
Joaquim Peroga de Freitas	Relojoeiro	1 relojoeiro
Antônio Couto do Vale	Sapateiro	1 sapateiro
Aleixo de Oliveira	Tanoeiro	1 tanoeiro
João Francisco Alvares de Carvalho	Tanoeiro	1 tanoeiro
Vicente Ribeiro Moreira	Tipógrafo	1 tipógrafo
José Bruno da Silva Santos(Cachoeira)	Tipógrafo	2 tipógrafo
Manoel Mamede(Jornal Periódico)(Cachoeira)	Tipógrafo	2 tipógrafos

*Presente em quinqüenio anterior
**Presente em 2 quinqüenios anteriores

DE 1860 A 1864

Nome do responsável	Ocupação	Órfãos requisitados
Agostinho Bittenmcourt	Alfeiates	1 alfaiate
Antônio Manoel D'Oliveira	Negociante	1 caixeiro
Cândido Augusto de Melo	Negociante	1 caixeiro
Eduardo Tarqüinio de Melo	Negociante	1 caixeiro
Fortunato José Fernandes Junior	Negociante	1 caixeiro
Fortunato Jorge Guimarães Barateiro	Negociante	1 caixeiro
Francisco Machado Bastos	Negociante	1 caixeiro
Joaquim Francisco de Almeida	Negociante	1 caixeiro
João Antônio de Figueiredo	Negociante	1 caixeiro
João Alves dos Santos	Negociante	1 caixeiro
João Correa da Costa	Negociante	1 caixeiro
João Francisco de Paula Vianna	Negociante	1 caixeiro

João Lisboa Chaves	Negociante	1 caixeiro
João Luis Rodrigues	Negociante	1 caixeiro
José Antônio de Castro Porto	Negociante	1 caixeiro
José Rabelo Brandão	Negociante	1 caixeiro
José Ferraz de Pinho Salgueiro	Negociante	1 caixeiro
José Ferreira de Castro	Negociante	1 caixeiro
José de Souza Azevedo	Negociante	1 caixeiro
Manoel de Souza Braga	Negociante	1 caixeiro
Miguel de Souza Requião	Negociante	1 caixeiro
Paulo Gesse	Negociante	1 caixeiro
Theotônio José Ferreira	Negociante	1 caixeiro
Torquato Leite Ferreira	Negociante	2 caixeiros
Antônio Francisco Bahia(Dono de Loja)	Negociante	1 caixeiro
Antônio do Couto Valle(Loja de calçados)	Negociante	2 caixeiros
Manoel do Carmo Moreira(Loja de calçados)	Negociante	1 caixeiro
Manoel Gomes Magalhães(Loja de fazendas)	Negociante	1 caixeiro
Belarmino Gomes Villela(Lojas de Miudezas)	Negociante	1 caixeiro
Manoel José Rodrigues(Lojas de Miudezas)	Negociante	1 caixeiro
Antônio José Gomes Braga(Lojas de Miudezas)	Negociante	1 caixeiro
Francisco Antônio da Rocha Solposto(Loja de Molhados)	Negociante	1 caixeiro
Victorino dos Santos Nunes(Loja de Molhados)		
Joviniano José da Silva Almeida(Loja de Fazendas)(Cachoeira)	Negociante	1 caixeiro
Belarmino Gomes Villela(Catú)	Negociante	1 caixeiro
Maria Joaquina Carvalhal(Itaparica)		
Antônio Franco Taparica(Nazareth)	Negociante	1 caixeiro
Manoel José da Paixão(Nazareth)	Negociante	1 caixeiro
Geminiano Gomes de Oliveira(Lojas de Fazendas)(São Gonsalo)	Negociante	1 caixeiro
Joaquim Francisco de Souza Guimarães	Negociante	1 caixeiro
Joaquim José da Silva Guimarães	Negociante	1 caixeiro
José Maria de Souza		
Antônio José dos Santos Leal	Caldeireiro	1 caldeireiro
João Manoel D'Oliveira	Caldeireiro	1 caldeireiro
Antônio Joaquim da Silva Bastos	Carpinteiro	1 carpinteiro
João Baptista Ferreira de Carvalho	Chapaleiro	1 chapeleiro
Fábrica de Charutos(Antônio Salustiano da Silva)	Corrieiro	1 corrieiro
Fábrica de Fundição(John Smith)	Drenaleiro	1 drenaleiro
Fábrica de Tecidos(Coimbra)	Entalhador	1 entalhador
Joaquim Avelino da Luz	F. Charutos	1 operário
Joaquim José de Araujo Silva	F. Fundição	1 operário
Plínio José Pedrosa	F. de tecidos	1 operários
Byrne	Farmacêutico	1 farmacêutico
Ludgero José do Sacramento	Farmacêutico	1 farmacêutico
Anacleto José Correa Negrão	Farmacêutico	1 farmacêutico
José Galdino Ferreira Leal	Funileiro	1 funileiro
Antônio José Monteiro**	Funileiro	1 funileiro
Epifânio José Cardoso	Latoeiro	1 latoeiro
João Evangelista de Abreu Faria	Latoeiro	1 latoeiro
	Marceneiro	1 marceneiro
	Marceneiro	1 marceneiro
	Marceneiro	1 marceneiro

José Conscio Ribeiro Sanches	Marceneiro	1 marceneiro
Manoel Francisco Coelho	Marceneiro	1 marceneiro
Narciso Domingos de Santa Isabel	Marinheiro	1 marinheiro
Antônio Augusto da Silva Cândido	Músico	1 músico
Ricardo José da Costa	Ourives	1 ourives
Antônio de Castro Lima	Relojoeiro	1 relojoeiro
José Carlos de Souza Lopes	Sapateiro	1 sapateiro
Abraão Benatar	Sineiro	1 sineiro
Camillo de Lelis Moreira	Tipógrafo	1 tipógrafo
Ignácio Joaquim Dias(Praquetti e Catelina)	Tipógrafo	1 tipógrafo
Antônio Affonso de Carvalho(Santo Amaro)	Tipógrafo	1 tipógrafo

**Presente em 2 quiqüenios anteriores

DE 1865 A 1869

Nome do responsável	Ocupação	Órfãos requisitados
Agostinho Bittenmcourt	Alfaiate	1 alfaiate
Joaquim A. Vaz	Armeiro	1 armeiro
Luis Larry	Cabelereiro	1 cabelereiro
Antônio d'Oliveira Brito	Negociante	1 caixeiro
Calisto José Pereira d'Oliveira*	Negociante	1 caixeiro
Cândido Macário da Matta	Negociante	1 caixeiro
Dionisio Moreira da Silva Brito) 1	Negociante	1 caixeiro
Durval Ribeiro	Negociante	1 caixeiro
Francisco Bernardino Maia	Negociante	1 caixeiro
Francisco José da Rocha Sobrinho	Negociante	1 caixeiro
Francisco de Souza Carvalho	Negociante	1 caixeiro
Gaspar de Souza Correa Gomes	Negociante	1 caixeiro
João Rodrigues Chaves	Negociante	1 caixeiro
José Luis Alvellos	Negociante	1 caixeiro
José Pereira da Silva	Negociante	1 caixeiro
Manoel José de Morai	Negociante	1 caixeiro
Miguel de Souza Requião	Negociante	2 caixeiros
Primitivo José da Rocha Menezes	Negociante	2 caixeiros
Antônio Francisco Bahia(Dono de Loja)*	Negociante	1 caixeiro
Antônio Nunes da Rocha(Dono de Loja)	Negociante	1 caixeiro
Manoel Borges dos Reis(Loja de calçados)	Negociante	1 caixeiro
Cândido Pereira de Castro(Loja de fazendas)	Negociante	1 caixeiro
Manoel Teixeira Linhares(Loja de fazendas)	Negociante	1 caixeiro
José Francisco Maragão(Loja de Molhados)	Negociante	2 caixeiros
Manoel José Coelho Maia(Valença)	Negociante	1 caixeiro
José Maria de Souza*	Carpinteiro	1 carpinteiro
Manoel Rodrigues Sacramento	Carpinteiro	2 carpinteiros
Máximo Ferreira de Souza	Carpinteiro	1 carpintero
Paulo Alivieri	Chapeleiro	1 chapeleiro

Sergio Joaquim dos Santos	Chapeleiro	1 chapeleiro
Gustavo Jorge Manoel Paixão	Dourador	1 dourador
Feliciano José Torres	Ferreiro	2 ferreiros
Hermelino Jacob Espinola	Ferreiro	1 ferreiro
João Gastore	Fotógrafo	1 fotógrafo
Claudino José da Cruz	Funileiro	1 funileiro
Inocêncio da Conceição Miranda	Funileiro	1 funileiro
Manoel José Esteves	Funileiro	1 funileiro
Ignácio Gomes Lisboa	Maquinista	1 maquinista
Januário Manoel de Santana	Maquinista	1 maquinista
Cezário da Silva Lessa*	Marcineiro	1 marcineiro
Deodato José Brito	Marcineiro	1 marcineiro
Luis Menezes Dorea	Marcineiro	1 marcineiro
Manoel Francisco Coelho*	Marcineiro	1 marcineiro
Pedro Joaquim da Costa*	Marcineiro	4 marcineiros
Francisco Soares Albergaria	Ourives	2 ourives
Anacleto João Marques Vallongo	Pintor	1 pintor
Francisco da Silva	Pintor	1 pintor
Archanjo Manoel das Neves Maldonado Bandeira	Tipógrafo	2 tipógrafos
Jourdan Wirz	Tipógrafo	1 tipógrafo
Francisco Rosário Pereira	Tipógrafo	1 tipógrafo

*Presente em quinqüenio anterior

DE 1870 A 1874

Nome do responsável	Ocupação	Órfãos requisitados
Eugene & Henri	Cabeleireiro	1 cabeleireiro
Alexandre Gomes Rodrigues	Negociante	1 caixeiro
Antônio Dias d'Araujo Pinto	Negociante	1 caixeiro
Calisto José Pereira d'Oliveira**	Negociante	1 caixeiro
Faustino Joaquim de santa Anna Trindade Cirne	Negociante	1 caixeiro
Francisco Antônio da Rocha Solposto	Negociante	1 caixeiro
Gavino Anselmo Ribeiro	Negociante	1 caixeiro
José Maria de Freitas	Negociante	1 caixeiro
José Luis Zanini(Loja de Baús)	Negociante	1 caixeiro
(Fábrica)(Hopkins & Webster)	Fábrica	1 caixeiro
Francisco dos Santos Couto(Loja de fazendas)	Negociante	1 caixeiro
Ludgero de Araujo Lima(Loja de fazendas)	Negociante	1 caixeiro
Miguel de Souza Requião(Loja de Massa)	Negociante	1 caixeiro
Raimunda Porcina de Jesus(Loja de Molhados)	Negociante	1 caixeiro
Francisco Manoel de Figueiredo Junior(Loja de Molhados)	Negociante	1 caixeiro
Nicolau Andrade Gomes(Loja de Molhados)		
João Soares Chaves(Curralinho)	Negociante	1 caixeiro
Bento José Dias de Araujo(Valença)	Negociante	1 caixeiro
Benedito da Costa Netto	Negociante	1 caixeiro
José Borges dos Santos	Carpinteiro	1 carpinteiro
	Carpinteiro	1 carpinteiro

Francisco Della Cella	Chapeleiro	1 chapeleiro
Antônio Basílio da Cunha Bacellar	Farmacêutico	1 farmacêutico
Inocêncio da Conceição Miranda	Funileiro	1 funileiros
Martinho Joaquim dos Anjos Lea	Sapateiro	1 sapateiro
Hermann Boch	Serralheiro	1 serralheiro
José Boucher	Tintureiro	1 tintureiro
João Gonçalves Tourinho	Tipógrafo	1 tipógrafo
José Alves de Souza	Tipógrafo	1 tipógrafo

**Presente em 2 quinqüenios anteriores

DE 1875 A 1879

Nome do responsável	Ocupação	Órfãos requisitados
Manoel Joaquim Tabyra Lima	Alfaiate	1 alfaiate
Flaviano Inocêncio da Silva	Negociante	1 caixeiro
João Baptista d'Oliveira	Negociante	1 caixeiro
José Francisco Gomes Maragão	Negociante	1 caixeiro
José da Silva Canellas	Negociante	1 caixeiro
Manoel José Pereira Catalin	Negociante	1 caixeiro
Lino Antônio Ferreira(Dono de Loja)	Negociante	1 caixeiro
Francisco Martins Alves(Dono de escritório)	Negociante	1 caixeiro
Manoel Pereira da Silva Guimarães(Loja de fazendas)	Negociante	1 caixeiro
(Zeferino Amâncio da Assumpção(Loja de fazendas)		
João Carlos do Sacramento(Loja de Imagens)	Negociante	1 caixeiro
Manoel Moreira de Carvalho(Loja de Miudezas)		
Domingos Antônio Mendonça(Loja de molhados)	Negociante	1 caixeiro
Carl Whaschiman(Canavieiras)	Negociante	1 caixeiro
Grauna(Loja de Molhados)(Canavieiras)	Negociante	1 caixeiro
Aprígio da Costa Mello(Curralinho)	Negociante	1 caixeiro
Ricardo José Ramos(Curralinho)	Negociante	1 caixeiro
José Rufino Eloy(Loja de Molhados e Ferragens)(Curralinho)	Negociante	1 caixeiro
Manoel Telles de Andrade(Loja de fazendas)(Nova Laje)	Negociante	1 caixeiro
Vicente Batista Ferreira(Loja de Fazenda)(Santo Amaro)	Negociante	1 caixeiro
Domingos de Souza Requião		
Francisco de Assis Coelho Borges	Negociante	1 caixeiro
Roberto José Correa		
	Negociante	1 caixeiro
	Farmacêutico	1 farmacêutico
	Farmacêutico	1 farmacêutico
	Sapateiro	1 sapateiro

DE 1880 A 1884

Nome do responsável	Ocupação	Órfãos requisitados
Joaquim Maurício Alvares Badaró	Alfaiate	1 alfaiate
Severiano Antunes Brum	Batineiro	1 batineiro
Balbino Franncisco dos Anjos	Negociante	1 caixeiro
Barão de São Raimundo	Barão	1 caixeiro
Domingos de Souza Requião	Negociante	1 caixeiro
João Antônio de Cerqueira Lima	Negociante	1 caixeiro
Miguel de Souza Requião Junior	Negociante	1 caixeiro
Zeferino Amâncio de Assumpção	Negociante	1 caixeiro
Francisco Alves Pitonbo(Loja de fazendas)	Negociante	1 caixeiro
Cândido Justino de Santa Anna(Valença)	Negociante	1 caixeiro
Fábrica de Tecidos(Coimbra)*	F. de tecidos	14 operários
Antônio Barreto de Menezes	Farmacêutico	2 farmacêuticos
Galdino Fernandes da Silva	Farmacêutico	1 farmacêutico
Joaquim Antônio dos Santos	Farmacêutico	1 farmacêutico
Lino Antônio Ferreira	Farmacêutico	1 farmacêutico

*Presente em quinqüenio anterior

DE 1885 A 1889

Nome do responsável	Ocupação	Órfãos requisitados
Benjamin José Berrimor	Alfaiate	1 alfaiate
Joaquim Francisco de Souza Guimarães	Cabeleireiro	2 cabeleireiros
Salomão da Silva Ribeiro	Cabeleireiro	3 cabelereiros
Balbino Franncisco dos Anjos	Negociante	1 caixeiro
João Daltro Barreto	Negociante	1 caixeiro
Pedro Antônio Pinheiro Chaves	Negociante	1 caixeiro
Leôncio Marques de Freitas(Serrinha)	Negociante	1 caixeiro
Fábrica de Tecidos São Bras(Plataforma)(Brandão)	F. de tecidos	6 operários
Antônio Barreto de Menezes*	Farmacêutico	1 farmacêutico
Domingos de Souza Requião*	Farmacêutico	1 farmacêutico
Ismael Cândido da Silva	Farmacêutico	1 farmacêutico
Ursolina Borges)(Dona da marcenaria)	Negociante	1 marceneiro

*Presente em quiqüenio anterior

DE 1890 A 1894

Nome do responsável	Ocupação	Órfãos requisitados
José Jovino Martins da Silva***	Negociante	1 alfaiate
Paulo José Machado	Cabeleireiro	1 cabeleireiro
Salomão da Silva Ribeiro*	Cabeleireiro	1 cabeleireiro
Tito Antônio Monteiro	Cabeleireiro	1 cabeleireiro
Alvaro Antônio da Costa	Dezembargador	1 caixeiro
Antônio Pereira de Mesquita	Negociante	1 caixeiro
Gonçalves Neves	Negociante	1 caixeiro
Henrique de Souza Galvão	Negociante	1 caixeiro
Joaquim da Costa Arruda	Negociante	1 caixeiro
João Tolentino Alvares	Negociante	1 caixeiro
Manoel Pinheiro da Silva Rego	Negociante	1 caixeiro
(Máximo Dultra Andrade	Negociante	1 caixeiro
Joaquim Gonçalves Vianna(Dono de confeitaria)	Negociante	1 caixeiro
Antônio Ribeiro Fontes(Loja de Fazendas)	Negociante	1 caixeiro
Gonçalves Nevis(Loja de Fazendas)	Negociante	1 caixeiro
José Jovino Martins da Silva***	Negociante	1 caixeiro
Manoel Ignácio Bastos(Dono de terras)	Lavrador	1 caixeiro
Mendonça(Loja de massas)	Negociante	2 caixeiros
Antônio Gomes da Costa(Loja de Molhados)	Negociante	1 caixeiro
Antônio José Gomes(Loja de Molhados)	Negociante	1 caixeiro
João Felix da Cruz(Loja de Molhados)	Negociante	1 caixeiro
Manoel Paschoal de Araujo(Loja de Molhados)	Negociante	1 caixeiro
Pastelaria Esmero	Pasteleria	1 caixeiro
Victoriano Vicente Gomes Henrique(Loja de Molhados)(Alcobaça)	Negociante	1 caixeiro
Antônio Lino da Rocha(Pojuca)	Negociante	1 caixeiro
José Antônio de Souza Nogueira(Pojuca)	Negociante	1 caixeiro
José Nunes de Miranda Costa(Santo Antônio de Jesus)	Negociante	1 caixeiro
Pedro Pinto de Campos(Loja de Molhados) (Valença)		
Antônio José da Silva Guimarães	Negociante	1 caixeiro
Antônio Barreto de Menezes**		
Antônio Ribeiro Barros	Farmacêutico	3 farmacêuticos
Isaias Alves Requião	Farmacêutico	1 farmacêutico
Ribeiro da Silva	Farmacêutico	1 farmacêutico
Joaquim de Barros Seixas Loureiro(Alcobaça)	Farmacêutico	1 farmacêutico
Hermelino Jacob Espínola	Farmacêutico	1 farmacêutico
	Farmacêutico	1 farmacêutico
	Ferreiro	2 ferreiro

*Presente em quinqüenio anterior
**Presente em 2 quinqüenios anteriores
***Requisitou um alfaiate e um caixeiro no mesmo quinqüênio

DE 1895 A 1899

Nome do responsável	Ocupação	Órfãos requisitados
Alfredo Carlos de Souza de Figueiredo	Cabeleireiro	1 cabeleireiro
Miguel Ferreira	Negociante	2 caixeiros
Casimiro da Cunha Paio(Loja de Fazendas)	Negociante	1 caixeiro
Antônio José Espinola(Loja de Molhados)	Negociante	1 caixeiro
Rocha e Silva(Loja de Molhados)	Negociante	1 caixeiro
Rozendo de Barreto(Loja de Molhados)	Negociante	1 caixeiro
Emílio Bousquet	Dourador	1 dourador
Antônio Barreto de Menezes****	Farmacêutico	1 farmacêutico
Estevão Dias Guerras	Sapateiro	1 sapateiro

****Presente em 3 quiqüenios anteriores

DE 1900 A 1904

Nome do responsável	Ocupação	Órfãos requisitados
Manoel Abílio de Azevedo	Cabelereiro	1 cabelereiro
Almeida & Irmão	Casa Comercial	1 caixeiro
Deodato José de Brito	Negociante	1 caixeiro
Estevão Pereira de Jesus	Negociante	1 caixeiro
Francisco José Espínola	Negociante	1 caixeiro
Joaquim Portela da Veiga	Negociante	1 caixeiro
Joaquim Theodoro Pereira de Mello	Negociante	1 caixeiro
João Fernandes Gonçalves Bastos	Negociante	1 caixeiro
José Baptista Neves	Negociante	1 caixeiro
Julio Matheus dos Santos	Negociante	1 caixeiro
Mamede Ferreira Rodrigues	Negociante	1 caixeiro
Marques	Negociante	1 caixeiro
Olimpio Lacerda Aguiar	Negociante	1 caixeiro
Rolim de Souza	Negociante	1 caixeiro
Afonso da Mota Silva(Loja de Fumo)	Negociante	1 caixeiro
Jerônimo Felisberto Vieira de Cerqueira(Loja de massa)	Negociante	1 caixeiro
Thomé Gastão de Fiões(Loja de Molhados)		
Certório Calmon Freire Bittencourt(Amargosa)	Negociante	1 caixeiro
Carlos G. J. Muller	Negociante	1 caixeiro
Euvidio Esteves de Assis(Belmonte)	Negociante	1 caixeiro
Diolisando de Miranda Chaves(Santo Antônio da Vargas)	Negociante	2 caixeiros
Manoel Felix de Brito	Negociante	1 caixeiro
Feliciano Ressurreição Baptista		
	Farmacêutico	1 farmacêutico
	Músico	1 músico

DE 1905 A 1910

Nome do responsável	Ocupação	Órfãos requisitados
Joaquim Manuel de Santanna	Alfaiate	1 alfaiate
Antônio Gonçalves Duarte	Negociante	1 caixeiro
Durval Hermelino Vieira	Negociante	1 caixeiro
José Pereira da Trindade Soares	Negociante	1 caixeiro
Pedro Marcolino Madureira(Coité)1	Negociante	1 caixeiro
Celso Valverde Martins(Feira de Santana)	Negociante	1 caixeiro
Leopoldo Ernesto de Souza(Pojuca)	Negociante	1 caixeiro
Hostílio de Novais(Companhia de engenharia)	Engenheiro	2 operários ?
João Paulino Dias da Silva	Empreteiro de Obras	1 operário ?
João Ferreira Caldas	Farmacêutico	
Clérigo C.Silva(Farmacêutico)(Feira de Santana)	Farmacêutico	1 farmacêutico 1 farmacêutico

BIBLIOGRAFIA E OUTRAS FONTES

1. Referência

ACCIOLI, I, **AMARAL**, B.; Memórias históricas e políticas da Bahia; Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1925.

ANDRADE, Maria José de Souza Andrade; A mão-de-obra escrava em Salvador(1811 - 1860); São Paulo, Currupio, 1988.

ARIÉS, Philippe; História social da criança e da família, 2ª edição, Rio de janeiro, Guanabara, 1981.

ATHAYDE, Johildo Lopes de; "Filhos ilegítimoss e crianças expostas, notas para um estudo da família baiana no século XIX", Revista da Academia de Letras da Bahia, Salvador, nº 27, 1979.

AZEVEDO, Thales de; Povoamento da cidade do Salvador, 3ª edição, Salvador, Itapuã, 1969.

BERGER, Manfredo; Educação e dependência, Porto Alegre, DIFEL, 1976.

FONSECA, Celso Sukhow da; História do ensino industrial no Brasil, Rio de Janeiro, SENAI, 1986.

FLEXOR, Maria Helena Ochi; "Os oficiais mecânicos em duas regiões brasileiras: Salvador e São Paulo", Universitas, cultura; Salvador, UFBa, 1986.

FONTES, Henrique; O Irmão Joaquim, o Vicente de Paulo Brasileiro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, 1958.

FRAGA FILHO, Walter; Mendigos e vadios na Bahia do século XIX, Salvador, Mestrado em História da UFBa, 1994.

MATTOSO, Katia M. de Queiros; Bahia, século XIX, uma província no império, Rio de janeiro, Nova Fronteira, 1992.

_____; Ser escravo no Brasil, Rio de janeiro, Brasiliense, 1982.

_____; A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX, SãoPpaulo, Hucitec, 1978.

_____; Família e sociedade na Bahia do século XIX; São Paulo, Currupio, 1988.

MEIRA, Antônio Leopoldo(Coord.); A inserção da Bahia na evolução nacional, 2ª etapa: 1890 - 1930, Salvador, Fundação centro de pesquisa e estudos do Estado da Bahia, 1980.

MELLO, Agenor Bandeira de(ed.), Cartilha histórica da Bahia, a República dos governadores, 4ª edição revista e aumentada,Rio de janeiro, Continente, 1986

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira; Dez freguesias da cidade do Salvador, Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

OLIVEIRA, Eduardo Sá de; Memória histórica da faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1992; pg: 22 - 129.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de; O liberto: o seu mundo e os outros(Salvador 1790 - 1890), Salvador, Mestrado em História da UFBa, 1979.

PINHEIRO, Osmar; Meu colégio, Órfãos de São Joaquim, Minha Vida, Salvador, Contemp Editora Ltda, 1986.

REVEL, Jacques; Os usos da civilidade, História da vida privada vol. 3, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José; A morte é uma festa; São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José; Rebelião escrava no Brasil, 2ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1987.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos; História da educação brasileira, a organização escolar, São Paulo, Cortez, 11ª edição, 1987.

RUSSEL - WOOD, A. J. R.;Fidalgos e filantropos, A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550 - 1755, Brasília, UNB, 1981.

SANTOS, Mario Augusto da S.; Associação comercial da Bahia na primeira república: um grupo de pressão, Salvador, Mestrado em Ciência Humanas da UFBa, 1973.

SCHWARTZ, Stuart, B.; Segredos internos e escravos na sociedade colonial, São Paulo, Comanhia das Letras, 1988.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da; A primeira gazeta da Bahia, Idade D'Ouro do Brasil; São Paulo, Cultrix, 1978.

SODRÉ, Muniz; O terreiro e a cidade; Petrópoles, Vozes, 1988.

SOUZA, Paulo Cesar; A Sabinada, a revolução separatista da Bahia, São Paulo, Brasiliense, 1987, pg: 131 - 153.

TAVARES, Luis Henrique; O problema da involução industrial da Bahia; Salvador, UFBa, 1966.

TEIXEIRA, Cid; Bahia em tempos de província, Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

UZEDA, Jorge Almeida; A morte vigiada: a cidade do Salvador e a prática da medicina urbana, Salvador, Mestrado em Ciências Humanas da UFBa, 1991

VIANNA FILHO, Luis; O negro na Bahia, 3ª edição, Rio de janeiro,Nova Fronteira, 1988.

VILHENA, Luis dos Santos; A Bahia no século XVIII, Salvador, Editora Itapuã, 1969.

WILDEBERGER, Arnold; Os presidentes da Província da Bahia, 1824 - 1889; Salvador, Tipografia Beneditina Ltda, 1949.

2. Outras fontes

2.1. **Arquivo do Estado da Bahia**

Seção colonial e provincial
Ordens Régeas 1803, maço 98
Cartas do governo a várias autoridades 1819 - 1820, maço 172
Relatório à presidência da Província de 1848, maço 5282
Relatório do escrivão da Mesa do seminário de São Joaquim, maço 5282

Seção Judiciária
Inventarios *post mortem*, 1808 - 1889, 162 inventários.

2.2. **Arquivo da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim**

Maços
Maços de cadastro dos menores ingressos, 1346 maços
Maço de Comissões, relatório da comissão para criação das oficinas de sapataria e alfaiataria

Livros de registro
Livro de registro dos menores ingressos
Livro de verbas testamentárias e legados
Livro de registros de diplomas e portarias do governo
Livro de registro de correspondências da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, 1843 - 1887.
Livro de correspondências da Casa Pia, 1819 - 1843
Livros de atas da Mesa administrativa, 1853 - 1887
Livros de atas da Mesa administrativa, 1826 - 1855
Livros de atas da Mesa administrativa, 1885 - 1909
Livro de pareceres diversos
Livro de registro de entrada de menores, 1825 - 1830
Livro de registro de entrada de menores, 1826 - 1870
Livro de registro de entrada de menores, 1828 - 1864
Livro de termos de saída, 1844 - 1868
Livro de termos de saída, 1869 - 1901
Livro de termos de saída, 1901 - 1910
Livros dos visitantes
Livro de termos de responsabilidade, 1826 - 1835

Publicações

Estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim, fundada no ano de 1799 pelo Irmão Joaquim Francisco do Livramento; Tipografia do Colégio de São Joaquim, 1966.

Primitivos estatutos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim da Cidade da Bahia; Tipografia do Colégio de São Joaquim, 1960.

Relatório, triênio de 1909 a 1912; Tipografia do Colégio de São Joaquim, 1912.